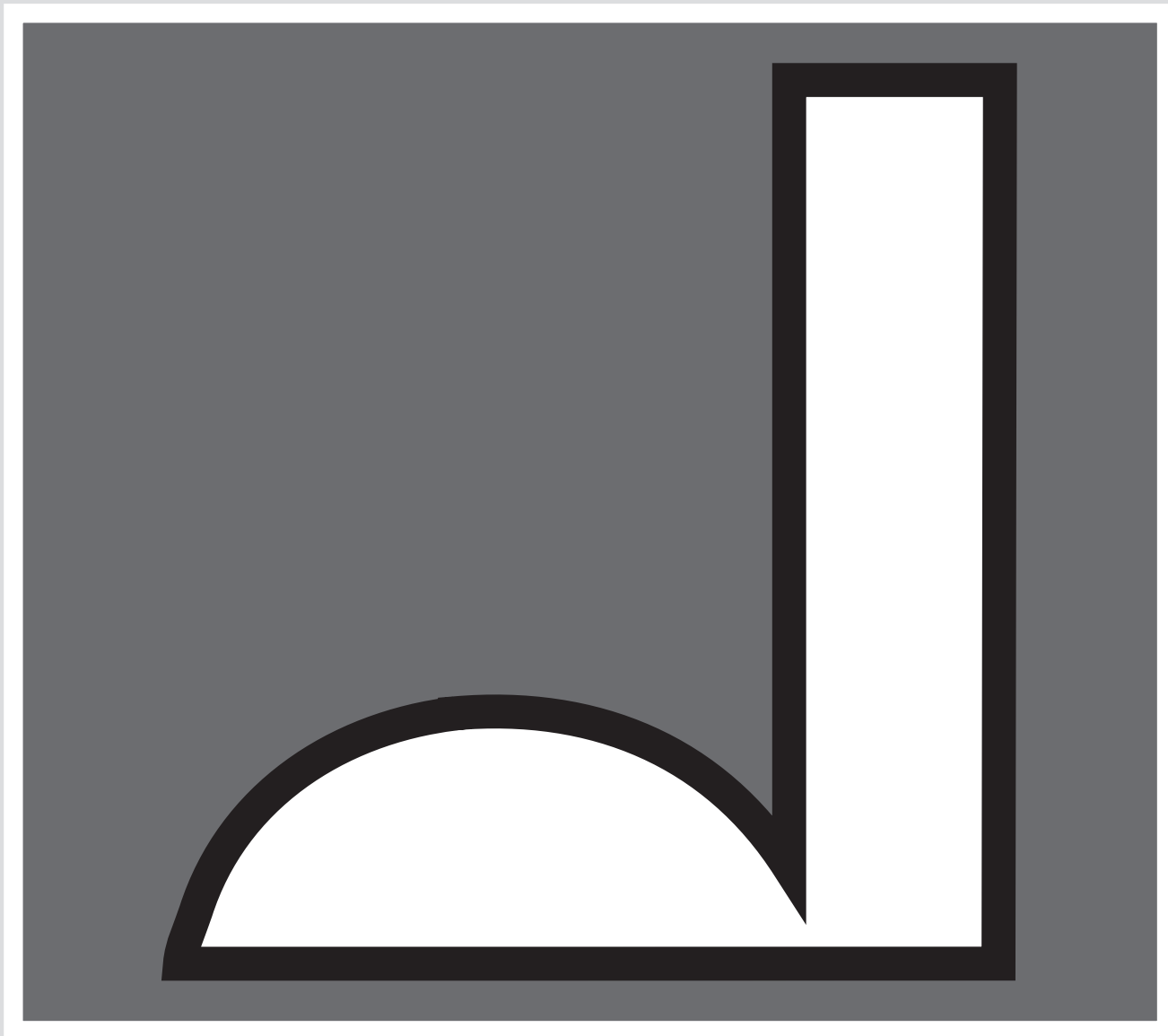




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 057 - TERÇA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Moraes – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Amir Lando Valdir Raupp Gilberto Mestrinho Valmir Amaral Garibaldi Alves Filho Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Mota</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PL/PSB/PPS) – 23</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p>	<p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Robert Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PL – 4 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB</p>	<p>Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 29</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonhas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 4-5-2005

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 58ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 9 DE MAIO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Extinção, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em sua 2ª Reunião realizada no dia 1º de março do corrente ano, da Subcomissão Permanente destinada a acompanhar as Obras Inacabadas e/ou Suspensas que tenham recebidos recursos da União. 13772

Recebimento do Aviso nº 16, de 2005 (nº 153/2005, na origem), do Ministério da Fazenda, comunicando que, nos meses de janeiro a março de 2005 não consta qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. 13772

Recebimento do Aviso nº 17, de 2005 (nº 155/2005, na origem), encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta no mês de março de 2005, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos municípios..... 13772

Designação da Comissão Especial Temporária, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referente às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano, criada pelo Requerimento nº 60, de 2005, de acordo com as indicações das Lideranças..... 13772

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 1.280, de 2004, 30 e 52, de 2005, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. ... 13772

1.2.2 – Ofício

Nº 57/2005, de 5 do corrente, do Líder do PFL no Senado Federal, Senador José Agripino, comunicando sua ausência dos trabalhos da Casa no próximo dia 10 de maio, para uma viagem ao exterior, em caráter particular, devendo o Senador

Demóstenes Torres responder pela Liderança durante sua ausência. 13773

1.2.3 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 19, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Aelton Freitas, que altera os arts. 21 e 223 da Constituição Federal para modificar a competência da União para explorar serviços de radiodifusão. 13773

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2005, de autoria do Senador Aelton Freitas, que denomina “Aeroporto de Uberaba – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da Cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais..... 13780

Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Capanha, na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul. 13780

1.2.5 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 183/2005, de 3 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 1989 – Complementar..... 13781

Nº 184/2005, de 3 do corrente, comunicando o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1993..... 13781

Nº 185/2005, de 4 do corrente, comunicando a rejeição do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2005, oferecido pelo Senado Federal à Medida Provisória nº 229, de 2004, bem como, o envio, à sanção, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2005, aprovado por aquela Casa na sessão plenária do dia 28 de abril de 2005..... 13781

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 491, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando à Ministra de Minas e Energia as informações que menciona..... 13782

Nº 492, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Mestre Oswaldo Fadda, ocorrido no Rio de Janeiro. 13782

Nº 493, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao advogado Tércio Lins e Silva, pelo lançamento do livro O que é ser Advogado	13782	tica internacional de prevenção e combate à Aids. Críticas ao Governador Blairo Maggi pela política de educação implantada no Estado de Mato Grosso...	13812
Nº 494, de 2005, de autoria do Senador José Jorge, solicitando ao Ministro de Estado da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República as informações que menciona.....	13783	SENADOR ALVARO DIAS – Insatisfação com a decisão que paralisou os trabalhos do Congresso Nacional, em virtude da Reunião de Cúpula da América do Sul – Países Árabes. Críticas ao modelo político adotado pelo Governo Lula.....	13814
Nº 495, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as informações que menciona.....	13783	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Críticas à suspensão dos trabalhos do Congresso Nacional, amanhã, em razão da Reunião de Cúpula da América do Sul – Países Árabes. Ausência de divulgação, por parte da mídia árabe, ao referido evento.	13816
Nº 496, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Secretário Especial de Direitos Humanos as informações que menciona.	13784	1.2.8 – Ofícios	
1.2.7 – Discursos do Expediente		Nº 156/2005, de 29 de abril último, do Senador Paulo Paim, comunicando irregularidades no Banco do Estado de São Paulo – BANESPA, privatizado em novembro de 2000.....	13823
SENADOR MARCO MACIEL – Reflexões sobre o papel do Mercosul no processo de integração regional.....	13785	Nº 50/2005, de 9 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de indicação do Senador Álvaro Dias como 1º Vice-Líder daquele bloco.	13841
SENADOR JOSÉ JORGE – Excesso na criação de cargos pelo Governo Lula. Considerações sobre a cartilha “Politicamente Correto em Direitos Humanos”, editada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos e suspensa pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.	13788	1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR PEDRO SIMON – Importância da Reunião de Cúpula da América do Sul – Países Árabes, que ocorre em Brasília nos dias 10 e 11 do corrente.....	13791	SENADOR PAULO PAIM – Abandono do sistema ferroviário nacional, oportunidade em que conclama pela sua retomada. Homenagem pelo transcurso do aniversário da cidade de Santa Maria-RS.....	13841
SENADOR AELTON FREITAS – Privilégios concedidos pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) à empresa Brasil Ferrovias em detrimento da MRS Logística S.A.....	13792	SENADOR DELCÍDIO AMARAL, como Líder – Informa que o setor ferroviário está entre as prioridades do Presidente Lula.....	13844
SENADOR TIÃO VIANA – Aplauso ao Presidente Lula pela Reunião de Cúpula da América do Sul – Países Árabes.	13793	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista do Senador Antonio Carlos Magalhães denominando o Presidente da República de enganador, em face dos atrasos na liberação de verbas federais para o metrô de Salvador. Registro da matéria “Militares Atolados em Dívidas”, publicada no Correio Braziliense de hoje. Entrevista concedida pelo Vice-Presidente, Sr. José Alencar, à revista IstoÉ Dinheiro , intitulada “Posso ser presidente”.....	13846
SENADOR MÃO SANTA – Protesto contra a política econômica e gastos públicos praticados pelo Governo do Presidente Lula.	13795	SENADOR HERÁCLITO FORTES – Críticas Governo Lula pelo não cumprimento das promessas de campanha e promessas feitas após a assunção ao poder. Transcrição, nos Anais do Senado, de artigo do jornalista Alysson Paixão intitulado “Há um ano acontecia uma das maiores tragédias do Piauí”.	13852
SENADOR LEONEL PAVAN – Protesto contra a péssima situação das rodovias federais destacando, em especial, a realidade das estradas do Estado de Santa Catarina.	13798	SENADOR EDISON LOBÃO – como Líder – Reivindica políticas governamentais para diminuir o índice de violência no País.	13855
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Importância do evento intitulado “Olhares sobre 1985 – 20 anos de Redemocratização do Brasil – Debate entre Estadistas”, promovido pelo Jornal do Brasil , Gazeta Mercantil e pela revista Forbes	13802	SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Louvor aos parlamentares que permitiram a realização da sessão legislativa ordinária de hoje. Protesto contra a decisão que suspendeu os trabalhos do Congresso Nacional, amanhã, em razão da Reunião de Cúpula da América do Sul – Países Árabes.	13857
SENADOR ALBERTO SILVA – Reivindicação da adoção de medidas para a reconstrução das estradas brasileiras.	13810		
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – A importância da BR-158 para o escoamento da produção de Mato Grosso. Destaque para a reunião de cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e dos países árabes. Congratulações ao Governo brasileiro pela posição assumida na polí-			

SENADOR *NEY SUASSUNA* – Realização de concorrência para a retomada das obras da BR-101. Concessão de licença, pelo Ibama, para a integração da bacia do Rio São Francisco. 13859

SENADOR *RODOLPHO TOURINHO* – Protesto contra a decisão de suspender os trabalhos do Congresso Nacional, em razão da Reunião de Cúpula da América do Sul – Países Árabes. Importância econômica da construção de gasoduto na Bahia. ... 13862

SENADOR *GARIBALDI ALVES FILHO* – Considerações sobre os trabalhos a serem realizados pela comissão instituída pelo Governo Federal com vistas a estudar mecanismos de valorização do salário-mínimo. 13863

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Posicionamento contrário à paralisação das atividades parlamentares amanhã, em virtude da realização da Reunião de Cúpula da América do Sul – Países Árabes. Reconhecimento da liderança do Brasil entre os países do Cone-Sul. 13865

1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *TEOTÔNIO VILELA FILHO* – Registro de artigo intitulado “O PT manda bala no alvo errado”, de autoria do articulista Augusto Nunes, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 16 de abril do corrente. 13869

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro de matéria intitulada “A marcha dos 13 mil”, publicada na revista **Época**, edição de 1º de maio do corrente.. 13873

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Comentários sobre o texto publicado no jornal **Correio Braziliense**, sob o título “O nhenhê dos juro”, edição do dia 28 de abril do corrente. 13875

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro de artigo intitulado “Quem manda na economia?”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição do dia 28 de abril do corrente. 13876

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Registro de matéria intitulada “Dirceu vai à Venezuela para falar sobre Cuba com Chavez”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 26 de abril do corrente. 13877

SENADOR *ALMEIDA LIMA* – Registro de entrevista do Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, Sílvio Pereira, concedida à revista **Época**, publicada sob o título “Não podemos mais vender sonhos”, edição de 18 de abril do corrente. 13878

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Homenagem à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, que completa 32 anos de atividades.. 13881

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Preocupação com o nível de remuneração dos membros das Forças Armadas. 13882

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Lembrando as Sr^{as} e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária quarta-feira, dia 11, com ordem do dia designada. 13883

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO.

Ata da 58ª Sessão Não Deliberativa, em 9 de maio de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Tião Viana, da Sra. Serys Slhessarenko,
dos Srs. Heráclito Fortes, Leonel Pavan e Mão Santa*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em sua 2ª Reunião realizada no dia 1º de março do corrente ano, extinguiu a Subcomissão Permanente destinada a acompanhar as Obras Inacabadas e/ou Suspensas que tenham recebidos recursos da União.

O processado do **Requerimento nº 23, de 2003–CFC** vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda os seguintes Avisos:

– nº 16, de 2005 (nº 153/2005, na origem), comunicando, nos termos do art. 42 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que nos meses de janeiro a março de 2005, não consta qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e

– nº 17, de 2005 (nº 155/2005, na origem), encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta no mês de março de 2005, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

Esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelas unidades da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Os expedientes, anexados ao processado do Aviso nº 9, de 2005, vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – A Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa a Comissão Especial Temporária destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referente às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano, criada pelo Requerimento nº 60, de 2005.

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

PMDB

Luiz Otávio
Papaléo Paes

José Maranhão
Valmir Amaral

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

Serys Slhessarenko
Ana Júlia Carepa

Flávio Arns
Cristovam Buarque

PDT/P-SOL

Heloísa Helena

Augusto Botelho

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Decreto Legislativo nº 1.280, de 2004 (nº 2.266/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Cidade Gaúcha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2005 (nº 1.205/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Porto Santo Radiodifusão Ltda. para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás; e

– Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2005 (nº 1.292/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Nativa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Edéia, Estado de Goiás.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte:

OF. Nº 57/05-GLPFL

Brasília, 5 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo a V.Exa que estarei ausente dos trabalhos do Senado Federal no próximo dia 10 de maio quando farei uma breve viagem ao exterior, em caráter particular.

Informo, na oportunidade, que o Senador Demóstenes Torres estará respondendo pela Liderança do PFL durante a minha ausência.

Cordialmente, Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Mesa encaminhará o ofício que acaba de ser lido à publicação.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 19, DE 2005

Altera os arts. 21 e 223 da Constituição Federal para modificar a competência da União para explorar serviços de radiodifusão.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A alínea **a**, do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21.

.....
XII –

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, excetuadas as modalidades de curto alcance definidas em lei;
..... (NR)”

Art. 2º O **caput** do art. 223 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão ou autorização para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, à exceção das modalidades de curto alcance definidas em lei, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.
..... (NR)”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Poder Constituinte originário estabeleceu proteções especiais às empresas de radiodifusão, reconhecendo que a missão de acompanhar e controlar as ações estatais exige garantias constitucionais contra o abuso de poder. Afinal, a liberdade de expressão e a diversidade de fontes de informação são pilares do Estado Democrático de Direito.

Nesse sentido, o art. 223 da Carta Magna determinou regras diferenciadas para os processos de outorga e de renovação das concessões, permissões e autorizações de serviços de radiodifusão, na medida em que:

1) transferiu ao Congresso Nacional a competência para validar os atos do Executivo, limitando o poder do governo de revisar contratos e permissões de empresas que façam oposição às suas políticas;

2) estabeleceu que a não-renovação depende da aprovação de dois quintos dos votos em cada Casa, em votação nominal;

3) determinou que o cancelamento de concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial;

4) dificultou a redução dos prazos de concessão e permissão para emissoras de rádio e televisão, estabelecidos em dez e quinze anos, respectivamente.

Tais especificidades moldam há anos o serviço público de radiodifusão sonora e de sons e imagens, por meio do qual o Estado tenta garantir à sociedade a existência e a permanência de meios de informação independentes das autoridades governamentais e comprometidos, por lei, com a veiculação de conte-

údo que proporcione informação, formação cultural e entretenimento.

O paradigma das comunicações como um serviço público, ou seja, como uma atividade regulada e executada sob controle total do Estado, remonta ao berço do rádio, nos anos 30, e da televisão, na década de 50. Por serem tecnologias de comunicação capazes de produzir impacto social relevante, em função de seu alcance e penetração, os Estados temiam que fossem usadas na difusão de ideologias oposicionistas.

Nos últimos vinte anos, entretanto, a globalização de mercados, bens, serviços e capitais comandou uma reestruturação profunda no modo de produção e acumulação de riqueza. Apoiada na evolução tecnológica, vem se formando a chamada “Sociedade da Informação”, na qual todas as atividades humanas, do lazer à comercialização de produtos, passam a depender de maneira crescente dos meios eletrônicos de comunicação. Produzir e disseminar informação tomou-se um excelente negócio, e as empresas detentoras dos meios de produção, como em qualquer outra atividade econômica capitalista, buscam expandir suas operações. Nesse caso, passam a atuar desde a produção do conteúdo até sua entrega ao consumidor final.

Como resultado, semelhante ao que ocorre em outras atividades, grande parcela da sociedade fica entregue às escolhas dos agentes privados que, em nome do Estado, prestam o serviço. Entretanto, quando se definem os processos produtivos da informação, está a se discutir não apenas uma mercadoria, mas o elemento-chave do modo de desenvolvimento pós-industrial.

Nesse contexto, o Estado não deve se colocar como mais um obstáculo para sociedade no acesso à informação. Ao contrário, deve criar alternativas que permitam a cada indivíduo fazer uso das tecnologias de comunicação, em busca de seu progresso material e social. Por isso, a radiodifusão, assim como qualquer outro serviço de comunicação eletrônica, não pode mais ser tratada exclusivamente como serviço público, no sentido atribuído pela legislação brasileira: competência privativa da União para legislar, explorar e, em consequência, autorizar terceiros a ingressar na atividade. A multiplicidade de finalidades, de aplicações, de tecnologias e de perfis socioeconômicos de audiência requer que a legislação contemple diferentes regimes jurídicos para o serviço de radiodifusão, fazendo surgir modalidades nas quais o Estado reduza seu nível de interferência.

No Brasil, contudo, as disposições constitucionais são válidas para todas as modalidades de serviços de rádio e televisão (comerciais, educativas, de curto ou longo alcance, com ou sem fins lucrativos, etc), independentemente da missão da empresa e do tamanho de sua audiência. Sem revisão do texto constitucional, não há alternativa possível de ser concebida para reduzir a interferência estatal na atividade.

Milhares de municípios brasileiros, que necessitam dispor de um meio eficiente e barato para disseminação da informação, que garanta a livre manifestação do pen-

samento e o acesso à informação, entre outros direitos e garantias individuais, cláusulas pétreas de nossa Constituição, ainda não contam com um único serviço de rádio. Em contraste, há, desde a edição da Lei nº 9.472, de 1997, políticas definidas e recursos privados sendo aplicados no esforço de universalização do acesso a serviços de telecomunicações, com bons resultados. Por que não ocorre o mesmo para a radiodifusão?

O que se observa, vinte anos após a redemocratização do País, é que a rigidez constitucional no trato dos meios de comunicação social tomou-se inadequada. Admite-se que a competência privativa da União para legislar sobre o tema seja preservada, considerando o papel de regulador e fomentador do Estado, aplicado a um setor-chave da economia mundial. Todavia, ao se manter a exclusividade de exploração da União, e a conseqüente necessidade de outorga a agentes privados, para todas as modalidades de serviço de radiodifusão, inclusive as de curto alcance, ficam prejudicados a democracia e o processo de desenvolvimento socioeconômico do País.

O Ministério das Comunicações recebe, anualmente, milhares de processos referentes à outorga e à renovação de serviços de radiodifusão. Em média, a apreciação desses processos, no âmbito do Poder Executivo, leva cerca de três anos. Em vários casos, a validação final do ato pelo Congresso consome mais de dez anos, o que equivale ao próprio prazo de concessão de uma rádio. Esses dados evidenciam certa ineficiência das regras constitucionais vigentes, quando aplicadas indiscriminadamente a todas as modalidades de radiodifusão. Não é razoável que as regras válidas para emissoras de rádio e televisão cujas mensagens alcançam milhões de pessoas também se apliquem a rádios comunitárias, ou a qualquer outro serviço de curto alcance, restrito a uma área inferior a de um município. Há milhares de pedidos em fila, aguardando anos pela apreciação do Poder Público, enquanto uma parcela da população não dispõe de meios triviais de comunicação.

Os serviços de comunicação de curto alcance operam em baixa potência e foram sendo concebidos para atender a bairros ou localidades de raio de poucos quilômetros. Normalmente, veda-se a formação de rede por essas emissoras, de forma a se manter o compromisso apenas com a comunidade local. Com relação à interferência em outros serviços eletrônicos de comunicação, o risco é mínimo, já que se reservam frequências únicas de operação para todo o território nacional. Considerando tais especificidades, os serviços de radiodifusão de curto alcance – as rádios comunitárias são um ótimo exemplo – podem gozar de maior liberdade jurídica. Trata-se, como já frisado anteriormente, de um direito individual e fundamental de comunicação e expressão, e de uma necessidade na nova Sociedade da Informação. O excessivo controle da União sobre as modalidades de radiodifusão de curto alcance *não é* razoável, nem proporcional, além de atrasar o desenvolvimento socioeconômico

e prejudicar o acesso a informação, condições básicas para a que a democracia se consolide nas regiões menos assistidas do País.


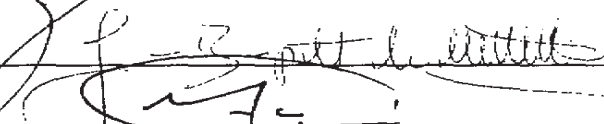

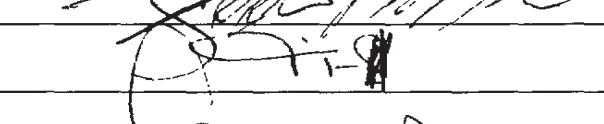
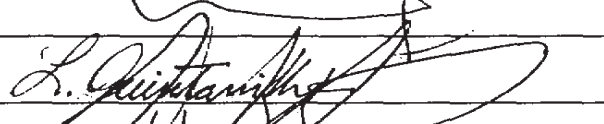
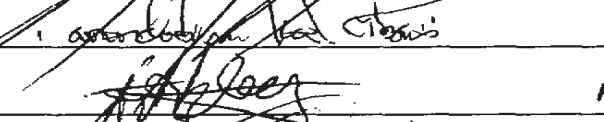
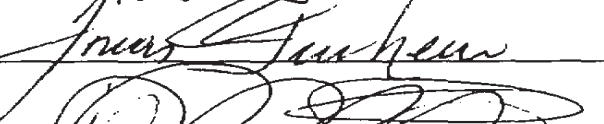
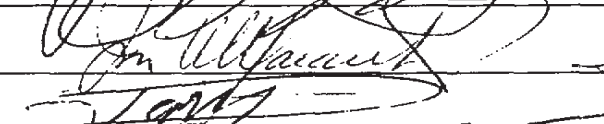

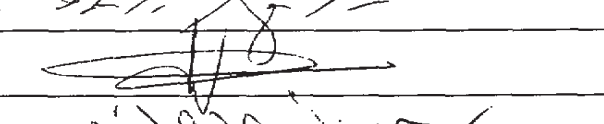
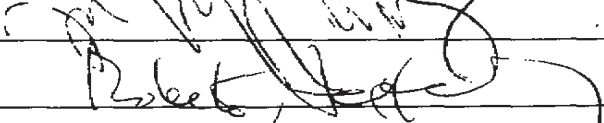


Ante o exposto, apresento proposta de Emenda à Constituição que visa retirar da União a competência para explorar os serviços de radiodifusão de curto alcance, nos termos que lei federal vier a definir. A proposição também extingue, por conseguinte, a necessidade de expedição de ato administrativo que autorize a execução dessas modalidades de radiodifusão,

as quais, analogamente à radiodifusão comunitária, serão regulamentadas em lei. A proposta mantém a União como único ente competente para legislar sobre o tema, nos termos do art. 22, IV, da CF.



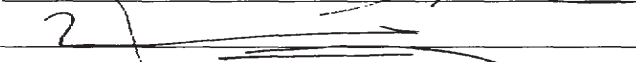


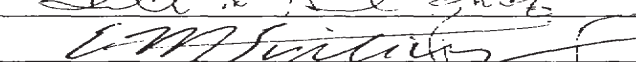
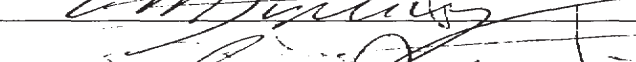
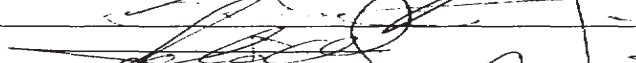


Com a certeza de estar contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e do País, conto que o debate sobre a questão se estabeleça no âmbito desta Casa.

Sala das Sessões, 9-5-05. – Senador **Aelton Freitas**.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2005

1.  _____
2.  _____ JOÃO BATISTA MOIA
3.  _____ CAMINHA
4.  _____ LUIZ CLÁUDIO
5.  _____ JOÃO REBECK
6.  _____ FRANCISCO PEREIRA
7.  _____ MARCELO CAVELLA
8.  _____ LEONAR QUINTANILHA
9.  _____ ELTON RIBEIRO
10.  _____ ANTERO PAES
11.  _____ JONAS PINHEIRO
12.  _____ AUGUSTO BOAL
13.  _____ JOSÉ MACIEL
14. _____ PAULO PÔRTO
15. _____ MOISÉS
16. _____ EDUARDO AZEREDO
17. _____ ALMEIDA LIMA
18. _____ JOSÉ TORÓ
19. _____ RUBERTO SATURNINO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2005

20.		SÉRGIO GUERRA
21.		GARIBALDI
22.		PAULO ARAÚJO
23.		DEMÓSTENES TORRES
24.		ZECILDO
25.		EDUARDO SUPLICY
26.		EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
27.		PAULO OTÁVIO
28.		MAGNO MALTA
29.		LUCIA VANILA

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

CONSTITUIÇÃO

DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Texto constitucional promulgado em
5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas
pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 44/2004 e
pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94.

Brasília - 2004

Arts. 20 e 21

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

- a) **os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;**
- b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;
- c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;
- d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;
- e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
- f) os portos marítimos, fluviais e lacustres.

XIII – organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defesa Pública do Distrito Federal e dos Territórios

XIV – organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

XV – organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

XVI – exercer a classificação, para efeito indicativo, de divisões públicas e de programas de rádio e televisão;

XVII – conceder anistia;

XVIII – planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

XIX – instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;

XX – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

XXI – estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

XXII – executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

- a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;
- b) sob regime de concessão ou permissão, é autorizada a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos medicinais, agrícolas, industriais e atividades análogas;
- c) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa;

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, éstas, as áreas referidas no art. 26, II;

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

VII – os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pre-históricos;

XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios;

1 – assegurar, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no processo de exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou concessão de licença por essa exploração

2 – A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras litorâneas, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Art. 21. Compete à União: (EC nº 8/95 e EC nº 19/98)

I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

II – declarar a guerra e celebrar a paz;

III – assegurar a defesa nacional;

IV – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

A – decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

VI – autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII – emitir moeda;

VIII – administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

X – manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

Arts. 219 a 225

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

§ 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º.

§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional.

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar o recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

CAPÍTULO VI

Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

Arts. 219 a 225

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens devessem pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.

§ 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º.

§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o art. 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional.

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste Capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

CAPÍTULO VI Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº153, DE 2005

Denomina “Aeroporto de Uberaba – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O aeroporto de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, passa a denominar-se “Aeroporto de Uberaba – Mário de Almeida Franco”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Mário de Almeida Franco foi um pecuarista e aviador eminente, que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da região de Uberaba e para o sucesso do agro-negócio brasileiro. Nascido em Ribeirão Preto (SP), em 5 de agosto de 1910, mudou-se para Uberaba em 1936, tendo falecido aos 64 anos, em 1974, na cidade do Rio de Janeiro.

Mário de Almeida Franco foi um dos maiores criadores e exportadores nacionais de gado zebu. Defendeu pioneiramente a vacinação do gado contra a febre aftosa, posteriormente encampada e transformada em campanha oficial pelo governo federal. A importância dessa iniciativa pode ser aquilatada nos dias de hoje, em que requisitos fito-sanitários são rigorosamente exigidos pelos países importadores de carne bovina, sendo o Brasil um dos maiores exportadores mundiais. Seu profundo conhecimento da pecuária levou-o à condição de conselheiro do Presidente Getúlio Vargas sobre essa matéria.

Apaixonado pela aviação, habilitou-se como piloto em 1938, no Aeroclube de Uberaba, tendo sido um dos primeiros proprietários de aviões da região. Mário de Almeida Franco contribuiu decisivamente para o fortalecimento do nosso desenvolvimento aeronáutico, oferecendo seu campo de aviação para que diversos pilotos pudessem cumprir as horas de voo necessárias para a obtenção do “brevê”. Além disso, doou a área onde se localiza o aeroporto de Uberaba, que integra-

va a Fazenda São Geraldo, de sua propriedade, que é um dos cartões postais daquela localidade.

A Câmara Municipal de Uberaba, em reconhecimento à sua contribuição para o desenvolvimento da cidade, atribuiu seu nome ao aeroporto local. Em se tratando de um aeroporto federal, faz-se necessário, entretanto, que tal homenagem seja consagrada pelo Congresso Nacional, razão pela qual apresentamos a presente proposição, na certeza de contar com o apoio de nossos ilustres pares.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2005. – Senador **Aelton Frutas**.

(À Comissão de Educação, decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Campanha, na cidade Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, ouvida a parte interessada, a federalizar a Universidade da Região da Campanha (URCAMP) com sede no Município de Bagé, bem como seus campus situados em Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Itaqui situados no Estado do Rio Grande do Sul, em Universidade Federal da Campanha (URCAMP).

Art. 2º A URCAMP terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, podendo, para tal, celebrar convênios com os governos estaduais e municipais.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da URCAMP, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidos nos termos de seu Estatuto e das normas pertinentes.

Art 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ao longo das últimas décadas a Metade Sul do nosso estado vêm acumulando a falta de investimentos tanto do poder público quanto do setor privado. O atraso econômico tem provocado o aumento gradativo das taxas de desemprego e por consequência o empobrecimento da população.

É com certeza uma região emblemática, talvez a mais preocupante do RS e que carece de atenção especial dos governos federal, estadual e municipal,

e sem dúvida uma parceria com a sociedade civil na formulação de iniciativas que impulsionem o desenvolvimento pleno. Uma discussão que está iniciando é quanto da possibilidade da federalização da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), que possui sede em Bagé e mais oito campus localizados em Santana do Livramento, Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Perito, Itaqui, São Bota e São Gabriel. Conforme os atores envolvidos o fator preponderante desta iniciativa é a recuperação social e econômica da região.

A transformação da URCAMP em universidade federal traria mais produção científica, tecnológica e de conhecimento, que sem dúvida, influenciaria nos setores produtivos e econômicos.

Sabe-se que a reitoria da URCAMP entregou ao ministério da educação, projeto de viabilidade e descrição da região econômica atendida pela instituição a fim de embasar a importância da federalização desta universidade. O projeto contempla um estudo aprofundado da situação econômica e acadêmica da instituição e uma radiografia da região da campanha e fronteira sudoeste em seu contexto socioeconômico. Sabemos da boa disposição do Ministro Tarso Genro para com a região.

Reitero a importância deste debate, ainda mais que o projeto de Reforma Universitária a ser apresentado pelo MEC ao Congresso Nacional deverá contemplar a possibilidade que a União invista recursos na instalação de universidades em áreas de depressão econômica.

O debate estabelecido pela URCAMP, além da implantação de uma nova instituição a partir da estrutura atual, tem como princípio elementar à preservação do corpo docente da universidade e de seu quadro de funcionários. Para desenvolvermos a região não basta apenas a federalização da instituição. É claro que este talvez seja o primeiro passo. Mas é preciso muito mais. É preciso ir além. Com políticas efetivas e integradas com as comunidades. E necessariamente num espaço democrático. Entendo que as forças vivas de Bagé e região estão de parabéns pela iniciativa de propor a federalização da Universidade da Região da Campanha. O importante é que o debate está aberto, após a apresentação deste projeto de lei, na qual conto com a colaboração dos ilustres pares na aprovação do mesmo.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2005, – Senador **Paulo Paim**.

(À Comissão de Educação, – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

São lidos os seguintes:

PS-GSE nº 183/05

Brasília, 3 de maio de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei Complementar nº 193, de 1989 (PLS nº 166/89), que “Exclui, da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza, a exportação para o exterior dos serviços que menciona, nos termos do inciso II do § 4º do art. 156 da Constituição Federal”.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

PS-GSE nº 184/05

Brasília, 3 de maio de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei nº 4.590, de 1994 (PLS nº 113/93), que “Dispõe sobre o atendimento preferencial da clientela que especifica nos órgãos da Administração Pública Federal direta e indireta”.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os expedientes que acabam de ser lidos serão anexados aos processados dos Projetos de Lei do Senado nºs 166, de 1989, e 113, de 1993, respectivamente, e vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 185/05

Brasília, 4 de maio de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, em Sessão Plenária do dia 28-4-05, foi rejeitado o PLV nº 7/05,

oferecido por essa Casa à Medida Provisória nº 229/04, do Poder Executivo, exceto a expressão “com a redação dada pela Lei nº 10.884, de 17 de junho de 2004”, constante de seu art. 1º.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que, nesta data, foi enviado à sanção o Projeto de Lei de Conversão nº 4/05 (MPv 229/04), que “Acrescenta parágrafos ao art. 10 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e prorroga os prazos previstos nos arts. 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003”, aprovado nesta Casa na Sessão Plenária do dia 29-4-05.

Encaminho, em anexo, o processado do referido Projeto e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, o processado do **Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2005** (proveniente da Medida Provisória nº 229, de 2004), vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002–CN.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 491, DE 2005

Requer à Ministra das Minas Energias informações acerca de denúncia do Ministério Público de terceirização da administração da estatal Eletronuclear, subsidiária da Eletrobrás e operadora das Usinas Angra I e Angra II.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas à Ministra das Minas e Energia informações acerca de denúncias do Ministério Público do Trabalho e do Tribunal de Contas da União, dando conta da contratação de mão-de-obra terceirizada pela Eletronuclear, operadora das Usinas Angra I e Angra II, conforme publica o jornal **O Globo**, em sua edição de 9 de maio de 2005.

Justificação

O Jornal **O Globo**, na edição do dia 9 de maio de 2005, recebeu denuncia do Ministério Público do trabalho e do TCU a respeito de contratação de mão-de-obra terceirizada pela Eletronuclear, empresa operadora das Usinas Angra I e Angra II. O valor dessa contratação

irregular seria de R\$8,658 milhões, o que levou o TCU, a promover investigação por essa prática.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 492, DE 2005

Requer voto de pesar pelo falecimento do Mestre Oswaldo Fadda, lendário professor de Jiu-Jitsu e responsável pela formação de inúmeros atletas na periferia do Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, no mês passado, de Mestre Oswaldo Fadda, figura lendária das artes marciais no País e responsável pela formação de inúmeras pessoas em Jiu-Jitsu especialmente na periferia do Rio de Janeiro.

Requeiro, também, que o voto de pesar do Senado seja comunicado aos familiares de Oswaldo Fadda.

Justificação

Mestre dedicado em artes marciais no País, Oswaldo Fadda tomou-se figura lendária no Rio de Janeiro, tornando-se conhecido por ter disseminado o Jiu-Jitsu na periferia daquela cidade. Ele foi responsável pela formação de centenas de jovens, merecendo, pois, a homenagem que ora proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2005. – Senador **Artur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 493, de 2005

Requer voto de aplauso ao advogado Tércio Lins e Silva, pelo lançamento de seu livro O que é ser Advogado.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao advogado Tércio Lins e Silva, pelo lançamento de seu livro **O que é ser Advogado**.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

O voto ora requerido justifica-se pela contribuição do advogado Tércio Lins e Silva, que está lançando o livro **O que é ser Advogado**, obra em que insere, inclusive, pormenores sobre o julgamento de Doca Street, a quem Tércio defendeu, juntamente com seu tio Evandro Lins e Silva, de inesquecível saudade pelo muito que ensinou à cultura jurídica do País.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Aelton Freitas.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 494, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, Dr. Nilmário Miranda, a seguinte solicitação de informações a respeito da publicação e distribuição da Cartilha intitulada “Politicamente Correto – Direitos Humanos”:

1) O quantitativo de exemplares que foram confeccionados e efetivamente distribuídos à sociedade brasileira, com a indicação da autoria, do público a quem se destina, os critérios de distribuição e da responsabilidade da publicação;

2) os valores gastos pelo Governo Federal com a confecção e distribuição da mencionada Cartilha, com a indicação do montante de recursos públicos que foram empregados para essa finalidade; e

3) quem é ou quem são os responsáveis pelo ressarcimento aos cofres públicos das quantias pagas com a confecção/distribuição das Cartilhas impressas em vista da suspensão de sua distribuição, com a indicação das providências adotadas pelo Governo Federal para o ressarcimento aos cofres públicos das despesas decorrentes da produção e remessa dos exemplares.

Justificação

É atribuição do Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar as políticas públicas levadas a efeito por parte do governo e essa tarefa se faz extremamente necessária quando se pretende abordar tema que tem sido, nos últimos dias, amplamente divulgado pela imprensa: a publicação e distribuição, pelo Poder Público, de exemplares de uma Cartilha denominada “Politicamente Correto – Direitos Humanos”, com custos pagos pelo erário.

Faz-se necessário, portanto, o atendimento da nossa solicitação por parte do Sr. Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, especialmente para nos posicionarmos a respeito das consequências da adoção dessa medida altamente prejudicial à sociedade brasileira.

Por todo o exposto, aguardamos sejam requeridas ao Sr. Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2005. – **José Jorge**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 495, DE 2005

Requer ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações relativas ao projeto do BNDES de reestruturação da malha ferroviária.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros,

Com fundamento no disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no inciso I, alínea “a”, do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas, ao Ministro de Estado do, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as seguintes informações relativas ao projeto do BNDES de investimentos com o objetivo da reestruturação de trechos da malha ferroviária federal:

1) Quais, especificamente, foram os trechos privatizados da malha ferroviária federal? Qual o montante arrecadado por cada trecho nos leilões de privatização? Quem são os titulares detentores e, se houver mais de um por concessão, quais suas respectivas composições participativas / acionárias de cada trecho concedido que foi leiloadado?

2) Houve aporte de recursos públicos para financiar as aquisições dos trechos privatizados? Se houve, qual ente público que

emprestou? A quem emprestou? E quanto foi emprestado por cada trecho e/ou contrato de concessão?

3) Fundos de Pensão de entes públicos participaram ou participam na composição dos trechos privatizados? Se sim, com que montante e em qual trecho participam ou participaram?

4) Qual é exatamente o projeto do BNDES para a reestruturação do setor ferroviário privatizado? Quanto será financiado? A quem? Como ficará a participação do BNDES nas concessões? Por quanto tempo intervirá o BNDES?

5) Fala-se em criação e implantação de corredores ferroviários, e segundo a imprensa, programa-se infra-estrutura diferenciada, inclusive com bitolas de calibres diferentes, isto é verdade? Qual o projeto técnico deste programa de reestruturação?

Justificação

O jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 6 de maio do corrente, notícia que após quase 9 anos das privatizações, há a necessidade de uma participação massiva e intensa do poder público no setor ferroviário. Objetivamente a matéria fala de reestruturar o fracasso das atividades privadas e das políticas públicas neste tipo de transporte.

Mais uma vez o que assusta e preocupa, além de mais uma malfadada, impensada e precipitada ação pública tal com foi o aodamento das privatizações, é a obscuridade e possível negligência com que é tratado o tema. Como se fossemos uma pátria riquíssima, se não tivéssemos nenhuma premência ou urgência no aspecto social, especula-se em aportes bilionários, em salvamento de empresas e em investimentos e recuperação do setor. De forma, que com estas preocupações e no sentido de evitar que novos erros se perpetuem, submeto a meus pares estes questionamentos que devem ser encaminhados à autoridade responsável.

Sala das Sessões, de maio de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

REQUERIMENTO Nº 496, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Secretário Especial de Direitos Humanos sobre o custo e a tiragem da cartilha editada com o título “Politicamente Correto & Direitos Humanos

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regi-

mento Interno, requiero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Secretário Especial de Direitos Humanos sobre o custo e a tiragem da cartilha editada com o título “Politicamente Correto & Direitos Humanos

1) Quem editou a cartilha intitulada “Politicamente Correto & Direitos Humanos”?

2) Qual foi a tiragem da referida cartilha?

3) Qual o custo dessa tiragem?

4) Que destino será dado às cartilhas que não foram distribuídas?

Justificação

A imprensa noticiou que a cartilha “Politicamente Correto & Direitos Humanos” teve a sua distribuição suspensa, após inúmeras críticas. Ocorre que a edição desse material implicou em gasto de dinheiro público que, com essa decisão, será desperdiçado.

A fim de esclarecer o processo que envolveu a produção dessa publicação é que peço os esclarecimentos acima.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2005. – **Artur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao eminente Senador Marco Maciel.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se possível fosse, gostaria que V. Exª informasse a esta Casa sobre os trabalhos que serão desenvolvidos nos dias de amanhã e depois de amanhã.

A Comissão de Infra-Estrutura, a qual presido, realizará, no dia de amanhã, audiência pública, trazendo a Brasília algumas pessoas do setor aeroviário. Quando dirigia-me ao Senado, a Rádio Senado informava que V. Exª não apenas anunciaria o cancelamento da sessão de hoje – o que não ocorreu e, por isso, solicito à Rádio Senado que retifique a notícia –, motivo pelo qual, inclusive, quase retorno para minha casa, como também amanhã não teríamos sessão. Eu gostaria de saber isso ao certo para poder tomar providências

antecipadas com relação ao cancelamento da vinda dessas pessoas a Brasília.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

A Mesa informa que, não tendo havido nenhuma comunicação formal anterior, tomei a decisão de abrir a presente sessão, na qual há o **quorum** exigido pelo Regimento.

A sessão de hoje transcorrerá normalmente, e a Secretaria-Geral acaba de informar que houve um entendimento entre a Presidência da República, o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara no sentido de que não haverá sessão amanhã. Será dado ponto facultativo aos servidores, mas, hoje, teremos a sessão do Senado transcorrendo normalmente.

É essa a informação que a Mesa dá a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pela informação, porque haverá tempo para que não só a minha Comissão, mas todas as Comissões tomem as providências de cancelamento de audiências, que envolvem pessoas que se deslocarão de suas cidades até a Capital Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Quarta-feira teremos sessão deliberativa ordinária.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero me inscrever, em primeiro lugar, para uma comunicação inadiável, se possível antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, pode parecer estranho dizer o óbvio, isto é, que o Mercosul é importante para o Brasil e os países que o integram, quer como membros instituidores, quer como membros associados.

O Mercosul foi iniciado com o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, assinado entre o Brasil (governo José Sarney) e a Argentina (governo Raul Alfonsín), em 1988, portanto há dezessete anos. É uma instituição que responde aos anseios mais lídimos dos países do Cone Sul, que são os seus membros fundadores.

Quando do seu lançamento, o Mercosul despertava grande interesse no Brasil e nos seus vizinhos, pois se percebia que um processo de integração, com grande potencial de sucesso, estava sendo promovido. Fazia parte do entendimento corrente a noção de que o Mercosul poderia significar um amplo espectro de benefícios políticos, econômicos, sociais e culturais.

Os ganhos no comércio poderiam ser até a parte mais visível e mais imediata. No entanto, entendia-se também que esse processo de enlace teria desdobramentos mais profundos e duradouros para as nações que o integrassem. Na verdade, os fatos mais marcantes que desencadearam o lançamento do Mercosul haviam sido políticos. Ou seja, em larga medida, a iniciativa foi produto do jogo diplomático que, de forma exemplar, transformou em cooperação as divergências surgidas entre a Argentina e o Brasil acerca do desenvolvimento dos seus respectivos programas nucleares, levando também em consideração a solução de contenciosos, sobretudo aqueles relativos às usinas hidroelétricas de Corpus e de Itaipu.

O imediato engajamento nesse projeto de cooperação do Paraguai e o do Uruguai, que rapidamente perceberam seu alcance e seu potencial, transformou o Mercosul em realidade.

Quando o Tratado de Assunção foi assinado, em 1991, havia grande entusiasmo com a perspectiva de que essa iniciativa iria efetivamente fortalecer as economias nacionais permitindo assim uma inserção mais vantajosa no mundo de relações globalizadas. Além disso, vislumbrava-se também o potencial do Mercosul como fator de consolidação dos regimes democráticos que se reinstalavam na região, podendo ainda, à medida que o projeto de integração avançasse, contribuir para o fortalecimento de todas as demais nações da América do Sul.

Será que hoje essas perspectivas de benefício deixaram de existir? Será que o mundo mudou tanto que a região perdeu completamente sua importância para as relações externas do Brasil?

Se olharmos a região numa perspectiva histórica, veremos que a região do Prata, que corresponde exatamente à intersecção dos Países integrantes do Mercosul, sempre foi essencial para o Brasil. Desde a Independência, foi a única região onde o País foi obrigado a travar batalhas, nas quais a integridade territorial e a segurança da Nação estiveram efetivamente em jogo diante de ameaças estrangeiras diretas.

A propósito, Sr. Presidente, lembro, por oportuno, que foi no dia 1º de maio de 1865 – há exatos 140 anos, portanto – que a Argentina, Brasil e Uruguai selaram a *Tríplice Aliança*, para derrotar *Solano Lopes* na mais sangrenta guerra entre nações sul-americanas.

As questões do Prata, desnecessário frisar, sempre foram aquelas que mais exigiram talento e aplicação da nossa competente diplomacia.

Em discurso na Câmara dos Deputados, o *Visconde do Rio Branco*, pai e inspirador daquele que viria a ser considerado o patrono da diplomacia brasileira, o Barão de Rio Branco, afirmava:

“Vejo as nossas relações com os Estados do Prata sob um aspecto muito desagradável... espero que o Governo Imperial proceda não só com o tino e a energia que se lhe recomenda, mas também com a sabedoria e a prudência de que tem dado tantas provas...”

Será que o mundo mudou tanto que essa região deixou de ter essa importância crucial? Ou será que as relações com os países da região já atingiram um tal nível de entendimento que podemos olhar despreocupadamente para as relações inter-regionais?

Com certeza, não é o que os fatos correntes mostram. Ao contrário, o incremento das relações entre os países do Prata trouxe a necessidade de rever e adequar, constantemente, tanto os padrões normativos que regem especificamente o intercâmbio entre os países quanto os dispositivos legais, sociais, econômicos, culturais e políticos da ordem interna das nações integrantes do bloco.

O fluxo de comércio e de investimentos pode ter sofrido abalos decorrentes das crises que se abateram sobre as economias argentina e brasileira, mas vem, rapidamente, retomando a tendência ao crescimento. Igualmente, o fluxo de turistas e de imigrantes, bem como a cooperação entre profissionais e entre estudantes e pesquisadores, também voltaram a crescer.

São muitas, contudo, as questões ainda não resolvidas envolvendo as nações do Prata e que se têm agravado à medida que a integração real da região avança e que o entendimento político e diplomático é negligenciado.

Certamente, não se pode esquecer de que um arranjo como o Mercosul é um projeto de cooperação que depende da vontade compartilhada de várias nações, mas, por outro lado também, não se pode esquecer que, nesse projeto, o Brasil tem um papel crucial. Em outras palavras, a vontade brasileira sozinha é insuficiente para promover esse projeto de integração. Mas, de outro lado, sem uma disposição clara e inequívoca do Brasil, a consolidação do bloco também fica comprometida. Além disso, a condição geográfica é um fato, e não um elemento neutro que possa ser acionado ou deixado de lado, dependendo apenas da vontade daqueles que, momentaneamente, têm a responsabilidade de conduzir o Governo.

A propósito, lembremo-nos de que Napoleão dizia que a história das nações é condicionada à Geografia.

Daí por que, observa o Ministro Rubens Ricupero, Braudel reintroduziu a Geografia no coração da história.

Não se trata de um acaso o fato de que, ao longo da história do Brasil como nação independente, as relações com os países do Prata tenham sido problemáticas e sensíveis. Foi no Prata que, tal como ocorreu na Europa, um acre de terra ou um curso d'água podiam se transformar numa acirrada disputa. Mas, igualmente, tal como ocorreu na Europa, essas mesmas condições de rivalidade e disputa traziam consigo o potencial para proporcionar as bases para uma integração efetiva e profícua.

Saenz Peña, um dos mais notáveis presidentes da República Argentina, em visita ao Brasil em 1910, declarou: “*Tudo nos une; nada nos separa*”. Um pouco mais adiante, Perón observou: “*O Século XXI nos encontrará unidos ou dominados*”.

Em vista disso, o Barão do Rio Branco, o patrono da diplomacia brasileira, precisa ser lembrado com mais frequência. Não como mera reverência, mas pela visão e sabedoria com que conduziu a ação diplomática do Brasil. Mesmo quando recomendou a aproximação com os Estados Unidos, o fez para insistir que as relações com os países platinos constituíam parte essencial de sua estratégia de ação. Com efeito, na ótica do Barão, entre as razões que tornavam essa aproximação importante, estava sua preocupação em evitar que a ação da grande potência emergente na América do Norte viesse a se tornar um favor de desestabilização da já conturbada região do Prata. Usando o pseudônimo de J. Penn, Rio Branco escrevera: “*Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns de nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião*”.

A respeito da atenção e do cuidado com que Rio Branco tratava as questões do Prata, peço-lhes permissão para lembrar dois episódios extremamente reveladores.

O primeiro deles ocorreu em 1894, quando recebeu o laudo arbitral do Presidente Cleveland em Washington, no qual ficava configurada uma vitória verdadeiramente completa na disputa com a Argentina sobre a questão de Palmas. Recebido o laudo arbitral, Rio Branco preferiu voltar diretamente para a Inglaterra, onde servia como agente consular, ao invés de passar pelo Rio de Janeiro, onde receberia calorosas e merecidas homenagens. No seu entendimento, essas homenagens poderiam ofender as sensibilidades da Argentina causando, portanto, um dano desnecessário às relações com a nação vizinha. Rio Branco entendia que era muito mais importante cultivar a amizade com a Argentina do que dar curso ao seu

sentimento de júbilo ou mesmo colher os dividendos políticos que renderiam ao governo que o nomeara para aquela missão.

Citar Rio Branco, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é recordar sua política externa, cujos princípios se transformaram em paradigmas que ainda hoje são extremamente válidos. Entre eles, friso mais uma vez, estava o de conferir atenção preferencial ao Prata ou, trazendo para a semântica de nossos tempos, conferir prioridade ao Mercosul.

Outro episódio no qual avulta a importância que Rio Branco atribuía à região do Prata teve como origem os termos dos acordos que selaram as fronteiras entre o Brasil e o Uruguai. Assinados os acordos, o Presidente do Uruguai em mensagem ao Congresso daquele país declara que *“a Chancelaria brasileira concedeu ao Uruguai muito mais do que a nossa diplomacia pediu em todos os tempos, e aceitou muito menos que essa mesma diplomacia ofereceu, como compensação, em suas primeiras gestões”*.

É evidente que um estadista da envergadura de Rio Branco jamais faria concessões em detrimento dos interesses nacionais. Os historiadores concordam em que as concessões a que se refere o então Presidente do Uruguai poderiam significar muito para o país vizinho e representar para nós a construção de um sentimento de integração e amizade entre as duas nações-irmãs.

Componente a ser lembrado no Mercosul, que o associa à melhor tradição da diplomacia brasileira – se diz, com propriedade, que o Itamaraty não improvisa – é o fato de que, friso, *existe* e – *deve existir* – a consciência de se evitar colocar o Brasil como líder do processo ou de exercer qualquer tipo de papel hegemônico.

Apesar das evidentes diferenças nas dimensões geográficas e econômicas entre seus países-membros, os construtores do Mercosul, ao longo de vários governos que se sucederam no Brasil e nos países parceiros nesse projeto, sempre tiveram presente a noção de que a condução do bloco deveria ser feita dentro do mais absoluto respeito aos princípios de soberania das partes, com concessões mútuas quando necessário e com a busca de consenso, ainda que isso significasse avançar mais lentamente no processo de integração que o desejado.

É certo que, no mundo de hoje, a diversidade e a complexidade das relações econômicas, sociais e políticas tornaram mais próximos os povos antes separados pelas limitações dos meios de comunicação e dos recursos tecnológicos em geral. Todavia, a proximidade geográfica, especialmente quando se trata de vizinhança fronteiriça, ainda continua sendo

um fator condicionante para muitos aspectos das relações entre as nações. As extensas fronteiras entre o México, os Estados Unidos e o Canadá criam realidades que esses países são obrigados a manejar. Com esse propósito, foi criado o Nafta, que hoje constitui um dos instrumentos mais importantes nesse esforço de integração subcontinental.

Na Europa, o processo de integração não foi fruto apenas de iniciativas de estadistas como Jean Monnet e Maurice Schuman. Desde a Idade Média, a integração entre as nações européias era uma realidade traduzida em inúmeras formas de interação entre elas, a forma mais dramática: a guerra. O que os estadistas do pós-guerra fizeram foi perceber que essa realidade geográfica e histórica poderia ser convertida num imenso processo de cooperação que transformasse as disputas comerciais e políticas em um fator de crescimento, do qual, de diferentes maneiras, todos os seus integrantes se beneficiariam.

Se isso é válido, Sr. Presidente, para os projetos de integração sub-regional observados em nosso hemisfério; se isso é válido para a União Européia, que agora acaba de avançar, inclusive com a aprovação de uma Constituição que deverá entrar em vigor em 2007 e significará um passo muito importante para que a Europa dos 25 se converta numa quase confederação; se esses avanços têm ocorrido no mundo, por que não olhar o Mercosul da mesma forma? Por que desprezar as energias latentes na região, que são muito semelhantes àquelas existentes na América do Norte e, sobretudo, na Europa?

Aliás, não estaria exagerando, se dissesse que a União Européia é certamente o modelo mais bem-sucedido de cooperação entre nações. Por que – insisto, Sr. Presidente – deixar o Mercosul marchar ao sabor das circunstâncias, buscando-se corrigir, geralmente a posteriori, suas dissintonias?

Parece que o atual Governo tem concedido, na minha opinião, baixa prioridade ao Mercosul, em contraste com as aspirações da sociedade brasileira e dos países que o integram.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Logo concederei o aparte a V. Ex^a.

A história, mestra da vida, ensina que o sucesso de qualquer diplomacia de alcance mais abrangente depende de uma base sólida de cooperação no plano regional mais próximo. Isto é, mais uma vez, vem a componente geográfica, e o Mercosul, sob esse aspecto, é uma demonstração do que afirmo: a geografia nos ajuda a criar condições para um processo de desenvolvimento integrado.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, evidentemente, o que V. Ex^a fala é muito oportuno – mas quero crer que devemos, sobretudo, ao Renascimento quando criaram a bússola. O nosso País tem de entender o que é democracia, o que é poder. Já estava quase fechado o Senado, o Poder Legislativo. E justamente a ignorância audaciosa. Senador Tião Viana, atentai bem: ninguém mais do que Rui Barbosa fez pelas Relações Exteriores, aqui no Senado. Ele foi Ministro da Fazenda, mas foi em Haia que se destacou, e em Buenos Aires a cada passagem. E aqui mesmo está a experiência, Senador Marco Maciel. Eu ia buscar Pedro Simon, que foi o pai do Mercosul. Quando Governador de Estado, S. Ex^a foi o primeiro a sonhar, a fomentar, a dar passos. E criou a primeira Secretaria de Ciências e Tecnologia. O que entendo é que o Poder Executivo tem de vir aqui, para buscar essa sabedoria tão bem representada pela sua experiência, somada à ousadia desse grande Líder do PT, o Senador Tião Viana, que reabriu o Senado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço, Senador Mão Santa, seu aparte.

Sr. Presidente, concluo.

Enfim, não se podem esquecer as lições da história, não se pode abandonar o que de melhor a diplomacia brasileira já produziu. A visão, a sensatez, o pragmatismo e a percepção da importância do Mercosul são o que nos faz vir a esta tribuna, para cobrar um processo de fortalecimento da instituição, sob pena de vermos naufragar um processo de integração regional, que frutos de tanto êxito oferecem aos países que dele fazem parte.

Espero, portanto, que o Governo possa atentar para esses fatos e conferir ao Mercosul a relevância que tem, num mundo que se globaliza, que se associa, cada vez mais.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou o próximo inscrito mas, de qualquer maneira, pedi a palavra para fazer um apelo a V. Ex^a e aos Líderes, para que amanhã o Senado possa funcionar.

Na realidade, está acontecendo em Brasília a Reunião de Cúpula da América do Sul – Países Árabes, que não deve impedir o funcionamento normal do

Senado. Inclusive hoje queriam que o Senado deixasse de funcionar, e devo elogiar a decisão de V. Ex^a de abrir a sessão. De qualquer maneira, faço este apelo a V. Ex^a e aos Líderes para que amanhã o Senado também funcione.

Imaginem, por exemplo, se, nos Estados Unidos, em Washington, todas as vezes em que houvesse uma reunião importante de cúpula, fechassem o Congresso americano, ele viveria fechado. Nós aqui já vivemos fechados por conta das medidas provisórias. Se, sempre que ocorrer alguma reunião importante do Governo, tivermos de fechar, será melhor deixar fechado de vez.

Então, o melhor é funcionarmos amanhã para que possamos votar os nossos projetos, fazermos os nossos discursos.

Tenho certeza de que V. Ex^a ajudará nessa reivindicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Jorge, a Mesa acolhe com muita atenção a manifestação de V. Ex^a.

Após haver informado ao Plenário sobre uma decisão tomada pelo Presidente do Senado, Renan Calheiros, em acordo com o Presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, e o Presidente Lula, a Mesa se manifesta no sentido de que, sendo esta uma Casa democrática, que tem a sensibilidade de ouvir e refletir, de maneira coletiva, com o conjunto dos Senadores, poderá haver perfeitamente um diálogo entre as Lideranças partidárias e o Presidente Renan Calheiros quanto à manutenção ou não da decisão tomada sobre amanhã, terça-feira, notadamente no que diz respeito ao funcionamento do Plenário do Senado Federal.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas peço permissão para fazer minhas as palavras proferidas pelo Líder da Minoria, Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa acolhe a manifestação de V. Ex^a.

Senador José Jorge, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo o jornal **Folha de S.Paulo**, edição de hoje:

O Governo do Presidente Lula da Silva já criou quase vinte mil cargos usando medi-

das provisórias, o que tem contribuído para o aumento acelerado do tamanho da máquina administrativa. Novos cargos vêm surgindo via MPs ao ritmo de cerca de setecentos cargos por mês. A prática é criticada no mérito – fala-se em ‘inchaço’ da burocracia – e na forma.

Isto é, os cargos são criados, na realidade, por medidas provisórias – e a maioria delas não é urgente nem relevante –, o que não deveria ocorrer. O certo seria criá-los por projeto de lei. E grande parte desses cargos – 3.305 – são para funcionários não concursados, ocupantes de cargos de livre provimento, conhecidos como DAS, os famosos cargos em comissão.

Sabemos que todos aqueles que são militantes do PT, quando nomeados para um cargo em comissão, Senador Mão Santa, passam a contribuir com 10% de seu salário para o Partido, o que faz com que hoje tenhamos no Brasil um partido milionário, que, além das verbas normais que recebem os demais partidos, ainda tem essa verba proveniente da contribuição dos funcionários com cargos em comissão. São milhares no âmbito federal, além dos estaduais e municipais.

Sr. Presidente, com esse excesso de cargos – e hoje há 36 Ministérios –, o que acontecendo? Começa a haver muita gente, Senador Mão Santa, sem ter o que fazer. Então, criam-se, às vezes, Ministérios que não eram necessários, apenas para nomear alguém, para arranjar emprego para algumas pessoas que normalmente foram derrotadas nas eleições em seus respectivos Estados.

Sabemos, por exemplo, que, somente do Rio Grande do Sul, foram nomeados cinco Ministros derrotados, sendo que uma Ministra saiu. Ainda assim, restam agora quatro, que estão no Governo até hoje.

Então, a cada dia vemos uma espécie de festival de besteiras que o Governo vem fazendo, exatamente por conta desses Ministérios que não deveriam ter sido criados.

Ainda por cima, Sr. Presidente, vem à luz agora uma cartilha que, talvez, tenha sido um dos maiores absurdos que o Governo cometeu. A cartilha, que é chamada **Politicamente Correto e Direitos Humanos**, de distribuição gratuita. Foi feita, portanto, com o dinheiro da população, com o dinheiro dos impostos.

O que é pior, Senador Mão Santa: depois de feita, de tão absurda, ela foi recolhida pelo Governo. Agora, ninguém sabe o que será feito com os exemplares publicados e que não serão mais distribuídos. Eu, para conseguir essa cartilha – e desde a semana passada tento conseguir um exemplar –, tomei-a emprestada de uma jornalista.

Eu a abrirei em um página qualquer para ler. Aqui temos:

Fanático. É o adepto exacerbado de um credo político ou religioso. Torcedor mais animado de um time de futebol. O admirador exaltado de um artista ou personalidade pública; o termo também é utilizado de maneira desonesta para desqualificar os adversários políticos, os fiéis de outra fé, os torcedores do time rival.

Farinha do mesmo saco. A expressão junto com outras semelhantes, “todo político é ladrão”, “jornalistas são mentirosos”, “muçulmanos são terroristas”, ilustram a falsidade e leviandade das generalizações apressadas, base de quase todos os preconceitos.

E aí vem uma página inteira, Senador Mão Santa.

Vou abrir em outra página:

Louco. Assim como doido...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vê se tem núcleo duro aí?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não tem, não.

(...) Assim como doido, o termo é utilizado para insultar de forma genérica os portadores de deficiência mental que não são necessariamente portadores de doenças ou distúrbio mental. A palavra também é utilizada para reprimir pessoas que, por razões políticas ou anti-institucionais, manifestem rebeldia.

Deixe-me ver outra:

Detento. Do ponto de vista jurídico, é um indivíduo que cumpre pena de detenção. No entanto, o termo é utilizado para classificar pejorativamente qualquer pessoa detida pela polícia, mesmo aquela ainda não julgada nem condenada. Nesse caso, tem o mesmo sentido distorcido de apenado.

(...)

Coxo. Palavra estigmatizadora de pessoa que anda de maneira irregular por ser portadora de deficiência.

Crioulo. Antiga designação do filho de escravo; hoje é termo pejorativo e discriminador do indivíduo negro ou afro-descendente.

Portanto, Sr. Presidente, está aqui a cartilha. Foi impressa para ser distribuída. Inclusive diversos escritores, como João Ubaldo Ribeiro e outros, escreveram protestando contra essa cartilha, que desapareceu, ninguém acha mais. Agora quero saber quem vai pagar. Já que foi feita com dinheiro público, quem vai pagar? Então, essa é uma pergunta que fica. É uma cartilha

que não existe mais. Ontem, encontrei um Ministro do Supremo Tribunal Federal que me pediu para conseguir uma para ele. Vou mandar fazer uma edição pequena para distribuir.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador José Jorge...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador Pedro Simon, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quem se responsabiliza pela publicação?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A publicação é feita pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. Quer dizer, enquanto uns matam freira...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É um órgão do Governo?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – É do Governo. Essa é uma publicação oficial do Governo; tem inclusive aquele Brasil bem colorido que aparece...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Está ligado a quem: ao Ministério ou ao Presidente, diretamente?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, é direto, é um Ministro, é o Ministro Nilmário Miranda. É feita por um Ministério.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O importante é saber se esse Ministro fez por conta própria ou ouviu o Governo. Se ele fez por conta própria e não ouviu o Governo, é muito séria essa decisão dele, porque envolveu... Como V. Ex^a, que não está falando no nome dele, está falando em nome do Governo, porque é um livro distribuído pelo Governo, por intermédio do Ministro. Como o Ministro faz uma publicação dessa natureza, que, ainda que eles não publiquem, vai correr o mundo, sem ouvir o Governo, sem o Governo se reunir para discutir e analisar. Que Governo é esse que, num assunto dessa natureza... É ridículo! É estúpido! Mas um Ministro publica, não olha, e não vê a importância e o significado do absurdo que está aí. Com toda a sinceridade, esse cidadão não pode cuidar dos direitos humanos; não pode ser Ministro da posição que ocupa se publica um absurdo como esse que está publicando. Com toda a sinceridade, ele põe em jogo, coloca no grotesco a imagem do Governo, e algo deve acontecer com ele.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – V. Ex^a tem razão, Senador Pedro Simon, mas quero dizer a V. Ex^a que, na segunda página do livro, está escrito quem fez a cartilha: Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva; Secretário Especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda; Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Sr. Perly Cipriano; Presidente da Fundação Universitária de Brasília, Edeijavá Rodrigues Lira.

Portanto, estão aqui os autores. E o nosso Presidente Lula é co-autor. Na realidade, não sei o que vão fazer com esses livros, porque há muitos interessados. Inclusive, aconselho às pessoas que queiram receber um exemplar desse a mandar um e-mail para a Secretaria Especial de Direitos Humanos, porque eles seguraram a distribuição.

Sr. Presidente, para concluir o meu discurso, eu gostaria de dizer que, como todos sabem na Casa, o PFL criou, há cerca de um ano e meio, um troféu exatamente para destacar esse tipo de medida, a que chamamos Troféu Berzoini de Crueldade, criado exatamente quando S. Ex^a, na época Ministro da Previdência, convocou todos os velhinhos com mais de noventa anos, Senador Mão Santa, para que fossem todos no mesmo dia se inscrever nos postos do INSS.

No último fim de semana, sexta-feira, dia 30, encerrou-se a sexta edição, a primeira deste ano. E agora temos uma nova edição, que começa a partir de amanhã, em que todos os internautas poderão votar no *site* do PFL – . Na verdade, é muito difícil escolher, Senador Pedro Simon, porque são muitas as questões que aparecem e que mereceriam ganhar esse prêmio. Sempre colocamos cinco fatos e cinco pessoas para que possam receber o prêmio. Por exemplo, não colocamos essa cartilha porque ela chegou depois, quando já tínhamos cerca de dez fatos e estávamos com dificuldade de escolher e deixamos para a próxima edição.

Os cinco escolhidos foram os seguintes:

1. Humberto Costa, Ministro da Saúde, por tentar estabelecer uma “loteria da morte” que decidiria sobre os doentes que teriam direito à UTI e os que estavam condenados a morrer à míngua;

2. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, por aumentar a taxa de juros pela 8^a vez consecutiva, enquanto o Presidente Lula culpa o brasileiro que – é frase do Presidente “não levanta o traseiro para buscar juro menor”.

3. Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por ser responsável pelo Programa Fome Zero e ter deixado morrer de fome 21 indiozinhos nas aldeias de Mato Grosso.

4. Gilberto Gil, Ministro da Cultura, por gastar R\$9 milhões na decoração do seu gabinete enquanto bibliotecas e museus estão em situação precária. “Fiz porque quis”, justificou.

5. Luiz Dulci, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, por patrocinar “Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis”, utilizando recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza em Manaus.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos esses cinco fatos. Isso é importante; já é a sétima edição. Portanto, já são 35 fatos que ficarão na história, Senador Pedro Simon.

Depois iremos elaborar um relatório, que será enviado ao arquivo nacional, para que no futuro as pessoas possam verificar o tratamento que a população e os fatos da política brasileira recebiam nesse período. Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há como deixar de reconhecer a grande importância do encontro que se iniciará amanhã no Brasil. O Itamaraty, que vem atuando com grande destaque e que merece respeito pela capacidade e competência dos seus quadros, realiza uma reunião que, me parece, marcará um fato muito importante no relacionamento internacional dos povos.

Reunir as lideranças da América do Sul com as lideranças do mundo árabe para debater, discutir, conhecer e estudar propostas de ação conjunta para o futuro é algo que não se poderia imaginar e que, no entanto, tem absolutamente tudo para dar certo. Um encontro em que o Brasil terá a capacidade de dialogar com os povos desses dois continentes e de reunir em torno de uma proposta positiva. Não há nada que se possa dizer que o encontro é para se tomar posição de independência com relação aos Estados Unidos ou coisa que o valha. Não há nada que tenha que se imaginar que é algo relacionado a Israel ou coisa que o valha. Não há nada disso. É uma reunião para confraternizar esses povos e buscar, repito, uma agenda positiva, para que se conheçam melhor, para que possam negociar melhor e se integrar melhor.

Nós, brasileiros, não só os brasileiros, os argentinos também e muitos países da América Latina, tenho certeza, muitos e muitos árabes, nesses últimos tempos, vieram para cá. Vieram em busca de oportunidades, chance, conhecimento e entretenimento. E

posso dizer que a confraternização existente entre o mundo árabe e o Brasil, sei que o mesmo acontece na Argentina, Colômbia, Uruguai e em vários outros países da América, formando uma integração, uma convivência fraterna que faz com que, por exemplo, a identidade, o intercâmbio, a confraternização entre os brasileiros e os descendentes de árabes aqui no Brasil com os povos que lá estão, seja o mais intenso e o mais profundo.

Por isso, essa reunião não vai encontrar pessoas que possam parecer, pela distância, que são mundos que não se entendem, não se compreendem. Já existe uma imensa perspectiva dentro do Brasil e na América Latina para esse diálogo com o mundo árabe. E creio que fruto da recíproca dos sul-americanos, que têm visitado o mundo árabe, há uma imensa expectativa nesse diálogo. Há muito que nos une. A América do Sul é um continente rico em bens naturais, tem petróleo, tem minério, tem agricultura, um povo ótimo, todas as condições para crescer e progredir. No entanto, é uma zona pobre onde o índice de miseráveis é imenso, onde o seu desenvolvimento está muito aquém daquilo que necessita.

O mundo árabe é conhecido pela riqueza do seu petróleo, pelos bilhões de dólares que rolam em torno do seu petróleo, das guerras que são feitas em torno do seu petróleo, das disputas que são forjadas e das invejas internas por causa do seu petróleo, e por causa disso tem condições imensas de progredir, crescer e se desenvolver, mas, na verdade, não conseguiram esse estágio e são países caracterizados por uma diminuta porção que tem a riqueza detentora do petróleo e do poder e uma imensa maioria que vive num regime de muita injustiça social e muito distante daquilo que se preza para nações que mereçam respeito.

Então são dois continentes que têm condições de crescer, têm riqueza, têm gente, mas são dois continentes que têm miséria, que têm fome e têm injustiça social. Esse intercâmbio se dá no sentido de dialogarmos e de somarmos nossos esforços na busca de valorizar os países em desenvolvimento, de modo que essa aproximação, a chamada globalização, não seja feita somente pelos poderosos, pelos banqueiros, por aqueles que detêm o poder, mas que seja feita também – e esse é um exemplo claro – por aqueles que estão num nível intermediário, por aqueles que estão longe do poder e da força.

Vamos fazer essa globalização – é a proposta do Brasil –, uma globalização do entendimento, do diálogo, do respeito, do conhecimento, do entrelaçamento, favorecendo a ajuda mútua entre os povos.

Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a é também descendente dos levantinos. Manifesto minha satisfação de ver que, no Brasil, com dez milhões de descendentes de sírios e libaneses, há um clima de paz completo com outras nacionalidades. Louvo principalmente o espírito do árabe, do sírio, do libanês, pois chegam aqui e, na geração seguinte, estão inteiramente entrosados conosco, já são brasileiros, diferentemente de outras nacionalidades que aqui vivem, mas não se miscigenam nunca. Esses irmãos nossos, depois daquela viagem do Presidente Lula, em que foi feito o convite, estão muito mais entrosados conosco, e o nosso comércio mais do que dobrou. Na sua pessoa, Senador Pedro Simon, saúdo todos esses descendentes, que criam e geram riquezas no Brasil e que são brasileiros na construção de um Brasil maior. Parabéns!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

As felicitações, eu as dirijo às cúpulas da América Latina e dos países árabes, que entenderam o fato e lhe deram importância.

É muito raro – não me recordo de um antecedente a curto prazo sem a intermediação da ONU, nem da FAO, nem dos Estados Unidos, nem dos grandes países – um encontro de duas comunidades tão importantes, como a da América do Sul e a do mundo árabe, reunindo-se dessa forma. E, repito, reúnem-se para o diálogo, para o entrosamento, para o entendimento; reúnem-se para, juntas, somar as suas potencialidades e diminuir as suas fraquezas.

O Brasil tem muito a receber do mundo árabe e tem muito a oferecer ao mundo árabe. Um país como a Argentina tem muito a oferecer e muito a receber. Muitos entendem que a nossa América Latina, a nossa América do Sul, é destinada permanentemente a uma posição terciária, como terciária também muitos acham que é a posição destinada à África. No entanto, creio e confio que, no mundo moderno, com os métodos de comunicação de que dispomos, com a liberdade e a valorização da pessoa humana atingindo todos os recantos, haveremos de ver que não será um privilégio apenas das nações ricas e dos homens brancos a oportunidade de ser livre, de ter cultura, de ter capacidade, de ter saber e de progredir.

Este milênio haverá de marcar o desaparecimento dessas cruéis diferenças. Este século haverá de marcar a diferença estrondosa entre uns tão ricos e outros tão pobres. Fico contente com a presença do Presidente argentino a esta reunião, que, hoje, se inicia com um jantar entre o Presidente argentino, o Presidente da Venezuela e o Presidente brasileiro, com o objetivo de se entenderem, definindo caminhos e fórmulas comuns

para a reunião que amanhã haveremos de travar. Considero esta a reunião mais importante de todas as que fizemos no Brasil em todos os tempos, a reunião mais corajosa e mais ousada.

Não me passa pela cabeça, como alguns possam estar a imaginar, que seja uma questão de hegemonia, de o Brasil querer ser mais. É uma questão, sim – isso vale como no tempo de Rio Branco – de termos coragem e disposição, o que vai ao encontro do espírito brasileiro, que é um espírito de paz, de respeito e de compreensão. Não estamos buscando a hegemonia, e enganam-se aqueles que pensam assim. O Brasil, ao longo da sua história, já demonstrou querer a igualdade; quer ser gente, mas quer que, ao seu lado, todos sejam iguais.

Não queremos ser um País imenso, forte e rico, cercado de uma América Latina pobre e injustiçada. Queremos que toda a América Latina progrida, que se desenvolva e avance, e nós ao seu lado. Dialogamos com o mundo árabe. Queremos que haja esse diálogo, que, agora, começa entre dois mundos, realmente com força, no que tange às condições materiais, mas sem o respeito da humanidade quanto a seus direitos e a seu futuro.

Esta reunião será um marco, e tenho a convicção de que continuará. Outras haverão de se fazer, pelo que ela significa.

Trago aqui o meu abraço muito fraterno ao Ministro das Relações Exteriores, por quem tenho o maior respeito e a maior consideração. Penso que S. Ex^a vem agindo com capacidade e competência. Meu abraço ao Itamaraty e minhas felicitações ao Presidente Lula, por ter aceitado uma proposta tão significativa e corajosa com essa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas para uma comunicação inadiável.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, na qualidade de Senador da República pelo Estado de Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral do País, venho a esta tribuna, para denunciar, lamentavelmente, mais uma vez a intenção do Governo Federal em beneficiar o Estado de São Paulo em detrimento de outras regiões. Desta vez prejudicou em cheio o Estado de Minas Gerais e, naturalmente, uma grande empresa mineira.

É de todos sabido que, entre todas as concessionárias que hoje detêm a concessão das ferrovias neste País, a MRS Logística S.A, que assumiu a antiga superintendência Regional 3 da Rede Ferroviária Federal, tem base em Juiz de Fora e possui a maior parte de seu trecho dentro do território de Minas Gerais, e é das poucas superavitárias e em dia com suas obrigações.

Com investimentos vultosos, Srs. Senadores, a MRS recuperou trechos, fez obras, reformou composições, enfim, cumpriu com suas obrigações na qualidade de concessionária, enquanto outras, como a Brasil Ferrovias, por exemplo, concessionário que assumiu as vias da paulista Fepasa, se encontram inadimplentes, tanto que a imprensa nacional já alardeia sua reestatização com inegável prejuízo ao Erário.

Esta Casa, Srs. Senadores, não pode se calar diante do que está prestes a acontecer.

Desde 2002, a Ferroban, controlada pela Brasil Ferrovias, vem tentando criar todo o tipo de obstáculo à MRS no que se refere à utilização das linhas da Baixada Santista, exploradas por esta última. Tenta, contra a lei e os ditames contratuais, impor prática de *trackage right* nas linhas da MRS que dão acesso ao porto de Santos. A modalidade *trackage right*, mais onerosa e operosa, consiste na abertura de passagem pela MRS para que os trens da Ferroban passem livremente por suas vias, enquanto instrumentos legais e contratuais prevêm a priorização do tráfego mútuo nesses casos.

Apesar de a MRS disponibilizar sempre, a tempo e modo, conforme atestado por matéria publicada na **Revista Ferroviária**, suas locomotivas para tracionar os vagões da Ferroban no trecho, ou seja, cumprindo a prática de tráfego mútuo, esta última simplesmente se recusa a assim proceder, criando uma série de obstáculos que acabam por criar gargalos que atrasam, sistematicamente, a operação do porto de Santos.

O que nos incomoda e nos preocupa é que a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres –, incumbida de fiscalizar e normatizar a atividade ferroviária, nada faz, apesar de instada desde 2002 pela MRS, por meio das seguidas notificações, ofícios e correspondências pedindo providências. Tudo isso já foi objeto de matérias divulgadas pela imprensa.

Como se não bastasse, a ANTT, agindo contra os instrumentos legais e contratuais, notificou à mineira MRS para permitir a prática de *trackage right* em favor da Ferroban. E o mais grave, incrível e abominável, a ANTT, mesmo tendo 30 (trinta) dias para apreciar recurso aviado pela MRS, contra tal determinação, em junho de 2003, até hoje não se pronunciou a respeito.

A MRS teve que se socorrer do Poder Judiciário para suspender a decisão da ANTT, eis que esta se recusou a apreciar o recurso regularmente interposto.

Agora, conforme a imprensa alardeou, pretende-se socorrer a Brasil Ferrovias nos mesmos moldes. O PT criticava o socorro a bancos e outros setores, com investimentos superiores a R\$900 bilhões.

Um dos jornais de maior circulação de Minas Gerais, o **Hoje em Dia**, através de seu principal jornalista político, denunciou os privilégios que estão sendo alcançados pela Ferroban em detrimento da empresa mineira MRS, instalada na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Este Senador ocupa uma das três vagas destinadas ao povo mineiro nesta Casa. Assim, tenho certeza de que meus pares não podem se calar diante de tal fato, pelo que estarei pedindo esclarecimentos à ANTT e ao Ministério dos Transportes.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Aelton Freitas, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pois não, Senador Alberto Silva. Trata-se de uma comunicação inadiável, mas V. Exª é doutor neste assunto.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Se o Sr. Presidente me permitir, eu gostaria de cumprimentar V. Exª, Senador Aelton Freitas, pelo que traz ao conhecimento da Casa. A posição da ANTT é muito estranha nesse caso. Não estamos entendendo por que age assim e por que, desde 2000, se reclama, e a ANTT não toma nenhuma providência? O que está havendo? Não seria o caso de fazermos uma investigação? Proponho que se investigue por que a ANTT não está providenciando a fiscalização que a ela compete, como no caso que V. Exª traz à Casa?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Agradeço-lhe o aparte e solicito à Srª Presidente que seja acrescentado na íntegra ao meu pronunciamento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cara Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Srs. Senadores, ocupo a tribuna para manifestar minha imensa alegria diante do encontro entre os países sul-americanos e os países árabes, encontro que confirma a sólida liderança internacional do Presidente Lula e faz com que o mundo inteiro desvie seu olhar para a América do Sul e para a América Latina e reconheça o Brasil como um país de grande significado político efetivo no cenário internacional.

No mundo das relações multilaterais, num mundo em que, mais do que nunca, se impõe que os países

do planeta se afirmem no plano político-econômico e de suas convicções culturais, o Brasil tem desempenhado um papel histórico ao romper com o conceito de país periférico, ao se afirmar no cenário internacional e obter o reconhecimento dos dirigentes internacionais. Aliás, recentemente a Secretária de Estado norte-americana, Condoleezza Rice, reconheceu o Brasil como grande líder e país com futuro sólido nas relações multilaterais.

Só temos a comemorar diante da chegada inédita de 33 representantes para o encontro de países sul-americanos e países árabes. Esse encontro é reflexo do reconhecimento da grandeza do nosso País e, ao mesmo tempo, uma demonstração da maturidade que tem o Governo brasileiro hoje: ao mesmo tempo em que desvia o olhar para os países árabes, buscando o fortalecimento necessário das relações multilaterais, a consolidação do comércio, tem a preocupação em consolidar as relações fraternas com os irmãos sul-americanos, resolvendo desentendimentos, como o que está ocorrendo com os nossos irmãos argentinos, e, ao mesmo tempo, procurando dar contornos mais firmes ao horizonte de expansão da América do Sul, no conceito que o Presidente Lula, juntamente com o Ministro Celso Amorim, têm tentado enfatizar de uma comunidade sul-americana de nações.

Causa-me grande alegria este encontro histórico em que o Governo brasileiro se afirma no cenário das relações multilaterais. Temos indicadores favoráveis relativamente às exportações, relativos à balança comercial brasileira. Para melhor entender o que está acontecendo em relação ao Brasil e os países árabes, cito as seguintes informações de jornais: "Exportações brasileiras para os países árabes cresceram 16% nos dois primeiros meses do ano". Esse é um dado significativo, é um dado que confirma uma decisão política que foi acompanhada de uma prática de relação comercial e relação diplomática que deram certo.

Todos são sabedores da visita do Presidente Lula, no ano passado, aos países árabes. Lá, ao falar para aqueles líderes, o Presidente Lula recebeu de 22 chefes de nações árabes manifestações de apreço e um elogio entusiasmado ao ser aplaudido de pé. Isso demonstra um Ministério das Relações Exteriores preparado, com profundidade de entendimento quanto ao desafio que se impõe para o País no terceiro milênio. Esses dados práticos confirmam que o Brasil não perde de vista uma relação sólida do ponto de vista comercial, o que significa a entrada de investimentos no País, o que significa a consolidação da atividade empresarial e industrial brasileira e a abertura de horizontes para nos afirmarmos, cada vez mais, do ponto de vista po-

lítico, para obtermos mais e mais respeitabilidade no cenário internacional.

Os números, que são considerados satisfatórios pelos dirigentes da Câmara de Comércio, são reconhecidos também pelo Governo brasileiro. A CCAB confirma essa crescente e extraordinária afirmação das relações comerciais com as comunidades árabes, e esse encontro que ocorrerá hoje, amanhã e depois vem, seguramente, expressar a satisfação do povo brasileiro.

Há uma grande movimentação diplomática, nove mil policiais fazem a segurança dos chefes de Estados, há movimentação cuidadosa da diplomacia do Itamaraty para dar uma boa acolhida aos visitantes e deixar uma boa lembrança associada a um país em emergente situação de liderança internacional, como é o Brasil, com sólidas possibilidades de expandir suas fronteiras comerciais com o mundo árabe. Não tenho dúvidas de que todo o povo brasileiro se orgulha deste momento e do nosso Chefe de Estado, que é o Presidente Lula.

Tenho convicção de que este momento representa um reconhecimento do avanço da balança comercial brasileira. Quando olhamos a relação da balança comercial do Brasil com os países sul-americanos, quando analisamos a série histórica da balança comercial brasileira com os irmãos africanos antes do Governo do Presidente Lula e a observamos agora, constatamos que o momento é de ânimo, de esperança sólida. Quando observamos a relação com os países da Ásia, observamos a estabilidade e a decisão política que tem o Presidente Lula de assegurar um novo horizonte comercial para o Brasil. O significado é benefício econômico direto, é alcance social direto para a sociedade brasileira.

Não tenho dúvidas de que, de acordo com este reconhecimento da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira de que os números confirmam um crescimento de nossas exportações da ordem de 16%, é um momento de boa lembrança, de comemoração, e tenho certeza de que o Senado brasileiro saberá ocupar esses dois dias com um debate nacional necessário e atual para informar, da melhor maneira possível, cada cidadão brasileiro acerca dos horizontes de crescimento e das relações internacionais do nosso País, que nos causam orgulho e nos encham de satisfação.

O Ministro Celso Amorim, cada vez mais, se afirma como um dos homens mais bem preparados do Estado brasileiro, conduzindo com enorme equilíbrio e lucidez o Itamaraty. Acompanharemos todos cada passo desse encontro de cúpula entre árabes e sul-americanos, encontro que trará muitos frutos. Estamos diante da consolidação de nossas relações com os ir-

mãos africanos e asiáticos e, com isso, preparando o caminho para que a União Européia e os próprios americanos, sólidos hoje acima do México, olhem o nosso País de maneira mais positiva, entendendo que essa abertura das relações multilaterais, essa confirmação das ações de um país da altura do Brasil estarão marcando o Brasil do século XXI.

Então, a minha manifestação na tribuna é um reconhecimento, como falou o eminente Senador Pedro Simon, da importância desse encontro e sobretudo da valorização da liderança de estadista do Presidente Lula no cenário das relações multilaterais.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Mão Santa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, acabo de receber um telefonema do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães, que pede que transmita à Direção da Casa a sua estranheza, que se junta também ao meu pensamento e ao de vários Senadores, pela não-realização de sessão amanhã no Senado Federal.

Sr^a Senadora, o Brasil está recebendo delegações de países importantes da comunidade árabe. Esse seria mais um motivo para que o Congresso funcionasse, pois, no caso de uma necessidade, o Poder Legislativo brasileiro estaria em pleno funcionamento, Senador Pedro Simon. Não se justifica, de maneira alguma, o não-funcionamento, até porque – e já agora assumindo a Presidência dos trabalhos o Senador Tião Viana, Vice-Presidente da Casa – os argumentos para a não-realização não convencem: a dificuldade de acesso ao Congresso significa o cerceamento dos Senadores e Deputados a chegarem a sua própria Casa. Cabe ao Governo, que está tendo tanto cuidado em proteger os visitantes, encontrar um mecanismo para dar acesso aos membros do Poder Legislativo brasileiro.

Não se justifica, de maneira alguma, Sr. Presidente, a suspensão da sessão de amanhã. Ao contrário, se realizada, repercutirá no Congresso o que acontece no encontro, do qual participam membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, no caso de uma necessidade, o Congresso estará funcionando normalmente e poderá dar respaldo ao Governo brasileiro.

Faço este registro e peço a V. Ex^a, como homem de bom senso, que faça chegar aos demais companhei-

ros da Mesa os cuidados que estamos tendo. Ainda há tempo de se reverter essa decisão. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, a Mesa acolhe a manifestação de V. Ex^a como sugestão ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, e entende que não só V. Ex^a, mas o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, com a ampla experiência legislativa que têm, estão pensando o melhor para o Senado Federal e para o Poder Legislativo.

Será devidamente registrada a manifestação de V. Ex^{as} ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros.

Com a palavra o nobre Senador Mão Santa, por dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, os nossos cumprimentos.

Senador Tião Viana, V. Ex^a levantou a imagem deste Senado. Quis Deus que eu estivesse ao lado de Petrônio Portela, quando este Congresso foi fechado e S. Ex^a era Senador. Era um homem do Piauí, como V. Ex^a é do Acre. Receberam a notícia de que o Presidente Geisel mandara fechar o Congresso, porque aqui transitava uma reforma do Judiciário.

Senador Tião Viana, aquele piauiense disse a seguinte frase: “Este é o dia mais triste da minha vida!”. Senador Pedro Simon, a coragem e a firmeza daquele homem do Piauí fez os militares repensarem e reabrirem este Congresso, fechado sem motivo. Nos seus 181 anos, ele foi fechado algumas vezes, mas, hoje, baixou o espírito de Petrônio, e V. Ex^a começou a sessão.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a trouxe a esta Casa a coragem de Antonio Carlos Magalhães, cujas palavras, Senador Leonel Pavan, são publicadas no **Broadcast**: “Lula é enganador”, diz o Senador na televisão.

Como a matéria é longa e o País terá conhecimento de seu conteúdo, pois foi um debate na televisão, irei apenas pinçar algumas frases, Senador Pedro Simon: “Para ACM, a política econômica do Planalto está ótima, mas apenas para os banqueiros”. Essa é uma verdade.

Quis Deus que estivesse aqui presente o Senador Luiz Otávio, que, com muito estoicismo e muita coragem, dirige a Comissão de Assuntos Econômicos, uma das mais importantes da Casa. Por isso, este Senado deveria funcionar amanhã, Senador Tião Viana, porque somos responsáveis.

Senador Heráclito, o que nos traz aqui são passados dados por meio do estudo, do trabalho e da crença popular. É caminho longo e sinuoso que o núcleo duro não percorreu e não há de percorrer. V. Ex^a é muito jovem – não sei como chegou tão rápido a esta Casa –, mas manifestou hoje a sua bravura, a sua coragem, a sua altivez. V. Ex^a mostra que esta Casa é mais forte, porque soma à experiência dos mais velhos, como Pedro Simon e Antonio Carlos Magalhães, a ousadia de jovens como V. Ex^a.

Quero falar sobre a taxa básica de juros. É muito oportuno esse encontro do Mercosul com os países árabes. Sou médico, como Juscelino, que foi cassado, e como o Senador Tião Viana, e nós damos valor à origem, ao que chamamos etiologia, à causa. Ninguém dá valor à febre ou à convulsão, mas à causa: o vírus, o micróbio, a bactéria, o cogumelo. E a causa é que o Brasil vai mal e vai mal.

Ô, Lula, te manca, Lula! Li no jornal que 150 mil brasileiros foram assassinados no ano que passou. Ô, Pedro Simon, aqui se mata cinco vezes mais do que no Iraque. Ô, Lula, não precisa ir a esse encontro. Aprenda, te manca! Isso é uma guerra civil, é uma barbárie.

Senador Luiz Otávio, no Nordeste, havia um compositor, o Gonzaguinha – cadê a Líder do PT que gosta de cantar? –, cuja letra de uma de suas canções é mais ou menos assim: menino guerreiro, valente, força no peito, heróico. Mas se se castra o sonho desse menino guerreiro – e o sonho dele é o trabalho –, ele mata, morre, rouba. Esse é o retrato do poeta. Isto é uma barbárie: 150 mil mortos no ano passado, cinco vezes mais do que houve no Iraque. Essa conta até o Palocci sabe fazer, porque, para aumentar juros, não é necessário competência.

E a causa, Senador Tião Viana? Estão precisando de alguém no Palácio do Planalto. Apresente-se V. Ex^a, que é uma inteligência nova. Vamos falar da causa. A primeira é a carga tributária, Senador Luiz Otávio. De nada vai valer o seu esforço, se não for diminuída. De cada doze meses trabalhados pelos brasileiros e brasileiras, cinco vão para o Governo. O restante vai para os bancos. Essa desgraça que está aí.

Rui Barbosa disse que a primazia é do trabalho e do trabalhador, que vem antes, que faz a riqueza. E aí está o núcleo duro, os “Meirelles” da vida.

E o STF que está aí. Esse nojento que vem aqui pedir aumento e forçar o Severino. Por que ele não vai

percorrer a vida do Meirelles, no maior assalto eleitoral a se fazer Deputado Federal? Um homem que não morava aqui, não tinha nada, mas teve a mais estrondosa votação! Que julgue o STF.

Senador Pedro Simon, eu desafio quem tem poupança aqui. Eduardo Siqueira Campos, cadê a sua poupança? Leonel Pavan, Professora Serys, cadê a sua poupança? Ninguém tem. O Governo leva cinco meses, o banco leva os outros. Não há poupança privada. Não há poupança pública. Se não há poupança, não há investimento. Se não há investimento, não há obra. Se não há obra, não há trabalho. Se não há trabalho, vêm a barbárie, o crime, os homicídios e a guerra civil.

O Banco Mundial e o FMI acabam de fazer um levantamento sobre as taxas de juros praticadas em diversos países do mundo.

Atentai, Senador Luiz Otávio, dentre os países desenvolvidos, os resultados foram os seguintes: Austrália: 5,75%; Grã-Bretanha: 4, 94%; Canadá: 2,45%; Japão: 0,02%; Estados Unidos: 2,75%; Área do Euro: 2,75%...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...e dentre as economias emergentes, os resultados são: China: 2,5%; Índia: 4,82%; Coreia do Sul: 3,55%; Argentina: 4,44%; Chile: 3%; Colômbia: 7,37%; México: 9,32%; Venezuela: 12,92%; Brasil: 19,5%. Essa é a taxa Selic. Mas não é só isso não. Isso é uma farsa. Há as taxas de administração, taxas de risco. São os juros mais estratosféricos. Essa é a realidade.

Além de praticar a maior taxa de juros das economias emergentes, o Brasil é o País que menos cresce no grupo. E o nosso resultado, nada animador, deve-se a pelo menos quatro pecados centrais:

1) Os nossos juros são os mais altos do mundo. E qualquer economista, em qualquer parte do mundo, concorda que esse é um freio extraordinário para se alcançar o crescimento e a geração de empregos;

2) O Brasil, todo mês, bate recordes na carga tributária. Isso asfixia a economia.

3) O Governo gasta mal. Ele está aumentando os gastos públicos administrativos, na contramão de tudo que se faz no mundo. Também com essa quantidade de Ministérios...de repente, 36.

Senador Heráclito Fortes, Padre Antonio Vieira diz: “O exemplo arrasta.” Aqui está em 36 e lá no Piauí também houve essa farra, essa loucura, essa extravagância de aumentar.

O Senador José Jorge trouxe hoje um artigo, Senador Tião Viana, e V. Ex^a é testemunha de que o Lula colocou 30 mil pela porta larga da vergonha, da sem-vergonhice, da falcatura, sem concurso público.

Aumentaram a máquina e só restou uma saída para a inteligência medíocre do núcleo duro: aumentar os impostos. Aumentaram por 16 vezes. Ainda vieram as medidas provisórias.

E finalmente o quarto pecado:

4) Os gastos públicos da melhoria da infra-estrutura econômica e social estão mais baixos do que nunca, e todos sabem que o investimento público é fundamental para o processo de crescimento do País.

Senador Leonel Pavan, sem atacar tais problemas, não iremos longe.

Senador Paulo Paim, falou-se em reforma partidária, falou-se em derrubar a verticalização, mas acho que temos que fazer uma emenda, Senador Tião Viana, com todo o respeito, para trocar o nome do PT.

Trabalhadores do Brasil de Getúlio Vargas, continuado por Brizola, Alberto Pasqualini, temos que mudar o nome de PT para PB – Partido dos Banqueiros.

Para Antonio Carlos Magalhães, Senador Heráclito Fortes, pai do seu amigo Luiz Eduardo, que está no céu: a política econômica do Planalto está ótima, mas apenas para os banqueiros. Essa é a verdade.

O Vice-Presidente da Fundação Getúlio Vargas e doutor por Harvard, Marcos Cintra, acaba de lançar uma nova expressão que mostra bem o Brasil de hoje. Trata-se do “tarifoduto bancário”. E o que é isso? É simples: além da voracidade do Governo em atacar o bolso do brasileiro, a classe média sofre agora com infernais tarifas bancárias. Só para se ter uma idéia, entre 1994 e 2003, a receita por tarifa dos 18 maiores bancos do Brasil saltou de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 21 bilhões, ou seja, crescimento de 740%.

Não é a toa que os bancos estão laçando clientes a todo custo. Apenas com as receitas geradas pelas cobranças de tarifas, o setor consegue cobrir suas despesas com pessoal. No primeiro semestre de 2004, por exemplo, a receita com tarifas foi de R\$ 16,4 bilhões.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço mais dois minutos para concluir meu pronunciamento, Sr. Presidente.

Uma vez fisdado o cliente, surge o “tarifoduto” e pronto: talão de cheque tem tarifa; sacar dinheiro acima de um determinado número de vezes tem tarifa; acionar o serviço telefônico tem tarifa, e tudo a um custo absurdamente elevado. Tem banco cobrando R\$8,00 por talão de cheque.

E o Banco Central tem um comportamento absolutamente dócil frente aos interesses e ao poder de mercado exercido pelos bancos. Esta é mais uma triste face do Governo Lula.

Enquanto isso, o Banco Itaú acaba de anunciar que seus lucros cresceram 20% em 2004, atingindo a fortuna de R\$3,776 bilhões. O lucro é o maior já registrado na história dos bancos de capital aberto, segundo a empresa Economática.

Na segunda-feira passada, o Banco do Brasil anunciou um lucro de R\$3,024 bilhões para 2004. Trata-se do segundo melhor resultado da história do Banco. O Bradesco já anunciou também para 2004 um lucro de R\$3,060 bilhões.

Em resumo, os bancos estão muito satisfeitos com o atual Governo. Os bancos vão bem. O povo é que vai mal.

E o PT quis enterrar a filosofia de Rui Barbosa, a primazia, o valor tem que ser dado ao trabalho e ao trabalhador. São eles que criam as riquezas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Com a palavra o Senador do Piauí Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a, como sempre, diligente e atualizado. Senador Mão Santa, ultimamente o PT está se parecendo muito com o que ocorreu com aquele time do Corinthians: os investidores entraram, montou-se um supertime, mas não se entendem. O que aconteceu domingo, ontem, com o time do Corinthians, é o que vem acontecendo com o PT dia-a-dia. É preciso ver onde está o erro, se no técnico ou nos empresários. Alguma coisa está errada, o que vem demonstrar que não adiantam estrelas. Um partido político tem de ter, acima de tudo, unidade e coordenação. Há três anos venho dizendo que o que vem complicando a situação do PT é que ele privilegiou a sucessão de São Paulo antes dos interesses do Brasil, da administração pública. No caso da sucessão da Prefeita Marta, não fizeram determinadas alianças em São Paulo, já prevendo as eleições de 2006 – e aí por diante. Daí por que o PT, hoje, nesse emaranhado – e V. Ex^a soube explorar isso muito bem –, cheio de craques e de estrelas, não se entende. Tenho a impressão de que a coordenação, o técnico, alguma coisa precisa mudar urgentemente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a V. Ex^a o aparte e o incorporo ao meu discurso. Eu apenas lembraria que V. Ex^a é um dos homens mais viajados desta Casa e tem boa cultura. Talvez, V. Ex^a tenha ido à África, que conheço de estudo. Que ridículas aquelas viagens à África, aquelas danças! Como, Presidente Lula, V. Ex^a vai matar a fome na África? No Piauí, V. Ex^a fracassou, em Guaribas e Acauã. Perdeu as eleições naquelas cidades, como perderá novamente as próximas. Vamos salvaguardar o valor maior da democracia: a alternância do poder.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.)

– A Mesa agradece a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

A Presidência esclarece aos Srs. Senadores que a Rádio Senado, devidamente informada pela Secretaria-Geral da Mesa, anunciou que teria havido a suspensão da sessão no dia de hoje. Como foi uma informação que chegou há alguns minutos antes do início desta sessão, a Mesa faz questão de excluir qualquer crítica ou qualquer dúvida sobre a veiculação de uma informação inverídica por parte da Rádio Senado.

Na verdade, a decisão de se manter a sessão hoje foi dos Srs. Senadores e minha, ouvido o Presidente Renan Calheiros. Portanto, havia uma decisão tomada, que foi modificada alguns minutos antes das 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC.)

– Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, querido amigo Tião Viana, primeiramente, quero cumprimentá-lo pela decisão de manter a sessão de hoje. Quero reivindicar que, igualmente, amanhã, terça-feira, assim como na quarta-feira, na quinta-feira e na sexta-feira, possamos realizar normalmente a sessão. Não é possível que, por estarmos recebendo autoridades de diversos países mundo – dos países árabes e da América do Sul –, o Congresso fique parado. Estamos aqui e precisamos continuar trabalhando.

Não vamos admitir um golpe de três dias. Trata-se de um golpe fechar o Congresso justamente no momento em que precisamos ficar até de plantão – se houvesse um feriado, teríamos de ficar de plantão! E isso porque estamos recebendo autoridades do mundo inteiro!

Quero, pois, reivindicar que as sessões não sejam paralisadas, para que possamos levar o nosso sentimento à população brasileira e até para que os demais representantes conheçam melhor o Governo brasileiro, a forma como o Presidente Lula está governando o nosso País.

Sr. Presidente, recentemente estive viajando de carro por diversas rodovias, especialmente por aquelas que cortam os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Cumpri alguns compromissos da minha agenda política e outros pessoais. Confesso que, principalmente no meu Estado, as coisas estão feias! Eu esperava ser positivamente surpreendido por melhorias na conservação das estradas ou, pelo menos, pela presença de indícios que mostrassem que algo está mudando para melhor, já que a mídia brasileira tem seguidamente mencionado – por meio das infor-

mações do Governo Federal – que está havendo investimentos no nosso País. No entanto, encontrei uma situação ainda pior do que quando encarei as estradas nacionais em viagens anteriores.

Sr. Presidente, Senador Tião Viana, creio que nunca vi as rodovias do País em estado tão avançado de depauperação. Quem se arrisca a circular pelas estradas do Brasil, especialmente quem tem nas viagens rodoviárias o seu ganha-pão, está, todo santo dia, colocando a vida em risco, por mais prudente que seja a forma de dirigir do motorista.

O perigo, Senador Alvaro Dias, Senador Paulo Paim, não está nas mãos e nos pés dos motoristas; o perigo está muito mais no péssimo estado de conservação das estradas; o perigo está na sinalização deficiente; o perigo está nos incontáveis detritos espalhados pela pista, como restos de pneus, animais mortos, peças de veículos, enfim, lixo de toda espécie, que raramente é recolhido; o perigo, Sr. Presidente, está no descaso das autoridades para com a vida do cidadão.

Não estou dando minha opinião por ouvir falar. Senti na pele o mau estado de conservação das estradas. Dirigir hoje pelas rodovias mantidas pelo Estado é um exercício constante de ziguezague, devido às constantes manobras que precisamos fazer para não batermos numa caixa aqui, numa capa de pneu ali, num pedaço de pára-choque acolá. É incrível o volume de entulho que se encontra em nossas rodovias!

Com certeza, no Rio Grande do Sul, no Paraná, no Piauí, em São Paulo, no Mato Grosso, enfim, em todas as rodovias do nosso País, não há manutenção, sinalização ou limpeza, o que precisa ser feito constantemente.

Muitas vezes, precisamos escolher entre cair num buraco grande ou em outro maior ainda. É isso o que acontece. Os pneus, as rodas, os aros? É impossível conservá-los. As pancadas são tão fortes que os carros se descontrolam, provocando graves acidentes, e o estresse aumenta à medida que nos aproximamos do nosso destino.

Essa situação já é irritante para quem faz uma ou duas viagens de algumas centenas de quilômetros por ano. Tentemos imaginar, então, o que sentem diariamente aqueles que vivem e trabalham nas estradas, como os caminhoneiros, os motoristas de ônibus intermunicipais e interestaduais, comerciantes que cobrem mais de um Município e tantos outros profissionais cujo “escritório” é a própria rodovia, dentro do seu próprio veículo.

O risco de danos materiais aos veículos e de danos físicos aos motoristas é contínuo. O perigo é ainda maior quando a má conservação afeta estradas movimentadas, como a BR-101, que conta, ainda, com

centenas de quilômetros não duplicados. Quem tem que percorrer a BR-101, em seus pontos mais criticamente danificados, está em constante negociação com a morte – tudo isso por conta da má vontade das autoridades responsáveis pela conservação das estradas.

No trecho duplicado da BR-101, de Palhoça até o Paraná, é impossível transitar pela falta de conservação e de sinalização e pelos entulhos que se encontram na rodovia. Imaginem a situação nas rodovias não duplicadas e não conservadas.

Este, Sr. Presidente, é apenas mais um dos inúmeros apelos que venho fazendo nos últimos anos. Não será o último, pois a solução não parece estar próxima. Mas o alerta é necessário, pois aqueles que mais sofrem com esse estado de coisas, em geral, não têm voz, nem vez. É por eles que, novamente, trago essas questões à atenção de V. Ex^{as} e de todo Brasil.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Concedo o aparte ao nobre Senador Heráclito Fortes, com muita honra.

Depois, eu gostaria de fazer um alerta sobre a Cide. Não sei se é uma denúncia ou um alerta, mas eu o farei aos Srs. Senadores em relação à Cide. Algo que ocorreu em 2004 e passou despercebido, e não vi o PT comemorar aquilo a respeito do qual vou falar, algo que deveria ter sido comemorado.

Mas, primeiro, ouço as palavras do Senador Heráclito Fortes, uma pessoa de clara experiência.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Leonel Pavan, o Governo brasileiro, que tanto combateu o FMI ao longo dos últimos anos, no ano passado fez um surpreendente acordo com esse mesmo fundo, para investimento de R\$9 bilhões em áreas de infraestrutura. É sabido no mundo inteiro que uma das grandes preocupações do Fundo Monetário Internacional com relação ao Brasil é no que diz respeito à saúde, segurança e educação. De tempos em tempos, lança ao mundo indicadores que não são nada promissores para o Brasil. Estranhamente, nesse acordo firmado, e que para este ano ficaram reservados R\$2,9 bilhões, esses recursos estão destinados exclusivamente para estradas e portos. E aí V. Ex^a está coberto de razão. E o dinheiro da Cide? Por que não se usa o dinheiro da Cide para a recuperação de algumas dessas estradas e por que parte desse dinheiro do FMI não foi para a segurança nem para a saúde? É uma interrogação. Mas o mais grave desse acordo é que até hoje não sabemos quem foi ouvido. O Governador do Estado de V. Ex^a, em correspondência que a Comissão de Infra-estrutura dirigiu a S. Ex^a, já respondeu que não foi consultado. Cerca de 12 Governadores não foram

consultados no que diz respeito à aplicação desses recursos. Perguntamos aqui ao Ministro da Agricultura, que vive problemas gravíssimos com o escoamento da produção, o que deveria receber prioridade, e S. Ex^a consultou, salvo engano, o Presidente da Conab, que também não foi consultado, nem o Ministério. Numa audiência em que o Ministro do Turismo esteve no Senado – e V. Ex^a estava presente –, novamente fizemos a pergunta e o Ministério não foi consultado. Temos feito isso a vários Ministros e a vários Governadores. A questão é saber quem comandou esse acordo do FMI, quem elegeu essas estradas, qual o critério etc. Essas estradas já estavam licitadas, vão ser licitadas, são contratos de gaveta ou o que há por trás de tudo isso? Fica aqui a pergunta, até porque é um fato grave e é preciso que o Governo dê uma explicação à Nação. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, incorporo ao meu pronunciamento os dados fornecidos pelo Senador Heráclito Fortes. Ouvimos também o brilhante aparte do Senador Mão Santa, uma das pessoas mais queridas do nosso País, e ficamos mais preocupados porque o Senador Mão Santa falou que, além não investir em rodovias, investe-se em 30 mil novos empregos.

Segundo dados do Siafi, só no ano passado, a Cide arrecadou mais de R\$7 bilhões e, apesar de uma parte ter sido empenhada, nada foi liberado para recuperação ou manutenção das estradas brasileiras. Este ano, até o dia 4 de maio, foram arrecadados mais de R\$2,5 bilhões com a Cide. Não há informações sobre a liberação de recursos. Enquanto isso, continuamos a assistir, pela televisão, a um verdadeiro massacre nas estradas, onde famílias são mortas de uma forma que considero criminosa, já que, em minha opinião, é de responsabilidade do Estado o bem-estar do cidadão.

Na verdade, o que assistimos todos os dias nas TVs oficiais é a máxima utilizada pelo Império Romano para manter a população calma, enquanto os seus governantes se refestelavam, faziam as festas, faziam comemorações com vinhos, em palácios e banquetes, pão e circo é que faziam os grandes eventos. O circo se gloriava. E aqui o que vemos é pão e circo, Mão Santa. É pão e circo!

É até para dizer ao Presidente e aos seus comandados que precisamos de realizações concretas e não apenas de festas, porque o Brasil...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, para finalizar.

O Brasil está sofrendo demais, a população está sofrendo demais, porque muitas coisas não estão sendo feitas e não estão acontecendo.

Quero fazer uma pergunta: as rodovias do País estão piores este ano, segundo a Confederação Nacional dos Transportes?

O **Jornal de Brasília**, de 11 de abril: “Duplicação da 060 ameaçada”; **Folha de S.Paulo**, de 8 de abril: “Rodovias no buraco”. **Folha de S.Paulo**, do dia 13 de fevereiro: “40% das rodovias federais estão mal conservadas”; **Correio Braziliense**: “Calamidade nas estradas”.

Para finalizar. Em abril do ano passado, foi editado, Sr^{as} e Srs Senadores, o Decreto nº 5.060, reduzindo a alíquota da Cide, a mesma sobre a qual o Presidente Lula não conseguiu responder ao candidato Garotinho na campanha eleitoral de 2002. Agora, o tema também traz a este Senador algumas dúvidas, por entender pouco do tema, assim como o Presidente Lula: é sabido que a Cide foi criada com o objetivo de ter vinculada a sua arrecadação à recuperação de rodovias, o que não se comprovou efetivamente até agora, tendo em vista o péssimo estado de conservação das nossas rodovias.

Mas, com a decisão do decreto, surgiram algumas dúvidas sobre as quais ainda não consegui esclarecimentos. Como a alíquota foi reduzida, com certeza, o Governo perdeu arrecadação. Se...

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ...para reduzir a alíquota da Cide – para finalizar, Sr. Presidente –, houve um decreto. A contrapartida seria o benefício para o consumidor final, ou seja, a redução do preço do combustível na bomba para o consumidor. Como isso ainda não ocorreu, pergunto, Senador Mão Santa: o Governo perdeu arrecadação com a edição do decreto? O preço foi reduzido para o consumidor final na bomba de combustível? Ao não reduzir o preço para o consumidor final estaria o Governo dando algum benefício para as distribuidoras? Isso porque o decreto, Senador Alvaro Dias, reduziu o valor da Cide, porém o preço da gasolina não foi reduzido na bomba – isso ocorreu no final do ano passado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Se houve redução, Sr. Presidente, se eu fosse um Senador da Base, se eu fosse um Senador do Governo, quando me acusassem de aumentar imposto, eu diria assim: “Esperem aí! O valor da Cide foi reduzido, está aqui o decreto!”

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço que V. Ex^a conclua. Darei mais um minuto a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O decreto reduziu o valor da Cide, mas não se reduziu o preço do combustível. Não houve redução.

Quem ganhou? Se o Governo vai arrecadar, porque reduziu o valor, quem está ganhando, se não se reduziu o preço na bomba? Se se decretou a redução de imposto e se o preço da gasolina não reduziu na bomba, alguém deve estar sendo beneficiado.

Consultei a Assessoria do PSDB, Senador Arthur Virgílio, e eles me comunicaram: realmente deve haver alguma distribuidora neste País sendo beneficiada. Se se decreta a redução do valor e não se reduz o preço na bomba, alguém deve estar ganhando.

Essa é a pergunta que deixo no ar. Aliás, vou encaminhar esse pedido aos setores responsáveis, para que esclareçam essa dúvida que estamos levantando.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, por dez minutos, com mais cinco minutos de prorrogação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, preciso de uma orientação de V. Ex^a.

A Secretaria das Comissões da Casa me solicita autorização para cancelar a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, programada para o dia de amanhã. Eu não soube responder à Secretária da Comissão. Preciso da orientação de V. Ex^a sobre se realmente o Congresso Nacional entra em férias amanhã.

Sinceramente, não vejo motivo para esse descanso remunerado dos Congressistas, porque, embora sejamos um país do terceiro mundo, devemos abandonar essa prática provinciana de entender que a nossa vida muda, quando chega alguma autoridade a nosso País.

Mas o que deve mudar na nossa vida, porque algumas lideranças de países árabes se encontram em Brasília? Já mudaram demais a vida da cidade. Já exageraram. Já adotaram procedimentos absolutamente dispensáveis. É óbvio que se deseja segurança para qualquer liderança mundial que aporte em nosso País.

Em que pese o esvaziamento político dessa cúpula das Américas, adotou-se um esquema de parafer-

nália incrível para acolher os nossos visitantes. Agora, não há como justificar a entrada em férias por esse motivo. É claro que o Congresso Nacional já tem o seu prestígio em baixa. É evidente que há um desgaste enorme e que os cidadãos deste País entendem que não estamos cumprindo com competência o nosso dever. Mas não podemos oferecer pretextos para que o descrédito se generalize ainda mais.

Portanto, Sr. Presidente, o meu propósito, com essa questão de ordem, é saber se realmente os trabalhos estão suspensos e se não podemos trabalhar amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, a Mesa informa que foi estabelecido ponto facultativo pela Presidência da República e que as Presidências do Senado e da Câmara dos Deputados acompanharam tal decisão. Mas o entendimento da Mesa é o de que, se V. Ex^a mantiver tal convocação da CPMI da Terra para o dia de amanhã e fizer um entendimento com os servidores da Secretaria das Comissões, poderá realizá-la, até porque o §1º do art. 148 do Regimento Interno diz o seguinte:

§ 1º No dia previamente designado, se não houver número para deliberar, a comissão parlamentar de inquérito poderá tomar depoimento das testemunhas ou autoridades convocadas, desde que estejam presentes o Presidente e o relator.

V. Ex^a tem a prerrogativa de fazê-lo, porque são audiências marcadas previamente. A Mesa entende o significado da interrupção numa agenda bem estabelecida como a de V. Ex^a, como Presidente, que tanta atenção tem dado à CPMI da Terra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Secretaria da Comissão informa que somente carros oficiais terão acesso às dependências do Congresso Nacional. Dessa forma, os funcionários estarão impedidos de comparecer ao trabalho. É evidente que a CPMI, para funcionar, depende da presença dos funcionários. Se não houver a possibilidade da presença deles, seremos forçados, também, a suspender os trabalhos da CPMI, no dia de amanhã, adiando a realização dessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, a Mesa orientará a Secretaria-Geral da Mesa, para que assegure o acesso dos servidores devidamente notificados por V. Ex^a, para que haja o funcionamento daquela CPMI no dia de amanhã.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a tem a palavra pela ordem. Peço ao nobre Senador Alberto Silva alguns minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, dois assuntos. Encaminho à Mesa discurso em que ressalto a importância do evento intitulado “Olhares sobre 1985 – 20 anos de Redemocratização do Brasil – Debate entre Estadistas”. Trata-se de promoção do **Jornal do Brasil**, da **Gazeta Mercantil** e da revista **Forbes**, que envolve três Presidentes: José Sarney, do Brasil, Raúl Alfonsín, da Argentina, e Sanguinetti, do Uruguai. São precisamente os três que tiveram nas mãos a perspectiva de fazer transições democráticas em seus países, com tanta relevância para o Cone Sul e para a América Latina como um todo. Hoje, ela está, em alguns dos países, vivendo situação delicada e, em outros, mostrando o viço de democracias que se consolidam.

Peço, Sr. Presidente, que essa belíssima matéria do **Jornal do Brasil**, com a visão dos três Presidentes, seja transcrita nos Anais da Casa.

O segundo tema é, de certa forma, para corroborar o coro e, de certa forma, fazer um protesto em relação a esse ponto facultativo de amanhã. Tem toda a razão o Senador Alvaro Dias: não vejo razão para não criarmos uma situação de normalidade. Imagine se Nova Iorque parasse toda vez em que chefes de Estado para lá acorressem.

Estamos dando um *show*, um verdadeiro exemplo de provincianismo com a figura de militares excessivamente jovens nas ruas. Hoje, quase houve um incidente, relatado pela TV Globo. Um cidadão subiu no acostamento, cometeu uma mera infração de trânsito: premido pela pressa, tentou fugir do trânsito, e um desses meninos o rendeu, com arma na mão. Graças a Deus, ele não correu. Se tivesse acelerado o carro, quem sabe não estivesse hoje no mundo dos vivos.

Parece-me que há uma certa encenação montada, Sr. Presidente. Enfim, uma cúpula que, dos trinta e tantos países, vêm somente quatorze, vem menos da metade dos árabes? Países importantes não vêm. E não estará presente o representante americano. Pelo que li, há uma negativa à participação de representante dos Estados Unidos aqui. Ou seja, parece-me um pouco o caminho da estudantada.

Mas eu queria ver o Congresso funcionando amanhã – não consigo entender que seja justo não o fazermos funcionar –, quando nada, para alguns dos convidados do Presidente Lula poderem ver como funciona uma democracia, com críticas duras, diretas, como essas que fazemos a Sua Excelência.

Por exemplo, vou listar para V. Ex^a alguns dos países que aqui estarão representados: a Líbia, com a figura famosíssima, manjadíssima, conhecidíssima de Muamar Kadafi (ditadura desde 1969).

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

O Sudão, com o General Al Bashir, que desfilou com o Presidente Lula ainda há pouco e é presidente desde 1989; a Venezuela, desde 1999, com o Coronel Hugo Chaves, que ainda não conseguiu implantar a ditadura, mas morre de vontade de fazê-lo; a Tunísia, com o Presidente Ben Ali, desde 1987; a Somália, com o Presidente Addullahi Yusuf Ahmed, que, educado na União Soviética, foi Coronel do exército somali; o Kuwait, onde há uma monarquia absolutista, com forte censura sobre o rádio e a TV, com o Presidente Sheikh Jabir Al-Ahmed Al-Sabah, desde 31/01/77, e com o Primeiro-Ministro Sheikh Saad Abdullah Al-Salim Al-Sabah, que está no poder desde 08/02/78; a Jordânia, que, desde sua independência, é governada pela família real, pelo sucessor do Rei Hussein, seu filho Abdullah; a Maurîtânia, onde há ditadura militar desde 1984, em que o Presidente é o Coronel Maawya Ould Sid’Ahmed Taya (PRDS) – até o nome do homem é ruim de pronunciar, não só o seu coração –, eleito em 1992, reeleito em 1997 e em 2003 e, se. o povo continuar desvalido como está lá ele vai se reeleger até outro ditador o substituir.

Portanto, Sr. Presidente, seria um bom momento de mostrarmos o Congresso funcionando a pleno vapor, o Judiciário, que impõe derrotas aos pleitos do Governo quando julga que são inconstitucionais atos do Governo, funcionando a todo vapor; ou seja, seria tão bom se eles aprendessem conosco essa lição de democracia.

O apelo que faço é no sentido do funcionamento da Casa, para que não interrompamos a vida brasileira, porque pura e simplesmente vai acontecer um evento internacional. Não somos sucupira e nem estamos estrelando um filme com o ator principal sendo alguma coisa parecida com o nosso velho, falecido e saudoso Mazzaropi.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – **Olhares Sobre 1985, Uma Visão Sobre A Relevância da Redemocratização**

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Auditório da FAAP, a Fundação Armando Álvares Penteado,

no Pacaembu, serão passados a limpo, amanhã, os 20 anos da redemocratização do Brasil.

Será um encontro de estadistas, entre eles Fernando Henrique Cardoso e José Sarney, do Brasil, e Raúl Alfonsín, da Argentina.

Infelizmente, não poderei comparecer, como esperava. Por isso, quero aplaudir a iniciativa do **Jornal do Brasil**, **Gazeta Mercantil** e da revista **Forbes**.

Mais do que uma retrospectiva, o Seminário Além do Fato – Olhares sobre 1985 bem que poderia ser aproveitado pelo atual Governo, por enquanto estático, diante dos depoimentos que ali deverão desfilar.

Nações como a Argentina e o Brasil, como as demais do Continente, absorveram nesse período de duas décadas as lições que a modernidade administrativa torna compulsórias, sob pena de retrocesso.

Raul Alfonsín, em artigo hoje publicado pelo JB, antecipa os novos caminhos que se impõem aos países que levam a sério a função governamental. Ele lembra que “descentralizar o funcionamento do Estado significa abri-lo a formas de participação mais consistentes, dependendo de seu grau de descentralização.”

E mais:

“As mudanças democráticas realizadas geraram um renovado prestígio internacional da nação (a Argentina).....Tenho afirmado que os que acreditaram, em anos recentes, que as relações exteriores da nação poderiam ser tratadas apenas com um critério publicitário (caso do Governo petista no Brasil) menosprezaram a opinião pública mundial, com o mesmo menosprezo do qual foi vítima, internamente, a opinião do povo argentino.”

Também José Sarney, outro dos estadistas que se farão presentes amanhã em São Paulo, escreve, no mesmo **JB**, que “a democracia que aqui ancorou há 20 anos completava um quadro de normalização institucional na região, que acabaria por se estender, nos anos 80, a toda a América do Sul.”

Reitero meus aplausos aos três importantes veículos da nossa imprensa por essa iniciativa, cujos resultados sem dúvida haverão de contribuir para o fortalecimento ainda maior da democracia no Continente.

Estou anexando três páginas do **Jornal do Brasil**, com matérias alusivas ao importante seminário “Olhares sobre 1985”, a fim de que passem a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGILIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

AB SEGUNDA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2005**INTERNACIONAL**

281/1

*Gazeta Mercantil e Jornalistas e m.
residência por O. Assis, etc. etc.*

Olhares sobre 1985: 20 anos da Redemocratização do Brasil – Debate entre Estadistas é o seminário que o JB e a Fundação Armando Alvares Penteado, com apoio da Gazeta Mercantil e da Revista Forbes, promovem hoje no Centro de Convenções da FAAP

DOCUMENTO A QUE SE REFERE**ALÉM DO FATO ■ OLHARES SOBRE 1985**

Raúl Alfonsín
EX-PRESIDENTE DA ARGENTINA

O processo de abertura na Argentina

Nós os argentinos passamos da ditadura à liberdade em uma marco de dupla transformação: do relativo bem-estar à miséria, e de uma aceitável interdependência à dependência. Tudo isso em um cli-

ma internacional configurado pelo que se convencionou chamar de a criação de uma nova ordem internacional, e pela globalização não solidária.

A convivência exigia a tomada de atitudes de cooperação diante dos conflitos, também presentes na sociedade como expressão das divergências que se não eram sintetizadas, amortecidas, adequadas ou toleradas, apenas poderiam ser superadas por meio da submissão ou eliminação dos oponentes.

Sabíamos que o pleno exercício dos direitos dos cidadãos, a liberdade individual e a solidariedade social iriam constituir a base sobre a qual começariam a se erguer nossas sociedades modernas. Seus novos valores – a tolerância, a racionalidade, o respeito mútuo e a busca de soluções pacíficas para os conflitos – possibilitariam uma passagem sem traumas para a sociedade verdadeiramente democrática.

Nessa nova sociedade, cada pessoa deveria sentir que possuía poder de opinião, de decisão, e construção. Deveria saber que estava em condições de exercer isso eficazmente.

Para tanto era preciso mudar a velha política de portas fechadas pela nova política em contato direto com as reivindicações e propostas do povo. A política deveria quebrar a barreira da frieza, da distância e da desconfiança, com as quais, entretanto, muitos ainda a vêem. A substituição da violência e da intolerância pelo debate e o pluralismo, a exclusão da luta selvagem como meio para dirimir as naturais contendas entre diferentes idéias e propostas, e sua substituição pelo debate aberto e o consequente respeito à decisão da maioria e aos direitos das minorias, constituíam o compromisso primordial para a mobilização que levaria aos objetivos comuns.

Devemos recordar que a idéia básica da Justiça é a ausência de desigualdades arbitrárias. Era preciso buscar os caminhos que levassem ao consenso necessário para concretizar uma real independência, uma liberdade autêntica e uma procura tenaz por critérios de igualdade.

Precisávamos definir ações conjuntas, adequadas a quem está disposto a lutar contra o neoliberalismo, o confronto como sistema, o elitismo, a corrupção, a hegemonia e a exclusão. Só assim encontraríamos os caminhos da justiça e da igualdade.

**Substituir
violência e
intolerância
pelo debate
e pelo
pluralismo**

O esforço para criar bases estáveis para a convivência democrática, deveria passar necessariamente por uma reforma cultural que removeria o acúmulo de deformações assentadas na mentalidade coletiva, como herança de um passado marcado pela desagregação.

O autoritarismo, a intolerância, a violência, o maniqueísmo, a divisão da sociedade, a concepção da ordem como imposição, e do conflito como perturbação anormal da ordem, a indisponibilidade para o diálogo, a negociação, o acordo ou o compromisso, são maneiras de ser e de pensar que criaram raízes no decurso de gerações.

Era preciso evitar os compartimentos estanques que consideravam a si mesmos, em maior ou menor medida, encarnações do conjunto nacional, com a exclusão dos demais. Assim não se constrói uma democracia, nem mesmo uma pátria comum, mas apenas uma conflitante justaposição de um país e um antipáís, uma nação e uma antinação. Como unidade política e territorial, a nação se assentaria no precário domínio de um grupo que prevaleceria sobre os demais, e não na desejada articulação de todos em um sistema de convivência.

Nada se construirá com partidos, organizações sindicais, associações empresariais, forças armadas compartimentadas, unidades culturalmente dispersas que apenas ocasionalmente se associam em falanges maiores, também exclusivas entre si, mas nunca em esquemas de convivência global.

Tampouco era possível construir a democracia considerando-se ordem como imposição, e conflito como desordem. Em uma sociedade culturalmente desarticulada, que não reconhece a existência de espaços normativos comuns entre seus grupos componentes, a ordem apenas é concebível como produto de uma ação coerciva – portanto basicamente repressiva – do grupo dominante.

Mudar as mentalidades arraigadas de nossas sociedades, eliminar seus oponentes autoritários, intolerantes, egoístas, predispostos à compartimentagem setorial, e intole-

rantes com relação ao diálogo e ao comprometimento, constitui uma empresa cujo ponto de chegada não poderia ser outro que a construção de uma nova vontade coletiva.

No momento em que essa empreitada se firmasse como criação e desenvolvimento de uma sociedade solidária contra os fatores de desagregação que ainda perduravam, a tarefa iria adquirir uma insuperável e decidida dimensão ética.

O egoísmo pode debilitar a solidariedade social, gerando situações de desamparo e medo que deixam os povos particularmente sujeitos às pseudo-soluções messiânicas – populistas e outras – nas quais o indivíduo isolado busca um meio de ter sua identidade e com o que se proteger.

A tensão entre liberdade e igualdade está no centro das discussões e das concepções políticas contemporâneas. Vejamos a tradição liberal, o pensamento social da Igreja, e os movimentos trabalhistas e sociais. Para começar a superar essa tensão é preciso enriquecer e, portanto, redefinir a noção tradicional do que é um cidadão, ou a cidadania, reconhecendo que abarca, além da igualdade formal jurídico-política, muitos outros aspectos, conectados com o fato dos homens existirem e terem poder, isto é, com a repartição natural das capacidades e a divisão social de recursos.

Esse reconhecimento amplia o significado dos direitos humanos que não só são violados pelas ativas interferências contra a vida, a liberdade e os bens pessoais, mas também por omissão, quando não são ofereci-

das oportunidades e recursos necessários para que se alcance uma vida digna.

A modernização era necessária, mas não se tratava de modernizar ante um critério exclusivo de eficiência técnica – embora considerando a dimensão tecnológica da modernidade como fator fundamental; tratava-se de pôr em andamento um processo de modernização que progressivamente incrementasse o bem-estar geral, de modo que a sociedade em seu todo pudesse se beneficiar com seus frutos.

Uma modernização pensada e praticada pura e simplesmente como uma forma de reduzir custos, de preservar a competitividade e de elevar os lucros é uma modernização míope em sua concepção e, além disso, socialmente injusta, pois deixa de lado as consequências que as mudanças por ela introduzidas acarretarão para o bem-estar dos que trabalham e da sociedade como um todo.

Frente a uma modernização baseada no esforço dos poderes privados, e outra baseada no fortalecimento do Estado, a modernização na democracia e na solidariedade pressupõe o fortalecimento dos poderes da sociedade, constituídos de forma autônoma.

Transformar uma sociedade de forma a torná-la eficiente significa sobretudo, e antes de mais nada, melhorar a qualidade de vida das pessoas. Por outro lado, existe uma correlação inversamente proporcional entre centralização e participação.

Uma gestão estatal muito centralizada implica em confiar a administração da coisa pública a um núcleo burocratizado da população, que pode agir em maior grau pelos seus próprios interesses corporativos do que pelo interesse geral. Descentralizar o funcionamento do Estado significa abri-lo a formas de participação mais consistentes, dependendo de seu grau de descentralização.

Já passou o tempo em que se acreditava que a felicidade do gênero humano estava na volta de um episódio absoluto, violento, definitivo, o qual, da noite para o dia, inauguraria uma vida nova. A revolução não é isto nem jamais foi. Revolução é um rótulo que os historiadores põem no final de séculos a um processo de transformação prolongado e complexo.

Entretanto, também acabou a época das pequenas reformas, da ilusão de que, com correções mínimas, seria possível mudar o rumo de uma sociedade. Não falemos de reforma nem de revolução, o que comportaria uma discussão anacrônica. Situe-mo-nos, ao contrário, no caminho acertado da transformação racional e eficaz.

De outro ponto de vista, sempre pensamos que não poderia haver uma democracia sólida e duradoura para cada sociedade em particular se a organização política e econômica internacional não fosse regida pelos mesmos princípios e valores que a inspiram. A coexistência de povos ricos e povos pobres, de povos livremente organizados e de povos submetidos ao autoritarismo, é incompatível com o funcionamento de uma sociedade internacional pacífica e harmônica, uma sociedade que os mecanismos de inter-relação econômica e os modernos sistemas de comunicação já transformaram em realidade inapelável.

A sociedade internacional, que compreende pela primeira vez na

pressuposto de que as nações têm dignidade e prestígio e que esta afirmação nada tem a ver com a teoria organicista ou antropomórfica. As próprias empresas comerciais devem ter um critério de dignidade. Qualquer obra humana é o resultado de um conjunto de valores compartilhado por cada ser humano que a realiza.

As mudanças democráticas realizadas geraram um renovado prestígio internacional da nação. Não há nenhuma dúvida de que o novo modo e a qualidade da vida pública argentina tiveram muito a ver com as mudanças da opinião mundial a respeito da consideração das nossas propostas, a autoridade da nossa voz e a legitimidade das nossas reclamações.

Sempre foi assim. Quando nas guerras de Independência outros povos saudaram nossas bandeiras e nossos exércitos, a liberdade que proclamávamos para eles já imperava entre nós.

Tenho afirmado que os que acreditaram, em anos recentes, que as relações exteriores da nação poderiam ser tratadas apenas com um critério publicitário menosprezavam a opinião pública mundial com o mesmo menosprezo do qual foi vítima, internamente, a opinião do povo argentino.

Como não tínhamos dois tipos de moral, não podíamos ter duas políticas, e este foi o princípio fundamental que orientou nossa política externa.

Pertencemos com uma identidade própria ao universo social, político e cultural do Ocidente, e este fato não é mera decorrência dos acasos da geografia ou da inércia de uma situação herdada e aceita passivamente.

O Ocidente não é uma zona geográfica, mas uma configuração histórica, que significa, antes de mais nada, um tipo particular de

**Era
fundamental
defender o
respeito ao
direito
internacional**

história a humanidade como um todo, inter-relacionada e interdependente de uma maneira tão global e irreversível, deve ser também uma sociedade democrática.

Se a defesa dos direitos humanos implica não apenas na oposição às interferências ativas em detrimento da vida, da liberdade e da integridade dos indivíduos, bem como da disponibilidade de recursos e oportunidades para que eles possam explorar ao máximo suas capacidades, as relações entre os povos não podem nem devem se basear em uma distribuição desigual de recursos e oportunidades para o seu desenvolvimento.

A atual ordem econômica internacional, que trava ou limita o crescimento de tantos povos da Terra, é uma ordem que pouco se compadece dos direitos humanos e dos ideais da grande revolução democrática da qual não pode ser excluído nenhum habitante da Terra.

No momento da instauração da democracia, era fundamental para a Argentina defender o respeito absoluto dos princípios do direito internacional, originados do antigo direito das gentes e, ao mesmo tempo, plasmados na Carta das Nações Unidas, com o propósito de "reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos de homens e mulheres e das nações grandes e pequenas". Princípios que afirmam a igualdade soberana de todos os países e a necessidade de abster-se de recorrer à ameaça ou ao emprego da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado. Ou como afirma a carta de Bogotá, lutar para que a ordem internacional seja "essencialmente constituída pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados e pelo fiel cumprimento das obrigações emanadas dos Tratados e de outras fontes do direito internacional".

Para orientar nossa política, partimos do

civilização, um modo específico de pensar e organizar a política, a sociedade e o conhecimento.

No Ocidente nasceu uma sociedade capaz de julgar e acusar a si mesma. Valores como legitimidade da mudança, autonomia dos homens em relação a seus atos, a não aceitação passiva das injustiças, solaparam decisivamente a crença no caráter imutável das estruturas sociais e geraram a possibilidade do progresso histórico, visto não apenas como domínio da natureza pelo homem, mas como extensão do gozo deste progresso a todos os setores da população.

Evidentemente, o Ocidente nem sempre obedeceu a estas linhas ideais. Desenvolveu formas desumanas de exploração econômica colonial e foi capaz de gerar crueldades levadas a extremos horripídeos. Mas soube sempre sobrepor-se a estes desvios.

Queríamos um futuro próprio, livre, orgulhoso, onde cada nação e cada homem pudesse decidir seu destino. Desse modo, diante do pessimismo dos cínicos, queríamos trabalhar para a esperança, porque não aceitávamos que o preço da paz fosse a subordinação dos mais fracos.

Entretanto, não se concretizam objetivos imaginando-os, simplesmente, e tampouco são alcançados com o grito do protesto. É necessário um trabalho permanente, sistemático e sério. Sobretudo, sério.

A ênfase principal terá de ser colocada na integração latino-americana, que terá de deixar de ser um simples enunciado que nunca terminou de se cumprir.

Neste caminho, demos passos concretos para efetivá-la. O Consenso de Cartagena sobre o tema da dívida externa criou um campo de trabalho solidário, e o Grupo de Contadora e de Apoio foi outro passo na mesma direção. Avançamos significativamente com a constituição do Grupo dos Oito.

O acordo com o Brasil significou o salto qualitativo mais importante jamais dado na Argentina para a concretização deste objetivo.

A12 SEGUNDA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2005

INTERNACIONAL

JORNAL DO BRASIL

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

ALÉM DO FATO ■ OLHARES SOBRE 1985*José Sarney*

SENADOR E EX-PRESIDENTE DO BRASIL

Democracia e geografia

Relembremos neste 2005 que há 20 anos o Brasil se reencontrava com a democracia.

Mas o aniversário festejado no Brasil não se restringe às fronteiras nacionais. Coincide com os vinte anos da posse do presidente Julio Maria Sanguinetti como presidente eleito da República Oriental do Uruguai, e com quase 22 anos da chegada democrática do presidente Raúl Alfonsín ao "Sillón de Rivadavia".

A democracia que aqui ancorou há 20 anos completava um quadro de normalização institucional na região que acabaria por se estender, nos anos 80, a toda a América do Sul.

Em agosto de 1985 fiz minha primeira viagem internacional como presidente do Brasil. Visitei Montevideu e tratei com o presidente Sanguinetti os temas que nos afligiam: democracia e desenvolvimento econômico e social; fortalecimento das instituições políticas e dívida externa.

Em 29 de novembro do mesmo ano, encontrei o presidente Alfonsín para inaugurar a Ponte Tancredo Neves que ligava Foz do Iguaçu a Puerto Iguazú e, quebrando toda a rigidez com que o protocolo diplomático havia montado o programa oficial, convidei o presidente da Argentina a visitar a usina de Itaipu a 3 km dali.

A foto que registrou a cena dos presidentes do Brasil e da Argentina, tendo como fundo as águas vertidas da hidrelétrica, é para mim um marco histórico irreversível.

Ali encerramos décadas de rivalidade. As águas que nos separaram por anos serviam agora como símbolo de uma nova tri-

lha que usava a geografia para nos unir e para iluminar um caminho aberto de cooperação.

Se alguma dúvida ainda restava da determinação com que inaugurávamos uma nova era, essas foram sepultadas pelas visitas que realizamos, eu e o presidente Alfonsín, aos centros de pesquisa nuclear em Pilcaniyeu, na Argentina, e a Aramar, no Brasil. As duas bases, cercadas pelo sigilo com que eram conduzidos os programas nucleares, foram repentinamente abertas à visita dos Chefes de Estado. Foi o fim da desconfiança. Deixamos para trás o terreno, com forte conotação militar, em que tratávamos nossos negócios e abrimos nossas conversas para buscar formas de solucionar problemas comuns.

Com os presidentes Alfonsín e Sanguinetti assinamos declarações, instrumentos, protocolos, acordos e todos tipos de documentos que a diplomacia criou ao longo da história para aproximar países. Eram a consequência natural de um sonho compartilhado, de uma meta comum, de termos redescoberto que a geografia só poderia nos unir.

Nosso projeto de integração frutificou no Mercosul. Se hoje discutimos estatísticas de comércio, tarifas, comércio com terceiros, velocidade de ampliação do bloco e outros temas que preenchem matérias de jornal, isso é prova de que há 20 anos retiramos definitivamente de pauta os itens verdadeiramente perigosos.

Hoje, energia nuclear e efetivos militares entre nossos países só merecem menção no contexto de cooperação. Isso faz 20 anos.

"Nosso projeto de integração frutificou no Mercosul"

Julio María Sanguinetti
EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

Vinte anos não são um dia

Há 20 anos, o que era a América Latina se não um campo armado, armado para fora e para dentro de cada país? A Argentina vinha da sua trágica guerra das Malvinas, inércia belicista que havia sido gerada para aquele confronto com o Chile, que no fim de 1978 quase leva ao conflito desses vizinhos. A América Central consumia-se em uma eterna guerra civil, que alcançava na revolução sandinista a sua expressão emblemática. As ditaduras, nascidas em sua maioria na década de 1970, projetavam a sua sombra repressiva sobre quase todo o continente. O pano de fundo era a Guerra Fria que alimentava as corridas armamentistas, enquanto no Leste se encorajavam guerrilhas marxistas e no Oeste se aceitavam os golpes de Estado para enfrentá-las.

Nos gloriosos anos 1980, a democracia cresceu como uma maré no hemisfério. Os economistas cunharam, para aqueles anos, o adjetivo "década perdida", por causa da persistência dos fenômenos econômicos, da inflação e da instabilidade. Hoje, ao contrário, saudamos na perspectiva que a distância oferece, aquela década que recuperou a liberdade, consolidou as instituições democráticas e, justamente, gerou as condições para que hoje se possa deixar para trás, definitivamente, o flagelo hiperinflacionário.

Entre 1983 e 1985, a Argentina, o Brasil e o Uruguai retornaram à normalidade democrática. Os processos, do ponto de vista político, não foram iguais. Na Argentina, a guerra perdida deixou o governo militar muito frágil, e a luta cívica que o presidente Alfonsín encabeçou com coragem abriu o caminho. No Brasil, dentro de um sistema de eleições indiretas idealizado pela ditadura para eleger a sua continuidade, uma valente e criativa combinação política entre Tancredo Neves e José Sarney, produziu a abertura. No Uruguai, depois de prolongadas negociações e de um plebiscito constitucional vencido pela oposição, uma eleição popular, em novembro de 1984, promoveu o nosso reencontro com a histórica tradição cívica do país.

Nesse clima, as democracias renascidas se conjugaram para começar a tornar reali-

dade o sonho integracionista. E, ao mesmo tempo, ajudar a democratização que veio depois no Paraguai, na Nicarágua, no Chile. Em 1989, caiu o Muro de Berlim e a partir daí o contexto internacional ficou mais favorável: exceto a abominável presença do narcotráfico, desapareciam os que podiam

As novas democracias tomaram possível o sonho da integração

financiar movimentos subversivos, ou estimular golpes de Estado. Dessa forma, desembocamos em uma situação, como a atual, em que o mapa da democracia é pleno, e salvo a solitária exceção cubana, os governos são todos eleitos. Infelizmente, essas instituições renascidas não mostram a estabilidade desejada; muitos presidentes não conseguiram terminar os seus mandatos. Contudo, estamos convencidos de que esta falta de maturidade ainda remanescente, irá passando à medida que o tempo vá fazendo a sua obra de recuperação dos hábitos de convivência política e de formação do cidadão no harmônico exercício de seus direitos e deveres.

O trabalho político não está concluído, mas o maior e mais instigante desafio se abre no campo do desenvolvimento. O processo de integração no Mercosul cresceu, padecendo, contudo, de insuficiências, como a falta de coordenação macroeconômica, ou as fragilidades dos procedimentos de solução de controvérsias.

As economias estão mais abertas e são mais competitivas, porém ainda estão muito distantes dos níveis de produtividade do mundo desenvolvido. A globalização financeira introduziu aspectos de instabilidade tão corrosivos que conduziu em mais de um caso a verdadeiras catástrofes, e ainda não logramos mecanismos seguros de estabilidade. A educação ainda mostra sintomas de desigualdade social e, sobretudo, nos deixa muito distantes dos níveis do Ocidente desenvolvido e do emergente mundo asiático, cada dia mais vigoroso. É aqui, nesta dimensão da cultura, onde se travará, neste tempo já declarado de revolução científica, a batalha pelo destino de nossa civilização latino-americana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa aguarda a manifestação do pronunciamento que V. Ex^a reivindicou fosse acolhido para a devida publicação e registra a manifestação.

Com a palavra o nobre Senador Alberto Silva.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Com a licença do Senador Alberto Silva, apenas para um esclarecimento. Na quarta-feira, depois de amanhã, portanto, vence o prazo para apresentação de emendas à Medida Provisória nº 249. Consulto V. Ex^a: diante do fato de não termos trabalho amanhã, como devemos proceder em relação à apresentação de emendas a essa medida provisória?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Alvaro Dias, será assegurado o prazo de mais um dia para o recebimento de emendas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o nobre Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB–PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Até que enfim!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabamos de ouvir vários discursos inflamados a respeito da situação brasileira, ora sobre a questão dos juros, ora sobre as estradas, principalmente do Senador de Santa Catarina, Senador Leonel Pavan, que ficou aqui a dizer do estado das rodovias não só em Santa Catarina, mas no País inteiro.

Venho aqui com o jornal **Correio Braziliense**, que diz: “Só com um milagre as estradas saem do papel neste ano”. Senador Leonel Pavan, V. Ex^a sabe o que é isso? Desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso que apresentei uma proposta ao País para se consertarem as estradas brasileiras. Já que nos decidimos pelo rodoviarismo – não cuidamos de estradas de ferro, mas de estradas de rodagem –, já que tomamos essa decisão, vamos fazer com que as estradas sejam boas e ofereçam o máximo de segurança a quem nelas viajar.

Apresentei, então, uma proposta, que repetirei hoje, com a lógica dos fatos. V. Ex^a mencionou que consultou a Confederação Nacional dos Transportes. Vou dizer a V. Ex^a que o trabalho que apresentei aqui – e apresentei ao Líder, Senador Aloísio Mercadante, logo que o Presidente Lula assumiu o Governo – era no sentido de que se criasse uma câmara de gestão. Peço a sua atenção, meu caro Senador Leonel Pavan. Sabe por que uma câmara de gestão? Porque o Ministério dos Transportes não tem condições. A burocracia interna de qualquer Ministério segue uma rotina que

não podemos mudar. Uma licitação para um trecho de estrada, quer seja para o projeto, quer seja para a execução, leva seis meses, e temos 36 mil quilômetros de estradas federais destruídas, Senador Pavan. Isso é uma calamidade! E, se é uma calamidade, há remédio para calamidade.

No caso do apagão, o remédio foi uma câmara de gestão. A Cide foi criada exatamente para cobrir a restauração das estradas. Agora, quero deixar clara a lógica do meu raciocínio, do meu trabalho.

Senador Leonel Pavan, o projeto de uma estrada requer uma consulta a uma empresa, que ganha uma licitação para ir ao campo saber como está a estrada. Ela leva alguns meses para conseguir esse resultado. Depois do resultado pronto, o que faz a empresa? Nova licitação para o projeto.

Enfim, para se obter um projeto, leva-se mais do que seis meses. Mas existem métodos e maneiras de se fazer projeto usando tecnologia avançada. Existem veículos que são capazes, andando a uma velocidade de 40 quilômetros, de determinar como está o asfalto, a superfície e a base, e com isso se podem fazer oito mil quilômetros de projeto em quatro meses.

Para executar isso, o que poderíamos fazer?

É simples. Depois de autorizada a câmara de gestão, o Governo nomeia uma comissão gestora, composta de pessoas altamente capacitadas, da qual o Ministro dos Transportes pode fazer parte, mas há um núcleo de decisão, e as coisas são fáceis.

Agora, só para que V. Ex^a entenda, Senador Leonel Pavan, qual é a minha proposta? Este jornal diz que há uma estrada que está parada há um ano por questões de dificuldades na licitação. Proponho que se estabeleça um preço, o preço de um quilômetro de estrada nova ou a ser reparada. Uma vez estabelecido esse preço, se pode realizar – a câmara de gestão tem poderes para isto – uma espécie de leilão por lotes. As firmas, as empresas cadastradas que concordarem entram e assinam um contrato. Isso não é ilegal e já foi feito em várias ocasiões. Inclusive a questão do apagão foi resolvida dessa forma.

Pergunto: cem empresas de engenharia estão esperando uma ordem. Sabe qual é o valor, Senador Pavan? Sabe quanto gastaríamos para reparar 36 mil quilômetros de estrada? Seriam R\$6 bilhões em três anos; R\$2 bilhões por ano. A Cide arrecada muito mais do que R\$7 bilhões, talvez R\$8 bilhões, talvez R\$10 bilhões. Com R\$2 bilhões faremos, anualmente, 11 mil quilômetros de estradas novas. Tiramos o asfalto velho e fazemos asfalto novo em todas elas e consertamos também a base que estiver estragada. Esse meu trabalho foi distribuído aqui para muitos dos nossos companheiros.

Senador Pavan, a minha pergunta é: por que o Governo não age assim? Faço aqui um apelo: Presidente Lula, procure saber qual foi a proposta que fiz ao Líder Mercadante e repeti aqui. Uma câmara de gestão! Senador Pavan, o caso é de calamidade pública.

Só para encerrar o tema, antes de conceder um aparte. Sabem qual é o prejuízo em combustível que os buracos propiciam aos que trafegam? São 1 milhão e 800 mil carretas rodando neste País, e sabem quanto elas gastariam se as estradas estivessem todas normais? Doze bilhões de litros de óleo *diesel*; mas, com os buracos, há um acréscimo de 35%. Senador Leonel Pavan, 35% de 12 bilhões, vamos praticamente para mais de 4 bilhões de litros, que, a R\$1,40 na bomba, resultam em um prejuízo no gasto do combustível de quase R\$6 bilhões. Ora, economizando o óleo gasto inutilmente por causa dos buracos, já dava para consertar as estradas.

Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Alberto Silva, V. Ex^a é um espelho no Senado.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigado.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Sou um Senador novato, apesar de ter sido Deputado Federal. Ainda estou buscando muita experiência e tenho observado muito a sua atuação, a sua experiência, o seu conhecimento, para que nele nos possamos espelhar, trabalhando com lisura e desempenhando um bom papel como representante de Santa Catarina neste Senado Federal. V. Ex^a tem uma experiência enorme, já foi Governador duas vezes.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sim, senhor.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – É Senador por dois mandatos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Exatamente.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a é um homem calmo, que fala com toda tranquilidade, com conhecimento, que sempre tem respeitado os governos, mas sempre levando a sua experiência. Não podemos, em hipótese alguma, aceitar que um governo que se diz democrático não aceite idéias, opiniões, projetos ou que não venha sequer discutir. Se isso aconteceu no governo passado, também deveria ter sido discutido. E, agora, muito mais, porque o Governo assumiu anunciando que tinha propostas inovadoras. Assumiu um governo que se dizia bem mais democrático, que ouviria o Parlamento. O seu projeto de câmara de gestão deveria ser amplamente discutido nas comissões, aqui no Plenário e principalmente pelo Governo. Trata-se de um projeto que visa a economizar recursos,

recuperar as rodovias do nosso País. Mediante a proposta, V. Ex^a mostra sua preocupação com o preço do frete, que vem aumentando.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Exatamente.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Os veículos acabam pegando um buraco aqui, outro acolá, um acidente lá, e as empresas incluem seus prejuízos no preço do frete, aumentando-o. Ao subir o valor dos fretes, sobem os preços das mercadorias. Onde recai o aumento dos preços das mercadorias?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – No consumidor.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – No bolso do sofredor, do povo, do assalariado. Então, cumprimento V. Ex^a pela brilhante explanação e por sua coragem de dizer essas coisas. O Governo deveria, ao menos, espelhar-se em pessoas experientes, como o Senador Pedro Simon. S. Ex^a é uma figura fantástica, reconhecida por todos os brasileiros. Falo também do projeto e das idéias de V. Ex^a, que já foi Governador duas vezes e Senador duas vezes. Apresenta um projeto que poderá ser utilizado não só pelo Governo atual, mas por todos os governos e um projeto que vai trazer soluções para o nosso País. Meus cumprimentos ao Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigado.

Peço ao nobre Presidente que incorpore ao meu discurso o aparte do Senador Leonel Pavan.

Concluo fornecendo ao Senador algumas informações complementares. Falei do prejuízo com combustíveis. Fiz um estudo ao lado da Confederação dos Transportes e da Confederação Nacional dos Empreiteiros de Rodovias. Senador Leonel Pavan, V. Ex^a falou nos desvios que os carros têm de fazer para se livrarem do entulho e dos buracos. Cada vez que se desacelera uma carreta de 50 toneladas, ela joga fora óleo sem queimar. No estudo que fizemos, chegamos à conclusão de que as carretas gastam 35% a mais de combustível, o que perfaz R\$6 bilhões. Só com essa quantia dava para consertar todas as estradas. Somando-se o frete e o prejuízo do patrimônio das carretas, atingem-se outros 15%. Mais dinheiro, mais prejuízo para o País, mais aumento de frete.

Agradeço pelo aparte.

Sr. Presidente, antes de concluir, desejo fazer um registro. Alguns companheiros do interior do meu Estado pediram-me que falasse com o Governo do Estado, porque eles estão sentindo a falta dos cursos da Uespi. Esclareço que Uespi é a Universidade Estadual do Piauí que eu fundei. Faço, porém, o registro, para ser verdadeiro e justo, de que foi no Governo

do agora Senador Mão Santa que essa universidade ganhou corpo e dimensão, indo aos mais distantes rincões do Estado do Piauí. A reclamação que veio a mim para falar ao Governo leva-me a registrá-la aqui. Considero justo e correto dizer que um dos pontos altos do Governo Mão Santa foi, entre outros, ter levado a esperança a milhares de jovens, no interior do Estado do Piauí, com a possibilidade de poderem cursar uma faculdade. Por isso, respondo aos companheiros que me estão ouvindo no Piauí que farei essa reclamação ao Governo do Estado. Deixo claro que a mim não interessam questões de discrepância ou desentendimento de natureza política. Interessa-me ser justo e, neste instante, quero sê-lo. O Governo do Senador Mão Santa levou a esperança ao interior do Piauí com a sua e a minha universidade estadual. De fato, estão reclamando e é preciso que essas unidades voltem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra à eminente Senadora Serys Slhessarenko, por dez minutos, e, em seguida, aos Senadores Alvaro Dias e Arthur Virgílio.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já que estamos falando tanto hoje em recursos para infra-estrutura especialmente na área de estradas, ressaltamos que começamos em Mato Grosso um grande entendimento sobre a possibilidade real de asfaltamento da BR-158. Amanhã, teremos uma reunião com o Ministro dos Transportes, o Governador de Mato Grosso e toda a Bancada do Estado em nível federal, para discutirmos tanto a BR-158 quanto a BR-163. Levaremos ao Sr. Ministro Alfredo Nascimento uma proposta de convênio, a fim de que realmente a rodovia 158, de grande importância para o escoamento da produção em Mato Grosso, tenha viabilidade.

Hoje, cerca de 400 quilômetros dessa rodovia federal ainda estão sem asfalto, Sr. Presidente, no Estado de Mato Grosso. A BR-158 tem sido alvo prioritário do meu mandato e farei um breve relatório sobre o nosso trabalho com relação à BR-158.

Ainda no mês de junho de 2003, realizamos um fórum na cidade de Vila Rica, onde participaram vários parlamentares, representante do Dnit, governo estadual, inúmeros prefeitos da região, igreja, ONGs, enfim, toda sociedade organizada da região para traçar as ações que pudessem viabilizar o asfaltamento da BR-158.

A meu pedido, o Dnit destinou, à época, em 2003, R\$1,5 milhão para terminar o projeto de engenharia e impacto ambiental, que hoje já está totalmente parado.

Após diversas audiências com Ministros dos Transportes, Planejamento, da Coordenação Política do nosso Governo, verificou-se que a BR-158 não estava no Plano Plurianual. Fizemos, então, emenda na Comissão Mista de Orçamento que assegurou a inclusão da rodovia no PPA de 2004/2007, no valor de R\$187 milhões. Da mesma forma, ocorreu sua inclusão na LDO – isso tudo no ano de 2003.

Solicitei diretamente ao Presidente Lula que a BR-158 fosse colocada como obra prioritária do Governo Federal. E hoje ela está inserida no Projeto Piloto, ou seja, é obra estratégica do nosso Governo.

Espero que agora, com todas essas ações desenvolvidas, o DNIT tenha a agilidade necessária para concretizar esse empreendimento de vital importância para a região do Vale do Araguaia.

Acredito que amanhã, nessa reunião com o Ministro dos Transportes, a bancada do Mato Grosso e o Governador do Estado, conseguiremos tornar viável o término do asfaltamento – ainda faltam mais de 300 quilômetros da BR-158.

Sr. Presidente, quero também falar, como hoje já foi feito por vários Srs. Senadores, sobre a Cúpula América do Sul – Países Árabes. Trata-se, realmente, de grandioso encontro arquitetado por nosso querido Presidente Lula, é uma estratégia louvável de aproximação com os países árabes.

Devemos destacar que esse encontro trará importantes resultados para o nosso País. Os países árabes são reconhecidamente ricos, possuidores que são de grandes reservas de petróleo. O potencial de comércio é grande: suas cifras podem girar em torno dos trilhões de reais.

Além disso, o encontro ajudará na aproximação com nossos queridos vizinhos, principalmente com nossos irmãos argentinos – ajudará a resolver essa pendência diplomática que em nada contribui para os dois países; a superação desse desentendimento deve ser prioridade para nosso País neste momento.

Não podemos permitir que nosso eterno parceiro político, militar, econômico e cultural se distancie. Temos de reiterar o desejo do Brasil de ser parceiro da Argentina para fortalecermos o Mercosul como um todo. O objetivo a ser perseguido deve ser o interesse comum da região, o desenvolvimento de todo o Bloco, o fortalecimento das relações e, principalmente, do Bloco com outros países do mundo.

A cúpula representará o reinício do Mercosul, com o fortalecimento dos laços entre os países da América do Sul e a aproximação com o mundo árabe.

Precisamos aumentar o dinamismo das relações comerciais entre o Mercosul e o Mundo Árabe, que atualmente encontra-se em mingua de US\$10 bilhões,

dos quais US\$8,2 bilhões – pouco para a grandiosidade da propositura – somente com o Brasil. Isso é muito pouco se comparado com o potencial de comércio entre os dois blocos. Além disso, temos de garantir que nossos vizinhos também tenham benefícios com esse comércio.

Sr. Presidente, não tenho medo de afirmar que esse objetivo é essencial para garantirmos o desenvolvimento econômico da região, garantindo aumento nos níveis de emprego e renda dos nossos povos. Precisamos, sim, conversar com os líderes árabes sobre assuntos importantes para a humanidade. Há problemas, sim, e apenas com o diálogo chegaremos a um ponto comum.

Acho que a aproximação do Brasil, com a adoção de uma postura contrária à adotada pelos Estados Unidos em muitos aspectos, ajudará, e muito, para que consigamos em breve estabelecer um diálogo mais amplo e introduzir questões mais delicadas como a dos direitos humanos. É um acontecimento histórico, Sr. Presidente, não tenho dúvida alguma disso.

Aproveitaremos a oportunidade para ultrapassar uma questão que, apesar de não ser percebida assim por muitos, é grave – refiro-me às nossas relações com o país amigo e vizinho, a Argentina.

Na semana que passou, na reunião da Comissão de Relações Exteriores, sob a presidência do nosso Senador Cristovam Buarque, houve debate muito elucidativo. Ficou claro que os brasileiros têm a maior deferência por nossos irmãos e vizinhos argentinos. Aliás, disse o presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Cristovam Buarque, que aquela gravação deveria até ser encaminhada ao país-irmão, a Argentina, para que realmente tivessem a convicção e a certeza de quão queridos são por nós, brasileiros.

A reunião da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República do Brasil foi evento marcante; deveria ser passado, na íntegra, o debate que lá aconteceu para a Argentina, para que vissem quanto bem-querer nós, brasileiros, temos para com os nossos irmãos argentinos. Foi uma discussão de alto nível, onde foram colocadas questões importantes e também o pensamento do Senado da República, mediante sua Comissão de Relações Exteriores, com relação à Argentina.

Quero ainda, no pouco tempo que me resta, chamar a atenção para uma questão. Sr. Presidente, parece uma questão pequena, mas não é: é uma demonstração de independência e de soberania do nosso País. Atos como o que vou relatar aqui e agora, para alguns, talvez não sejam de grande envergadura, mas mostram que, se titubearmos em questões relativas à nossa independência, como poderia ter ocorrido nesse

caso, nos veremos diante de situação extremamente perigosa.

Usarei os minutos de que ainda disponho para, desta tribuna, parabenizar o Governo brasileiro, o Governo do nosso querido Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, pela corajosa posição que assumiu ante a tentativa de interferência dos Estados Unidos na política nacional com relação ao tratamento da Aids.

Havia um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos sobre a questão da Aids. O US-Aids, organismo do governo norte-americano responsável pelo combate à Aids, repassaria a Ongs que trabalham no combate ao HIV no Brasil o montante de 22,5 milhões de dólares.

O Brasil, Sr. Presidente, possui o maior programa de distribuição gratuita de remédios contra Aids do mundo, inclusive é muito elogiado pelos organismos internacionais. Temos avançado muito também na política de distribuição de preservativos, principalmente às populações ditas de risco, além de campanhas esclarecendo as formas de contágio da Aids e a prevenção.

Temos uma posição contrária às políticas recentes aprovadas pelo governo norte-americano, que pregam a abstinência e o veto à prostituição como forma de prevenção da doença.

Esse é o principal ponto de discordância em relação ao adendo apresentado pela US-Aids ao Brasil. No contrato, havia uma cláusula que vetava o auxílio, sob a forma de repasse de recursos, a ONGs que defendessem ou que permitissem a prática da prostituição, como a busca de direitos trabalhistas.

Vale lembrar, Sr. Presidente, que em nosso País a prostituição não é crime, sim uma contravenção, e que o Governo brasileiro tem trabalhado de forma louvável no sentido de dar cidadania a homens e mulheres, em sua maioria pobres, que vêm na prostituição uma forma de lutar contra a miséria a que estão submetidos.

Não faço aqui, Srs. Senadores, uma defesa da prostituição, mas precisamos ser honestos: não há como negar que essa atividade existe. Como é muito falado, é a profissão mais antiga do mundo, e não será fechando os olhos que faremos com que ela deixe de existir.

Porque não concordamos com a sua existência, as pessoas que utilizam essa profissão para sobreviver devem estar entregues à própria sorte? O trabalho com prostitutas na prevenção da Aids tem sido muito importante, já que é a população mais vulnerável ao seu contágio.

Assim, não poderíamos aceitar que governo estrangeiro interferisse em nossas políticas públicas,

ditando a forma como deveríamos encarar esse problema.

Devemos destacar que o Governo brasileiro agiu como um governo democrático deveria agir: entrou em contato com as organizações não-governamentais, através da Comissão Nacional de Aids, para que somente com o aval desse organismo o acordo fosse recusado.

O Brasil é um país soberano e deve demonstrar sua soberania não permitindo que países estrangeiros, seja ele qual for, tente interferir em nossas políticas domésticas, principalmente nas relacionadas ao bem-estar da população. As políticas públicas a serem implementadas em nosso País dizem respeito apenas ao Estado brasileiro.

Sr. Presidente, quando o nosso Governo não aceita assinar um acordo previamente determinado, que vem com exigências de última hora como essas, entendemos que o Brasil está dando passos avançados e largos no caminho da democratização, da sua soberania e da sua independência.

Precisamos de recursos, sim, para o combate à AIDS e para tantas outras agruras que a população mais empobrecida deste País vivencia no seu dia-a-dia. Todavia, não podemos permitir que países estrangeiros, sejam quais forem, como eu já disse, interfiram em nossas políticas públicas, querendo determinar quais seriam as melhores para o Brasil.

Eu diria que o Presidente Lula, ao denunciar esse acordo, agiu da forma mais correta, defendendo o nosso País, a nossa independência e a nossa soberania.

No último minuto que me falta, saúdo o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Mato Grosso, dizendo que somos solidários aos companheiros e às companheiras da educação daquele Estado. Infelizmente, um juiz julgou a greve ilegal e indevida, e, mais infelizmente ainda, a Secretária de Educação do Estado de Mato Grosso, Sr^a Ana Carla Muniz, está movendo toda sorte de perseguição aos trabalhadores da educação com essa liminar que, do nosso ponto de vista, é parte da insensibilidade do Judiciário de Mato Grosso, representado pelo juiz Gerson Ferreira, que concedeu a liminar.

Espero que os trabalhadores da educação no Estado do Mato Grosso continuem mobilizados, organizados, dizendo não à destruição das políticas públicas da educação, realizada pelo Sr. Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente,

comunico que será impossível realizar a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no dia de amanhã, porque a Câmara dos Deputados cancelou suas atividades, com precedência ao anúncio feito pelo Senado Federal. Os Parlamentares sequer virão a Brasília hoje e amanhã. Portanto, não teríamos a presença dos Parlamentares da outra Casa do Congresso Nacional na CPMI.

No entanto, os funcionários colocaram-se à disposição para a realização dos trabalhos da reunião da CPMI. De qualquer forma, o nosso agradecimento a eles.

Assim, com a presença do Relator Deputado João Alfredo, estaremos definindo uma nova data para realização da reunião.

Mais uma vez, registro a minha insatisfação pessoal em relação a decisão de paralisar os trabalhos do Congresso Nacional amanhã. Repito: não vejo motivos que justifiquem esse descanso remunerado.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi muito oportuno o tema que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso abordou em entrevista concedida à edição de maio da revista **Conjuntura Econômica**, da Fundação Getúlio Vargas: o início do esgarçamento do processo de “legitimação” do Poder Público no Brasil.

Os acontecimentos demonstram que pode estar em curso um processo de fragmentação da legitimação do Poder Público no Brasil. Essa fragmentação, sem dúvida, como bem apontou o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, poderia conduzir o País a uma crise institucional.

No nosso entorno, temos exemplos que merecem ser analisados, Senador Mão Santa. O processo de fragmentação da Argentina, por exemplo, levou o Presidente De La Rúa a renunciar após 24 meses de governo. Deixou a Casa Rosada sob panelaços e saques a supermercados.

No Peru, o populista Alan Garcia, que antecedeu Alberto Fujimori, deflagrou o processo de fragmentação do Poder Público naquele país, que foi continuado e ampliando no governo de Fujimori, destituído pelo Congresso peruano.

Na Venezuela, o esgarçamento do Poder Público levou Carlos Andrés Pérez a ser destituído.

Na Bolívia, igualmente, o processo de deterioração levou o Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada a renunciar após 14 meses de gestão.

A crise institucional, nascida na esteira da fragmentação do processo de “legitimação” do poder público no Equador, provocou a queda de Jamil Mahuad após 18 meses de governo, abrindo caminho para a eleição de Lucio Gutiérrez, atualmente exilado no Brasil.

Devemos estar atentos, portanto, à opinião pública, aos anseios da sociedade brasileira em relação a seus representantes no Parlamento brasileiro.

A democracia, a governabilidade e governança não são conquistas consolidadas na América do Sul.

A recente renúncia do Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez, foi a décima interrupção de um mandato constitucional nos últimos 16 anos na América do Sul.

Isso significa uma média de um presidente caindo a cada ano e meio na região, com saídas registradas entre 1989 e 2005, em sete dos dez países sul-americanos.

O Congresso Nacional deve ser caixa de ressonância da nossa sociedade.

A gestão do Presidente Lula contribui, em larga escala, para deflagrar o esgarçamento do processo de “legitimação” do poder público.

Como explicar, por exemplo, que a política econômica do Governo é capaz de assegurar ao Bradesco um lucro, no primeiro trimestre de 2005, de R\$1,205 bilhão, o dobro do registrado em igual período do ano passado?

Como explicar, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, especialmente para a legião de trabalhadores deste País que depositou confiança de forma absoluta no Presidente Lula de que estava chegando a vez dos trabalhadores do Brasil, que foi um equívoco, pois, na verdade, chegava a vez dos banqueiros do Brasil? Nunca os bancos no nosso País alcançaram lucros tão gigantesco como no Governo Lula.

Como explicar a estimativa do Tesouro e do Banco Central de que a elevação da taxa básica de juros custará R\$27 bilhões a mais, em 2005, aos cofres públicos?

O Senador Arthur Virgílio jurou que, se o Ministro José Dirceu vier prestar depoimento nesta Casa, não será cobrado sobre a elevação de taxas de juros e nem será cobrado sobre o caso Waldomiro Diniz*. Seria questionado apenas sobre pontos referentes à privatização da Infraero. Mas, sem dúvida, os Senadores Arthur Virgílio, Leonel Pavan, Mão Santa, outros Senadores de nosso Partido, todos os dias, desta tribuna, cobram do Governo uma postura de ousadia em relação a mudanças necessárias para conter o processo de deterioração da economia popular do nosso País, com o absurdo das elevadas taxas de juros que praticamos, que conferem aos bancos os lucros fantásticos que estão obtendo, na contramão da queda do poder aquisitivo da classe média brasileira, sobretudo os assalariados do nosso País.

Este, sim, é um ponto importante na análise dessa hipótese de esgarçamento do processo institucional

no Brasil. Como explicar, por exemplo, que o Governo pretenda negociar pontos cruciais de uma futura reforma política, o fim da verticalização, sem realizar um debate qualificado no Congresso Nacional?

Aponto a reforma política na análise dessa questão levantada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, ou seja, do esgarçamento do processo de legitimação do poder público no Brasil, porque estamos com o modelo político defasado, o modelo político que se deteriorou, sobretudo na desesperança da população brasileira em dias melhores no nosso País.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com prazer, Senador Arthur Virgílio. Quando se imaginava que o Presidente Lula seria o líder de uma articulação política para conferir ao País um modelo político compatível com a nossa realidade, o que vemos é o Presidente na contramão da reforma política, aceitando como preço para ter o PMDB possivelmente em uma aliança em 2006 acabar com a verticalização, sem discutir reforma política no Congresso Nacional.

Perdoem-me os adeptos dessa providência. É legítimo pretender acabar com a verticalização. Não quero discutir sequer o mérito. Mas quem defende o fim da verticalização não pode falar em reforma política. Reforma política é exatamente o oposto. Reforma política é a valorização dos partidos políticos, é a constituição de Partidos nacionais...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... e não o estabelecimento de uma espécie de samba do crioulo doido, na arquitetura do quadro partidário brasileiro.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio, antes que se esgote o meu tempo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O Senador Heráclito Fortes estava lembrando que, quando alguém quiser designar uma figura desonesta, ou seja, alguém que se prestou a fazer o papel de testa-de-ferro de outro, aquilo que a imprensa chama comumente de laranja, segundo aquela cartilha meio cretinazinha, que gastou dinheiro público – não sei nem se não é o caso de entrarmos com uma ação popular para ressarcir os cofres públicos daquilo – agora não se pode porque ofende a fruta. Então, chamar alguém de laranja ofende a fruta; de burro ofende o animal, e assim vamos. Mas, Senador Alvaro Dias, quero retornar a um ponto, que foi citado há uns três minutos, para falar do desencanto.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – De fato o quadro é de velhice. O Governo envelheceu; as pro-

messas estão aí; as realizações são pífias, e o envelhecimento leva, de fato, a um estado de perplexidade, que chega a ser perigoso neste País. Parabéns a V. Ex^a pela lucidez, pela oportunidade e pela serenidade do discurso que profere nesta tarde.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, que tem liderado a Oposição no Congresso Nacional com muita competência.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, seu pronunciamento é muito oportuno. Temos que denunciar que o PT, o núcleo duro, aliás é o José Dirceu mesmo, o maligno, quer instituir aqui um Partido único. Todo mundo sabe que a democracia precisa de Partidos fortes. E o PMDB, na vida contemporânea, Senador Arthur Virgílio, significa isto, a redemocratização, Ulysses encantado no fundo do mar, Teotônio Vilela com câncer e Tancredo Neves se imolando. Cooptar, comprando o Partido?! O Lula seria homem, seria líder, se deixasse o PMDB livre e ganhasse nas urnas. Digo isso, porque ocorreu comigo. Governabilidade é outra coisa. Gobrei o Piauí e tinha como meu Partido coligado mais forte o PSDB. Eu os liberei e eles participaram com chapa e eu os venci. É assim. O Lula está assassinando o maior partido da democracia e não há democracia sem partidos fortes. Essa é a situação do PMDB; mas parece que, inspirado em Ulysses Guimarães, reagiu o Michel Temer e avançou, e tudo indica que será salvaguardado ao povo brasileiro o direito de ter novas opções e a alternância do poder.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a.

Para concluir, Sr^a Presidente, eu iria enumerar outros fatos que contribuiriam para que essa preocupação cresça relativamente ao esgarçamento do processo de legitimação do Poder Público no Brasil, a exemplo do que ocorreu em tantos países da América Latina, mas citaria mais um fato: a partidização da máquina administrativa, em prejuízo da sua eficiência, através da edição de medidas provisórias.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A **Folha de S.Paulo** dá destaque ao tema, hoje, e noticia que o Governo criou cerca de 120 mil novos postos de trabalho no setor público por meio de medidas provisórias.

Vejam que estamos admitindo no Congresso Nacional essa afronta à Constituição do País com medidas provisórias que aumentam a despesa pública com a criação de cargos – principalmente comissionados – nos dois anos e alguns meses do Governo Lula. Além da utilização da medida provisória de forma inconveniente e absolutamente inconstitucional, há o despropósito da

partidarização da máquina pública, reduzindo ou comprometendo definitivamente a sua eficiência.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, pela condescendência em relação ao tempo.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, por permuta com a Senadora Heloísa Helena, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a apelar à Mesa do Senado, à Mesa do Congresso, para que não suspenda as sessões de amanhã, até porque essa atitude realmente passa a idéia de provincianismo, a idéia de despreparo para recebermos reuniões de Chefes de Estado. Por outro lado, não consigo entender a lógica de se impedir, por um dia que seja, o funcionamento de um Congresso que tem tanto a contribuir para a análise da própria Cúpula, que se vai realizar em Brasília, para a análise da política externa brasileira, que considero capenga, equivocada.

Citei, há pouco, diversos ditadores, diversos governantes autocráticos que só teriam a ganhar se chegassem a presenciar ou a saber de reuniões movimentadas de um Congresso representativo de uma democracia consolidada como a brasileira.

Mas não é esse o tema da fala que ora dirijo à Nação, Sr^a Presidente. O **Correio Braziliense** de hoje registra que a mídia árabe dá pouco destaque a esse fato. Os grandes veículos de comunicação foram muito comedidos ao analisar o episódio. O jornal egípcio **Al-Ahram** praticamente o ignorou, assim como o **Cairo Times** e o libanês **L'Orient – Le Jour**. A mesma coisa ocorreu com o portal de notícias **Arab News**, da Arábia Saudita, e com a agência de notícias marroquina **Margreb Arab Press**, que também foi muito lacônica, e a edição *on line* do jornal argelino, editado em francês, **El Watan**, um dos mais respeitados do mundo árabe, que publicou uma pequena reportagem. A exceção ficou por conta da rede de televisão internacional **Al Jazeera**, com sede no Catar, que publicou longa entrevista com o chanceler brasileiro. Lembra ainda o **Correio Braziliense** que a **Al Jazeera** é financiada pelos cofres do Catar e, como disse o Correio, aquele é um dos poucos países que enviaram chefes de Estado a Brasília.

Na verdade, o Brasil tem um problema mesmo; não é esse confronto estudantil com os Estados Unidos, não. O problema que ele tem, Sr. Presidente, de política externa é, por exemplo, na OMC. O Brasil foi desclassificado – o Embaixador Seixas Corrêa – na primeira rodada de consulta na eleição para a Diretoria-Geral da Organização Mundial do Comércio. O País tem dificuldade de apoiar – e deu um apoio meio proforma – o candidato do Uruguai, o Embaixador del Castillo(*). E o Itamaraty acredita que, apesar disso, quem vai vencer é o Embaixador Pascale Lamy, que é, como o disse muito bem o jornalista Elio Gaspari(*), um dos barões do protecionismo agrícola europeu. Então, o Brasil vota no candidato uruguaio torcendo contra. Deveria ter-se somado ao Uruguai, até para não esfacelar o Mercosul, que está vivendo um momento extremamente difícil, inclusive com relações conturbadas entre Brasil e Argentina.

Assim, reforço o apelo à direção do Congresso Nacional para que não interrompamos o funcionamento das sessões de amanhã. Que se crie, para funcionários credenciados do Congresso Nacional e para Parlamentares, uma via exclusiva. Quem vier para o Congresso Nacional – jornalistas credenciados, funcionários credenciados, Parlamentares – pode passar, e teríamos sessão.

Há pouco, soube que um colega nosso levantou uma hipótese que tem de fazer parte dos cálculos da probabilidade real. A hipótese é a de haver um atentado terrorista – que Deus nos livre a todos! Nessa hipótese, o Congresso Nacional brasileiro estaria fechado?! Entendo que o nosso dever é mantermos as portas abertas sempre.

Portanto, não é boa a iniciativa; não foi feliz a idéia.

Entretanto, faço um corte e discuto outro assunto, que, aliás, foi o que realmente me trouxe à tribuna. Além de criar um cargo público por hora – sem contar alguns que depois explicarei melhor, Senador Mão Santa –, o Presidente Lula bate outro recorde na sua sofreguidão sem limites com que vem fazendo crescer a máquina administrativa do País. Desde que ele assumiu, foram quase vinte mil cargos criados por meio de medidas provisórias, algo sem precedentes neste País.

Segundo matéria publicada pelo Jornal **Folha de S. Paulo**, edição desta segunda-feira, dia 9 de maio, Lula cria cerca de setecentos cargos por mês, o que dá 24 cargos por dia, ou seja, um cargo a cada hora do dia, incluindo o período da noite. Não pára este Governo! Isso, sim, é que é trabalhar.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de acrescentar ao discurso de V. Ex^a apenas uma observação: na realidade, o que se verifica hoje é que o Governo comete uma série de trapalhadas, e me parece que uma das razões desse excesso de trapalhadas – ressalte-se essa famosa cartilha, lançada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos – é exatamente o excesso de pessoas no Governo sem ter o que fazer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Aquilo é trabalho para ocioso. V. Ex^a tem toda razão. Aquilo é trabalho para quem não tem nada o que fazer!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – A Secretaria Nacional de Direitos Humanos deveria ser importantíssima. Não precisava nem ter **status** de Ministério, mas precisava ser importante, porque o Brasil, certamente, é um dos países em que mais se descumprem os direitos humanos. Recentemente, uma freira foi assassinada; pessoas são assassinadas todo fim de semana, enfim, tudo isso é um verdadeiro atentado contra os direitos humanos. Enquanto isso, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos se preocupa em publicar uma cartilha que está sendo ridicularizada no Brasil inteiro, tanto que até eles mesmos a esconderam! Eu mesmo gostaria de usar o prestígio de V. Ex^a para ver se conseguimos alguns exemplares dela, a fim de distribuí-los entre os Senadores. Há uma solicitação muito grande nesse sentido, porque ela realmente é muito engraçada. Quem sabe poderíamos traduzi-la para o inglês, para o espanhol e para o francês. Todo mundo está pedindo cópia dessa cartilha, e não estamos conseguindo obtê-la, embora tenha sido feita com dinheiro público. Parece que os milhares de exemplares vão ser incinerados ou qualquer coisa semelhante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador José Jorge, antes de conceder um aparte ao Senador Heráclito Fortes e ao Senador Alvaro Dias, eu lhe digo que até participo de um esforço – se tivermos um fim de semana para isso – para fazer a tradução da cartilha para o inglês. E, claro, eu me junto a esse mutirão para obtermos alguns exemplares.

V. Ex^a diz algo que me chama a atenção, ou seja, a cartilha está sendo ridicularizada em todo o Brasil por uma razão simples: porque ela só foi editada em português. Se ela fosse editada em chinês, ela seria ridicularizada na China; se fosse editada no Japão,

seria ridicularizada na língua japonesa. Porque a cartilha é pura e simplesmente ridícula! Ela é fruto de um Governo que trabalha de maneira ociosa.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, apenas quero colaborar com o Senador José Jorge no seu aparte. Recebi uma solicitação de um grupo grande de colecionadores de publicações exóticas; eles estão pedindo a cartilha para as suas coleções. Tenho certeza de que o Governo vai segurar isso, e o prejuízo pela divulgação vai ficar mesmo no bolso do contribuinte. A cartilha vai se tornar uma obra rara! E, daqui a pouco tempo, será uma obra disputada em leilão. Eu queria apenas lembrar a V. Ex^a que, dentro das aberrações que constam da tal cartilha, não se pode chamar ninguém de “gilete”. Imagine V. Ex^a que, na nossa juventude, na nossa infância, se se quisesse chamar alguém para a briga, se se quisesse ofender mesmo, era só chamar o companheiro de “gilete”; o que significava exatamente aquela figura sexualmente tendenciosa. Hoje, o autor da cartilha propõe que o chamemos de bissexual. Durma com um barulho desse, Senador Arthur Virgílio!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Quem sabe eles não queiram ofender a lâmina, que deixa os rostos governamentais tão bem escanhoados quando eles querem abrir mão da barba tradicional!

Obrigado, Senador Heráclito Fortes, de fato parece que não tem nenhuma mulher sendo estuprada neste País, nenhuma cadeia em condições sub-humanas, não tem nenhuma criança abandonada nas ruas, parece que não tem nada para se tratar. Os direitos humanos agora é para brincarmos de cartilha politicamente correta e mais ainda, como o disse muito bem João Ubaldo Ribeiro: estão tentando reescrever a língua portuguesa com censura, com ditadura. Ou seja, isso é algo muito ruim.

Já lhe concedo um aparte, Senador Alvaro Dias. Antes, prossigo só mais um segundinho.

Para tudo, o Governo petista tem uma desculpa. Primeiro, diz a Casa Civil da Presidência da República que as medidas provisórias são usadas – e lá vem o Conselheiro Acácio: “quando a necessidade a ser satisfeita é urgente”.

Temos visto disparates aqui que mostram que 30% a 40% das MPs são lixo legislativo puro, não são nem urgentes, nem são importantes, nem são coisa alguma. Um jogo de palavras até meio estúpido, o que não chega a ser novidade, levando-se em conta a cartilha, por exemplo, a que se refere o Senador Heráclito Fortes.

E o saudoso Stanislaw Ponte Preta, Sérgio Porto, se fosse vivo ia fazer a festa com aquela história do “febeapá” dele, com que demolia a credibilidade do regime de força que se instaurou no País em 64 – febeapá, para os mais jovens, é o Festival de Besteiras que Assola o País. A cartilha é Febeapá puro!

A Liderança do PT na Câmara dos Deputados tem outra explicação com a mesma sem qualidade alegada pela Casa Civil. A criação de cargos por MPs se apóia na necessidade de recompor carreiras. Poucos chegam a entender bem o que querem dizer com isso.

Sr. Presidente, estou anexando a este pronunciamento a matéria a que fiz referência, para que passe a constar dos Anais do Senado da República e possa servir de subsídio para o historiador do amanhã, quando vier a ser escrita a história de um governo petista.

Aqui está a matéria, da **Folha de S. Paulo**: “Lula usa medidas provisórias para criar quase 20 mil cargos”.

Coincidentemente, Senador Alvaro Dias, eu havia determinado à minha assessoria que elaborasse estudo nessa linha. Informo que o nosso trabalho, apesar de ainda não estar concluído, constatou um dado interessante. Vou conceder o aparte a V. Ex^a, porque será muito à feição de V. Ex^a o que vou aqui proferir.

A excelente matéria publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** de hoje não faz referência ainda aos 92 mil servidores contratados temporariamente pelo Governo do Presidente Lula e do PT. Atenção: ou seja, o Governo Lula – e não faltou demagogia aqui desta tribuna – dispensou os terceirizados e contratou os temporários.

Um leigo diria que tanto faz. Digamos que tenha sido o mesmo número, ou seja, se ele dispensou 92 mil terceirizados e contratou 92 mil temporários, parece que trocamos seis por meia dúzia, mas não é bem assim não. A justificativa é até simples e quero ir ao ponto, e ponto para o Dr. Delúbio. A justificativa é a de que o terceirizado não tem obrigação de contribuir para os cofres do PT e o temporário, sim. Não sei se esse raciocínio canhestro se encaixa, mas o fato é que sou levado a acreditar nisso, uma vez que tenho visto boiar neste Governo.

Ouçó o nobre Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, isso revela a preocupação do Governo com o partido-caixa. Obviamente, esse tipo de procedimento tem em vista o fortalecimento do caixa do partido. Quero destacar uma confissão de incompetência nesta matéria de edição de medidas provisórias para preenchimento de cargos públicos. O Governo alega que tem pressa, que o processo legislativo é moroso,

que essa discussão levaria o Governo a perder tempo. Isso revela que é um governo sem nenhuma possibilidade de planejar. Quer dizer, é um Governo que não planeja, um Governo que não faz reforma administrativa e que não sabe, com a antecipação necessária, de quantos funcionários necessitará para a execução dos programas governamentais, até porque, provavelmente, programas efetivamente não existem. Portanto, é um Governo sem programa e sem planos estabelecidos. Esta justificativa de que a medida provisória é necessária para apressar a contratação de servidores públicos é confissão, portanto, de incompetência e de falta de planejamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem toda razão V. Ex^a, Senador Alvaro Dias. Chegamos à conclusão de que o Governo não tinha programa de Governo e que era balela, por exemplo, o Fome Zero, que hoje virou um selinho do Governo. Dá pena países africanos, segundo os jornais dizem, comprando a idéia sem saberem – talvez por isso queiram um Congresso fechado – que aqui não existe Fome Zero algum, não existe programa algum Fome Zero, virou tudo letra morta. Mais ainda: o primeiro emprego. Estão agora reescrevendo o Primeiro Emprego, porque simplesmente não conseguiram dar emprego para ninguém. E nos poucos lugares onde tentaram fazer esse programa funcionar acabaram desempregando algumas pessoas com mais de quarenta anos.

(A Presidência faz soar a campanha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concluo, Sr. Presidente, dizendo que é muito grave o quadro que vivemos, o quadro do atual Governo: política econômica tímida, embora conseqüente. Política externa tola, terceiromundista, estudantil. Política administrativa falida, praticamente não se tem notícia de trabalho nesse Ministério. E temos um Presidente que borboleteia, que viaja de um lado para o outro. O verbo é exatamente este: ele borboleteia sem nenhuma preocupação em estudar os temas, inquirir ou sabatar os seus Ministros. A cada Ministro que chega com uma novidade, o Presidente se embasbaca e depois vai ver que o Ministro falou uma tolice brutal. Ele não estuda; pura e simplesmente ele não se aplica ao exercício cotidiano, sacrificado – isso exige trabalho – de governar. Ele prefere o discurso, o palanque.

Não sei até que ponto o povo brasileiro já não consegue discernir ou compreender que está diante de um engodo que precisa ser desmascarado com muita firmeza.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula recebeu uma repreensão, ouvida por milhares de brasileiros, no programa Balanço Real, da TV-Itapuã, da Bahia.

Com sua autoridade de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, o ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães chamou Lula de “enganador”. Ele disse isso ao reclamar do atraso na liberação de verbas federais para o metrô de Salvador.

Além de enganador – completo – o Governo Lula chega a ser trapalhão. Um pouco antes do dia em que é divulgada a entrevista do Senador, pela TV-Itapuã, o jornal **Correio Braziliense** publica matéria preocupante, com o título “Militares atolados em dívidas”.

É que, sem o reajuste prometido pelo Governo, os integrantes das Forças Armadas recorrem a empréstimos – informa o jornal. O comprometimento da renda dos militares chega a 56,5% , adianta o jornal.

Como se vê, a solução não é mandar bater nas esposas dos militares, que fizeram manifestações em frente ao Palácio do Planalto, reclamando o cumprimento da promessa do Governo.

Não é bater nas senhoras dos Militares. Basta deixar de ser enganador e cumprir a promessa do reajuste.

Por último, Sr. Presidente, para mostrar que a base de apoio ao Governo Lula está completamente esfrangalhada, vem o Vice-Presidente José Alencar e diz, em ampla entrevista à Revista **IstoÉ Dinheiro**, essas palavras quase inacreditáveis:

Posso ser Presidente.

É uma entrevista cheia de críticas ao Governo, feitas por quem também integra o Governo criticado.

Estou anexando essas três matérias, para que passem a constar dos Anais do Senado.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORREIO BRAZILIENSE

MÍDIA ÁRABE DÁ POUCO DESTAQUE

Os grandes veículos de comunicação do mundo árabe, pelo menos até ontem, davam pouco destaque à cúpula América do Sul-Países Árabes. A tendência reflete a distância psicológica que ainda separa as duas regiões — um fenômeno acentuado pela ausência de muitos dos líderes mais importantes do mundo árabe.

O jornal egípcio *Al-Ahram* ignora o evento, assim como o *Cairo Times* e o libanês *L'Orient Le Jour*. O portal de notícias Arab News, da Arábia Saudita, se contenta com uma nota explicando o interesse pontual da vinda a Brasília de uma

delegação do reino. A agência de notícias marroquina Maghreb Arab Press (MAP) é mais lacônica, tratando apenas de anunciar os nomes da comitiva liderada pelo chanceler Mohammed Benaissa.

Já a edição on-line do jornal argelino em francês *El-Watan*, um dos mais respeitados no mundo árabe, tem sobre a cúpula apenas uma reportagem publicada, no dia 26 de março, com o título "Atravessar o Atlântico". A matéria traça um panorama abrangente das possibilidades de cooperação política e econômica com a América do Sul.

A exceção ficou por conta da rede de TV internacional Al-Jazira, com sede no Catar, que publicou longa entrevista com o chanceler brasileiro, Celso Amorim, e uma série de reportagens feitas no Brasil. Uma delas, sobre o Mercosul, foi feita por um repórter em Anápolis (GO). Outra trata da imigração árabe no Brasil e uma terceira destaca a necessidade de o mundo árabe e os países sul-americanos se unirem para assegurar o desenvolvimento das duas regiões.

A Al-Jazira é financiada pelos cofres do Catar, um dos poucos países que enviaram o chefe de Estado a Brasília. (SA)

FOLHA DE S.PAULO

MÁQUINA PESADA Do total, 3.305 postos não exigem realização de concurso

Lula usa medidas provisórias para criar quase 20 mil cargos

FÁBIO ZANINI

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo Luiz Inácio Lula da Silva já criou quase 20 mil cargos usando medidas provisórias, o que tem contribuído para o aumento acelerado do tamanho da máquina administrativa.

Novos cargos vêm surgindo, via MPs, ao ritmo de cerca de 700 por mês. A prática é criticada no mérito — fala-se em "inchaço" da burocracia — e na forma.

O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), é um dos que mais têm atacado as MPs que não atenderiam aos critérios de urgência e relevância, como as que tratam de cargos.

De acordo com levantamento feito pela Folha, nas 146 medidas provisórias editadas no governo Lula, já foram instituídos 19.409 cargos desde janeiro de 2003. Desse, 16.104 são preenchidos por concurso, em ministérios como Previdência, Defesa, Ciência e

Tecnologia, Esporte e Desenvolvimento Agrário.

Outros 3.305, no entanto, são não-concursados, conhecidos no jargão da burocracia federal pela sigla DAS (Direção de Assessoramento Superior).

Parte deles ainda está em processo de preenchimento. O governo anterior também utilizava MPs para criar cargos, mas nada que se compare ao ritmo atual.

Para a oposição, o "inchaço" privilegia filiados petistas no

preenchimento dos novos cargos de confiança, acusação que o governo nega com veemência.

Quando o presidente assumiu, havia, de acordo com dados do Ministério do Planejamento, 809.865 servidores do Executivo federal na ativa, entre civis e militares. Em dezembro de 2004, último dado disponível, esse número havia crescido 9,16%, para 884.691.

Considerando somente cargos comissionados, os chamados DAS, também houve crescimento, embora proporcionalmente menor. No final do governo Fernando Henrique Cardoso (2002), havia 18.374 funcionários nesses cargos de confiança. Dois anos mais tarde, o número cresceu para 19.083, ou seja, 3,85%.

O aumento da máquina administrativa caminha para virar um dos principais pontos de debate na eleição presidencial de 2006.

O governo justifica a criação de cargos via MPs dizendo que é uma "prerrogativa" quando não se pode aguardar a tramitação normal de um projeto de lei.

A oposição discorda. "Criar cargos por MP se justifica apenas em

uma situação de emergência, num desastre natural ou coisas do tipo. Não se justifica haver uma política de inchaço da máquina via medidas provisórias", afirma o líder do PSDB na Câmara, Alberto Goldman (SP).

O governo já utilizou pelo menos 12 medidas provisórias para criar cargos federais. Como elas passam a valer imediatamente após a publicação, a máquina administrativa cresce sem grandes empecilhos.

Muitas vezes, quando a MP é votada pelo Congresso, já há um fato consumado, difícil de ser revertido. Foi o que aconteceu com a MP 231, que cria 3.490 cargos nas áreas de segurança social e trabalho. Editada em dezembro de 2004, só foi votada há duas semanas, quatro meses depois.

Novas carreiras

Os órgãos que mais têm sido contemplados com cargos criados por medidas provisórias estão relacionados à segurança pública e à Previdência.

Em algumas ocasiões, eles resultam da instituição de carreiras inteiras pelo governo. Exemplo dis-

so foi a MP 110, de 2003, que estabeleceu a carreira de agente penitenciário federal, o que resultou na criação imediata de 500 cargos concursados.

Novos programas e estruturas implantados pelo governo federal, como o ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), subordinado à Secretaria Geral da Presidência, também acabam resultando na criação de novos postos. Nesse exemplo específico, a MP 238 criou 25 cargos DAS para o programa, a um custo de R\$ 1,15 milhão em 2005.

Já a MP 163 criou 2.797 cargos em comissão por causa da primeira reforma ministerial, em janeiro de 2004, quando ficaram estabelecidos o Ministério do Desenvolvimento Social e a Secretaria de Coordenação Política.

Partidos como PFL e PSDB consideram que os novos órgãos, secretarias especiais e programas implementados por Lula resultam em aumento desnecessário da burocracia federal. Pretendem insistir nesse ponto na campanha presidencial de 2006, como sinal de suposta ineficiência do governo petista.

MPs são usadas em casos de urgência, afirma governo

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A assessoria da Casa Civil afirma que o governo cria cargos por medida provisória "quando a necessidade a ser satisfeita é urgente, e a criação dos cargos é necessá-

ria para que de imediato se proceda à realização de um concurso, ou para que estruturas administrativas indispensáveis ao cumprimento da lei possam ser implementadas de imediato".

Segundo o governo, os cargos vêm sendo criados para reverter o "processo de desmonte" ocorrido desde o governo Collor (1990-92). A justificativa apresentada para o aumento da máquina pública é a de "reaparelhar" órgãos que teriam sido suca-

teados em anos anteriores, como a Polícia Federal, o In-cra e o Ibama.

Segundo nota técnica da liderança do PT na Câmara dos Deputados, a criação de cargos por MPs se apóia na necessidade de "recompor carreiras", o que inclui a reversão de processos de terceirização e a formulação de novos planos salariais. Um exemplo apresentado é a reorganização da carreira de perito médico.

O CRESCIMENTO DA MÁQUINA

Total:

19.409

cargos criados por MP
(16.104 concursados e
3.305 não-
concursados)

Cargos criados por MPs no governo Lula

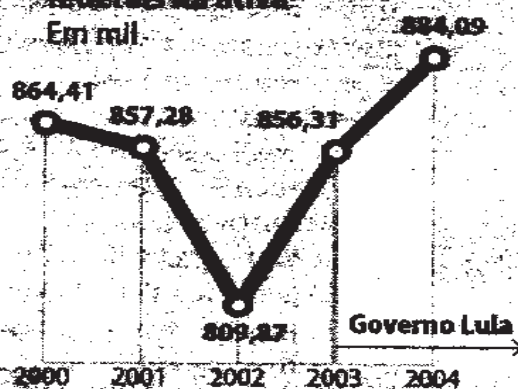
- MP 110: 500 cargos concursados de agente penitenciário federal
- MP 112: 3.000 cargos concursados na Polícia Federal
- MP 124: 600 cargos concursados no INSS
- MP 155: 64 cargos concursados de procurador federal e 600 para agências reguladoras
- MP 163: 2.797 cargos em comissão
- MP 166: 3.000 cargos concursados de perito do INSS
- MP 216: 4.500 cargos concursados no Ministério do Desenvolvimento

Agrário

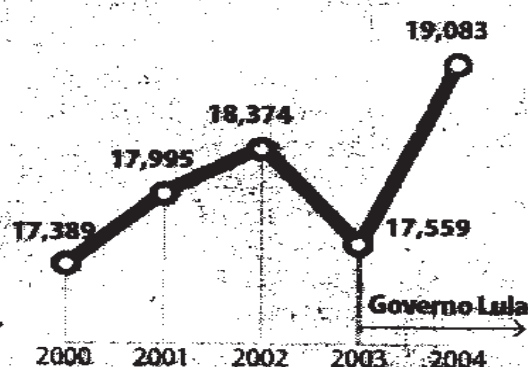
- MP 220: 132 cargos não-concursados
- MP 231: 3.490 cargos concursados para seguridade social e trabalho
- MP 233: 350 cargos concursados para Previdência e 194 não-concursados para Previdência, Esporte, Defesa e Ciência e Tecnologia
- MP 238: 25 cargos não-concursados para Secretaria Geral da Presidência
- MP 246: 157 não-concursados

Número de servidores federais na ativa*

Em mil



Número de cargos de confiança ocupados**



*concursados e sem concurso, civis e militares. **cargos DAS (comissionados)

Fontes: Medidas Provisórias, Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Será concedida a palavra a V. Ex^a como próximo orador. Ou ainda, de forma intercalada, primeiro ao Senador Paulo Paim e, depois, a V. Ex^a.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 156/05-GSPP

Brasília, 29 de abril de 2005

Assunto: Comunicação de irregularidade.

Senhor Presidente,

1. O Senado Federal, no exercício da competência privativa de que trata o art. 52, VII, da Constituição Federal, autorizou, por intermédio da Resolução nº 118, de 1997, a União e o Estado de São Paulo a celebrarem o Contrato de Assunção da Dívida Contratual do Estado de São Paulo. Entre os termos do mencionado instrumento, consta a emissão de títulos públicos, na modalidade nominal e inegociável, vinculados à obrigação do controlador do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) honrar a dívida atuarial daquela instituição financeira referente às aposentadorias e pensões de funcionários nela admitidos antes de 22 de maio de 1975.

2. O Banespa foi privatizado em novembro de 2000, tendo seu controle acionário sido adquirido pelo grupo espanhol Santander Central Hispano. Nos termos do edital de privatização, o novo controlador assumiu todas as obrigações do controlador anterior, o Estado de São Paulo, inclusive o passivo atuarial da instituição, garantido pelos títulos públicos referidos no parágrafo anterior.

3. A associação representativa dos funcionários do Banespa me enviou extensa documentação demonstrando que o Banco Santander não vem cumprindo integralmente suas obrigações frente aos aposentados e pensionistas em tela. A análise dessa documentação, juntamente com informações fornecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, em resposta ao Requerimento nº 1.319, de 2004, de minha autoria, me levaram a

concluir que o Banco Santander está descumprindo a Resolução nº 118, de 1997, incorrendo em flagrante desrespeito a este Senado Federal, tudo a luz dos documentos anexo.

4. Assim, requeiro a Vossa Excelência que:

a) comunique ao Ministro da Fazenda os graves indícios aqui descritos, solicitando daquela autoridade o encaminhamento da documentação ao anexo à Advocacia-Geral da União para que, *ex-vi* do disposto no art. 131 da Constituição Federal, adote as providências extrajudiciais ou judiciais que lhe parecerem cabíveis referentemente aos interesses da União;

b) encaminhe a documentação em anexo à Advocacia do Senado Federal para que, com fundamento no art. 60 do Regulamento Administrativo – Resolução nº 9, de 1997 -, forneça à Advocacia-Geral da União as informações e o respaldo técnico necessários à defesa judicial e extrajudicial dos interesses desta Casa Legislativa, no que concerne ao descumprimento da Resolução nº 118, de 1997.

5. Certo de Vossa prestimosa atenção a esse pleito, renovo meus protestos de estima e distinta consideração. – **Paulo Paim.**

NOTA TÉCNICA Nº 2.024, DE 2004

Referente à STC nº 200406309, para atender parte da solicitação do Senador Paulo Paim, que pediu estudo sobre documentos referentes à complementação de aposentadoria de ferroviários, bancários e empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

I – Introdução

Trata-se de solicitação do Senador Paulo Paim para o estudo de documentos encaminhados a seu Gabinete por associações representativas dos bancários, ferroviários e funcionários dos Correios. Em face das diferenças entre as situações apresentadas, o estudo solicitado foi dividido por assunto, cuidando a presente Nota Técnica exclusivamente da questão dos direitos dos aposentados e pensionistas do Banespa frente à Resolução nº 118, de 1997, do Senado Federal, que dispôs sobre a renegociação da dívida do Estado de São Paulo com a União Federal.

II – Histórico

O Banco do Estado de São Paulo S/A – Banespa foi fundado em 14 de junho de 1909, com capital

francês e denominação de Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, tendo como objetivo amparar a atividade agrícola no Estado. Em 4 de novembro de 1926, a participação acionária do Estado de São Paulo passou a representar 89% do capital do Banco e, no ano seguinte, foi adotada a atual denominação.

Em 1969, o Banespa abriu uma agência em Nova Iorque, a primeira de um estabelecimento bancário estatal brasileiro nos EUA. O Banco passou a Conglomerado Financeiro em 1973, com a absorção de uma empresa de crédito, financiamento e investimento e uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Em dezembro de 1986, ampliou também a rede de dependências e assumiu o controle acionário do extinto BADESP – Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S/A, perfazendo igualmente as funções de Banco de Desenvolvimento. No final de 1989, foi adotada a configuração de Banco Múltiplo. Em 1992, surge o Banque Banespa International S/A, subsidiária instalada em Luxemburgo, com controle acionário integral do Banco. Esta extensão objetiva a expansão da rede internacional e as operações de comércio exterior das empresas nacionais.

Ao final do ano de 1994, em face de problemas de liquidez, o Banco Central do Brasil, com fundamento no Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, decretou, por meio do Ato Presi nº 165, de 30-12-94, o Regime de Administração Especial Temporária (RAET) no Banco pelo período de 12 meses. O RAET foi prorrogado pelos Atos Presi nº 437, de 28-12-95, nº 602, de 27-12-96, nº 700, de 25-6-97 e nº 747, de 25-9-97.

Em 27 de novembro de 1996, foi firmado “Protocolo de Acordo” entre a União e o Estado de São Paulo objetivando a reestruturação financeira do Estado, com base na Medida Provisória nº 1.514, de 7 de agosto de 1996. Ficou ajustado que a União adquiriria a dívida do Estado e de entidades por ele controladas, existentes em 31 de março de 1996, junto à Nossa Caixa Nosso Banco e ao Banespa, sendo que o Estado transferiria 51% das ações ordinárias do Banespa à União.

Em 22 de maio de 1997, foi celebrado entre a União e o BANESPA, com interveniência do Governo Estadual, o “Contrato de Assunção da Dívida Contratual do Estado de São Paulo”, amparado pelo Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Nessa data também foi assinado o “Contrato de Confissão, Promessa e Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas” entre a União e o Estado de São Paulo, contando com a interveniência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), do Banespa e do Banco do Brasil S/A. Esse contrato define a transferência para a União de

51% do capital votante do Banespa. O Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social do Banespa, entre o Estado de São Paulo e a União, completa o conjunto de instrumentos firmados em 22 de maio de 1997.

A federalização aconteceu no final de 1997. Em 23-12-97, foram celebrados, entre o Estado de São Paulo e a União, aditivos ao “Contrato de Confissão, Promessa e Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívida” e ao Contrato de Venda e Compra de Ações do Capital Social do Banespa, tendo sido este último transformado em contrato de venda e compra, em decorrência do que foram transferidas, do Estado para a União, 51% das ações do capital votante do Banespa.

Com a assinatura do Acordo que culminou com a cessão dos créditos do Estado à União, o Banco Central declarou, em 26-12-97, cessado o RAET.

No dia 29 de dezembro de 1997 o Banco Central efetuou compra definitiva de R\$ 8,0 bilhões em Letras Financeiras do Tesouro – Série A (LFT-A), dando início ao processo de resgate da liquidez do Banco. Já sob o controle acionário da União, em virtude do processo de federalização, o Banespa foi incluído no Programa Nacional de Desestatização (Decreto nº 2.469, de 21 de janeiro de 1998), onde o Banco Central figura como responsável pela execução e acompanhamento do processo, sob a supervisão do Conselho Nacional de Desestatização.

Em novembro de 2000, pela quantia de R\$ 7,05 bilhões, o grupo espanhol Santander Central Hispano assumiu o controle acionário do Banespa. O novo controlador iniciou, então, um processo de reestruturação da instituição que incluiu incentivos à demissão voluntária, como forma de redução de seu quadro de empregados.

III – Previdência dos Empregados

Para os empregados admitidos após 23 de maio de 1975 e seus dependentes, o Banespa e suas controladas patrocinam o BANESPREV, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico (Planos I e II), estruturado na forma de Benefício Definido, que adota o regime financeiro de capitalização para cálculo das reservas matemáticas, que representam o resultado dos cálculos atuariais de benefícios a serem pagos aos participantes, deduzidos das contribuições futuras.

Em 2000, foi criado um Plano de Contribuição Definida (Plano III), para o qual foram transferidos os recursos garantidores dos Planos I e II, existentes em nome dos funcionários que optaram por aderir ao novo plano. A característica relevante desse plano é que,

a partir da adesão, deixa de haver a necessidade de constituição de reserva por ocasião de cada aposentadoria, bem como se desvinculam os benefícios dos salários pagos pelo Banco. O valor dos benefícios fica vinculado exclusivamente ao montante de reservas existentes no novo plano em nome do participante.

O Banespa, consoante estabelecido em seu Regulamento de Pessoal, era o patrocinador e o responsável pelos pagamentos do Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensões destinado aos funcionários admitidos até 22 de maio de 1975 – Plano Pré-75 que não aderiram aos Planos de Previdência administrados pelo Banesprev. Nos termos da Lei estadual nº 9.466, de 1996, o Estado de São Paulo assumiu tal responsabilidade.

Em setembro de 1999, a Receita Federal aplicou multa de R\$2,1 bilhões porque o BANESPA não recolhia imposto de renda sobre a complementação de aposentadorias e pensões dos empregados do Plano Pré-75. Tal valor foi provisionado e não representou prejuízo para o Santander, que quitou a dívida em setembro de 2002, utilizando dos benefícios fiscais previsto na Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002 (transformada na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002), que “Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre os procedimentos para desconsideração de atos ou negócios jurídicos, para fins tributários; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências”.

IV – Resolução Nº 118, de 1997

O processo de federalização do Banespa foi autorizado pelo Senado Federal, por meio da Resolução nº 118, de 1997, no bojo da operação de refinanciamento da dívida global do Estado de São Paulo com a União. A Resolução em tela teve origem na Mensagem nº 106, de 1997 (Mensagem nº 649/97, na origem), do Presidente da República, que encaminhou a documentação referente aos contratos assinados em 22 de maio de 1997 entre a União e o Estado de São Paulo dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Na referida documentação, que, nos termos do art. 6º da Resolução nº 118, de 1997, é dela parte integrante, encontra-se o Parecer nº 201/STN/CODIP/DIREN, onde é informado que a União assumirá a responsabilidade do Estado de São Paulo, assumida nos termos da já mencionada Lei estadual nº 9.466/96, pelo passivo atuarial relativo aos empregados admitidos no Banespa até 22-05-75. Tal assunção se deu

mediante a securitização das obrigações que passou a ser representada por ativos securitizados no Sistema Securitizar da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), na modalidade nominativa e inegociável. Conforme o Edital PND nº 03/2000 (Edital de Privatização do BANESPA), essa era a situação desses ativos:

Ativos escriturados no sistema “Securitizar” da CETIP, no valor de R\$2.902,9 milhões, em 15-12-97, corrigíveis pela variação do índice IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, acrescidos de juros de 12% a.a. e amortizáveis em 291 parcelas mensais, vencíveis apartir de 15-1-98.

Assim, em relação ao passivo atuarial dos aposentados e pensionistas do Plano Pré-75 do Banespa, a Resolução nº 118, de 1997, autorizou a emissão de títulos securitizados e inegociáveis. A dívida foi efetivamente cedida à União em 27-12-97, conforme informou o Ministro da Fazenda em resposta ao Requerimento nº 565/99, da Câmara dos Deputados. Trata-se de obrigação decorrente de ato jurídico perfeito, que não poderia ser alterada por norma legal posterior, seja ela Lei Ordinária, Medida Provisória ou Resolução do Senado Federal, e que foi transferida ao Banco Santander quando este assumiu o controle do Banespa.

V – Conclusão

As normas, geralmente sob a forma de medida provisória, que tratam da emissão de títulos da dívida pública permitem a troca e negociação de papéis emitidos no âmbito do Programa Nacional de Desestatização. Tal dispositivo, porém, não pode alcançar títulos emitidos sob cláusula de inegociabilidade, assim referendada por Resolução específica do Senado Federal.

Assim, a negociação, pelo Banco Santander, com a anuência da

Secretaria do Tesouro Nacional, dos títulos emitidos para securitizar o passivo atuarial dos aposentados e pensionistas do Plano Pré-75 do Banespa fere a autorização senatorial contida na Resolução nº 118, de 1997.

Sugerimos a remessa do Requerimento de informações ao Ministro da Fazenda, conforme minuta anexada, para, de acordo com o teor da resposta, tomar medidas visando a identificação e punição dos responsáveis e o desfazimento da operação lesiva aos aposentados e pensionistas do Banespa.

Colocamo-nos à disposição do Senador Paulo Paim para eventuais esclarecimentos sobre a matéria.

Consultoria Legislativa, 23 de setembro de 2004. – **Carlos Augusto Lima Bezerra**, Consultor Legislativo.

NOTA TÉCNICA Nº 540, DE 2004

Referente à STC nº 200500502, do Senador Paulo Paim, que indaga acerca da pertinência da apresentação de proposição legislativa acerca de pleito dos aposentados e pensionistas do Banespa/Santander.

I – Introdução

A Nota Técnica nº 2.024, de 2004, analisou a questão da negociação, pelo Banco Santander, com a anuência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de títulos públicos emitidos para securitizar o passivo atuarial dos aposentados e pensionistas do Plano Pré-75 do Banespa, conforme autorizado pelo Senado Federal, por meio da Resolução nº 118, de 1997, que dispôs sobre a renegociação da dívida do Estado de São Paulo junto à União.

Concluiu a mencionada Nota Técnica que o Tesouro Nacional não poderia ter autorizado tal tipo de operação e que o Banco Santander não poderia ter negociado os títulos públicos em tela, pois os mesmos foram emitidos com cláusula de inalienabilidade. Foi sugerida a remessa de Requerimento de informações ao Ministro da Fazenda, para caracterizar ou não o efetivo descumprimento da Resolução nº 118, de 1997.

Em resposta ao Requerimento nº 1.319, de 2004, o Ministro da Fazenda, por intermédio do Aviso nº 563/MF, de 29 de dezembro de 2004, encaminhou expediente da Secretaria do Tesouro Nacional informando que:

a) conforme previsto no Contrato de Assunção da Dívida Contratual do Estado de São Paulo, aprovado pela Resolução nº 118, de 1997, foram emitidos os títulos de código ATSP970315, de modalidade nominativa e inegociável, para garantir o fluxo de caixa equivalente à previsão do passivo atuarial dos aposentados e pensionistas do Plano Pré-75 do Banespa;

b) em agosto de 2000, com a finalidade de adequar o fluxo atuarial calculado à época da emissão com o fluxo de benefícios efetivamente pagos, os ativos ATSP970315 foram permutados, a pedido do Banespa, por Certificados Financeiros do Tesouro, Série A – CFT-A, com características similares, mantendo-se a modalidade nominativa e inegociável;

c) na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, na Resolução nº 118, de 1997, e no Contrato de Assunção da Dívida do Estado de São Paulo não há qualquer dispositivo que exima o Banco Santander de honrar o

pagamento dos benefícios previdenciários dos funcionários do Banespa e que desconhece a existência de qualquer outro normativo que trate da questão;

d) que o Banco Santander não pode negociar os títulos ATSP970315, bem como os CFT-A, pois os mesmos foram registrados no CETIP com a condição da inegociabilidade/inalienabilidade.

II – Análise

Pelas informações acima, percebe-se que a STN não autorizou qualquer negociação com os referidos títulos e que eles não devem ter sido negociados, pois, afora a possibilidade de fraude, a operação não poderia ser registrada no CETIP, dadas as características dos títulos. É forçoso concluir que o Banco Santander continua em poder dos títulos, mas usa sua remuneração para outros fins que não o pagamento dos benefícios previdenciários dos aposentados e pensionistas do Plano Pré-75 do Banespa.

Apesar de não haver no Contrato, de modo explícito, vinculação entre os títulos e sua finalidade, eles foram emitidos para garantir o fluxo de caixa equivalente à previsão do passivo atuarial, o que é suficiente para caracterizar a efetiva vinculação. Assim, entendemos que o controlador do Banespa, ao não atualizar os benefícios de seus aposentados e pensionistas, está descumprindo o Contrato e, conseqüentemente, a Resolução nº 118, de 1997, que o aprovou.

III – Conclusão

No caso em estudo, são duas as medidas que, em nosso entendimento, podem ser adotadas.

Aos prejudicados diretos, ou seja, os aposentados e pensionistas do Plano Pré-75 do Banespa, cabe a via judicial para fazer valer, na plenitude, frente ao Banco Santander, seus direitos aos benefícios previdenciários garantidos pelo Contrato de Assunção da Dívida Contratual do Estado de São Paulo e pela Resolução nº 118, de 1997.

A esta Casa, incumbe dar conhecimento ao Ministro da Fazenda do descumprimento da Resolução nº 118, de 1997, e solicitar àquela autoridade que adote as providências legais cabíveis contra o Banco Santander. Para tanto, encaminhamos minuta de expediente do Senador Paulo Paim, dirigida ao Presidente do Senado Federal, na qual relata os fatos e solicita que sejam comunicados à autoridade competente.

Colocamo-nos à disposição do Senador Paulo Paim eventuais esclarecimentos sobre a matéria. Consultoria Legislativa, 4 de abril de 2005. – **Carlos Augusto Lima Bezerra**, Consultor Legislativo.

OF. SFNº 51/2005

Em 17 de fevereiro de 2005

A Sua Exelência
Senador Paulo Paim

Senhor Senador,

Tenho a honra de enviar a V. Exª cópia do Aviso nº 563/2004, de 29 de dezembro passado, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando cópia do Ofício Diret-2004/2614 e do Memorando nº 5.288, respectivamente do Banco Central do Brasil e da Secretaria do Tesouro Nacional, daquele Ministério, em resposta ao Requerimento nº 1.319, de 2004, de sua autoria.

Atenciosamente, – Senador **Papaléo Paes**, no exercício da Primeira-Secretaria.

AVISO Nº 563 /MF

Brasília, 29 de dezembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Assunto: Requerimento de Informação Senhor Primeiro-Secretário,

Refiro-me ao Ofício nº 2.318(SF), de 30-11-2004, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de informação nº 1.319/2004, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim, a respeito dos processos de federalização e de privatização do Banco do Estado de São Paulo S/A – BANESPA.

À propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta às indagações do ilustre parlamentar, cópias do Ofício Diret-2004/2614, de 21-12-2004, e do Memorando nº 5.288 CODIP/STN, de 27-12- 2004 elaborados, respectivamente, pelo Banco Central do Brasil e pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Atenciosamente, – **Antonio Palocci Filho**, Ministro de Estado da Fazenda.

Diret-2004/2614
Pt. 0401272821

Brasília, 21 de dezembro de 2004

A Sua Exelência o Senhor
Bernard Aply
Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P
70048-900 – Brasília-DF

Senhor Secretário-Executivo

Reporto-me aos Ofícios nºs 1.435 e 1.666 AAP/GM/MF, de 22-10 e 2-12 do corrente, respectivamente, em que a Assessoria para Assuntos Parlamentares desse Ministério encaminha, para exame e manifestação,

o Requerimento de Informação nº 1.319/04, de autoria do Senador Paulo Paim, a respeito dos processos de federalização e de privatização do Banco do Estado de São Paulo S/A – BANESPA.

Apresento a V. Exª, a seguir, resposta as indagações formuladas:

“a) quais as características dos ativos securitizados pela União para fazer frente à dívida atuarial do Banespa referente às aposentadorias e pensões de funcionários admitidos naquele Banco antes de 22 de maio de 1975?

Encaminhar cópia do acordo de cessão dessa dívida para União pelo Estado de São Paulo;”

Antes de tudo, observe-se que o Contrato de Assunção de dívida, de 22-5-1997, firmado entre a União e o Banespa, com a interveniência do Estado de São Paulo, que transferiu a responsabilidade pelo pagamento da dívida do Estado com o Banco para a União, não vincula os títulos e/ou ativos securitizados a pagamentos decorrentes de obrigações previdenciárias, ao listar em seu Anexo I os contratos do Governo do Estado junto à instituição. A relação dos títulos e ativos emitidos em favor do Banco constou de seu Edital de Venda, item 6.2. Em anexo, cópia do acordo requerida.

“b) há algum dispositivo legal que exonere o Banco Santander, novo controlador do Banespa, da obrigação de pagar as pensões acima referidas, inclusive com as correções decorrentes dos ativos securitizados de que trata o item anterior?”

A obrigação de pagar as pensões era do Banespa e o Banco Central desconhece dispositivo legal que exonere o novo controlador de tais obrigações. Quanto à possibilidade de se corrigir a obrigação com seus aposentados e pensionistas de acordo com a correção de quaisquer títulos ou ativos, também não é do conhecimento desta Autarquia qualquer termo ou acordo que assegure tal direito.

“c) Pode o Banco Santander negociar os ativos securitizados referidos no item a? Em caso afirmativo, informar-se e quando tal negociação ocorreu e se o Ministério da Fazenda, ou qualquer de seus órgãos, participou ou aprovou tal operação.”

Não é do conhecimento deste Órgão a existência de títulos e/ou ativos securitizados vinculados ao pagamento de obrigações previdenciárias, conforme citado na resposta ao item a do requerimento.

Respeitosamente, – **Antonio Gustavo Matos do Vale**, Diretor de Liquidação e Desestatização.

MEMO. Nº 5.288 CODIP./STN

Brasília, 27 de dezembro de 2004

Ao Sr. Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares

Assunto: Requerimento do Senado Federal nº 1.319, de 2004

1. Referimo-nos ao Requerimento do Senado Federal nº 1.319, de 2004, o qual solicita informações relativas aos processos de federalização e privatização do Banco do Estado de São Paulo S/A – BANESPA.

2. Em resposta à questão (a),

a) quais as características dos ativos securitizados pela União para fazer frente à dívida atuarial do Banespa referente às aposentadorias e pensões de funcionários admitidos naquele Banco antes de 22 de maio de 1975? Encaminhar cópia do acordo de cessão dessa dívida à União pelo Estado de São Paulo;

informamos que, entre os títulos emitidos para o Banespa, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu os ativos ATSP970315, conforme previsto no Contrato de Assunção da Dívida Contratual do Estado de São Paulo (cópia anexa), firmado entre a União e o Banespa, em 22 de maio de 1997, sob o amparo da Medida Provisória nº 1.560-5, de 15 de maio de 1997, atua) Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

3. Na definição das características do ATSP, a Secretaria do Tesouro Nacional negociou com o Banespa um título com o objetivo de garantir fluxo de caixa equivalente à previsão de seu passivo atuarial, embora não houvesse no Contrato qualquer vinculação entre o título e sua destinação. Dessa forma, foram emitidos os ATSP970315, com as seguintes características:

- código do ativo: ATSP970315;
- modalidade: nominativa e inegociável; – data de emissão do ativo: 15 de março de 1997;
- valor do ativo na data de emissão: R\$1.000,00 (mil reais);

- forma de atualização do ativo: mensalmente, a cada dia 15 do mês, com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV;

juros remuneratórios: 12% a.a. (doze por cento ao ano);

- pagamento de juros: mensalmente;

- forma de pagamento do ativo:

- jan/98 – dez./99 – 1,10%
- jan/00 – dez./00 – 0,90%
- jan/01 – dez./01 – 0,80%
- jan/02 – dez/03 – 0,60%
- jan/04 – dez/06 – 0,50%
- jan/07 – dez/07 – 0,40%
- jan/11 – dez/11 – 0,20%
- jan/12 – mai/12 – 0,10%

- jun/12 – mar/22 – 0,05%

4. Posteriormente, com a finalidade de adequar o fluxo atuarial calculado à época da emissão com o fluxo de benefícios efetivamente pagos, o Banespa solicitou a permuta desses títulos por Certificados Financeiros do Tesouro Série A – CFT-A. A permuta foi efetivada em agosto de 2000 mediante a emissão de CFT-A com características similares ao ATSP:

- código do ativo: CFT-A1;
- modalidade: nominativa e inegociável;
- data-base: 15 de janeiro de 2000;
- data de emissão: 15 de janeiro de 2000;
- valor nominal na data-base: R\$1.000,00 (mil reais);
- datas de vencimento: mensais e consecutivos, vencendo o primeiro lote no dia 15 de agosto de 2000 e os demais nos mesmos dias dos meses subsequentes;

- rendimento: mensalmente, pela variação do Índice Geral de Preços – IGP-DI, desde a data-base do certificado;

- juros: 12% a.a. (doze por cento ao ano)
- resgate: em lote único, nas datas de vencimento.

- quantidade de certificados e vencimentos: conforme anexo.

5. Em resposta à questão b);

b) há algum dispositivo legal que exonerar o Banco Santander, novo controlador do Banespa, da obrigação de pagar as pensões e aposentadorias acima referidas, inclusive com as correções decorrentes da remuneração dos ativos securitizados de que trata o item anterior?

informamos que, na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, na Resolução do Senado nº 118 de 1997 e no Contrato de Assunção da Dívida Contratual do Estado de São Paulo não existe nenhum dispositivo que exima o novo controlador do Banespa de honrar os referidos pagamentos. A Secretaria do Tesouro Nacional desconhece a existência de outro normativo que trate desta questão.

6. Finalmente, em resposta à questão c);

c) pode o Banco Santander negociar os ativos securitizados referidos no item a)? Em caso afirmativo, informar se e quando tal negociação ocorreu e se o Ministério da Fazenda, ou qualquer de seus órgãos, participou ou aprovou tal operação.

esclarecemos que, conforme descrito no item a) anterior, os títulos ATSP970315 bem como os CFT-A que os substituíram, foram registrados na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP com a condição de inegociabilidade/inalienabilidade.

Atenciosamente, – **José Antonio Gragnani**, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional.

Vencimentos	Quantidade de CFT-A a ser depositado no:		
	Total	Banespa	Banesprev
15/08/14	637	13	624
15/09/14	628	13	615
15/10/14	619	13	606
15/11/14	610	13	597
15/12/14	601	13	588
15/01/15	592	12	580
15/02/15	584	13	571
15/03/15	575	12	563
15/04/15	567	12	555
15/05/15	558	11	547
15/06/15	550	11	539
15/07/15	542	11	531
15/08/15	534	11	523
15/09/15	526	11	515
15/10/15	518	10	508
15/11/15	511	11	500
15/12/15	503	10	493
15/01/16	496	11	485
15/02/16	488	10	478
15/03/16	481	10	471
15/04/16	474	10	464
15/05/16	467	10	457
15/06/16	460	10	450
15/07/16	453	10	443
15/08/16	446	9	437
15/09/16	439	9	430
15/10/16	433	9	424
15/11/16	426	9	417
15/12/16	420	9	411
15/01/17	413	8	405
15/02/17	407	9	398
15/03/17	401	9	392
15/04/17	394	8	386
15/05/17	388	8	380
15/06/17	382	8	374
15/07/17	376	7	369
15/08/17	371	8	363
15/09/17	365	8	357
15/10/17	359	7	352
15/11/17	354	8	346
15/12/17	348	7	341
15/01/18	343	8	335
15/02/18	337	7	330
15/03/18	332	7	326
15/04/18	327	7	320
15/05/18	321	6	315
15/06/18	316	6	310
15/07/18	311	6	305
15/08/18	306	6	300
15/09/18	301	6	295
15/10/18	297	7	290
15/11/18	292	6	286
15/12/18	287	6	281
15/01/19	282	6	277
15/02/19	278	6	272
15/03/19	273	6	268

Vencimentos	Quantidade de CFT-A a ser depositado no:		
	Total	Banespa	Banesprev
15/04/19	269	6	263
15/05/19	264	6	259
15/06/19	260	5	255
15/07/19	256	6	250
15/08/19	252	6	246
15/09/19	247	5	242
15/10/19	243	5	238
15/11/19	239	5	234
15/12/19	235	5	230
15/01/20	231	5	226
15/02/20	227	4	223
15/03/20	223	4	219
15/04/20	220	5	215
15/05/20	216	5	211
15/06/20	212	4	208
15/07/20	209	5	204
15/08/20	205	4	201
15/09/20	201	4	197
15/10/20	198	4	194
15/11/20	194	4	190
15/12/20	191	4	187
15/01/21	188	4	184
15/02/21	184	3	181
15/03/21	181	4	177
15/04/21	178	4	174
15/05/21	175	4	171
15/06/21	172	4	168
15/07/21	169	4	165
15/08/21	165	3	162
15/09/21	162	3	159
15/10/21	160	4	156
15/11/21	157	4	153
15/12/21	154	3	151
15/01/22	151	3	148
15/02/22	148	3	145
15/03/22	145	3	142
Totais	2.258.027	1.946.541	311.486

Vencimentos	Quantidade de CFT-A a ser depositado no:		
	Total	Banespa	Banesprev
15/08/00	51.138	49.101	2.037
15/09/00	50.375	48.363	2.022
15/10/00	49.623	47.616	2.007
15/11/00	48.881	46.888	1.993
15/12/00	48.148	46.180	2.968
15/01/01	44.255	42.291	1.964
15/02/01	43.600	41.650	1.950
15/03/01	42.954	41.018	1.936
15/04/01	42.317	40.395	1.922
15/05/01	41.687	38.826	2.862
15/06/01	41.066	39.155	1.911
15/07/01	40.452	38.538	1.914
15/08/01	39.847	37.930	1.917
15/09/01	39.249	37.330	1.919
15/10/01	38.659	36.738	1.921
15/11/01	38.077	36.154	1.923
15/12/01	37.502	34.616	2.887
15/01/02	31.273	29.347	1.926
15/02/02	30.820	28.893	1.927
15/03/02	30.372	29.444	1.928
15/04/02	29.930	28.001	1.929
15/05/02	29.493	26.598	2.896
15/06/02	29.062	27.144	1.918
15/07/02	28.637	26.731	1.906
15/08/02	28.217	26.323	1.894
15/09/02	27.802	25.920	1.882
15/10/02	27.393	25.523	1.870
15/11/02	26.989	25.130	1.859
15/12/02	26.590	23.819	2.771
15/01/03	26.196	24.361	1.836
15/02/03	25.807	23.983	1.824
15/03/03	25.423	23.611	1.812
15/04/03	25.044	23.243	1.801
15/05/03	24.670	21.986	2.684
15/06/03	24.301	22.448	1.853
15/07/03	23.937	22.022	1.916
15/08/03	23.577	21.602	1.976
15/09/03	23.222	21.187	2.035
15/10/03	22.872	20.779	2.093
15/11/03	22.526	20.376	2.150
15/12/03	22.184	18.876	3.308
15/01/04	19.591	17.332	2.269
15/02/04	19.301	16.989	2.312
15/03/04	19.014	16.650	2.364
15/04/04	18.731	16.316	2.416
15/05/04	18.452	14.765	3.697
15/06/04	18.177	15.727	2.450
15/07/04	17.905	15.470	2.435
15/08/04	17.636	15.215	2.421
15/09/04	17.371	14.965	2.406
15/10/04	17.109	14.717	2.392
15/11/04	16.851	14.474	2.377
15/12/04	16.596	13.052	3.544
15/01/05	16.345	13.997	2.348
15/02/05	16.096	13.762	2.334
15/03/05	15.851	13.531	2.320

Vencimentos	Quantidade de CFT-A a ser depositado no:		
	Total	Banespa	Banesprev
15/04/05	15.609	13.303	2.306
15/05/05	15.371	11.933	3.438
15/06/05	15.135	12.289	2.846
15/07/05	14.902	12.116	2.786
15/08/05	14.673	11.948	2.727
15/09/05	14.446	11.776	2.670
15/10/05	14.223	11.609	2.614
15/11/05	14.002	11.442	2.560
15/12/05	13.784	10.024	3.760
15/01/06	13.569	11.114	2.455
15/02/06	13.357	10.953	2.404
15/03/06	13.148	10.793	2.355
15/04/06	12.941	10.634	2.307
15/05/06	12.738	9.348	3.390
15/06/06	12.536	10.323	2.213
15/07/06	12.338	10.170	2.168
15/08/06	12.142	10.018	2.124
15/09/06	11.949	9.868	2.081
15/10/06	11.758	9.719	2.039
15/11/06	11.570	9.573	1.997
15/12/06	11.384	8.448	2.936
15/01/07	9.595	7.677	1.918
15/02/07	9.444	7.565	1.879
15/03/07	9.296	7.454	1.842
15/04/07	9.149	7.344	1.805
15/05/07	9.004	6.350	2.654
15/06/07	8.862	7.087	1.776
15/07/07	8.721	6.983	1.738
15/08/07	8.582	6.880	1.702
15/09/07	8.444	6.778	1.666
15/10/07	8.309	6.678	1.631
15/11/07	8.175	6.577	1.598
15/12/07	8.044	6.551	2.247
15/01/08	5.045	3.513	1.532
15/02/08	4.971	3.471	1.500
15/03/08	4.898	3.429	1.469
15/04/08	4.825	3.386	1.439
15/05/08	4.754	2.641	2.113
15/06/08	4.683	3.301	1.382
15/07/08	4.613	3.257	1.356
15/08/08	4.544	3.213	1.331
15/09/08	4.476	3.170	1.306
15/10/08	4.409	3.127	1.282
15/11/08	4.343	3.085	1.258
15/12/08	4.278	2.426	1.852
15/01/09	4.213	3.001	1.212
15/02/09	4.150	2.960	1.190
15/03/09	4.087	2.918	1.168
15/04/09	4.025	2.878	1.147
15/05/09	3.963	2.274	1.689
15/06/09	3.903	2.797	1.106
15/07/09	3.843	2.757	1.086
15/08/09	3.785	2.718	1.067
15/09/09	3.726	2.678	1.048
15/10/09	3.669	2.639	1.030
15/11/09	3.612	2.600	1.012

Vencimentos	Quantidade de CFT-A a ser depositado no:		
	Total	Banespa	Banesprev
15/12/09	3.557	2.066	1.491
15/01/10	3.501	2.524	977
15/02/10	3.447	2.487	960
15/03/10	3.393	2.449	944
15/04/10	3.340	2.413	927
15/05/10	3.288	1.921	1.367
15/06/10	3.237	2.341	896
15/07/10	3.186	2.306	880
15/08/10	3.135	2.270	865
15/09/10	3.086	2.235	851
15/10/10	3.037	2.201	836
15/11/10	2.989	2.167	822
15/12/10	2.941	1.729	1.212
15/01/11	2.894	2.099	795
15/02/11	2.847	2.066	781
15/03/11	2.802	2.034	768
15/04/11	2.757	2.002	755
15/05/11	2.712	1.598	1.114
15/06/11	2.668	1.937	731
15/07/11	2.625	1.906	719
15/08/11	2.582	1.875	707
15/09/11	2.540	1.845	695
15/10/11	2.498	1.814	684
15/11/11	2.457	1.784	673
15/12/11	2.416	1.423	993
15/01/12	1.465	63	1.402
15/02/12	1.443	31	1.412
15/03/12	1.420	29	1.391
15/04/12	1.399	30	1.369
15/05/12	1.377	29	1.348
15/06/12	921	19	902
15/07/12	909	19	890
15/08/12	896	19	877
15/09/12	884	19	865
15/10/12	871	18	853
15/11/12	859	18	841
15/12/12	847	17	830
15/01/13	835	17	818
15/02/13	824	17	807
15/03/13	812	17	795
15/04/13	801	17	784
15/05/13	790	17	773
15/06/13	778	16	762
15/07/13	768	17	751
15/08/13	757	16	741
15/09/13	746	16	730
15/10/13	735	16	720
15/11/13	725	16	710
15/12/13	715	16	700
15/01/14	705	16	690
15/02/14	695	15	680
15/03/14	685	15	670
15/04/14	675	14	661
15/05/14	665	14	651
15/06/14	656	14	642
15/07/14	646	13	633

CONTRATO DE ASSUNÇÃO DE DÍVIDA

CONTRATO DE ASSUNÇÃO DA DÍVIDA CONTRATUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, ENTRE A UNIÃO E O BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - BANESPA, COM A INTERVENIÊNCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE APOIO À REESTRUTURAÇÃO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS E NOS TERMOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.560-5, DE 15 DE MAIO DE 1997.

A UNIÃO, representada, neste ato, pelo Ministro da Fazenda, Pedro Sampaio Malan, e o Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA, doravante denominado CREDOR, representado, neste ato, por seu Diretor-Presidente, Antônio Carlos Feitosa, com a interveniência do ESTADO DE SÃO PAULO, doravante denominado ESTADO, representado, neste ato, pelo Governador do Estado, Mário Covas, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 1.560-5, de 15 de maio de 1997, resolvem celebrar o presente Contrato de Assunção de Dívida, de conformidade com os seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O CREDOR é detentor de crédito contra o ESTADO, correspondente a R\$ 24.395.866.939,42 (VINTE E QUATRO BILHÕES, TREZENTOS E NOVENTA E CINCO MILHÕES, OITOCENTOS E SESSENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS), representados pelos contratos discriminados no Anexo I, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - A UNIÃO assume, por este instrumento, a responsabilidade pelo pagamento do valor da dívida referida na Cláusula Primeira, junto ao CREDOR, passando à condição de credora do ESTADO, em igual valor, que será pago nos termos do Contrato do Refinanciamento, firmado nesta data.

CLÁUSULA TERCEIRA - A UNIÃO pagará ao CREDOR com a entrega de Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT, e mediante a securitização de obrigações, em conformidade com o art. 10 da Medida Provisória nº 1.560-5/97.

Parágrafo Primeiro - A parte da dívida a ser paga com a entrega dos títulos observará o seguinte:

I - Letras Financeiras do Tesouro Nacional - série A:

a) montante: R\$ 16.317.577.886,89 (DEZESSEIS BILHÕES, TREZENTOS E DEZESSETE MILHÕES E QUINHENTOS E SETENTA E SETE MIL E OITOCENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS);

b) taxa de juros: taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 0,0245 % a.m.;

c) resgate do principal e juros: em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira no mês seguinte ao da emissão, sendo cada uma delas de valor correspondente ao resultado obtido pela divisão do saldo devedor verificado na data do vencimento de cada uma das parcelas pelo número de parcelas vincendas, inclusive a que estiver sendo paga.

II - Letras Financeiras do Tesouro Nacional, série B, registradas e custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia -SELIC:

a) montante: R\$ 5.425.692.647,26 (CINCO BILHÕES, QUATROCENTOS E VINTE E CINCO MILHÕES E SEISCENTOS E NOVENTA E DOIS MIL SEISCENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS);

b) taxa de juros: taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), divulgada pelo Banco Central do Brasil;

c) resgate do principal e juros: em 96 (noventa e seis) lotes iguais de títulos, correspondendo cada lote a 1/96 (um noventa e seis avos) com vencimentos mensais e consecutivos, emitindo-se o primeiro lote na data de eficácia deste contrato vencendo -se o primeiro lote no primeiro dia útil do mês seguinte ao da emissão.

Parágrafo Segundo - A parte da dívida a ser securitizada será representada por ativos ATSP970315, escriturados no Sistema;

Securitizar da Central de Custódia e de Liquidação Financeira Títulos - CETIP, a serem entregues ao CREDOR, com as seguintes características:

- a) montante: R\$ 2.652.596.405,28 (DOIS BILHÕES SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS MILHÕES, QUINHENTOS NOVENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E CINCO REAIS E VINTE OITO CENTAVOS), equivalente a R\$ 2.548.045.067,99 (DOIS BILHÕES, QUINHENTOS E QUARENTA E OITO MILHÕES, QUARENTA CINCO MIL, SESENTA E SETE REAIS E NOVENTA E NOIS CENTAVOS), em 15 de março de 1997.
- b) data de emissão do ativo: 15 de março de 1997;
- c) valor do ativo na data de emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- d) forma de atualização monetária do ativo: mensalmente, a cada dia 15 do mês, com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI.
- e) juros remuneratórios: 12% a.a. (doze por cento ao ano).
- f) pagamento dos juros: mensalmente;
- g) forma de pagamento do ativo: conforme cronograma anexo;
- h) fórmulas de cálculo a serem utilizadas:
 - a) quantidade de ativos: número de ativos a ser escriturado na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, sob o código ATSP970315;

$$Q = V/1.000$$

onde,

Q = quantidade de ativos (número inteiro, sem arredondamento); e

V = valor da dívida na data de emissão do ativo.

b) índice de atualização monetária do ativo: será feita mensalmente com base na variação do índice descrito item 4 desta cláusula, de acordo com a seguinte fórmula:

$$C_n = 1 + (NI_n / NI_0)$$

onde,

C_n = índice de atualização monetária do ativo para o mês de referência (calculado com oito casas decimais, sem arredondamento);

NI_n = número-índice do IGP-DI (FGV), do mês anterior data de aniversário mensal do ativo;

NI_0 = número-índice do IGP-DI (FGV), do mês anterior data de emissão do ativo;

c) valor atualizado do ativo:

$$V_n = V_0 * C_n$$

onde,

V_n = valor atualizado do ativo (calculado com duas casas decimais, sem arredondamento);

V_0 = valor do ativo na data de emissão; e

C_n = índice de atualização monetária do ativo (calculado conforme o item "b" anterior);

d) juros remuneratório por ativo - sobre o valor atualizado de cada ativo incorrerão juros remuneratórios serão calculados mensalmente aplicando-se a seguinte fórmula:

$$J_n = V_n * T_{eq}$$

$$T_{eq} = [(1 + i/100)^{m/12} - 1]$$

onde,

J_n = valor financeiro dos juros devidos desde a emissão ou última capitalização de juros (calculado com duas casas decimais, sem arredondamento);

V_n = valor atualizado do ativo, conforme discriminado item "c" anterior;

T_{eq} = taxa equivalente (calculado com nove casas decimais com arredondamento);

i = taxa de juros remuneratório, especificada no item na forma anual e percentual; e

m = prazo decorrido, em meses, após a emissão.

e) cálculo do PU do ativo: A Secretaria do Tesouro Nacional publicará, mensalmente, no Diário Oficial, o preço unitário (PU) do ativo que será calculado da seguinte forma:

$$PU_n = V_n + J_n$$

onde,

PU_n = preço unitário do ativo referente à data de aniversário;

V_n = valor atualizado do ativo, conforme discriminado no item "c";

J_n = valor financeiro dos juros devidos desde a última capitalização, conforme discriminado no item "d".

Parágrafo Terceiro. Até que ocorram as condições de eficácia a que se refere a Cláusula Sétima, a dívida assumida, será atualizada nas mesmas condições dos contratos originais.

CLÁUSULA QUARTA - O CREDOR, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, dá plena e total quitação do seu crédito contra o ESTADO.

CLÁUSULA QUINTA - A UNIÃO, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, adotará todos os procedimentos administrativos, orçamentários e contábeis necessários à implementação deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - A UNIÃO, por intermédio da Procuradoria-Geral Fazenda Nacional, providenciará a publicação de extrato des Contrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA SÉTIMA - A eficácia deste Contrato fica condicionada:

I - à existência de orçamento da União, para o present exercício;

II - à autorização do Senado Federal, nos termos do art. 1º d Resolução nº 70/95, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n 12/97, ambas do Senado Federal;

CLÁUSULA OITAVA Fica eleito o foro da comarca de Brasília, Distrito Federal, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as PARTES datam e assinam o presente CONTRATO, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

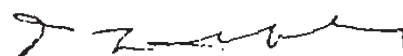
Brasília, 22 de maio de 1997.



CREDOR

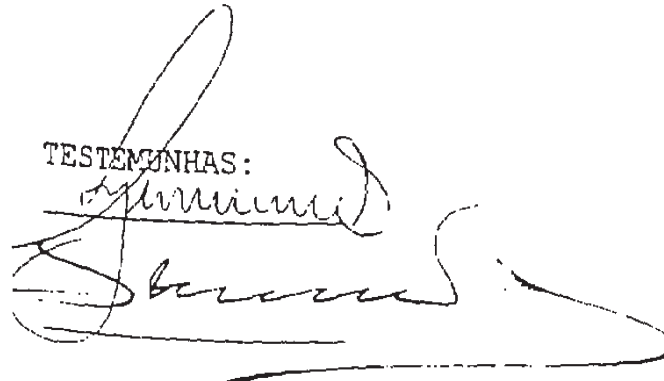


ESTADO



UNIÃO

TESTEMUNHAS:



CONTRATO DE ASSUNÇÃO DE DÍVIDA - ANEXO I**RELAÇÃO DOS CONTRATOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUNTO AO BANESPA**

Órgão	Valor - R\$
CETESB	8.870.764,52
SABESP	47.609.082,16
Governo do Estado	14.500.970.252,31
DAEE	46.144.045,06
FEPASA	3.956.045.590,47
CESP	364.348.120,51
METRO	1.874.918.617,22
CEAGESP	266.200.183,26
DERSA	3.261.534.113,53
UNESP	69.226.170,38
TOTAL	24.395.866.939,42

CONTRATO DE ASSUNÇÃO DE DÍVIDA - ANEXO II**CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DO CRÉDITO SECURITIZADO**

PERÍODO	PERCENTUAL
JAN/98 - DEZ/99	1,10%
JAN/00 - DEZ/00	0,90%
JAN/01 - DEZ/01	0,80%
JAN/02 - DEZ/03	0,60%
JAN/04 - DEZ/06	0,50%
JAN/07 - DEZ/07	0,40%
JAN/08 - DEZ/11	0,20%
JAN/12 - MAI/12	0,10%
JUN/12 - MAR/22	0,05%
	100,00%

OF Nº 50/05

Brasília, 9 de maio de 2005

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, comunico a vossa Excelência a Indicação do Senador Álvaro Dias como Primeiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim e, logo após, o Senador Delcídio Amaral.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero cumprimentar a iniciativa do Presidente Lula acerca desse encontro dos líderes dos países árabes com os líderes dos países da América do Sul. Quanto a isso, entendo que é unanimidade neste Plenário. Todos elogiaram. Mas confesso também, Sr. Presidente, que só não entendi por que a Câmara e o Senado não vão trabalhar amanhã. Isso eu não entendi. No mais, creio que esse encontro, com a presença já confirmada de oitocentos empreendedores do mundo árabe e também da nossa América do Sul, é positivo.

Agora, repito: não consegui entender por que não vamos trabalhar amanhã. Isso, no meu entendimento, trará prejuízos inclusive para quarta-feira, porque os Senadores que estariam vindo para Brasília hoje ficam sabendo que o expediente só vai começar na quarta-feira.

Mas, Sr. Presidente, percebi que hoje, aqui, diversos Senadores falaram sobre as estradas. Eu quero falar sobre as ferrovias, que têm tudo a ver com transporte em nosso País. Aí, Sr. Presidente, lembro que, no dia 30 de abril de 1854, foi inaugurada a primeira estrada de ferro no Brasil – a Estrada de Ferro Petrópolis ou Estrada de Ferro Mauá. Esse trem inaugural, composto por três carros de passageiros e um de bagagem, foi batizado com o nome de “Baronesa”, em homenagem à esposa do Barão de Mauá.

As ferrovias foram responsáveis por grande parte da integração nacional. E hoje, lamentavelmente, representam apenas 24% da matriz de transportes de nosso País contra 81% da Rússia, 46% do Canadá e 43% dos Estados Unidos.

Para um país de dimensões continentais, como o nosso, é muito pouco. O Brasil está longe de ter a participação dos trens na sua matriz de transportes, nos mesmos patamares dos países desenvolvidos. Precisa alcançar a representatividade obtida em outros países de grande extensão territorial.

Apesar do alto investimento inicial, o retorno acontece em curto e médio prazo, tendo em vista a eficiência, a rapidez e os volumes que podem ser transportados com segurança e baixos níveis de perda.

As ferrovias diminuem os custos de escoamento da produção a grandes distâncias. O trem é a segunda opção mais barata para percursos de longas distâncias no mundo, sendo superado somente pelas hidrovias.

Segundo artigo recente da revista **Desafios do Desenvolvimento**, que teve o apoio do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, os produtos brasileiros que mais utilizam as linhas férreas são a soja, ícone do nosso agronegócio que vai indo bem, e o minério de ferro. Em 2003, 52% da produção nacional de soja partiram para os portos embarcados em vagões de trem.

Graças ao uso intensivo das ferrovias, Senador Mão Santa, os Estados Unidos, nosso maior concorrente na exportação da soja, gastam US\$ 24,00 a menos por tonelada do que o Brasil. Em 2003, o custo adicional do Brasil em relação ao concorrente foi de US\$864 milhões.

O projeto Ferrovia Norte-Sul existe há 18 anos e é de fundamental importância para o transporte de carga da região central do nosso Brasil. Sua extensão planejada é de 2.060 quilômetros, e hoje existem somente 226 quilômetros.

Segundo a estimativa da Casa Civil, será preciso, Sr. Presidente, retirar cerca de 40 milhões de toneladas de produto das estradas, pois, devido ao excesso de peso e tráfego, corre-se o risco de inviabilizar grande parte das nossas rodovias, que já se encontra, como disseram alguns Senadores hoje, em situação muito precária.

Com uma área de 8.547.403 km² de extensão territorial, o sistema ferroviário brasileiro totaliza 29.706 quilômetros. Precisamos recuperar o tempo perdido, investir em novas ferrovias e recuperar a malha ferroviária existente. Assim, estaremos acelerando nosso desenvolvimento econômico.

Quando falo de ferrovias, penso em locomotivas, trilhos, apitos, desenvolvimento econômico. Porém, jamais poderia deixar de pensar no elemento humano que é ligado a ela. Presto minhas sinceras homenagens à grande e resistente família ferroviária pela passagem do seu dia.

Nas conversas que venho mantendo com essa categoria, pela qual tenho o mais profundo respeito, percebo que esses profissionais se sentem marginalizados. Não há a valorização do nosso profissional ferroviário. Esses bravos profissionais possuem um espírito de equipe ímpar. Lembro-me de que, no auge

das ferrovias, tinham o orgulho de dizer: nós pertencemos à família ferroviária.

Estou preocupado, Sr. Presidente, com o sucateamento, o abandono das ferrovias que vem acontecendo na última década. Por isso, apresentei o Projeto de Lei nº 150, ainda em 2003, que cria a carreira do Policial Ferroviário Federal. Os chamados “caminhos de ferro” tornaram-se artérias desguarnecidas, à mercê do descaminho e do crime organizado.

Defendo o transporte ferroviário por ser viável, rápido, econômico, estratégico e de interesse nacional, a exemplo dos países de primeiro mundo. Surpreendeu a todos nós a edição da MP nº 246 e do Decreto nº 5.412, de 2005; ficamos muito preocupados. Segundo dados da AENFER – Associação de Engenheiros Ferroviários, a RFFSA possui um patrimônio estimado em mais de R\$20 bilhões, e, apesar de existirem passivos, os créditos acima enumerados são suficientes para fazer frente aos débitos, desde que a União reconheça as suas dívidas perante a RFFSA.

Ainda segundo informativo da entidade, com a extinção dessa instituição, o prejuízo é estimado em cerca R\$7 bilhões, além de se retirar do Governo uma importante ferramenta para manter sua capacidade de gestão das operadoras privadas.

Trabalhei até o último instante, Sr. Presidente, para que encontrássemos uma saída que evitasse essa MP que aponta para a liquidação, principalmente para garantir o direito dos trabalhadores da ativa e dos aposentados e pensionistas. Felizmente, recebi a informação do Relator da MP nº 246, Deputado Inaldo Leitão, de que somente emitirá seu parecer sobre a matéria, depois de ouvir todos os setores interessados, mediante audiência pública. O Deputado Inaldo Leitão está fazendo uma série de audiências públicas, inclusive, hoje à tarde, na Assembléia Legislativa do meu Rio Grande do Sul. Copio V. Ex^a, Senador Mão Santa, que diz sempre “lá no meu Piauí”: lá no meu Rio Grande do Sul, está acontecendo uma audiência pública para discutir essa questão das ferrovias.

A medida provisória garante aos empregados ativos, integrantes do quadro pessoal próprio da extinta Rede Ferroviária Federal S/A, a transferência para os quadros da Geipot – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. Os funcionários estão preocupados, e com razão: saem de uma empresa liquidada e vão para outra que está também em fase de liquidação. O sentimento deles é o de que estão sendo colocados “fora dos trilhos”.

Preocupo-me também, porque, “em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica extinto o emprego por ele ocupado”. Portanto, haverá um momento, no futuro, em que ne-

nhum empregado estará mais no quadro de plano de cargos e salários da empresa.

Os aposentados, beneficiados pela Lei nº 8.186, de 1991, e pela Lei nº 10.478, de 2002, deixarão de ter a sua referência salarial, como ficou estabelecido pela parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.186.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o reajustamento do valor da aposentadoria complementada obedecerá aos mesmos prazos e condições em que for reajustada a remuneração do ferroviário em atividade, de forma a assegurar a permanente igualdade entre eles.

Como ela é extinta, desaparece também a paridade. Paridade com quem? Isso tudo a MP terá que responder.

Portanto, Sr. Presidente, faz-se necessário garantir um paradigma, referência, para que sejam mantidos de fato com suas remunerações atualizadas.

Diante de tantos questionamentos, estou requerendo audiência pública na Comissão de Infra-Estrutura do Senado para discutir os efeitos da MP 246 de 2005.

Sr. Presidente, recebi do meu Estado, uma comunicação do ex-Deputado Estadual e Advogado, Carlos Araújo, em que diz: milhares de ações de ferroviários que estavam prontas, e eles receberiam o que tinham de direito, foram reencaminhadas para novas discussões a partir da MP.

Se isso se concretizar, Sr. Presidente, será uma grande injustiça a esses milhares de trabalhadores, que receberiam, de imediato, o que tinham de direito em relação à Rede Ferroviária.

Precisamos aprofundar o debate, repensar todo o transporte brasileiro. Qual é o patamar de desenvolvimento que efetivamente queremos atingir? Nossos produtos podem competir com preços menores no mercado externo, mas, neste caso, temos que debater o tipo de transporte e, para mim, o ferroviário é fundamental.

Na oportunidade, quero também, Sr. Presidente, quando termino este meu pronunciamento, cumprimentar Santa Maria, que faz aniversário, agora, no próximo dia 17. Por que ligo Santa Maria a um discurso dos ferroviários? Porque Santa Maria foi o verdadeiro berço da família ferroviária no meu Rio Grande do Sul. Hoje também é considerada a cidade universitária que ilumina o coração do nosso Rio Grande.

Homenageio Santa Maria e quero também homenagear aqui, com certeza absoluta, toda a família ferroviária, esperando que façamos um bom debate em cima dessa MP. Como ela está, Sr. Presidente, não pode ser aprovada.

Tenho certeza que o relator da matéria, ouvindo em audiência pública todos os setores da sociedade,

há de construir um substitutivo baseado em um entendimento com o Governo, que preserve os interesses dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas. Tomara que no futuro vejamos de novo os trens atravessando este País.

Sr. Presidente, fui uma vez à Europa e a atravessei quase toda de trem. Estive no Japão: olha que aquele trem bala e companhia limitada é uma maravilha! Por isso o Brasil precisa repensar e deveria retomar o nosso transporte ferroviário.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 30 de abril de 1854, foi inaugurada a primeira estrada de ferro no Brasil - a Estrada de Ferro Petrópolis, ou Estrada de Ferro Mauá. Esse trem inaugural composto por três carros de passageiros e um de bagagem, foi batizado de “Baroneza”, em homenagem à esposa do Barão de Mauá.

As ferrovias foram responsáveis por grande parte da integração nacional e hoje lamentavelmente as ferrovias representam apenas 24% da matriz de transporte, contra 81% na Rússia, 46% no Canadá e 43% nos Estados Unidos.

Para um país de dimensões continentais é muito pouco. O Brasil está longe de ter a participação dos trens na sua matriz de transportes nos mesmos patamares dos países desenvolvidos. Precisa alcançar a representatividade obtida em outros países de grande extensão territorial.

Apesar do alto investimento inicial, o retorno acontece em curto e médio prazo, tendo em vista a eficiência, rapidez e volumes que podem ser transportados com segurança e baixos níveis de perdas.

As ferrovias diminuem os custos de escoamento da produção a grandes distâncias. O trem é a segunda opção mais barata para o percurso de longas distâncias, sendo superado apenas pelas hidrovias.

Segundo artigo da revista “desafios do desenvolvimento” do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, os produtos brasileiros que mais utilizam as linhas férreas são a soja, ícone do agronegócio, e o minério de ferro. Em 2003, 52% da produção nacional de soja partiu para os portos embarcada em vagões de trem.

Graças ao uso intensivo das ferrovias, os Estados Unidos, maior concorrente do Brasil na exportação da soja, gasta US\$24 a menos por tonelada com transporte do que os brasileiros. Em 2003, o custo adicio-

nal do Brasil em relação ao dos concorrentes foi de US\$864 milhões.

O projeto da Ferrovia Norte-Sul existe há 18 anos. É de fundamental importância para o transporte da carga da região central do Brasil. Sua extensão planejada é de 2.060 quilômetros. Hoje possui apenas 226 quilômetros.

Segundo estimativa da Casa Civil será preciso retirar cerca de 40 milhões de toneladas de produto das estradas, pois devido ao excesso de peso e tráfego, corre-se o risco de inviabilizar as estradas, que já se encontram em sua ampla maioria em situação precária.

Com uma área de 8.547.403 km² de extensão territorial, nosso sistema ferroviário brasileiro totaliza 29.706 quilômetros. Precisamos recuperar o tempo perdido, investir em novas e recuperar a malha ferroviária existente. Assim, estaremos acelerando nosso desenvolvimento econômico.

Quando falo de ferrovias, penso em locomotivas, trilhos, apitos, etc. Porém, jamais poderia deixar de me referir ao elemento humano que é ligado a ela. Quero prestar minhas sinceras homenagens a toda família ferroviária pela passagem do seu dia.

Nas conversas que mantenho com essa categoria pela qual tenho o mais profundo respeito, com suas entidades representativas, percebo e me emociono com o orgulho que sentem de pertencerem a esta gloriosa profissão.

Estes bravos profissionais possuem um espírito de equipe ímpar. No auge das ferrovias, estabeleceram verdadeiras linhagens familiares no meio ferroviário. Era comum; pais, filhos; irmãos; tios e sobrinhos fazerem parte da família ferroviária.

Preocupado com o sucateamento, verdadeiro abandono das ferrovias, apresentei o Projeto de lei 150/03 que cria a Carreira de Policial Ferroviário Federal. “Os caminhos de ferro” tornaram-se artérias desgarnecidas, à mercê do contrabando, do descaminho e do crime organizado.

Defendo o transporte ferroviário por ser viável; rápido; econômico; estratégico e de interesse nacional, a exemplo dos países do 1º mundo.

Surpreendeu a todos nós a edição da MP 246 e do Decreto 5.412/05. Não concordo com o término do processo de liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A – RFFSA.

Segundo dados da AENFER – Associação de Engenheiros Ferroviários a RFFSA possui um patrimônio estimado em mais de R\$20 bilhões e, apesar de existirem passivos, os créditos acima enumerados, são suficientes para fazer frente aos débitos, desde que a União reconheça suas dívidas perante a RFFSA.

Ainda segundo informativo da entidade, com a extinção dessa instituição, o prejuízo é estimado em cerca de 7 bilhões de reais, além de retirar do Governo uma importante ferramenta para manter sua capacidade de gestão das operadoras privadas.

Trabalhei até o último instante para que o governo achasse uma saída para a questão da liquidação, principalmente para garantir os direitos dos trabalhadores da ativa e dos aposentados.

Recebi a informação de que o relator da MP 246, na Câmara dos Deputados, Dep. Inaldo Leitão, somente irá emitir parecer sobre a matéria, após ouvir todas as partes envolvidas realizando inúmeras audiências públicas.

Inclusive, no dia de hoje, o Relator está realizando na Assembléia Legislativa do RS uma audiência Pública.

A MP garante aos empregados ativos integrantes do quadro de pessoal próprio da extinta RFFSA, a transferência para os quadros do GEIPOT – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes.

Os funcionários estão preocupados, e com razão: saem de uma empresa liquidada e vão para uma que também está em fase de liquidação. O sentimento deles é de que estão sendo colocados “fora dos trilhos”.

Também estabelece que “em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica extinto o emprego por ele ocupado”. Portanto, haverá um momento, no futuro, que não terá mais nenhum empregado no quadro do plano de cargos e salários da RFFSA.

Os aposentados beneficiados pelas Leis 8.186/91 e 10.478/02 deixarão de ter sua referência salarial, como ficou estabelecido pelo parágrafo único do artigo 2º da Lei 8.186 que garante:

“O reajustamento do valor da aposentadoria complementada obedecerá aos mesmos prazos e condições em que for reajustada a remuneração do ferroviário em atividade, de forma a assegurar a permanente igualdade entre eles”.

Faz-se necessário garantir um paradigma, referência, para que sejam mantidos com suas remunerações atualizadas.

Diante de tantos questionamentos, estou requerendo audiência pública para debater os efeitos da MP 246/05 sobre os trabalhadores e aposentados bem como sua implicação quanto às demandas judiciais em tramitação.

Segundo o ex – Deputado Estadual e advogado Carlos Araújo, milhares de ações de ferroviários que estavam para serem recebidas foram reencaminhadas para discussão mediante a edição dessa MP.

É uma grande injustiça se esses trabalhadores não receberem de imediato o que lhes é de direito.

Precisamos aprofundar o debate, repensar todo o transporte brasileiro. Qual é o patamar de desenvolvimento que queremos atingir? Nossos produtos podem competir com preços menores no mercado externo com esse modelo de transporte de carga existente?

Na oportunidade quero parabenizar o belo e progressivo Município de Santa Maria da Boca do Monte que estará completando aniversário no próximo dia 17. Santa Maria foi berço das ferrovias no RS.

Quero prestar minhas sinceras homenagens a todos os cidadãos dessa magnífica cidade.

O Prefeito Valdeci Oliveira, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nélson Jobim, o Ministro da Educação, Tarso Genro, além de outras autoridades reuniram semana passada em Brasília para comemorar o aniversário dessa que é considerada a “cidade universitária” que ilumina o coração do nosso Rio Grande.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do Regimento Interno.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se eu tivesse combinado com o Senador Paim de um falar na sequência do outro, creio que não daria tão certo.

Nos cinco minutos que me competem como Líder do PT, já que o assunto é ferrovia, quero registrar um ato muito importante do Presidente Lula, na sexta-feira, a partir da reestruturação da Brasil Ferrovias.

A Brasil Ferrovias, criada em 2002, reúne as operações das ferrovias Ferronorte, Ferroban, Novoeste e Portofer. Essas ferrovias cruzam várias cidades, sendo 158 Municípios em São Paulo, 19 no meu Estado, Mato Grosso do Sul, 03 no Mato Grosso e 02 em Goiás. Ao longo dessa malha, existem três terminais de transbordo próprios localizados em Chapadão do Sul-MS,

no meu Estado, Alto Araguaia-MT e Alto Taquari-MT e um portuário em Santos. É importante registrar que essa empresa tem também em construção mais um terminal portuário, o famoso TGG (Terminal de Grãos do Guarujá).

Sr. Presidente, foi anunciada na sexta-feira a reestruturação financeira e societária do grupo, pelo Presidente Lula, com a presença do Governador Alckmin e do Governador em exercício do Mato Grosso do Sul, Egon Krakhecke, e também de vários Ministros. Trata-se de um plano que prevê novos aportes de recursos pelos atuais acionistas no valor de R\$375 milhões, novos recursos do BNDES no total de R\$385 milhões e conversão de financiamentos e créditos existentes em participação acionária, totalizando R\$380 milhões. Portanto, Sr. Presidente, fruto dessa reestruturação financeira e societária do grupo, isso representa uma operação de mais de R\$1 bilhão.

É importante registrar, Sr. Presidente, especialmente no que se refere a Mato Grosso do Sul, que essa ferrovia é de absoluta importância para o Estado não apenas no aspecto turístico, em razão do que representa ou do que representará a retomada do famoso trem do Pantanal nesse trecho, especificamente, de Campo Grande a Corumbá, como também a retomada do transporte de carga.

Saliento, ainda, Sr. Presidente, que, de 2006 a 2018, há uma previsão de transporte de 302 milhões de toneladas associados à soja, ao açúcar, a combustíveis minerais e diversos. Existe também um potencial de crescimento do volume transportado de 178 milhões de toneladas associados especificamente à área de mineração.

É fundamental citar, Sr. Presidente, que, com a retomada dessa ferrovia, não apenas retomamos o transporte de cargas, mas viabilizamos projetos estruturais absolutamente importantes na região de fronteira. É importante registrar a existência não só do projeto minero-siderúrgico na fronteira entre Corumbá e Puerto Soarez, na vizinha Bolívia, mas também do futuro Pólo Gás-Químico. Foi um grande passo, fruto de meses de negociação. Com muita determinação, o Presidente Lula conduziu a questão de uma maneira exitosa, contribuindo exatamente para a melhoria da infra-estrutura. Esta vai atender o meu Estado, o Mato Grosso do Sul, e o Estado de Mato Grosso, com a extensão de um ramal até Rondonópolis, viabilizando definitivamente o trecho da rodovia entre Bauru e Santos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador, gostaria ainda de fazer um comentário adicional.

Por meio desse encaminhamento, efetivamente encontramos uma solução, principalmente no que se refere ao direito de passagem. Era um grande óbice para que tivéssemos uma integração com outras companhias ferroviárias. Agora, em função das decisões tomadas e do plano de investimentos que já se avizinha, ao longo de 2005, não vamos só promover a integração, levando nossas cargas até Santos, mas, por meio das ferrovias na Bolívia, na Argentina e no Chile, vamos ter condições de chegar ao Oceano Pacífico e de encurtar em quase 7 mil quilômetros o frete, comparando-o ao transporte marítimo até então adotado. Com isso, promovemos a integração dos dois oceanos, a integração bioceânica, por ferrovia, encurtando distâncias e, mais do que nunca, barateando o frete.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Delcídio Amaral, solicito a V. Ex^a uma informação: nesse encontro sobre ferrovias, foi tratada a questão da Transnordestina? Como Líder do PT e homem de proa no Governo, V. Ex^a poderia nos prestar uma informação importante sobre um assunto que vem causando grande expectativa no meu Estado, no Estado de Pernambuco e no Estado do Ceará. Trata-se exatamente da construção da Transnordestina, que tem grande relevância, assim como essas que acaba de anunciar. Parabenizo V. Ex^a, que sempre lutou pelo início dessas obras e para o sucesso desse projeto. Entretanto, gostaria de saber se, nessa ocasião, foi abordado também o assunto...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – (...) da Transnordestina, que é a interligação entre Pernambuco, Ceará, Piauí e Maranhão. Essa estrada é fundamental e redentora para o Estado do Piauí, para que possamos, por meio dela, escoar as riquezas, principalmente do nosso pólo agropecuário, região da soja, dos grãos, do níquel de Capitão Gervásio Oliveira, enfim, uma série de produtos fundamentais para o desenvolvimento do nosso Estado. É uma informação que os piauienses ficariam muito contentes de ouvir de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Heráclito Fortes, esse evento foi

especificamente voltado para a Brasil Ferrovias e foi realizado em São Paulo. Entretanto, como Líder, com certeza, tomarei as providências devidas para esclarecê-lo sobre as ações tomadas acerca da Transnordestina, pela sua importância econômica e relevância para o desenvolvimento social de toda a região Nordeste, o que vai representar efetivamente essa retomada. No entanto, não tenho dúvida alguma de que, dentre as prioridades do Presidente Lula, meu caro Presidente Mão Santa, está o setor ferroviário, setor competitivo, que agrega valor e que vai baratear principalmente os custos do fretamento. Retomaremos efetivamente aquelas ferrovias, cuja história se confunde com a de nosso País e com a das diferentes regiões do Brasil.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela oportunidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa pronunciamento com três itens. O primeiro se refere à entrevista do ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, que, com sua autoridade de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, denominou o Presidente da República de enganador, em face dos lamentáveis atrasos na liberação de verbas federais para o metrô de Salvador.

Peço também inscrição nos Anais de preocupante matéria do **Correio Braziliense** de hoje, intitulada “Militares Atolados em Dívidas”. Se há um segmento que votou com alma no Presidente Lula, foram os militares. Tinham toda a fé de que haveria o paraíso do ponto de vista salarial e de reciclagem profissional. Hoje, porém, estão atolados em dívidas e desiludidos.

Finalmente, Sr. Presidente, no terceiro item, peço também a transcrição nos Anais da entrevista – isso mostra a base do Presidente Lula esfrangalhada dentro e fora do Congresso Nacional – do Vice-Presidente José Alencar, que diz em ampla entrevista prestada à revista **IstoÉ Dinheiro** o seguinte: “Posso ser Presidente”. Ou seja, o Sr. José Alencar se lança candidato a Presidente, quem sabe, contra o Presidente Lula. Então, “vaca não está mais conhecendo bezerro” neste Governo, Sr. Presidente. Essa é a verdade.

Então, peço que faça parte dos Anais este pronunciamento.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Líder em Informações Financeiras

13:55 “Lula é Enganador”, Diz ACM na Televisão Salvador, 9 – O presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA), chamou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de “enganador” numa entrevista ao vivo concedida hoje ao programa Balanço Geral da TV Itapuã (Record), um dos líderes de audiência no horário do meio-dia na capital baiana. ACM usou o termo ao se referir também aos deputados federais do PT baiano, que estariam, segundo ele, enganando os eleitores devido ao atraso na liberação de verbas pelo Governo Federal para o metrô de Salvador.

“Quando o Lula engana, não surpreende, pois sempre foi enganador, mas quando esses que estão junto dele querem enganar, não saber fazer como ele (Lula): ele realmente engana e engana bonito com aquele palavreado que o povo acredita e tal e não faz nada”, atacou Magalhães, desafiando os petistas a apontarem “alguém do povo brasileiro que esteja satisfeito com o Governo Lula”. Para ACM, a política econômica do Planalto está ótima, mas apenas para os banqueiros.

Uma outra suposta “enganação” atribuída ao presidente por ACM é o projeto de transposição do rio São Francisco. “Lula dizia que isso era coisa de picareta e é mesmo, é para dar dinheiro a empreiteiro”, disse o senador, insinuando que esses empreiteiros, em troca, ajudariam na campanha da reeleição do presidente. “Não só do Lula, como daqueles que o acompanham”, reforçou.

O apresentador do programa, Raimundo Varela, admitiu ter votado em Lula por influência de ACM, o que fez o senador lhe pedir desculpas. “Nós dois erramos, mas você errou por minha causa e por isso quero pedir desculpas, pois já pedi ao povo brasileiro: ninguém esperava que (o governo) fosse tão ruim”.

Apesar das críticas, o senador garantiu que, como presidente da CCJ, não vai prejudicar o governo federal. “Mas não vou beneficiar como ele deseja”, observou, acusando Lula de pretender parar a Câmara e o Senado com as Medidas Provisórias e depois culpar deputados e senadores pelo marasmo do Legislativo. (Biaggio Talento)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

CORREIO BRAZILIENSE

Data 07/05/05 Página: 8

SALÁRIO

Sem o reajuste prometido pelo governo, integrantes das Forças Armadas recorrem a empresmos para saldar débitos. O comprometimento da renda chega a 56,5% em algumas patentes da Aeronáutica.

Militares atolados em dívidas

LEONEL ROCHA
Da equipe do Correio

Tomar dinheiro emprestado ou comprar só a prazo foram as alternativas encontradas pelos militares — de soldado a general — para driblar os baixos salários que recebem. Uma pesquisa feita nas três Forças, e que serve de argumento para as reivindicações de reajuste salarial, mostra que o índice de endividamento da tropa é muito elevado. Chega, em média, a 50% de todo o efetivo. A pesquisa foi anexada a um estudo enviado pelo Ministério da Defesa ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vai decidir nas próximas semanas quando dará o reajuste e em que percentual.

A pesquisa feita na Aeronáutica, por exemplo, mostra que quase 40% da força está endividada. O caso mais grave é o dos cabos engajados; cerca de 70% destes profissionais devem a empresas, fundações, caixas de financiamento e até à Caixa Econômica Federal (veja quadro). Essas instituições foram credenciadas pelas Forças Armadas para fazer os empréstimos e financiar a compra de bens duráveis e pessoais duráveis, inclusive casa própria. A garantia para o recebimento dos empréstimos e financiamentos é o desconto automático na folha de salários.

No caso da Aeronáutica, os empréstimos são feitos principalmente na Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica (CFIAI) que também financia a compra de outros bens como automóveis, por exemplo. A instituição também faz empréstimos pessoais. Além da CFIAI, outras entidades estão credenciadas no Exército, Marinha e Aeronáutica para realizar esse tipo de operação, entre elas a Mongeral e a Copemi-Caixa de Crédito, Pensões e Montepio, esta a maior e mais antiga instituição financeira que atende aos militares.

Desconto no salário

Um cabo endividado, por exemplo, ganha R\$ 1.229,71 brutos mensais e já recebe este salário com um desconto médio de R\$ 245 — equivalente a 20% do soldo. No caso dos soldados de primeira classe, que recebem R\$ 672,98, o comprometimento do salário chega a ser de 56,5%. Com as prestações dos empréstimos — ultrapassam R\$ 380 mensais. A mais alta patente da Aeronáutica a de tenente-brigadeiro de quatro estrelas, compromete, em média, 16% do soldo bruto pagando empréstimos. O endividamento em instituições financeiras dos militares chega a atingir até os netos pensionistas de antigos marciais já falecidos, mas que con-

ciamentos para conseguir sustentar a família. Pinto conta que muitos colegas trabalham fora do expediente como segurança, garçom e motorista para complementar a renda.

O ministro da Defesa, o vice-presidente José Alencar, determinou que oficiais das três Forças não devem mais falar de salário. Ele disse que a decisão está nas mãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Palácio do Planalto encomendou um relatório de avaliação das receitas e despesas do Orçamento da União para saber quando e em qual percentual poderá conceder o reajuste aos militares. Continuam com direito a tomar dinheiro emprestado e pagando com desconto no valor da pensão que ainda recebem.

O endividamento é tão elevado que novos financiamentos são tomados até seis meses antes do término das prestações do empréstimo anterior, conta o cabo Hélio Pinto, presidente da Associação de Praças

da Força. "É desesperador. Não podemos mais viver sem estes empréstimos que comprometem os salários futuros", lamenta o cabo. Ele mesmo passou quase dez anos tomando empréstimos e renovando finanças. O relatório está sendo concluído pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

Esse relatório passou a ser decisivo, porque não havia previsão orçamentária este ano para o reajuste dos militares. Mesmo tendo acertado com o ex-ministro José Viegas a concessão de 23% da segunda parcela do reajuste, o Ministério do Planejamento não incluiu a previsão de pagamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — enviada ao Congresso em agosto passado —, o que provocou a retirada da previsão desta despesa da lei orçamentária aprovada pelo Congresso.

MEMÓRIA

Pressão desde o ano passado

A crise salarial militar começou no ano passado, quando os integrantes das Forças Armadas reivindicaram 33% de reposição salarial e só conseguiram 10% de reajuste emergencial em setembro, com a negociação intermediada pelo então ministro da Defesa, José Viegas.

Na negociação, ficou acertado que o governo concederia a segunda parcela da reposição — de 23% — até março deste ano, o que não aconteceu. Com o atraso na concessão do reajuste, os militares mobilizaram suas esposas para protestarem nas solenidades com a presença do presidente da República e dos comandantes das três Forças.

No dia 6 de abril, depois do prazo final estabelecido pelo governo, as mulheres dos militares aproveitaram o dia da troca da bandeira na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, para protestar e reivindicar, do novo ministro da Defesa, José Alencar, a aplicação do percentual restante.

Dois dias depois, elas conseguiram ser recebidas pelo ministro da Defesa, que transferiu para o presidente da República a definição do percentual de reajuste e a data da aplicação.

NO SUFOCO

POSTO/GRADUAÇÃO	DESPESA MENSAL COM DÍVIDAS (R\$)	OS ENDIVIDADOS (%)
Cabo engajado	380,29	69,59
1º Sargento	608,71	62,95
3º Sargento	478,15	59,99
2º Sargento	551,59	58,79
Suboficial	711,32	49,54
Soldado 1ª classe	245,65	45,00
Coronel	666,45	39,41
Tenente-coronel	817,29	38,05
Cadete	707,82	37,50
Brigadeiro	847,07	28,88
Tenente-brigadeiro	1.080,05	23,62

Fonte: Subdiretoria de Pagamento de Passagem da Diretoria de Intendência da Aeronáutica (SLD/P)

Istoé Dinheiro

Data 8-5-05. Pág. 27

Eleição 2006
"Posso ser Presidente"

Exclusivo Vice Alencar admite, pela primeira vez, que pode disputar a eleição presidencial de 2006, revela seu plano para mudar a economia e diz o que é preciso fazer para derrubar os juros.

Leandro Attuch

são de um presidente, no Brasil – onde o cargo flutua ao sabor das alianças políticas – seria um fato inédito, já que todos os vices que assumiram a presidência o fizeram por herança do acaso. Foi assim com João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros; José Sarney com a morte de Tancredo Neves, e Itamar Franco após o impeachment de Fernando Collor.

A exclusão de seu nome da chapa oficial não é a única mágoa que brotou em Alencar no governo Lula. **Ainda que o vice e o presidente mantenham uma relação de respeito mútuo, e que já foi uma sólida amizade no início da gestão petista, Alencar está insatisfeito com o tratamento que vem sendo dado a seus correligionários.** A questão pontual que neste momento mais corrói a relação de ambos é a forma humilhante como o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, vem sendo tratado por Antônio Palocci, da Fazenda. Nascimento não é afi-

Na história política nacional, a função de vice-presidente da República sempre foi vista como algo menor, como se o cargo tivesse um papel quase decorativo. Num regime presidencialista como é o brasileiro, caberia ao chefe de governo brilhar, ditando os caminhos da Nação, enquanto ao vice restaria apenas refletir sua luz, sem incomodar e sem fazer barulho. No entanto, desde que o empresário José Alencar tomou posse como vice-presidente da República, em janeiro de 2003, a tradição foi rompida.

lhado de Alencar, mas representa o PL no governo. Desde o dia 1º de janeiro Palocci não repassou um centavo sequer para que o ministro pagasse os empreiteiros pelas obras de recuperação das estradas. Há 40 dias, Alencar levou Nascimento para uma conversa "definitiva" com Lula. Ficou acertado que Palocci soltaria R\$ 400 milhões para o colega – de um total de R\$ 4,2 bilhões prometidos para este ano. Ou Nascimento pediria o chapéu, avisou. Na última terça-feira 3, Palocci soltou R\$ 130 milhões. Pior: o secretário do Tesouro, Joaquim Levy, decidiria em que estradas os recursos seriam aplicados. Consternado com a quantidade, um terço do prometido, Nascimento foi no dia seguinte ao Palácio do Planalto para se queixar a José Dirceu "pela última vez". Enquanto isso, insatisfeito com a política econômica e animado com as perspectivas de sua candidatura, Alencar prepara-se, aos 73 anos, para o maior desafio de sua vida, o de enfrentar Lula em 2006. ■

"AQUI TEM MAIS QUE UM DIAGNÓSTICO. É MINHA CONDENAÇÃO VEEMENTE A ESSA POLÍTICA"

Em Uberaba, cidade mineira onde se reuniu com políticos e empresários na terça-feira 3, o vice-presidente José Alencar revelou à **DINHEIRO**, com exclusividade, a possibilidade de disputar a Presidência da República já em 2006. Leia a seguir os principais trechos de sua entrevista.

DINHEIRO – Dias atrás, o sr. disse que o discurso de campanha que venceu a eleição presidencial de 2002 ainda não tomou posse no governo.

JOSÉ ALENCAR – "A frase que eu disse foi a seguinte: o nosso discurso ainda não assumiu o poder."

DINHEIRO – Quando, então, o discurso de mudança do governo Lula vai assumir o poder?

ALENCAR – "Ele já deveria ter assumido. Já era tempo."

DINHEIRO – Se a mudança não vier até

2006, com que discurso o presidente Lula poderá se reeleger?

ALENCAR – "O que eu digo e repito é que o discurso ainda não assumiu."

DINHEIRO – O sr. acalenta o desejo de se tornar presidente da República para, enfim, colocar esse discurso em prática?

ALENCAR – "Tenho 73 anos de idade. No ano da eleição, terei 74. Eu ainda não fui vereador nem prefeito na minha terra, lá em Minas Gerais. Já perdi duas chances aí. Mas eu ainda posso ser deputado estadual, deputado federal, senador, governador e..."

DINHEIRO – Presidente da República?

ALENCAR – "Posso ser candidato à Presidência, se meu partido me der a legenda. Como dizia Neném Prancha

[um personagem mítico do futebol carioca nos anos 40], se a bola vier redonda, por que não? Se vier redonda, eu chuto."

DINHEIRO – O que mais precisa mudar na economia?

ALENCAR – "A política monetária de taxas de juros altas vem sendo praticada como instrumento de achatamento do consumo, o que também acaba inibindo os investimentos, a pretexto de combater a inflação. Porém, nós sabemos que, no Brasil, uma granule parcela dos aumentos, cerca de um terço, advém de preços administrados. Isso porque, na privatização, houve contratos com cláusulas de correção pelo IGP-M e pelo IGP-DI. A indexação, obviamente, eleva muito o preço desses serviços e os juros altos não mudam nada em relação a isso."

DINHEIRO – Foi uma herança maldita?

ALENCAR – "De certa forma, sim. Mas não é só o caso das tarifas que

“A China não é economia de mercado. Todos sabem que tem subfaturamento e contrabando”

prova a ineficiência da política de juros altos. Os preços dos combustíveis têm a ver com a ação de um cartel internacional, o da Opep. Por mais que o Banco Central aumente os juros, ele não terá qualquer poder sobre as tarifas e sobre o petróleo."

DINHEIRO - Seria preciso então derrubar a atividade econômica para cumprir a meta de inflação?

ALENCAR - "Nem assim. Qualquer taxa de juros elevada seria incapaz. Você pode descrepitar os juros e não conseguir nada em troca. Ao contrário, você até agrava o problema."

DINHEIRO - Como assim?

ALENCAR - "Uma grande parcela da população brasileira vive num regime de subconsumo. Você não pode achar o consumo de quem não consome quase nada, porque essas pessoas compram apenas o absolutamente essencial. Portanto, é um segmento da população que também não reage a um choque de juros. É preciso que o governo adote outros instrumentos capazes de combater a inflação. Até porque, depois do Plano Real, o que nós estamos vendo é crescimento da dívida, o crescimento da carga tributária, a manutenção das taxas de inflação e um crescimento ridículo da economia."

DINHEIRO - Mas isso é o diagnóstico. O que pode ser feito?

ALENCAR - "É mais do que o diagnóstico. É a minha condenação veemente a essa política. A taxa de juros real do Brasil é 10 vezes superior à média de 40 países. Isso é muito grave. É como se você fosse o vendedor de uma empresa e vendesse tudo por um décimo do preço do mercado. Ninguém sobrevive assim."

DINHEIRO - O que pode ser feito?

ALENCAR - "Da mesma forma que há decisões técnicas ligadas à política monetária, há

decisões técnicas ligadas a outras áreas não monetárias. Por exemplo: você pode adotar uma política tributária que ajude no controle à inflação e também utilizar uma política aduaneira que ajude no combate à inflação."

DINHEIRO - Sendo mais específico ...

ALENCAR - "Suponha que um determinado setor tenha um produto muito demandado no mercado interno e, assim, seus empresários abusem do preço."

“ Voltamos à época do Gustavo Franco ”

DINHEIRO - O aço, por exemplo.

ALENCAR - "Não quero citar. Um determinado produto, seja ele qual for. O governo tem o instrumento de política aduaneira capaz de eliminar qualquer imposto de importação sobre esse produto, para que ele tenha de competir em condições de preço internacional. Outra coisa, que já se fez muito no Brasil, é o imposto confiscatório. Suponha que alguém exporte um bem que esteja escasso no mercado interno, e esta seja a razão da alta de preços. O governo pode criar um imposto na exportação. E isso é só um exemplo. Há muitos outros instrumentos."

DINHEIRO - Ampliar a meta de inflação é uma boa ideia?

ALENCAR - "Temos de discutir com que critério ela é fixada. Por que essa meta de 5,1%? De onde ela saiu? Nós sabemos que o Conselho Monetário Nacional é composto por três membros: o ministro da Fazenda, o ministro do Planejamento e o presidente do Banco Central. Nossa ideia é ampliar o CMN, levando

para representar a economia real uma pessoa do setor primário, seja da agricultura, da pecuária ou da mineração, uma pessoa do setor secundário, que é a indústria, uma pessoa do setor terciário, que é o comércio, e outra da infra-estrutura."

DINHEIRO - Do setor financeiro também?

ALENCAR - "Como o presidente do Banco Central e o ministro da Fazenda são homens vinculados às questões do setor financeiro, esse setor já estaria representado. Mas não haveria mal algum que os bancos indicassem algum membro. O nome, é claro, estaria sujeito à aprovação do presidente."

DINHEIRO - Alguns economistas dizem que, quando o CMN era grande demais, a inflação também era grande.

ALENCAR - "Olha, o risco de volta da inflação praticamente não existe. Nós, quando fizemos o Plano Real, conseguimos acabar com a inflação especialmente porque nós desindexamos a economia. Por isso, não tinha sentido algum fazer essas privatizações com cláusulas de correção pelo IGP-M. Nem se fosse o IPCA estaria certo. Nenhum índice poderia existir. O Brasil precisa perder o medo de crescer."

DINHEIRO - Sem os índices, como os empresários teriam segurança para investir nas privatizações?

ALENCAR - "Existem as agências re-

“ O fim do Copom não é sugestão de lei. É do Galvêas ”

guladoras, que têm competência para discutir se um reajuste é necessário ou não. E tem outra coisa: o mercado é o mercado. Ou nós acreditamos numa economia de mercado, ou não acreditamos."

DINHEIRO – O sr. apóia a proposta do deputado Severino Cavalcanti para ampliar o CMN?

ALENCAR – "Uma coisa que o Severino falou, e eu concordo, é que o presidente do Banco Central e os membros do Comitê de Política Monetária deviam ser convocados com mais frequência ao Congresso Nacional. O Alan

Greenspan, nos Estados Unidos, faz isso regularmente."

DINHEIRO – E o que pode ser feito em relação ao Copom?

ALENCAR – "Eu vou te dar uma informação. Há dias recebi um fax do ex-ministro da Fazenda, e ex-presidente do Banco Central, Ernane Galvão. Ele disse que tem acompanhado minhas manifestações sobre política monetária e fez algumas sugestões."

DINHEIRO – Quais foram?

ALENCAR – "Primeiro, extinguir o Copom. Segundo, substituir o Copom pelo Conselho Monetário Nacional. Terceiro, ampliar o CMN, colocando mais quatro ou seis membros."

DINHEIRO – O sr. gostou?

ALENCAR – "Não são sugestões de um leigo. São sugestões de um economista, ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central. Um homem de muita experiência, que trabalhou ao lado de luminares, como Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto."

DINHEIRO – Outro motivo de grita empresarial é a questão do dólar. Essa taxa de câmbio, até abaixo de R\$ 2,50, é boa para o Brasil?

ALENCAR – "A taxa de câmbio é decorrência da taxa de juros, que atrai capital especulativo. Se você adota uma taxa de juros despropositada como essa, é claro que entram dólares especulativos para, obviamente, aplicar nessa taxa. Por isso, há uma oferta de moeda forte, que derruba o câmbio."

DINHEIRO – Não é uma política parecida com a do Gustavo Franco?

ALENCAR – "É muito parecida, voltamos ao passado. O câmbio estaria no seu devido lugar se a taxa de juros brasileira fosse compatível com a do resto do mundo."

DINHEIRO – Se ela fosse compatível, o dólar estaria sendo cotado a que preço?

ALENCAR – "Estaria flutuando no patamar correto. Só vamos saber qual é quando eliminarmos essa taxa de juros. Temos o direito de pressupor que o juro elevado é que faz o câmbio estar onde está."

DINHEIRO – Como o sr. vê a polêmica dos empresários em relação à China. Seu filho Josué Gomes da Silva, presidente da Coteminas, acusa a China de contrabando.

ALENCAR – "No caso da China, todo

mundo sabe que tem subfaturamento e contrabando. Somos, portanto, contra essas práticas. Mesmo quando há alguma alíquota de proteção aduaneira, ela incide sobre um preço subfaturado e, portanto, não faz efeito."

DINHEIRO – Foi um erro do governo brasileiro o fato de dar à China o status de economia de mercado?

ALENCAR – "Foi e votei contra isso. E não foi um voto contra porque eu seja contra a China. Foi contra porque a China não é uma economia de mercado. Não posso dizer que um país é aquilo que não é."

DINHEIRO – Dá para voltar atrás nisso?

ALENCAR – "O presidente Lula é quem sabe."

DINHEIRO – E a briga recente do Brasil com a Argentina?

ALENCAR – "É uma questão mais passional. O presidente Lula tem realizado um trabalho admirável de fortalecimento da América do Sul. Ele foi muito solidário ao presidente Néstor Kirchner, até mesmo durante sua eleição. Kirchner veio ao Brasil como candidato. Lula tem sido um cavalheiro e essa briga não é justa."

DINHEIRO – O sr. atribui a algum ciúme?

ALENCAR – "Não sei. Só sei que ela não é boa nem para a Argentina e nem para o Brasil." ■

Concordo com Severino: o presidente do BC e os membros do Copom devem ser convocados com mais frequência pelo Congresso

ISTO É Dinheiro

Eleição 2006

Pelo que fez e pelo que disse desde seu primeiro dia em Brasília, não se pode negar a Alencar três traços inovadores: independência, coerência e firmeza. Além disso, ele possui uma qualidade não menos importante, apontada pelo deputado Delfim Netto, que é a “total independência financeira”. Dono da Coteminas, maior empresa têxtil do Brasil, Alencar é um homem rico. Bilionário até. Mas assim como o presidente Lula, ele veio de baixo. Alencar relembra com uma ponta de orgulho que já foi pobre e que, nos momentos iniciais da longa trajetória empresarial, teve até de dormir em colchões no chão. Hoje, instalado no Palácio do Jaburu, Alencar passou a vocalizar a defesa de juros menores e de um modelo econômico pró-crescimento. Em sintonia com a sociedade, tornou-se a boa consciência crítica do governo. **Com tamanho capital político e empresarial, Alencar começou a amadurecer seu futuro assim que o presidente Lula deixou claro que não irá repetir, em 2006, a do-Bradilha que venceu as eleições de 2002.** E, na semana passada, um Alencar ativo e vibrante admitiu pela primeira vez a possibilidade de disputar o cargo mais alto da Nação. “Posso ser candidato a presidente”, anunciou o vice, com exclusividade, à DINHEIRO. “Se a bola vier redonda, eu chuto”, disse ele, tão direto quanto um político mineiro é capaz de ser. A revelação bombástica foi feita em Uberaba, Minas Gerais, onde Alencar cumpriu extensa agenda de candidato na terça-feira 3. O vice abriu uma feira agropecuária, teve encontros privados com empresários e políticos locais e anunciou obras num auditório onde foi aclamado.

Sua entrada na corrida sucessória, mesmo que embrionária, lança fatos novos numa disputa que já se avizinha. Primeiro porque **o Brasil, que já teve candidatos militares, médicos, professores e até operários, pela primeira vez pode ter um industrial na corrida pelo Planalto.** Segundo porque, se confirmada, a candidatura Alencar marcaria um racha profundo na base governista e poderia até comprometer o projeto de reeleição do presidente Lula. “A entrada do Alencar no jogo muda tudo e é fatal para o governo”, avalia o senador Jorge Bornhausen, presidente nacional do PFL. Terceiro porque Alencar, bem-sucedido em tudo que fez, tem idéias próprias. Mais do que o desejo de disputar a presidência, ele tem um plano para derrubar a taxa de juros e mudar a face da economia. “Existem vários instrumentos que podem ser utilizados para controlar a inflação”, afirma. Dias atrás, o próprio presidente Lula admitiu que um dos erros de seu governo foi o de ter usado apenas a taxa de juros para este fim. Sem papas na língua, Alencar aponta novos caminhos: a extinção do Comitê de Política Monetária do Banco Central, que se-

ria substituído por um Conselho Monetário Nacional ampliado, **o fim dos reajustes automáticos das tarifas de telefone e energia, a taxação na exportação dos produtos em falta no mercado interno, uma vasta redução das alíquotas de importação e a revisão dos critérios da meta de inflação** (leia sua entrevista abaixo). “Não há mais risco de volta da inflação e o Brasil precisa perder o medo de crescer”, sentencia o vice. A idéia mais polêmica, a de extinguir o Copom, lhe chegou através do ex-ministro da Fazenda Ernane Galvêas, homem forte do período militar. “Alencar gosta das minhas idéias e tem tudo para ser presidente do Brasil”, disse Galvêas ao editor Hugo Stuard, da sucursal da DINHEIRO em Brasília.

O fator Alencar é um fenômeno ligado às circunstâncias políticas. Sua tese é que o discurso de mudança de Lula, que serviu para vencer as últimas eleições, ainda não assumiu o poder. Tal argumento encontra respaldo na sociedade e até mesmo em hostes do PT e da chamada ala “desenvolvimentista” da economia. “Ele seria o candidato dos meus sonhos”, disse recentemente Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, a um amigo. O vice também se sente mais à vontade para disputar a presidência da República do que o governo de Minas Gerais, a outra opção que lhe resta. **“Nossas pesquisas mostram que, numa disputa presidencial, ele já sai com 12%”, avalia o deputado José Santana, presidente do diretório mineiro do PL, o partido de Alencar.** De todos os novos pré-candidatos, diz Santana, Alencar é o que tem o maior arranque e a menor rejeição. Prudente, o vice ainda condiciona sua candidatura ao apoio total do partido. Nem seria preciso. “Ele representa para nós o que Lula representa para o PT”, diz Waldemar Costa Neto, presidente nacional do PL. “Se ele sair para a presidência, nós dobramos de tamanho”, reforça o deputado Sandro Mabel, também do PL. Seus aliados o vêem como um aglutinador capaz de criar uma terceira via política e superar a dicotomia governo-oposição. Além disso, Alencar estaria ainda numa posição ímpar. O governo Lula tem poderes para negar um empréstimo do BNDES a um adversário político, como é o caso do governador paulista Geraldo Alckmin. Pode ainda manchar a imagem de outro inimigo, como César Maia, do PFL, intervindo na saúde do Rio de Janeiro. Alencar, que está dentro do governo, não pode ser atacado. A única crítica possível, da lealdade, também não faz sentido, uma vez que foi o próprio Lula quem o descartou para 2006. Se, em países como os Estados Unidos, o vice é sempre o candidato natural à suces-

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento. Serão transcritos os documentos solicitados.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, na sua intervenção, agora, levanta o atabalhoamento do Governo.

No início da sessão, V. Ex^a não estava aqui. Comparei a situação que o Governo vive à situação do Corinthians paulista: resolveu montar um super time; está cheio de craques, mas ninguém se entende em campo. Há um técnico ou um dirigente que não está dando certo.

Veja, por exemplo, a situação do nosso Líder Delcídio Amaral. Ninguém passa a bola para ele, e aí fica responsável pelo resultado negativo que o Governo tem.

Não há nenhuma diferença. Estou fazendo essa comparação com o futebol porque é uma coisa de que o brasileiro gosta e entende. A situação do Corinthians e a situação do Governo não tem diferença alguma: é dinheiro sobrando...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Apenas que o Senador Delcídio Amaral é melhor do que o técnico.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com isso, todos nós concordamos.

É dinheiro sobrando, ninguém sabe de onde vem, os arrecadadores estão aí beneficiando o Corinthians – quero dizer ao Corinthians que é a ele que estou me

referindo –, mas o time não se entende em campo e leva de goleada.

Espero que o Governo se encontre porque isso é bom para o País. O Governo do jeito que está não ajuda nem a Oposição. Estamos aqui com uma frustração há quase três anos no Senado: não vimos ainda a Oposição criar uma crise para o Governo; o Governo se encarregou até agora de criar todas. É uma crise atrás da outra. Todas, porém, Senador Antonio Carlos Magalhães, têm um objetivo: a sucessão do Governo de São Paulo. Isso venho dizendo há três anos. Todos os desentendimentos da base do Governo têm um fundamento, ver quem vai governar São Paulo em 2006.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PT do Piauí e o PT nacional não diferem. É aquilo de tudo prometer e de nada fazer, de nada realizar. Foi assim, Senador Mão Santa, com o Fome Zero. Aquela festança a que V. Ex^a se negou a comparecer, parece que já previa que não ia dar em nada, e os que foram combater a fome se banquetearam num hotel de luxo da cidade. E o Fome Zero hoje é conhecido no Piauí como o *spa* do Lula: quem esperou se alimentar perdeu tempo e peso.

É a mesma coisa com o programa de computador popular. O Governo anuncia há quase três anos que vai distribuir computadores para os menos assistidos. O programa até agora está só no papel. Parece-me que setores do Governo estão discutindo com uma multinacional para finalmente dar uma solução para o assunto.

Isso tem sido uma sistemática do Governo: prometer e criar expectativa. No ano passado, discursaram aqui e anunciaram que as estradas brasileiras teriam todas as suas deficiências resolvidas, porque o dinheiro da Cide seria aplicado exclusivamente em estradas. O que vimos hoje na tribuna do Senado foi uma série de discursos, de reclamações exatamente pelo péssimo estado em que se encontram as rodovias brasileiras.

Senador Antonio Carlos Magalhães, hoje, a imprensa já começa a dar destaque, reclamando, com justa razão, do tratamento diferenciado que se está dando ao metrô de Salvador. O Governo fez acordo com o FMI, e até hoje ninguém sabe quem participou desse acordo, liberando 2,9 bilhões para obras de infra-estrutura. O metrô, que é uma obra prioritária para a cidade de Salvador sob vários aspectos, não foi contemplado. Sabemos que, por lei, as estradas brasileiras receberiam esses recursos da Cide, mas isso não vem ocorrendo.

O FMI anuncia sistematicamente, por meio de pesquisas e estudos feitos, preocupação com a segurança e com a saúde no Brasil. Participa desse acordo,

mas nenhum tostão, Sr. Presidente, para a segurança pública do Brasil e nenhum tostão para a saúde brasileira. Essa questão ainda precisa ser aprofundada. Temos de saber e haveremos de saber, afinal de contas, quem são os responsáveis por esse acordo, pelo qual o Estado do Piauí, que é governado por um petista, recebeu apenas R\$12 milhões para tapar buracos. E o Estado de Santa Catarina recebeu muitíssimo mais – parabênz os catarinenses, não há nenhuma revolta minha por Santa Catarina ter sido aquinhoadada, há competência das pessoas e incompetência do Governador do meu Estado. O Governador do meu Estado é responsável: porque não teve autoridade e não veio aqui discutir, o Piauí recebeu R\$12 milhões para tapar buracos. Esse é o acordo, Senador Mão Santa, contra o qual nós, como piauienses, temos o dever de protestar. Temos de mostrar à população do Piauí o que está ocorrendo.

Todas as semanas anunciam-se obras que irão para o Piauí. Só falta o Governador vir a Brasília e, depois dessa conferência com os árabes, dizer que vai montar, com o acordo com os árabes, poço de petróleo no Piauí. É só o que falta! A cada viagem que fazia, nacional ou internacional – antigamente acompanhava o Presidente Lula, mas ultimamente não tem mais feito isso –, vinham os anúncios e as expectativas criadas junto ao povo do Piauí.

Imagine, Senador Antonio Carlos Magalhães, que há três anos fizeram uma campanha milionária cujo *slogan* era “O Piauí agora Vale”, anunciando um investimento que a Vale do Rio Doce faria no Estado para explorar minas de níquel no município de Capitão Gervásio Oliveira. Segundo essa campanha, no ano de 2005, teríamos vinte mil empregos. Até agora, nada. Nada, e o piauiense a esperar pacientemente, cansando, mas sabendo que haverá o momento em que deverá tomar uma decisão em relação a essas decepções.

Mas o que inicialmente me trouxe aqui hoje foi o desejo de pedir a transcrição para os Anais desta Casa de matéria publicada, de maneira muito séria e bem escrita, por um jornalista que pessoalmente não conheço, mas cujo nome é Alysso Paixão. Ele traz um assunto que mostra, mais uma vez, que o governo de lá e o daqui prometem e nada fazem.

A matéria é sobre a tragédia, que V. Ex^a acompanhou de perto, que aconteceu no dia 8 de maio do ano passado: crianças que estavam em uma dependência do Governo do Estado – eram menores abandonados que foram para lá recolhidos – morreram barbaramente. Trancaram a chave e a cadeado o recinto, e essas crianças morreram. Outras sobreviveram, mas ficaram durante muito tempo em estado grave sem qualquer

assistência. A edificação não tinha sequer extintores de incêndio. Foi uma tragédia que o Piauí chorou, acompanhou e que ontem completou um ano.

Naquela época, o Governador pediu perdão pelo acontecido e prometeu providências. Em termos práticos, Senador Mão Santa, as providências são muito simples: nada foi feito. Dos que estavam naquelas celas do Complexo de Cidadania, dos que morreram indefesos, muitos não sabiam o que acontecia. Os que sobreviveram, ainda hoje, como é o caso de um menor aqui citado, não conseguiram livrar-se do trauma. O Governo não dá explicações das medidas feitas; se apurou responsabilidades, não dá nenhuma satisfação à população do Estado.

Faço esse registro e peço a V. Ex^a essa transcrição. Peço ainda ao Ministério Público, que também participou das investigações, que, em respeito ao povo piauiense e à opinião pública, divulgue o inquérito e as investigações feitas na sua área, para que fique,

pelo menos, o consolo da apuração das responsabilidades, tarefa que caberia ao Governador, uma vez que o Complexo pertence ao Governo do Estado. Para nós não é nenhuma surpresa, Senador Mão Santa, a omissão do Governador, pois este Governo do Piauí tem tido a omissão como sua tônica.

Faço questão de que isso fique registrado nos Anais desta Casa para que amanhã, quando algum historiador for analisar o que aconteceu no Piauí nesses últimos quatro anos, fique evidente que a incompetência, amparada na impunidade, fez morada em nosso Estado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

:: Incêndio no Complexo

Há um ano, acontecia uma das maiores tragédias do Piauí

Sete menores internos do Complexo da Cidadania morreram na época

Noite do dia 8 de maio de 2004. Essa data entrou para a história por conta da ocorrência de uma das maiores tragédias do Piauí. Sete menores morreram carbonizados em uma das celas do Complexo da Cidadania, centro de detenção e recuperação de menores infratores do Estado. Hoje, há exato um ano, ainda não se sabe quem são os verdadeiros culpados pelo ocorrido: se foram os próprios menores ou se foi o Governo do Estado. Tudo começou quando os menores tiveram a ideia de fazer uma pequena rebelião queimando os colchões das celas. O fogo se propagou e as chamas tomaram de conta da cela onde estavam os menores presos. Fechados, eles não tinham para onde correr e ficaram queimados. Os policiais que faziam plantão ficaram atônitos e nada puderam fazer. Oito foram levados ainda vivos para o Hospital Getúlio Vargas. Apenas um sobreviveu.

W. J. S. S., atualmente com 17 anos, tornou-se uma espécie de 'caixa preta' da tragédia do 8 de maio no Complexo da Cidadania e levou meses para se recuperar. No final do ano passado, ainda tratando das sequelas e traumas, tanto físicas como psicológicas, o menor foi inserido em um programa de atendimento às vítimas do Governo e encontra-se sob proteção. Até hoje ele nunca se apresentou à população ou fez algum tipo de denúncia publicamente. No entanto, segundo a presidente da AMAR-PI (Associação das Mães de Crianças e Adolescentes em Risco) e integrante do Grupo 8 de maio, Janeth Freitas, ele é um menino revoltado por conta do ocorrido e, acobertado, já teria tentado até suicídio.

Uma das vítimas era filho adotivo de Janeth e ela, assim como as outras seis mães dos menores falecidos, lamenta muito que até hoje nenhuma providência mais concreta tenha sido tomada. "O principal culpado pela tragédia do 8 de maio é o Governo do Estado. Na época do ocorrido, o Complexo nem mesmo tinha extintores. Como os guardas iam apagar o fogo? Isto é omissão e a própria Justiça já responsabilizou o estado. É uma pena que tenham abafado o caso", declarou Janeth Freitas.

O juiz da Infância e Juventude, Antônio Lopes, havia se pronunciado pelo caso e confirmou que a responsabilidade sobre a morte dos menores no Complexo da Cidadania é do Governo. Ele alega que o espaço é mantido pelo Estado e a ausência de extintores e falta de uma segurança eficaz motivaram a tragédia. Logo em seguida, as famílias das vítimas entraram com uma ação na Justiça contra o Governo. Elas questionavam como o fósforo que tocou fogo nos colchões entrou nas dependências do complexo e pediam investigação sobre a falta de socorro às vítimas durante o incêndio.

Dois dias após a tragédia, o próprio governador Wellington Dias resolveu que o Estado assumiria a responsabilidade e, em plena entrevista coletiva, pediu perdão às famílias das vítimas. Polícia Federal e Ministério Público são acionados para investigar o caso. Todos os inquéritos responsabilizaram o Estado e pedia, inclusive, o afastamento da então secretária de Assistência Social, Rosângela Souza. O processo parou e parte dele ficou arquivado. Logo depois, o Ministério Público julgou-se incompetente para julgar o caso. Fica aqui a triste lembrança e a espera de que as devidas providências sejam tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Representando a Liderança do PFL, concedemos a palavra ao Senador do Maranhão, Senador Edison Lobão.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta tribuna parece estar se transformando, aos poucos, na via ápia das reclamações nacionais – reclamações todas procedentes, reclamações que significam a reação do pensamento nacional.

Sr. Presidente, o Itamaraty, como parte de sua coleção “Mundo Afora”, lançou recentemente um livro inteiramente dedicado às experiências realizadas pelo poder público, em diversos países, relativas a programas de combate à violência urbana.

A primeira impressão que a leitura de tal estudo nos oferece é a de que se confirma, em nosso espírito, o impacto de que a prática da violência e da crueldade tornou-se um fenômeno universal. País desenvolvido ou não, ali campeia – par a par com o avanço da tecnologia e do aumento da população – o crime em maior ou menor escala.

Na China, não obstante o excepcional quadro de crescimento econômico da ordem de 10% ao ano do Produto Interno Bruto, ocorrido ao longo dos últimos anos, entre 1998 e 2002 o número de latrocínios registrados teve um acréscimo de quase 121%. É o próprio *National Bureau of Statistics of China* que oferece os dados oficiais: um milhão 296 mil latrocínios em 98 e 2 milhões 861 mil casos em 2002!

Mesmo em países que pareciam ter sob controle a criminalidade, agravam-se os surtos de violência. O Chile, por exemplo, passou a conviver nos últimos tempos com um aumento preocupante da criminalidade. Entre 2002 e 2003, o número de delitos graves aumentou 26%, tendo o roubo com violência um incremento de 40%. Lá, o governo contempla a construção de dez novas penitenciárias até o próximo ano, com o que duplicaria a capacidade de vagas atual.

É igualmente significativo o fato de que na vizinha Colômbia, submetida a ambiente de cruéis “guerrilhas”, o registro da violência é menor do que no Brasil. Em outubro de 2002, Bogotá foi premiada pela ONU como modelo de política pública de redução da violência. A cidade de Bogotá, segundo a publicação do Itamaraty, tem se destacado nos últimos dez anos pelo relativo êxito na implementação de programas de combate à criminalidade urbana: entre 2001 e 2002, houve uma queda de 19% de homicídios, graças à criação de estruturas gerenciais, de coordenação e controle, no âmbito da Secretaria de Governo da Prefeitura da ci-

dade, encarregadas de formular políticas em matéria de segurança.

Merece realce a citada publicação **Mundo Afora**, demonstrando comparativamente que as questões que afligem a segurança pública são freqüentes em todo o planeta, como mostra por meio de dados coletados pelos nossos embaixadores em diversos países.

Mesmo no Canadá – embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas situe aquele país na invejável posição de terceiro colocado em todo o mundo –, o nível de segurança desfrutado pela população canadense, embora seja também elevado, ocupa uma faixa apenas média entre os países desenvolvidos. Proporcionalmente ao tamanho de sua população, o Canadá apresenta um número de homicídios dez vezes menor do que o do Brasil. No Canadá, as estatísticas apontam para um aumento da incidência de crimes relacionados a drogas, que envolve em especial os grandes centros urbanos como Toronto, Montreal, Vancouver e Calgary.

Soluções, felizmente, têm sido encontradas pelo poder público em algumas nações por força de vontade política, graças às quais o crime tem perdido espaço para a cidadania plena e a harmonia social.

Nos EUA, obteve grande sucesso o conhecido programa Tolerância Zero, do Prefeito Rudolph Giuliani, de Nova Iorque. Baseou-se na idéia de que o aparato policial deve coibir, com vigor, qualquer perturbação da ordem pública, mesmo as de menor potencial ofensivo ou periculosidade. Os resultados foram notáveis. Nos seus últimos onze anos de aplicação, registrou-se redução de 71,8% nos casos de assassinatos, de 74% nos casos de roubo, de 56,1% nos casos de roubo seguido de morte, de 37,2% nos casos de estupro e de 82,6% nos casos de roubos de carros. Total de redução nos diversos tipos de crimes: 69,26%!

Ainda nos Estados Unidos, igualmente obteve sucesso a política de segurança pública adotada em Los Angeles. No contexto de uma consulta popular direta ao eleitorado, foi aprovada, em 1994, a lei popularmente conhecida como *three strikes you're out*. A expressão vem do jogo de beisebol, ali muito popular, em que três arremessos sem resposta levam à desqualificação do rebatedor.

Também a norte-americana Boston tem obtido êxito no combate à criminalidade, com planos e programas detalhados na referida publicação do Itamaraty.

Todos esses programas buscam e têm encontrado soluções efetivas para o combate à criminalidade e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos – um direito inalienável de qualquer contribuinte.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que considere como lido o restante do meu discurso. Mas não posso deixar

de lamentar, ao final dele, que no Brasil esses esforços ou não têm sido feitos na mesma medida em que outros países o fizeram e tiveram êxito ou não têm resultado em regresso da criminalidade no Brasil. O que tem acontecido em nosso País é um avanço da criminalidade, a despeito do Estatuto do Desarmamento, que contribuiu significativamente para a redução das armas e, portanto, de algum modo, dos crimes que aqui se cometem.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR EDISON LOBÃO**

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Itamaraty, como parte de sua coleção **Mundo Afora**, lançou recentemente um livro inteiramente dedicado às experiências realizadas pelo poder público, em diversos países, relativas a programas de combate à violência urbana.

A primeira impressão que a leitura de tal estudo nos oferece é a de que se confirma, em nosso espírito, o impacto de que a prática da violência e da crueldade tornou-se um fenômeno universal. País desenvolvido ou não, ali campeia – par a par com o avanço da tecnologia e do aumento da população – o crime em menor ou maior grau.

Na China, não obstante o excepcional quadro de crescimento econômico da ordem de 10% ao ano do Produto Interno Bruto, ocorrido ao longo dos últimos anos, entre 1998 e 2002 o número de latrocínios registrados teve um acréscimo de 120,60%. É o próprio *National Bureau of Statistics of China* quem oferece os dados oficiais: 1.296.988 latrocínios em 1998 e 2.861.727 casos em 2002!

Mesmo em países que pareciam ter sob controle a criminalidade, agravam-se os surtos de violência. O Chile, por exemplo, passou a conviver nos últimos tempos com um aumento preocupante da criminalidade. Entre 2002 e 2003, o número de delitos graves aumentou 26%, tendo o roubo com violência um incremento de 40%. Lá, o Governo contempla a construção de dez novas penitenciárias até o próximo ano, com o que duplicaria a capacidade de vagas atuais.

É igualmente significativo o fato de que na vizinha Colômbia, submetida a um ambiente de cruéis “guerrilhas”, o registro da violência é menor do que no Brasil. Em outubro de 2002, Bogotá foi premiada pela ONU como modelo de política pública de redução da violência. A cidade de Bogotá, segundo a publicação do Itamaraty, tem-se destacado nos últimos dez anos pelo relativo êxito na implementação de programas de

combate à criminalidade urbana: entre 2001 e 2002 houve uma queda de 19,17% de homicídios, graças à criação de estruturas gerenciais, de coordenação e controle, no âmbito da Secretaria de Governo da Prefeitura da cidade, encarregadas de formular políticas em matéria de segurança.

Merece realce, Sr. Presidente, a citada publicação **Mundo Afora**, demonstrando comparativamente que as questões que afligem a segurança pública são freqüentes em todo o planeta, como mostra através de dados coletados pelos nossos embaixadores em diversos países.

Mesmo no Canadá - embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas situe aquele País na invejável posição de terceiro colocado em todo o mundo -, o nível de segurança desfrutado pela população canadense, embora seja também elevado, ocupa uma faixa apenas média entre os países desenvolvidos. Proporcionalmente ao tamanho de sua população, o Canadá apresenta um número de homicídios dez vezes menor do que o do Brasil. No Canadá, as estatísticas apontam para um aumento da incidência de crimes relacionados a drogas, que envolve em especial os grandes centros urbanos como Toronto, Montreal, Vancouver e Calgary.

Soluções, felizmente, têm sido encontradas pelo poder público em algumas Nações por força de vontade política, graças às quais o crime tem perdido espaço para a cidadania plena e a harmonia social.

Nos EUA obteve grande sucesso o conhecido programa *Tolerância Zero*, do Prefeito Rudolph Giuliani, de Nova York. Baseou-se na idéia de que o aparato policial deve coibir, com vigor, qualquer perturbação da ordem pública, mesmo as de menor potencial ofensivo ou periculosidade. Os resultados foram notáveis. Nos seus últimos onze anos de aplicação, registrou-se redução de 71,8% nos casos de assassinatos; de 74% nos casos de roubo; redução de 56,1% nos casos de roubo seguido de morte; redução de 37,2% nos casos de estupro, e de 82,6% nos casos de roubos de carros. Total de redução nos diversos tipos de crimes: 69,26% !

Ainda nos EUA, igualmente obteve sucesso a política de segurança pública adotada em Los Angeles. No contexto de uma consulta popular direta ao eleitorado, foi aprovado, em 1994, a lei popularmente conhecida como *three strikes you're out*. A expressão vem do jogo de beisebol, ali muito popular, em que três arremessos sem resposta levam à desqualificação do rebatedor. Por esta lei em plena vigência, é dobrada a pena em caso de reincidência, e de encarceramento no caso de uma terceira condenação, seja qual for a sua natureza, por períodos que variam de 25 anos à prisão perpétua.

Também a norte-americana Boston tem obtido êxito no combate à criminalidade, através de planos e programas detalhados na referida publicação do Itamarati.

Todos esses programas buscam e têm encontrado soluções efetivas para o combate à criminalidade e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos – um direito inalienável de qualquer contribuinte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas grandes metrópoles brasileiras, com tristes ramificações pelas cidades menores, não precisamos dizer, por ser de óbvio conhecimento, o grau atingido pelos atos delituosos. Nesses núcleos populacionais, ninguém mais se aventura a andar sozinho pelas noites. Em determinados lugares, há de se pedir licença a bandidos para se locomover de uma casa à outra. Lojas comerciais abrem ou fecham portas sob autorização de contraventores. E nada até agora parece ter sido feito com sucesso para impedir e punir tais abusos.

É fato que a criminalidade e a violência estão, em maior ou menor intensidade, entre as principais preocupações dos povos do planeta neste início do século XXI.

Entre nós brasileiros, há um clamor popular pela paz, dado o elevado grau de insegurança que afeta significativas parcelas da nossa população. A criminalidade permeia parte de nossa sociedade e já compromete os avanços sociais e os direitos individuais e coletivos. Em diversos pontos do País, crianças e adolescentes deixam de ir à escola por problemas decorrentes da violência urbana.

O crime enfraquece a democracia, gera perda de vidas, recursos materiais e financeiros, além de, coardamente, afetar os mais fracos, as crianças e adolescentes, os idosos, os trabalhadores e as donas-de-casa, que têm os seus cotidianos muitas vezes regidos pelas “ordens” de bandidos de todos os tipos.

Precisamos colocar no topo da agenda política nacional, com mais audácia e altíssima prioridade, a questão da segurança pública.

A publicação **Mundo Afora** é de grande oportunidade. Como registra em seu prefácio o Embaixador Edgard Telles Ribeiro, Diretor do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, o estudo divulgado longe está de ser uma fórmula mágica para a abordagem de tão difícil enfrentamento, mas oferece subsídios para um melhor entendimento do assunto, apresentando esclarecedores artigos sobre as diversas medidas adotadas por vários países em relação às questões de segurança pública e combate à criminalidade.

Enfim, Sr. Presidente, a sociedade brasileira espera de todos nós, especialmente dos que têm a grave

responsabilidade de conduzi-la, as propostas e as soluções rápidas e viáveis para tão momentosa questão.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento Interno, Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao ilustre Senador do PFL, do grandioso Estado da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, pelo prazo de cinco minutos, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero felicitar o Presidente Tião Viana por ter realizado esta sessão e agradecer ao Senador Heráclito Fortes, que, enquanto eu voava para chegar aqui, deu conhecimento da minha posição em relação à atitude do Congresso e, em particular, do Presidente Renan Calheiros.

Quero que fique gravado que pedirei à Mesa o nome dos Senadores que compareceram a esta sessão, independentemente de Partido, porque esses têm respeito e amor ao Parlamento e, conseqüentemente, merecem louvor. Portanto, nesta hora, quero louvar a atitude dos quantos aqui se encontram ou se encontraram, permitindo a realização desta sessão. Em particular, louvo V. Ex^a, Senador Tião Viana, que está na Presidência da Casa.

Tenho pelo Presidente Renan Calheiros o respeito que todo Presidente desta Casa deve ter. Mais do que isso, tenho amizade, hoje sou amigo do Presidente Renan Calheiros. S. Ex^a, entretanto, procedeu mal, cancelando a sessão de amanhã porque o Senhor Presidente da República, num dos seus gestos incompreensíveis, reduziu o tamanho do País, decretando ponto facultativo, ou seja, um feriado, porque haverá uma reunião com Presidentes da América Latina e dos Países Árabes.

Evidentemente, esse caso merece uma atenção especial. Enquanto todos estamos sendo criticados na imprensa – inclusive, a minha Comissão, que tem trabalhado intensamente –, enquanto queremos que os trabalhos do Senado sejam bem diferentes dos da Câmara – e o Presidente Renan Calheiros tem contribuído para isso –, S. Ex^a toma uma atitude errada, baseado num decreto do Presidente da República.

É inacreditável o Presidente da República decretar um feriado – porque o ponto facultativo outra coisa não é – por causa da mobilidade e segurança das figuras que vêm para essa reunião. Ora, até Collor realizou a Eco 92 e foi elogiado pela maneira com que se houve no Rio de Janeiro, uma cidade muito mais difícil de policiar do que Brasília.

Então, fecha-se o Senado para atender a mobilidade e a segurança de chefes de Estados que aqui vêm? Essa é uma demonstração de falta de apreço a esta Casa, e quero protestar, até porque a minha Comissão precisa trabalhar. Temos muita coisa para decidir. Queria colocar em pauta o Orçamento Impositivo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ficam-no discutindo e não o votam. Queria colocar em pauta o problema da idade, dos 75 anos ou não.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Queria colocar em pauta as matérias que estão na Comissão esperando parecer ou que já têm parecer. Uma Comissão que sempre trabalhou bem não pode agora trabalhar mal. Queria fazer tudo isso e vim para fazê-lo.

Sr. Presidente Renan Calheiros, não lhe posso dar conselhos. É bom até receber conselhos de V. Ex^a, mas, neste caso, aconselho-o: prestigie esta Casa como a prestigiei quando era Presidente, inclusive sendo louvado por 37 Parlamentares, muitos dos quais da Oposição, porque aqui é a Casa de V. Ex^a, onde contará com seus Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a, pelo Regimento, tinha cinco minutos, mas esta Presidência concede a V. Ex^a mais cinco minutos em respeito à sua luta parlamentar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muitíssimo a V. Ex^a, que demonstra o seu espírito democrático. Procurarei não abusar desses cinco minutos.

Quero apenas dizer que se tem falado muito nas regras relativas às medidas provisórias, mas elas não saem. Venho aqui hoje para avisar, e estou avisando ao Líder Aloizio Mercadante, que quero votar as matérias. Chega de pedidos de vista e audiências públicas para impedir as votações nas Comissões. Essa é uma jogada de um Governo que não está respeitando o Congresso nem a Nação brasileira, de um Governo que precisa ver que está caindo na avaliação da opinião pública.

O Presidente Lula chegou muito forte, com grande respaldo popular – teve até o nosso voto no segundo turno –, entretanto, está decepcionando porque agora virou *socialite*. O que ele quer é festa, é banquete, é reunião de cúpula, para fazer outras coisas, como essa cartilha pela qual ninguém mais pode se barbear, porque não se pode mais nem dizer o nome “gillette”. Vejam só o que estamos vivendo! Temos que reagir a tudo isso.

Por isso, concedo, com muito prazer, o aparte ao Líder Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, seu discurso me ensina a perceber uma contradição muito clara no raciocínio de quem formula a política externa do Presidente Lula. Ou seja, montam toda uma pantomima para dar a entender ao povo que o Presidente alçou o País a uma suposta condição de liderança mundial. Se é assim, esta não será a última cúpula; outras virão. E, se outras virão, toda vez que acontecer alguma, o Senado e a Câmara vão parar e haverá ponto facultativo em um ano repleto de feriados. Hoje, aconteceu um incidente grave, que foi flagrado pela TV Globo – o jornal do meio-dia retratou isso –, sobre o qual falei com V. Ex^a ainda há pouco e tive oportunidade de relatar da tribuna. Vejam: ou bem essa cúpula não é relevante – muitos chefes de Estado faltaram, e essa posição até meio tola em relação aos Estados Unidos; não vejo o Brasil com lucidez na hora de escolher as suas parcerias, mas não quero aprofundar isso, porque V. Ex^a dispõe de pouco tempo –, ou ela é relevante. Se ela é relevante e há liderança, outras virão. Se outras virão, pergunto: toda vez haverá ponto facultativo, toda vez o trabalho será gazeteado por quem dirige este País? Parece-me, então, que está clara a jogada de *marketing*. Ou seja, esta é para apagar a confusão com a Argentina, para apagar a confusão com o Uruguai na OMC, é para apagar a derrota do Brasil na OMC, é para apagar o desacerto de uma política externa que tem prestigiado ditadores e ditaduras e que não tem sabido fechar os acordos e os negócios efetivamente interessantes para o País.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Evidentemente, V. Ex^a tem absoluta razão, e a reunião, ao contrário do que V. Ex^a diz, será um fracasso. Por quê? Seis chefes de Estados já não virão. O prestígio de Lula, de que falam tanto, é tão grande, mas seis Chefes de Estado não virão. E não sairá nada disso. O que se deseja é projetar o Presidente por meio de banquetes etc.

Porém, esta Casa não vai parar.

Seria um grande gesto do Presidente Renan Calheiros recuar de sua decisão e realizar a sessão amanhã, mas não acredito que o faça. No entanto, tenho certeza de que ele jamais repetirá esse gesto. Se repeti-lo, não será digno do apreço que seus Pares têm por ele.

Portanto, faço este protesto: queremos trabalhar. A Comissão que presido está empanturrada – não sei se essa palavra ainda cabe no dicionário – de projetos importantes para serem votados. Precisamos votá-los. A Senadora Serys Slhessarenko, freqüentadora assídua

da Comissão, sabe quantos projetos importantes existem naquela Comissão e que devem ser votados.

Portanto, quero dizer a esta Casa, ao Governo e também ao Presidente Renan Calheiros: “Vamos respeitar o Congresso Nacional”.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a usou a palavra por cinco minutos, mas o Senhor do Bonfim vai conceder-lhe mais um minuto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Muito obrigado. Já encerrarei o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitaria um aparte, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O prazo já está-se esgotando.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Se não atrapalhasse o minuto de que disponho... Mas, como atrapalhará, Senador Sibá Machado, infelizmente não vou lhe conceder o aparte. Esperei outra oportunidade para debater com V. Ex^a, com o maior prazer.

Quero dizer a esta Casa que temos a obrigação de zelar por ela. Nós, que estamos em Brasília, deveremos vir trabalhar amanhã. Estão ameaçando, inclusive, fechar as portas do Congresso aos Parlamentares. Não vou aceitar. Só o povo pode me tirar daqui. Não é um ato do Senhor Lula, coadjuvado pelo Presidente da Casa, que vai tirar o meu direito de ir e vir a esta Casa para onde o povo me mandou a fim de cumprir o meu dever. É ridícula essa posição inacreditável do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Líder do meu Partido, o PMDB, Professor Ney Suassuna, como orador inscrito.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Venho falar como orador inscrito, porque tenho feito tudo para não usar o artifício da liderança. Não sei se V. Ex^a sabe que outro dia fiz um protesto porque, como orador inscrito, não conseguia falar. Hoje, milagrosamente, consegui. Creio que as pessoas têm usado demais a palavra como líder e os inscritos não conseguem falar.

Hoje, venho falar, Sr. Presidente, de novas para o meu Estado. Conversei hoje com a Diretoria do Dnit e, se amanhã não fosse ponto facultativo, a concorrência da BR-101 sairia amanhã. Como será ponto facultativo,

o resultado sairá na quinta-feira, quando será apresentada e publicada a concorrência para a BR-101.

A BR-101 é uma estrada extremamente importante. Sai do sul e vai até o norte. E estamos falando aqui da concorrência para sua duplicação. Entre Recife e João Pessoa, está um caos. Senadores baianos, essa estrada virá da Bahia também trazendo turistas baianos para irem até a ponta norte do País.

No sul, essa duplicação está muito avançada, mas, no Nordeste, ela está muito lenta. Essa concorrência será exatamente para três lotes: um em Pernambuco, um na Paraíba e outro no Rio Grande do Norte.

A BR-101 Norte será de vital importância para nós. Eu estou exultante, porque ela esteve perigosamente próxima de ser descartada neste ano. No Orçamento deste ano, há R\$ 400 milhões para se fazer essa obra, mas o Tribunal de Contas criou vários entraves. As dificuldades foram contornadas quando vários Parlamentares, a meu chamado e a chamado do Senador Fernando Bezerra, foram ao Tribunal de Contas explicar a importância da obra. Assim, criou-se uma flexibilidade, que permitirá que se faça essa concorrência a partir da quinta-feira.

Também recebemos uma notícia muito boa: o Iba-ma concedeu licença para a integração da bacia do rio São Francisco nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Havia 48 itens negativos, que são contornáveis, com projetos ecológicos, com os quais se vai gastar cerca de R\$130 milhões.

Mas a região precisa de muito mais. A região precisa da Transnordestina; a região precisa da Sudene fortalecida, porque hoje inexistente ação da Sudene; a região, Senador Rodolpho Tourinho, precisa do Insa, Instituto Nacional do Semi-Árido, sobre cuja sede tanto debatemos que se deveria localizar na Bahia, na Paraíba ou no Ceará. E foi localizado na Paraíba, mais precisamente em Campina Grande. Lá está a sede do Insa. Nomearam-se os três diretores, e se esqueceram dele por aí. Ninguém mais ouviu falar do instituto. Não deram o dinheiro para a instalação, não deram o dinheiro para fazer nenhuma atribuição, e o Instituto Nacional do Semi-Árido, que devia estudar uma região que ocupa quase 1/3 do País, o semi-árido, está parado. Enquanto isso, o Nordeste clama pela vitalização. Não chega nem a ser revitalização, usando o linguajar do São Francisco, porque, como ainda não foi implantado, não tem vida. Precisamos dar-lhe vida, precisamos daquele sopro de Deus quando fez Adão e lhe deu vida. Houve apenas o ato e a nomeação da diretoria. Parou. Não há mais nada.

No caso específico do meu Estado, precisamos da BR-230 concluída. Duplicaram dois terços da estrada; falta um terço.

Queríamos que houvesse boas notícias, como os dois primeiros itens que mencionamos. Lamentavelmente, esse projeto não está andando na velocidade que gostaríamos. E isso nos angustia demasiadamente, a nós, nordestinos, a nós brasileiros, porque tenho certeza de que, no coração de cada brasileiro, a vibração é a de que deveria haver velocidade em todos os atos cujo objetivo é implementar o crescimento do Brasil. Cada investimento desse duplica, triplica, quadruplica a velocidade do desenvolvimento, mas lamentavelmente eles vêm em espasmos, tão separados que não chegam a criar um ritmo. Eu me angustio com isso.

Eu me desespero quando observo idéias boas, como é o caso, por exemplo, do Instituto Nacional do Semi-Árido, serem lançadas e, depois, esquecidas.

Tenho rezado, com a minha religiosidade, para que não se esqueçam do *biodiesel*, com o qual começamos a investir muito no meu Estado. Criamos lá um consórcio entre Municípios, que tem Campina Grande como sede, o consórcio de *biodiesel* da Borborema, e estamos fazendo toda força para que se implante mamona urgentemente.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Ney Suassuna, sobre esse tema do *biodiesel*, quero dizer que resolvi viajar a alguns Estados do Nordeste, especialmente ao Piauí, onde encontrei o trabalho da empresa Brasil Ecodiesel. Relutei muito em conhecer a empresa. Algumas pessoas me falaram que aquela era uma experiência razoável, mas fiquei encantado com o que vi. Realmente é um trabalho em que a empresa, junto com os Governos do Estado, com o Governo Federal, prefeituras, localizaram uma área e assentaram umas famílias. E vi com os meus olhos o que seria um empreendimento dos meus sonhos. O morador recebe a terra para trabalhar e recebe: uma casa de alvenaria, rede elétrica instalada, água encanada, escola para o filho, posto de saúde e tudo o mais. O que mais me impressionou é que o preço pago pela mamona colhida obedece a três escalas. Na chamada produtividade básica, ela recebe o preço de R\$0,55 por quilo; na produtividade intermediária, recebe mais R\$0,05 até atingir o preço de R\$ 0,70, mais 2% de participação sobre todos os sub-produtos tirados da mamona e mais 2% de participação, caso as vendas do *biodiesel* ultrapassem as metas desejadas. Então, vi aquilo, e a empresa nos disse que já opera dessa maneira em sete Estados do Nordeste. Só falta em dois – parece-me que em Sergipe e não sei qual o outro.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Deve ser a Paraíba.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Deve ser a Paraíba. Portanto, fiquei muito impressionado com

isso. Eles têm a meta de atingir de imediato 40% da produção estipulada na atual decisão nacional, que é de 2% de mistura até 2008; e chegar a 50%, 60% até 2013. Fiquei impressionado e já os convidei para ir à Amazônia para trabalharem com a idéia do dendê ou algo parecido. Então, quero parabenizar a experiência porque vi com os meus próprios olhos que isso é uma coisa real; não é uma falácia, não é apenas uma idéia vaga na cabeça de alguém. Nesse caso, eu gostaria de visitar a Paraíba e conhecer esse trabalho, se V. Ex^a considerar importante, porque eu queria copiar esse modelos para aplicá-los na Amazônia.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Estamos iniciando, no caso da Paraíba. Acabei de criar esse consórcio, que inclui as cidades de Campina Grande, Fagundes, Boa Vista, Lagoa Nova, e a esses se incluíram mais quatro Municípios. A mamona não dá em qualquer lugar, e sim em lugares específicos, porque ela tem problema de acidez, tem problema de temperatura, mas, com toda a certeza, esse projeto será muito importante para o meu Estado.

Como eu tinha pressa em conseguir recursos para essa área que plantei agora, doe a primeira tonelada de sementes – fiz questão de doar – e já consegui doação de alguns outros órgãos. Estamos doando sementes a todos os agricultores e começando a fazer o plantio, que leva oito meses, 840 dias, para ela crescer. E precisamos plantar agora para termos no ano que vem.

Ouçó o nobre Senador Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Ney Suassuna, partilho das mesmas preocupações de V. Ex^a em relação a esse programa do *biodiesel* e o considero extremamente importante para o nosso Nordeste, principalmente para a Bahia, que é o principal produtor de mamona do País hoje. O meu receio – e creio que nós, nordestinos, devemos debater o assunto – é que esse programa, lançado pelo Governo, que na teoria é um programa de inclusão social, tem três pontos que devem ser ainda melhor definidos: o primeiro é a questão das compras governamentais, e é difícil ver o Governo fora disso, sobretudo quando falamos em agricultura familiar. O segundo ponto é a fixação ou um esquema de preço mínimo que venha a garantir uma rentabilidade mínima para aqueles produtores. Em terceiro lugar é saber quem vai coordenar efetivamente esse programa, porque V. Ex^a deve saber, Senador Ney Suassuna, que são 13 os ministérios envolvidos, e não há uma coordenação muito definida em relação a isso. Então, como conduzir um projeto desse com treze ministérios envolvidos? É difícil imaginar que isso possa ocorrer. No meu entendimento, tem que haver uma posição muito clara, para não en-

frentarmos as posições conflitantes da área econômica. Esse é um programa importante para a Paraíba, como o é para a Bahia. De forma que quero me somar às suas preocupações.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. Realmente, começamos fazendo um consórcio com as prefeituras. São as prefeituras que estão fazendo, no consórcio, a distribuição da semente; a Embrapa está fazendo o treinamento; as três universidades estão acompanhando; também há a companhia que cuida para que não haja doenças na área agrícola e, finalmente, até o Sebrae e o Banco do Nordeste estão envolvidos nesse consórcio entre Municípios. São os Municípios que estão tocando o projeto, liderados pela cidade de Campina Grande.

Nobre Senador Heráclito Fortes, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Ney Suassuna, parabeno V. Ex^a pelo discurso que faz, trazendo boas notícias para o Estado da Paraíba. A recuperação dessa estrada é fundamental. V. Ex^a aqui anuncia a liberação para a construção de trechos...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Da 101.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Exatamente. Não só no Estado da Paraíba como também em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Quero parabenizá-lo pelo anúncio, mas a minha preocupação é a seguinte: qual é a origem desses recursos? Eles estão dentro daqueles englobados no chamado acordo do Governo brasileiro com o FMI? Porque temos dois tipos de Orçamento...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, ele é orçamentário.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas é do Orçamento sagrado ou é do Orçamento dos comuns? Temos dois tipos de orçamento este ano no Governo. Temos o orçamento do FMI, que dizem que são dois bilhões e novecentos milhões. Esses têm origem irreversível, porque, no final do ano, o Governo terá de prestar contas ao FMI, para fazer jus à renovação da outra etapa no ano que vem. Então, quero saber se V. Ex^a não foi levado para o clube da falsa felicidade, porque existem os privilegiados – e Deus sabe de que maneira isso se processou – que tiveram acesso a essa rubrica do FMI, aprovada na véspera do último dia para aprovação das emendas orçamentárias. Indago se V. Ex^a tem consciência se é simplesmente do Orçamento passível de contingenciamento ou se é desse que já está liberado. Esses R\$2,9 bilhões são sagrados, e algumas estradas foram privilegiadas com isso, sem que ninguém saiba com que critério. Se V. Ex^a teve a sorte de ter esses recursos dentro dessa rubrica do acordo com o FMI, parabeno V. Ex^a duplamente. Mas,

se é da outra banda, a dos mortais, parabeno V. Ex^a, mas sugiro-lhe que tenha muito cuidado, porque V. Ex^a pode passar por uma decepção. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Creio, nobre Senador, que é da parte que está sacramentada, porque o empenho do Denit tem sido grandioso para não perder o dinheiro deste ano ali colocado. Mas, por via das dúvidas, enquanto V. Ex^a estava falando, alertando-me, comecei a rezar uma Ave Maria, para pedir que seja dessa parte, porque realmente precisamos dessa estrada, pois são muitos os acidentes, são muitas as mortes, é muita a dificuldade de se deslocar, em dia de maior tráfego, entre João Pessoa e Recife.

Rezo para que possamos sair de João Pessoa e ir a Salvador em estrada duplicada, nova, bonita, que é o que o Brasil merece. Tenho certeza de que, se dependesse de todos nós, teríamos um Brasil com todo progresso, com todos os brasileiros felizes, com bons salários, com estradas maravilhosas, com boa saúde e educação.

Lamentavelmente, a nossa frustração é que não conseguimos ter tudo isso como gostaríamos, mas vamos lutar, se Deus quiser, para que melhore pelo menos para a próxima geração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Consultando a lista de inscrição e olhando a presença no plenário, concedemos a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, do PFL da Bahia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Encaminho à Mesa requerimento de informações com as seguintes perguntas ao Secretário Especial de Direitos Humanos:

1. Quem editou a cartilha intitulada “Politicamente Correto & Direitos Humanos”?
2. Qual foi a tiragem da referida cartilha?
3. Qual o custo dessa tiragem?
4. Que destino será dado às cartilhas que não foram distribuídas?

Se não o foram, foi por ordem inclusive do Presidente da República, pelo que li nos jornais. Mas aqui vai o requerimento de informações para a Mesa fazer a distribuição e o processamento normal e constitucional que se dá.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^a, por escrito. Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, antes de entrar no tema que trouxe hoje para fazer algumas reflexões, quero me somar a todo o protesto feito hoje aqui em relação a não termos sessão amanhã no Congresso. Vim, como venho todas as segundas-feiras, para trabalhar, trabalhar nas Comissões, trabalhar durante a sessão e encontro o Congresso fechado amanhã. Então, é o meu protesto. Digo que venho trabalhar normalmente. Apesar de não ter sessão, estarei aqui trabalhando, porque entendo que temos muitos assuntos pendentes que não podem ser relegados a um segundo plano nem deixar de ser discutidos neste momento.

Mas trago algumas considerações, algumas reflexões sobre o problema de energia, sobretudo no Nordeste, e da questão do gás natural. A única solução que temos para que o Nordeste não venha a sofrer nenhum tipo de constrangimento em sua oferta de energia é por meio do gás natural.

Todo o potencial hidráulico do rio São Francisco, hoje, está praticamente esgotado. E o que se poderia acrescentar de capacidade, de potencial instalado em alguma nova usina no São Francisco, Senador Mão Santa, seria muito pequeno. Então, por aí, não vamos ter energia no Nordeste. Se imaginarmos isso pela utilização de potencial hidráulico, não vamos ter. Imaginar que outras fontes de energia alternativa venham a suprir essa deficiência, essa necessidade que temos para o futuro, é sonhar com algo que não existe.

A energia, como a eólica, por exemplo, é muito cara e seria obtida, seguramente, por meio de alguns sacrifícios em termos ambientais e em quantidade muito pequena. Mesmo naqueles lugares, como no Rio Grande do Norte, Senador Garibaldi, ou no Ceará, onde há uma qualidade natural dos ventos, seria muito caro fazer isso.

Então, só temos um caminho hoje, no Nordeste, que seria por intermédio do gás natural. No ano passado, não fossem as chuvas abundantes, teria havido racionamento de energia no Nordeste, porque não fizemos no momento correto, neste e no outro Governo, a exploração do gás de Manati, que é um poço que fica a cerca de cem quilômetros de Salvador. Hoje, as obras começaram, mas haverá atraso na produção.

Por isso, vejo com muita satisfação o anúncio, feito pelo Ministério de Minas e Energia, de que finalmente foi assinado o contrato entre a Petrobras, o China Eximbank e a empresa estatal chinesa de petróleo – Sinopec –, para a construção do Gasoduto do Nordeste – Gasene, o gasoduto que vai propiciar levar toda essa produção para atender às demandas

do Nordeste, não só no setor de energia elétrica, mas também na indústria, que é muito importante.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Peço licença para pedir a palavra pela ordem ao Sr. Presidente.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Claro, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não podemos perder nada do discurso de V. Ex^a, razão pela qual peço a prorrogação da sessão por trinta minutos. Também o Senador Sibá Machado quer fazer um grande pronunciamento na sessão de hoje e o Senador Garibaldi Alves, que sempre faz seu discurso a esta hora, não pode perder a oportunidade. Demonstraremos, assim, que o Senado funcionou a despeito de o Presidente não querer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos, vamos atender à solicitação de V. Ex^a. Estão inscritos e usarão da palavra, e ansiosamente o Brasil está a esperar, os Senadores Garibaldi Alves e Sibá Machado.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Agradeço a providência do Senador Antonio Carlos Magalhães e da Mesa. Dessa forma, acho que posso acabar de tratar desse tema que, para nós, do Nordeste, é muito importante.

O gás já tem outros problemas. Não há uma regulação clara: ora é tratado como energia elétrica, ora é tratado como derivado de petróleo. Precisamos ter uma regulação clara para o mercado de gás natural. Penso que é atribuição do Senado contribuir com essa parte. Estaremos sempre alertas e prontos para colaborar com relação a esse tema.

Há uma certa confusão nessa área do gás, porque, pela Constituição, a União é responsável pela exploração, produção e transporte, e os Estados acabam fazendo a exploração por meio de suas distribuidoras de gás, que, no fundo, é um monopólio dos serviços locais de gás canalizado. Há também atrás disso um evidente conflito entre a Petrobras e essas distribuidoras estaduais de gás, porque a própria Petrobras faz uso de gás natural. E não sabemos exatamente o que se passa nessa área em relação à utilização pela Petrobras.

Então, essa questão da regulação do gás é importante. Não podemos ver o gás somente como reserva energética, como reservatório de água, como se fosse substituir reservatório de água, mas temos que vê-lo com uma importância grande na área industrial do País.

Para que se tenha uma idéia do que ocorre com o gás natural, em 2004, 93% das vendas das distribuidoras da Bahia – e trago esse caso da Bahia para que possamos analisar o restante do Brasil – foram para os segmentos industriais.

A Bahia é o mais antigo consumidor de gás natural do País. E hoje o consumo industrial também é bastante significativo, por meio de empreendimentos ligados à própria Petrobras. Mas há uma crise de suprimento de gás no Estado.

Apesar dos investimentos que têm ocorrido, houve redução da oferta pela Petrobras nos campos produtores do Estado, bem como houve também redução, pela própria Petrobras, da importação do gás de Sergipe.

Com isso e também com o aumento da demanda existente, temos tido problemas no fornecimento de gás. Hoje a Bahiagás, a distribuidora da qual o Estado é acionista, vende 20% a menos de gás do que deveria, o que traz um claro constrangimento ao seu crescimento. No momento em que está pronto para ser inaugurado o gasoduto Candeias-Feira de Santana, o primeiro grande gasoduto de uma distribuidora de gás local, que deverá consumir mais de 60 mil metros cúbicos por dia – número que poderia ser muito maior –, há essa crise do lado da oferta.

Não posso deixar de trazer, em primeiro lugar, minha satisfação com o anúncio feito pela SRA. Ministra Dilma Rousseff quanto à assinatura efetiva do contrato com a Sinopec chinesa para a construção do Gasene.

Mas quero lembrar e deixar registrado que hoje o nosso Estado tem uma defasagem em relação à oferta, ou seja, um déficit mensal que pode chegar a 10 milhões de metros cúbicos por dia. Em todo o Nordeste, no meu entendimento, há um déficit de cerca de 16 milhões de metros cúbicos por dia. Queremos ver essa defasagem suprida pelo Gasene. Mas não se trata só do suprimento da defasagem, mas da segurança de que haverá energia a partir da chegada do gás, que é a única forma de assegurar o crescimento da produção de energia no Nordeste e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Temos o prazer de anunciar a presença, neste plenário, do grande Líder do Estado do Piauí, Acelino Ribeiro, ícone da reforma agrária no nosso Estado.

Concedemos a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal instituiu, por meio de decreto presidencial, comissão quadripartite, para propor uma política permanente de fortalecimento do salário mínimo. Essa comissão, composta por trabalhadores, empresários, aposentados e Governo, analisará os impactos sociais,

econômicos e orçamentários, de forma que se possa oferecer à sociedade uma política que contemple um aumento real e gradual do salário mínimo.

Não podemos deixar de assinalar, nesta tribuna, que vem ocorrendo uma evolução sobre essa questão – evolução, diria, significativa. Não é de hoje que Parlamentares vêm debruçando-se sobre esse tema. A conclusão que parece absolutamente pacífica é a de que devemos substituir aquela discussão pontual por uma discussão mais realista, mais responsável, calcada nas possibilidades e diretrizes orçamentárias, que reproduza regra permanente de aumento real do mínimo.

Entre tantos que discutem essa matéria, tanto nesta Casa como na Câmara dos Deputados, quero ressaltar, mais uma vez, o papel do Senador Paulo Paim, incansável batalhador e estudioso no sentido de ela tenha esse encaminhamento. S. Ex^a vem batendo na tecla de que é imprescindível que ofereçamos à sociedade, principalmente à classe trabalhadora, uma regra permanente de reajuste, que se converterá – ressalte-se – em piso, em patamar mínimo de elevação do salário mínimo e, por conseguinte, em garantia para os trabalhadores.

Concedo um aparte ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Cumprimento V. Ex^a pela forma como aborda essa questão, que é realmente muito importante e que, todo início e fim de ano, com a votação do Orçamento, suscita debate, propostas lá, propostas cá. Há sempre um conteúdo político muito marcante nisso. V. Ex^a disse muito bem que existe o consenso de que deve haver uma política de longo prazo, que fixe a forma pela qual se dará o reajuste. Há muitos projetos na Casa, eu mesmo tenho um. Quero dizer, sem nenhuma modéstia – nem falsa, nem verdadeira –, que penso que a melhor proposta é a que apresentei. Trata-se de uma política de longo prazo, segundo a qual, durante dez anos, o reajuste do salário mínimo seria composto de três parcelas. A primeira seria simplesmente a recomposição monetária, a correção da inflação do ano, para a manutenção do poder aquisitivo do salário mínimo devido ao desgaste da moeda; a segunda seria dada pelo aumento de produtividade. Havendo, no ano anterior ao do reajuste, aumento de produtividade, como este se retrataria? Por meio do crescimento do PIB **per capita**. Quer dizer, a primeira parcela, só a recomposição monetária; a segunda, a restauração do salário. O trabalhador de salário mínimo deve ter usufruto desse aumento de produtividade para o qual concorreu. Agora, a terceira parcela seria a distributivista ou redistributivista. Depois de feita a correção monetária e a correção pela produtividade, o

Poder Público poderia dar uma terceira parcela, que, no meu projeto, balizei entre 0% e 6%. Zero, porque, se não houve crescimento do PIB **per capita**, se não houve crescimento da produtividade, não há por que dar parcela redistributivista. Agora, mesmo havendo o incremento, mais de 6% é populismo e acabam vindo em prejuízo do trabalhador, porque gera inflação, impacto inflacionário. Então, só essa terceira parcela se discutiria ano a ano. Esse percentual distributivista seria fixado entre 0% e 6% ou 0% e 5%, para que, ao fim de dez anos, estivesse o salário mínimo recomposto, de acordo com sua definição. Penso que V. Ex^a tem toda razão em levantar o assunto e advogar a decisão do Congresso a respeito de uma política de longo prazo, a fim de que não fiquemos, a cada ano, a mercê de pressões políticas daqui e dali, como, por exemplo, as que ocorrem em anos eleitorais. É preciso que a Nação tenha a compreensão de que esse assunto precisa ser tratado com uma visão de longo prazo, com uma visão de estado, para que haja a recomposição do salário mínimo. Cumprimento V. Ex^a e peço desculpas pela falta de modéstia, ao dizer que meu projeto é o melhor. Isso é o que realmente penso.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Também acho e digo por quê. Como Relator da LDO de 2005, adotei dois parâmetros do projeto de V. Ex^a: o primeiro, que já está na Constituição, é o da reposição da inflação, e o segundo é justamente o do PIB **per capita**.

Então, o que V. Ex^a está querendo para o mais longo prazo, adotei alguma coisa com relação ao ano seguinte em relação à LDO.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT - AC) – Senador Garibaldi, estou diante de dois estudiosos e entusiastas dessa matéria, com quem, ao longo dos dois anos que estou nesta Casa, tenho aprendido muito. Falo de V. Ex^a e do Senador Roberto Saturnino. Recebi a missão não muito boa de substituir o Senador Roberto Saturnino na discussão do PPA e, depois, acompanhei V. Ex^a na relatoria da LDO para 2005, na qual esta forma foi levada a cabo. Fico imaginando o que é pensar uma política de longo prazo. Quando vamos debater a situação do salário mínimo, olhamos para 1940, 1943, quando Getúlio Vargas institui o Ministério do Trabalho, a carteira assinada, o salário mínimo e seu valor. Estava lá escrito algo que perdura até hoje. Sei que temos de ser chamados à atenção, a todo instante, para pensar em algo que dure pelos próximos mínimos 40 anos, mas creio que não precisamos continuar a cartilha do Presidente Getúlio Vargas. O que talvez estejamos debatendo é o que é o crescimento e o desenvolvimento. Acabo de ler sobre este assunto

e um dos teóricos diz que o crescimento leva em consideração os números exorbitantes, mas não leva em consideração jamais a partilha dessas riquezas. Então, quando se fala que o País cresceu, pergunta-se para quem? Esse mesmo teórico conceitua como desenvolvimento o crescimento acompanhado de uma certa distribuição. Posso entender que a preocupação de V. Ex^a está baseada nessa segunda opção, para que no País haja desenvolvimento e não apenas crescimento. Ao analisarmos os números, chamados de impacto aqui ou impacto acolá, chamamos a atenção para a oportunidade de trabalho. Quando se joga apenas o valor do salário mínimo intrínseco, sem trabalhar também a geração de oportunidade de trabalho, volta-se ao seguinte debate: ou receber o salário menor deste ano e ter a oportunidade de trabalho ou aumentar o valor do salário perdendo a oportunidade de trabalho. Há outro ponto que diz respeito aos métodos da corrida para a redução de custos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT - AC) – Um instante, Sr. Presidente. Toda corrida para a redução de custos implica modernização da produção. E a modernização da produção implica redução de mão-de-obra humana. Vivemos nessa dicotomia da modernidade da economia entre a distribuição de renda focada no aumento do salário e o desenvolvimento. Portanto, o foco do desenvolvimento está centrado na oportunidade de trabalho. Assim sendo, ressalto a importância do caminho trilhado por V. Ex^a de, pelo menos, abriremos portas, determinando na lei do ano seguinte métodos que evitem o leilão do valor do salário mínimo e dando, cada vez mais, condições para a proteção daqueles que já estão no mercado de trabalho. Portanto, parabéns V. Ex^a por essa preocupação.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Obrigado, Senador Sibá Machado. V. Ex^a teve condições de resumir muito bem o assunto com a seguinte concepção: “Desenvolvimento para quem?”

Devemos, cada vez mais, pensar que o nosso desenvolvimento deve ser voltado, sobretudo, para o trabalhador. Na verdade, a concepção da renda, do Produto Interno Bruto, **per capita**, é justamente uma tentativa – e o Senador Roberto Saturnino é economista e conhece o assunto melhor do que eu – de fazer chegar à população aquilo que o País está usufruindo no seu crescimento. Realmente, é dentro do parâmetro que V. Ex^a mencionou.

Na verdade, diante dessa evolução da discussão sobre o salário mínimo, infelizmente não se verifica, como denuncia o Senador Roberto Saturnino, no fato de que já deveríamos estar discutindo mais profun-

damente esses projetos que estão aqui. De qualquer maneira, na hora em que o Governo cria uma comissão está querendo oferecer determinados parâmetros para a política.

Vim reivindicar hoje, nesta Casa, que o Governo possa colocar na comissão que criou um representante do Congresso Nacional. O Congresso vai discutir a política que resultar dessa comissão, mas o Governo poderia...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Deveria... V. Ex^a tem toda razão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Deveria ter nessa comissão um representante do Congresso Nacional. Creio que ficaria mais fácil para o Governo se essa política fosse implantada com um maior apoio do Congresso Nacional.

Portanto, o Congresso Nacional precisa reafirmar a sua posição como poder imprescindível na criação de novas condições para a consolidação da nossa democracia, até porque, sem Poder Legislativo vigoroso e cumpridor do seu papel, a democracia mostra-se frágil.

É necessário que o Governo realmente faça com que o Congresso Nacional possa estar presente a esta comissão. Muitos poderiam dizer que o Congresso Nacional independe desta comissão, pois ele pode fixar uma política. Porém, uma política de longo prazo terá de ser implantada com a participação do Poder Executivo e do Poder Legislativo, para que ela seja muito bem consolidada.

Essa discussão ainda precisa continuar.

Com essas palavras, agradeço ao Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em coro com os demais Senadores e Senadoras, informo que todas as Senadoras e todos os Senadores do PT estarão, amanhã, com seus gabinetes abertos, trabalhando, até porque também nos surpreendeu a suspensão dos trabalhos legislativos no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos estar presentes e louvar a atitude do Líder do PT, Senador Tião Viana, que assumiu a responsabilidade de iniciar os trabalhos de hoje, que já perduram por quatro horas e quarenta e oito minutos. Foram debatidos os mais interessantes e palpitantes temas da nossa Nação.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Não me surpreende a atitude do Senador Tião Viana, sempre competente e respeitoso com o Senado Federal e com o Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que não encontro o Senador Renan Calheiros, que está em São Paulo, nem consegui falar com o Senador Tião Viana, apenas queria que V. Ex^a, que está na Presidência, desse ordem ao Dr. Agaciel Maia para deixar o Senado aberto. Se o Dr. Raimundo Carreiro pode fazê-lo, que o faça, pois meus funcionários querem vir trabalhar. Há essa dúvida, tanto que um Senador já veio perguntar-me se haveria a presença dos funcionários do Senado. Quero que meus funcionários estejam lá para trabalhar comigo.

Solicito, então, a V. Ex^a, que está na Presidência, e, portanto, de fato e de direito, que dê ordem ao Diretor do Senado para deixá-lo aberto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Informo a V. Ex^a que o Diretor-Geral do Senado, Agaciel Maia, já tomou as devidas providências. O Senado estará aberto e o funcionamento dos gabinetes dependerá da ação de cada Senador.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, do PT do Acre, nascido no Estado do Piauí.

Prorrogo a sessão, por dez minutos, para que o Senador Sibá Machado possa fazer uso da palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tomei a liberdade de vir a esta tribuna após ouvir atentamente os debates da tarde de hoje.

Antes de mais nada, faço coro com a determinação do nosso Líder, Senador Delcídio Amaral. Já determinei que, amanhã, haverá horário normal em nosso gabinete. Se não houver expediente público, com certeza haverá expediente interno. Podem contar com a minha presença amanhã.

Reforço também o apelo feito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, para que possamos ter a certeza, se não da retirada do ponto facultativo, pelo menos do nosso acesso normal às dependências do Senado Federal amanhã.

Sr. Presidente, cada um tem a sua origem, a sua história. Eu, com a minha origem de camponês, trabalhador rural, vim para esta Casa e, de repente, sou tomado por temas sobre os quais anteriormente não imaginava que pudesse estar aqui tratando. Nesse tempo todo, tenho tentado aprender. É no convívio

das diferenças das idéias que as partes aprendem e crescem.

Observo, atentamente, a qualidade do debate trazido aqui pelas Lideranças da Oposição. Concorde, inicialmente, com este fato: tendo em vista a realização, amanhã, da reunião de líderes dos países árabes com os países da América do Sul, não convém, na minha opinião, que deixemos aqui uma Casa vazia, até porque os temas de amanhã, inevitavelmente, poderão ser tratados depois de amanhã, na próxima semana ou coisa parecida. Então, não há por que não tratarmos, no calor da discussão, do que vai acontecer no dia de amanhã. Nessa parte, concordo absolutamente com as preocupações apresentadas por todos os Senadores que já falaram.

Quero discutir agora, Sr. Presidente, um pouco da visão do Governo Lula em relação à geopolítica mundial. Nesse aspecto, defendo a tese, sem preocupação alguma e com profundo convencimento, de que as medidas adotadas pelo nosso Governo não dependem da cara de governo, mas do novo mundo em que estamos vivendo.

O Século XXI veio numa nova etapa, quando inauguramos o fim do desenvolvimento intervencionista, vivido pela Era Getúlio Vargas, sucedido por Juscelino Kubitschek e até mesmo pelo período militar. E, no curto tempo de Fernando Collor, de uma hora para outra, passou-se borrão nessa história, considerando-se que o modelo neoliberal de Estado mínimo, enxuto, pequeno, reduzido, é suficiente para levar a felicidade à Nação.

Creio que todos os países que assinaram incontestemente essa cartilha se arrependeram, como é o caso do México, da Argentina, da Coreia do Sul e de muitos outros países que se arrependeram amargamente. E o País teve de rediscutir a presença do Estado no desenvolvimento e na economia. De lá para cá, houve dois momentos de Fernando Henrique: a primeira fase pegava os resquícios dessa cartilha, e o segundo governo de Fernando Henrique começou a admitir que o Estado mínimo não pode controlar os desejos da nossa Nação.

Diante disso, não se brinca nas relações políticas e muito menos nas relações econômicas. É claro que, para ter voz ativa e altiva em qualquer fórum mundial sobre os desejos e as vontades soberanas de nosso povo, o País é obrigado a ter aliados. Para termos aliados, devemos começar pelos nossos vizinhos. A América do Sul não pode ser extensão dos interesses de dois grandes blocos econômicos: Nafta e União Européia.

Respeito e admiro muito – já disse isso reiteradas vezes na tribuna do Senado Federal – a missão

alemã na construção da União Européia. Posso não concordar com as idéias de alguém, mas respeito sua capacidade de ação. Os alemães são protagonistas de duas guerras mundiais. A Alemanha, que foi o último país europeu a resolver o seu problema do Estado-nação, hoje lidera a União Européia com quase oito trilhões de PIB.

Os chineses fazem um *blend* entre uma força política forte e uma economia aberta, conseguindo arranhar a soberania desses dois blocos mundiais, e dizem que, nos próximos 30 anos, vão dominar também economicamente. E nós vamos ficar assistindo a isso, Sr. Presidente?

As medidas do Presidente Lula, por mais que alguns tenham dito que são esdrúxulas, infantis e bobas, na verdade, são muito sérias e só têm prazo para começar, o que, com certeza, será um passo inevitável para qualquer sucessor que o Presidente Lula venha a ter. Esse é um desejo do mundo. O G-21 não é brincadeira, mas, sim, reflete uma nova relação de mercado e de discussão política, pois a força do pequeno é necessária. Essa é a lógica das cooperativas.

Quando vejo os Estados do Paraná e de Santa Catarina, cuja força econômica volta-se para a pequena produção, transporto isso para a grande política mundial. O Brasil não pode brincar com isso. E todos sabem disso. Apesar de os argentinos não gostarem, o Brasil é o líder do Cone Sul. O Brasil está-se tornando a referência para a discussão sobre os países tidos como do Terceiro Mundo, até então como todas as cartilhas favoráveis e contrárias ao desenvolvimento sustentável sempre trilharam.

Sr. Presidente, estou convencido de que, após a reunião que começa amanhã, com quem quer que seja – se veio a metade, se vieram dois terços –, o dia de depois de amanhã não será o mesmo. O Brasil demonstra força, e não vamos atribuir isso a uma pessoa, o Presidente Lula. É o País, é a Nação que assim o deseja.

Só fico mais feliz de saber que o Presidente, que pertence ao meu Partido, pensa também assim e se coloca como um líder dessa natureza.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ouço, com atenção, o Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a tem total razão. A Nação brasileira ganhou essa dimensão, e o Presidente teve a sensibilidade de reconhecer que precisava colocar a sua política a serviço dessa nova dimensão, desse novo patamar que a Nação brasileira assumiu. E estamos aí no comércio exterior, nas nossas exportações,

a bater recordes sobre recordes, quase toda semana, apesar de termos um câmbio valorizado, o que dificulta as exportações. E as exportações continuam crescendo, porque a política está certa. Está correta a política de abertura, de colocação do Brasil em igualdade de condições em todos os mercados do mundo, e não apenas aquela tradicional política de ver só os países ricos, como os Estados Unidos e os países da Europa, considerando que o resto não tem importância. Tem tanta importância, que está sustentando esse crescimento. São as nossas vendas para a América do Sul, para a China, para Índia, para a África do Sul que estão sustentando esse crescimento, que a toda semana bate recordes. Isso é fruto de uma política. Não são só jogadas cambiais, em que se coloca a taxa de câmbio mais para cima ou para baixo. É claro que o câmbio tem uma influência muito grande, mas esse sucesso das vendas internacionais brasileiras deve-se, sobretudo, à política externa do País que está absolutamente certa, e a reunião de amanhã tem efetivamente uma importância grande dentro desse quadro todo. Contudo, acho que não era necessário fechar o Senado por causa disso.

O SR SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Roberto Saturnino, agradeço a V. Ex^a o aparte, que faço questão de que componha integralmente o meu pronunciamento.

Já que V. Ex^a cutucou, eu ainda gostaria de lembrar que muitos têm dito que se aproximar da Venezuela e, principalmente, do Presidente Hugo Chávez é uma infantilidade. Não preciso dizer que não concordamos com os métodos do Presidente Chávez, mas concordamos totalmente com os anseios do povo venezuelano.

Sr. Presidente, não concordamos 100% com os métodos do Presidente Fidel Castro, mas concordamos 100% com os desejos do povo cubano, assim como vamos concordar com 100% dos anseios de qualquer povo.

Não queremos guerra com ninguém; só queremos ter voz ativa. Gostaríamos que, daqui para frente, o mundo pudesse colocar todos os pontos sobre a mesa, os bons e os ruins.

A quem pertencem, Sr. Presidente, três bilhões de pessoas que vivem em situação de extrema dificuldade? A quem pertencem os recursos naturais do planeta? A quem pertence o direito à gestão da maior parte dos recursos financeiros do mundo? A quem pertencem a invenção e a tecnologia da ciência? Tudo isso tem de ser de propriedade do mundo. Aqui, não podemos sempre dizer que a parte boa é de alguém e que, quanto à parte ruim, não há dono, que as pessoas se virem.

Esse novo modelo, esse novo pensar tem chamado o País a refletir dessa forma. Volto a insistir: não quero aqui atribuí-la à pessoa do Presidente Lula, quero dizer que é uma ação da Nação brasileira. E mais: o nosso Presidente, como já disse o Senador Saturnino, tem sensibilidade para o problema. Esses anseios não são de hoje no Brasil, não nasceram agora nem há dois anos, com a posse do Presidente Lula. Eles vêm, como dizemos no Acre, como fogo de monturo, queimando por baixo, e, na hora em que houver oportunidade, vão virar uma grande fogueira.

Ouçó, com atenção, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Respeito o ponto de vista de V. Ex^a e deixo que V. Ex^a diga o quer, mas o que eu queria é que a renda do povo brasileiro melhorasse, que os trabalhadores tivessem mais empregos e não a mentira do Governo, de que já nomeou dois milhões e trezentos, quando o que fez foi demitir pessoas que ganhavam mais de R\$2.500,00 de salário e está nomeando essas mesmas pessoas com salários de R\$380,00. Voltarei a falar sobre isso aqui, da tribuna, ou então em reunião de Comissão – e V. Ex^a vai dela participar porque sei que tem espírito público –, para demonstrar que o povo brasileiro está cada vez mais enfraquecido do ponto de vista econômico. Portanto, nós podemos ajudar outras nações, mas a Nação brasileira está sofrendo muito com o seu Governo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Magalhães, eu agradeço o aparte de V. Ex^a. Creio que, realmente, aqui ficam registrados pontos de vista, o de V. Ex^a e o meu. Faço questão de participar, sim, da Comissão e apresentar alguns novos números, de que não disponho no momento.

Para encerrar, Sr. Presidente, registro mais alguns fatos.

Na década de setenta, com o preço do petróleo nas estrelas, exorbitante, o País tremeu – e olhem que ele não chegou a US\$35.00. Agora, o preço do petróleo chegou a US\$60.00 – não sei exatamente o valor atual – e não falamos no assunto, Sr. Presidente.

Quando o dólar subia um pouquinho, melhoravam pra chuchu as exportações. Quando ele caía um pouquinho, era uma verdadeira tremedeira nas bases da indústria e do setor exportador, principalmente. Agora, o dólar está com um dos preços mais baixos dos últimos tempos, e o Brasil continua sendo o país que mais exporta.

Outro fato, Sr. Presidente, é a inclusão do setor mais desassistido em alguns elos da cadeia produtiva. O caso do *biodiesel* é o começo do jogo, é o um-a-zero.

Faço questão de visitar o País para conhecer o Brasil que está se movendo, que sai da toca, o Brasil que, não importa o que estiver ocorrendo, dá a volta por cima. Já estive em vários lugares observando essas experiências. Vim do Paraná convicto de que, quando a aliança da produção com a ciência se dá, o resultado é muito positivo. Fui ao Piauí, Estado de V. Ex^a, onde visitei o “Brasil Ecodiesel” e saí convencido de que aquilo está correto. Estive no Rio de Janeiro para ver a experiência da transposição das águas – já que vamos debater muito esse assunto de transposição de águas aqui, fui ver o que é transposição de um rio – e vim de lá convencido dessa necessidade: 96% do abastecimento do Rio de Janeiro é feito por uma transposição do rio Paraíba do Sul. Agora quero ir a Minas Gerais e ao Pará para visitar toda essa experiência de um Brasil que cresce e que dá certo.

Infelizmente, os juros não estão do jeito que gostaríamos; o preço do dólar não está do jeito que gostaríamos; as coisas não estão do jeito que queríamos que estivessem, mas os números estão nos dizendo que isso é questão de tempo, Sr. Presidente. Nós vamos superar as dificuldades e vamos fazer o Brasil ser o melhor País que o mundo já viu a partir deste século.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ouço, para concluir, o nosso Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que faz a esta Casa. Quero, a propósito, falar de um aspecto e tenho certeza de que V. Ex^a vai concordar comigo. Foi muito grande o prejuízo que deu ao País o Partido de V. Ex^a enquanto oposição. Tivemos um programa chamado Pró-Álcool num governo da Revolução, o Governo Geisel. A ele o PT se opôs de maneira, inclusive, justificável. Por esses aspectos e por outros, o Pró-Álcool não chegou onde desejávamos. Imagine se naquela época tivesse havido unanimidade nacional em torno daquele programa, que começou a ser copiado por alguns países... A mesma coisa foi o **mea-culpa** feito pelo Ministro Palocci com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Acho que V. Ex^a dá um grande exemplo a esta Nação quando faz esse **mea-culpa**, reconhece erros e faz apologia ao *biodiesel*. V. Ex^a não só se engrandece como mostra que no PT existem os que pensam no futuro. Evidentemente, o *biodiesel* não será uma solução nos próximos cinco ou dez anos, como o Presidente Lula chegou a anunciar – disse que iríamos consumir *biodiesel* e exportar petróleo. Sabemos que a produção do *biodiesel* é pequena diante das necessidades brasileiras, mas já é um avanço. Temos de começar, sim.

Parabenizo V. Ex^a pelo menos por ter a preocupação de percorrer este Brasil, vendo o lado que dá certo. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, gostaria de ouvir o que tem a observar o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo cinco minutos em virtude da importância do assunto.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Está faltando nos Estados Unidos, para fazer propaganda naquele país, Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador.

Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador, tenho a grata satisfação de dizer que há muitos anos sou seu amigo, é com satisfação mesmo que sou seu amigo. V. Ex^a sempre tem defendido os projetos e as propostas do Governo com muita garra, com muita determinação e, mesmo entrando em debates acalorados, sempre se mostrou simpático e deu oportunidade às pessoas para dizerem o que pensam. Agora, com toda certeza, V. Ex^a demonstra muita coragem ao dizer que o Brasil está melhorando, coragem de dizer que está melhorando por causa do Governo atual. A questão da economia, a questão da exportação vem há muito tempo sendo trabalhada. O próprio trabalho feito pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central é oriundo da política de Fernando Henrique Cardoso. Não aproveitaram tudo o que Fernando Henrique Cardoso deixou, mas estão dando seqüência a algumas coisas – até mesmo o Meirelles foi eleito pelo PSDB. A exportação no Brasil cresceu bastante em função do que se plantou no passado. Há muito tempo o Brasil vem trabalhando os produtos industrializados, a agricultura do nosso País. E, se hoje isso está ocorrendo, é porque há anos os empresários, que sofreram e sofrem, estão percorrendo o mundo para buscar formas de melhorar seus produtos com alta tecnologia, fazendo com que o plantio seja cada vez de melhor qualidade. Por isso é que estamos conseguindo exportar. Claro que se deve agregar a isso o esforço do atual Governo. Mas esse Brasil que V. Ex^a está vendo não é o Brasil que estamos vendo no interior. Lá, vemos o povo desempregado, passando fome. O Fome Zero faliu. O Primeiro Emprego, por meio do qual seriam criados 250 mil novos empregos, não deslanchou. Estamos vendo que o salário, que era para ser dobrado, chegou agora a R\$300,00 – depois de decorrida a metade do Governo Lula. Estamos vendo que os juros, que tive-

ram uma baixa enorme – todos iam à tribuna e falavam sobre isso –, agora estão subindo de uma forma que é contestada, com veemência, pela sociedade brasileira, pois são juros que beneficiam os banqueiros, enriquecendo-os ainda mais. Então, não estamos vendo esse Brasil tão esperançoso no interior. Estamos vendo é um povo faminto, sofrendo, que trabalha; estamos vendo é o desempregado com dificuldades para encontrar um meio de trabalho. Claro que temos que elogiar o Presidente Lula em algumas de suas ações, mas está bem longe, muito longe daquele Lula que o povo esperava, está muito longe das promessas que assumiu em campanha e está muito longe da ideologia que o PT defendia. Hoje, infelizmente, é um Lula neoliberal. Vamos admitir: essa é a parte verdadeira do atual Governo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Leonel Pavan, claro que tenho muitas dessas preocupações. Para as ações do Governo chegarem às ansiedades populares leva algum tempo e, muitas vezes, não têm a velocidade que estamos esperando.

No entanto, existe um caminho que é bom para o País, o da sustentabilidade da sua própria economia, que, com certeza, num segundo momento, será compartilhado com todos.

Quero lembrar rapidamente da minha experiência familiar. Recebi o meu primeiro salário em outubro de 1969. A minha mãe juntava todos nós na sala e fazia com que colocássemos nossos salários em cima da mesa. A mamãe tirava o dinheiro dos custos da casa, daquilo que iria ser comprado dali para frente e, do que sobrava, tirava um pouquinho para cada um de nós para que não perdêssemos a esperança. Essa era a metodologia, e acho que o Brasil a está seguindo: todos nós contribuímos para a sacola de dentro de casa e, depois, cada um de nós tem acesso. Foi assim que conseguimos comprar a primeira bicicleta, a primeira geladeira, o primeiro rádio, o primeiro fogão e assim por diante.

Estamos querendo dizer que não há uma disputa meramente ideológica; o que há é um novo método a ser instalado no Brasil, para que possamos, de fato, colocar um caixa do capitalismo brasileiro com capacidade de implementar um desenvolvimento nacional. E, é claro, numa socialização das grandes preocupações, das grandes satisfações, com mais pessoas do mundo. Vide os países considerados do Terceiro Mundo.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela a tolerância. Espero que amanhã o Senado esteja aberto, com a complacência do nosso companheiro Carreiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Esse minuto a mais foi por V. Ex^a ter nascido no Piauí.

Se V. Ex^a me permite, aproveito para fazer uma sugestão. Hoje tem o jantar do Presidente Lula com Hugo Chávez, Néstor Kirchner. V. Ex^a, que é do PT, poderia comparecer ao jantar e fazer apenas uma indagação, porque não entendo o que ocorre.

Fui à Venezuela e coloquei 50 litros de combustível. Senador Heráclito Fortes, gastei R\$5,00. Procurei saber o preço do gás, custava R\$10,00. Fui à Argentina, o táxi é o preço do mototáxi no Brasil.

Seria oportuno o Presidente Lula aproveitar esse intercâmbio e a inteligência de Hugo Chávez e de Néstor Kirchner e proporcionar o combustível para que possamos cantar de novo, como quando eu era menino, liderado por Getúlio Vargas: “o petróleo é nosso”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Teotônio Vilela Filho, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, Valdir Raupp, Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O PT manda bala no alvo errado”, de autoria do articulista Augusto Nunes, publicado no **Jornal do Brasil** em sua edição de 16 de abril do corrente.

Em seu artigo, o articulista afirma que o PT não sabe viver sem o ex-Presidente FHC. Diz: “o PT perderia o alvo preferencial, o Grande Satã que empurrou o país para o inferno neoliberal”; segue dizendo: “Os mandarins petistas desconhecem pelo menos dois feitos notáveis do governo anterior. O primeiro foi neutralizar, reduzir e controlar a inflação. O segundo foi a consolidação da democracia brasileira.” O articulista finaliza seu artigo com o seguinte comentário: “O PT fixou a mira no alvo errado”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

COISAS DA POLÍTICA

AUGUSTO NUNES

augusto@br.com.br

O PT manda bala no alvo errado

O PT não sabe viver sem aquele que chama de FHC. A eventual aposentadoria notícia de Fernando Henrique Cardoso seria terrivelmente afetiva para os petistas, sobretudo os estreitamente ligados ao presidente Lula da Silva. O sofrimento da turma superaria o do próprio PSDB, partido que tem em FHC o mais ilustre filiado, o guia capaz de apontar o rumo a seguir na encruzilhada.

Os tucanos decerto lastimariam a perda do patriarca da com largos capítulos assegurados nos livros de História do Brasil. Mas o PT perderia o alvo preferencial, o Grande Satã que empurrou o país para o inferno neoliberal, o sociólogo que torceu a herança maldita. Perderia uma espécie de guia pelo avesso. O que o PT deve fazer? O contrário do que Fernando Henrique fez ou prega. Não deixa de ser um norte.

Mandarins petistas nem sequer admitem que, se inclui um notável acervo de erros e pecados (alguns mortais), o legado da Era FHC abriga avanços modernizadores e pelo menos dois feitos admiráveis. O primeiro foi neutralizar, reduzir e controlar a inflação. E espancava o país com índices cada vez mais obscenos. O segundo foi a consolidação da democracia brasileira atestada pelo clima de tranqüilidade que envolveu a posse do sucessor oposicionista.

Os desdobramentos do Plano Real, registre-se, seriam afetados por equívocos primários. Isso não autoriza o arquivamento de proezas que, dez anos depois, podem ser conferidas a olho nu. Operou-se, por exemplo, a ressurreição da moeda tanto no sentido amplo como no estrito.

Feliz com a vida que leva, FHC não será candidato em 2006 Ate o advento do Plano Real, um gari amontoava, em poucas horas, humilhações de círculos metálicos sem valor. Passados dez anos, mesmo moedas de R\$ 0,05 raramente são encontradas nas ruas. Quem encontra trata-se de enxada no lixo. O custo de vida continua a subir, mas dezenas de centavos ainda compram alguma coisa.

Na avaliação de FHC, nada foi tão relevante quanto a consolidação do sistema democrático. Nos anos 80, FHC devotos visionários conseguiram enxergar a faixa presidencial no peito do migrante nordestino que comandara multidões de metalúrgicos em greve. Na campanha eleitoral de 2002, já não parecia absurda a ascensão de Lula ao poder. Mas vigorava a sensação de que haveria sobressaltos: a posse não seria serena. Foi.

Nada disso e levado em conta as missas que periodicamente reúnem desastrosos profissionais do ex-presidente. O celebrante é quase sempre José Dirceu, chefe da Casa Civil. Atolado pelos comitês José Genro e Alcizio Mercadante. Dirceu conduziu a mais recente cerimônia, que também abençoou mudanças no programa do partido. O demônio foi o de sempre.

Os juízes continuavam na estratosfera porque Lula herdou um país falido, trovejava o pastor. Culpa de FHC e suas bombas neoliberais, emendavam os fiéis. Por que os programas sociais padecem de raquitismo?, provocava o celebrante. Porque primeiro foi preciso restaurar a casa republicana em ruínas. Quem provocara o desastre? Ele, naturalmente.

Intérmes da seita cedem com frequência à tentação do insulto, excitados pela suspeita de que o grande inimigo tentara voltar em 2006. Além do equilíbrio emocional, perdem tempo. Serenato muito saudável, assediado por convites para encontros de celebridades ou para conferências no exterior (cada uma lhe rende no mínimo R\$ 100 mil), afagado por procissões de visitantes quando estaciona em São Paulo, Fernando Henrique está feliz com a vida que leva. Não será candidato a nada. O PT fixou a mira no alvo errado.

O ex-presidente evita reforçar publicamente a imagem de arrogante que adversários vivem a atribuir-lhe. Mas acha que não vale a pena deixar a História para cair na vida.

JORNAL DO BRASIL		Serviços e Informações
	TELEFONE	E-MAIL
EDITORIAIS		
Pais	2131-4481	paiss@br.com.br
Internacional	2131-4436	internacional@br.com.br
Editorial	2131-4487	editorial@br.com.br
Opinião	2131-4487	opinioes@br.com.br
Cidade	2131-4436	cidade@br.com.br
Cidade	2131-4436	cidade@br.com.br
Obituário	2131-4437	obituarios@br.com.br
Economia & Negócios	2131-4439	economia@br.com.br
Esportes	2131-4439	esportes@br.com.br
Calendário	2131-4439	calendario@br.com.br
Religião	2131-4439	religiao@br.com.br
Arte & Cultura	2131-4439	arte@br.com.br
Viagem	2131-4439	viagem@br.com.br
Vida	2131-4439	vida@br.com.br
Revista Homing	2131-4439	domingo@br.com.br
Revista Programa	2131-4439	programa@br.com.br
COLUNISTAS		
Informação	601-513-2000	informacao@br.com.br
Frederico	2131-4175	colunistafrederico@br.com.br
Hildegard Ayne	2131-4175	colunistahildegard@br.com.br
Maria do Carmo	2131-4175	colunistamaria@br.com.br
Leandro	2131-4175	colunistaleandro@br.com.br
COLUNISTAS		
Informação	2131-4175	informacao@br.com.br
Arquitetura	2131-4175	arquitetura@br.com.br
Arte	2131-4175	arte@br.com.br
Fotografia	2131-4175	fotografia@br.com.br

DOCUMENTO A2

A2

País

JORNAL DO BRASIL, SÁBADO, 26 DE ABRIL DE 2005

Metas para além do mandato de Lula

Pela primeira vez, diretrizes do orçamento fixam limites para a carga tributária até 2008

LUCIANA OTONI

BRASÍLIA - Divulgada um ano antes das eleições presidenciais, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006 tem forte viés político, citando explicitamente a busca de Luiz Inácio Lula da Silva pela reeleição. Promessa de campanha em 2002, pela primeira vez na atual gestão o governo fixou limites para a carga tributária. Também colocou no projeto o limite das despesas correntes não-financeiras não só para 2006, mas também para 2007 e 2008.

O governo pôs teto anual de 16% do Produto Interno Bruto (PIB) para carga de tributos e de 17% para as despesas correntes não-financeiras (benefício previdenciário, pessoal e custeio da máquina).

O ministro de Planejamento, Paulo Bernardo, e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, frisaram que as metas serão cumpridas por meio de corte de gastos e combate à sonegação. Disseram também que as metas serão mantidas se Lula ganhar mais quatro anos no Planalto.

A reeleição, porém, não estará restrita ao Executivo. No Congresso, a maioria dos parlamentares tentará um segundo mandato, sinalizando para o jogo de forças entre a contenção e a expansão dos gastos públicos.

- Os compromissos desse governo vão se refletir na elaboração da LDO em 2006 e certamente são compromissos, no caso da reeleição do presidente Lula, extremamente importantes. Um deles é reduzir a carga tributária, que no governo anterior passou de 11% do PIB em 1996 para 16,3% em 2002 - afirmou Appy.

O ministro do Planejamento ressaltou que o governo não conta com a reeleição, que seria só uma possibilidade. Ao antever o jogo de forças que será travado no Congresso, Paulo Bernardo disse que o compromisso com metas terá que ser cumprido também pelos parlamentares durante as discussões do orçamento.

- Vamos discutir com tranquilidade, mas o primeiro ponto a firmar é que não podemos simplesmente acrescentar receitas ao orçamento como aconteceu - antecipou Bernardo.

Outra mudança prevista na LDO é que a partir de 2006 o salário mínimo passe a ser corrigido pela inflação e pela variação do PIB per capita.

Um dos objetivos das mudanças introduzidas é eliminar o desperdício na gestão do governo Lula com a MP 232, tentativa frustrada de aumento de tributos para os prestadores de serviço que colocou no governo a marca da sanha arrecadadora.

Paulo Bernardo disse que a redução da carga tributária será feita mediante redução dos gastos públicos e combate à sonegação e que medidas de desconexão tributária serão adotadas à medida que esses objetivos forem atingidos. Ele, porém, não citou a adoção de programas específicos de corte de despesa e deu como exemplo o recente anúncio da meta de reduzir em R\$ 20 bilhões o déficit da Previdência em dois anos.

Appy disse que o objetivo é criar condições para o crescimento de longo prazo.

- Estamos sinalizando de forma inequívoca que não promoveremos aumento de carga tributária. Os empresários não têm que temer - frisou.

Metas serão mantidas se Lula for reeleito, promete ministro

Parlamentares se articulam de olho na eleição

BRASÍLIA - Os parlamentares trabalham em duas frentes na tentativa de aumentar o peso do Legislativo na elaboração e na execução do Orçamento Geral da União de 2006. Assim como a equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deputados e senadores sabem que a próxima lei orçamentária influenciará no resultado das eleições marcadas para o ano que vem. Por isso, se articulam, por exemplo, para garantir que as emendas individuais, destinadas aos respectivos redutos eleitorais, não possam ser bloqueadas por ordem do Palácio do Planalto.

Não fosse o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), o plenário da Casa já teria votado uma proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA)

que torna obrigatória a execução do Orçamento da União. O texto condiciona eventuais contingenciamentos de recursos à autorização prévia do Congresso, como acontece nos Estados Unidos. A medida coibiria "a ditadura do Poder Executivo em matéria orçamentária", além de dificultar a prática de liberar emendas individuais em troca de votos, segundo ACM.

Mercadante diz que apóia a PEC, mas quer que o chamado orçamento impositivo valha também para estados e municípios e seja implantado de forma gradativa. O senador petista apresentou emendas nesse sentido, remetendo a proposta para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– Vou pedir uma nova CPI se o orçamento impositivo não andar. E não será para pegar os anões, mas os gigantes – ameaçou ACM.

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), são aliados do pefelista na questão.

– Todos sabemos que a liberação das emendas do Orçamento e o atendimento de nossos justos pleitos são direitos inerentes ao mandato que não podem ser utilizados como aviltante moeda de troca a cada votação – disse Severino, no discurso de posse na presidência da Casa.

Uma opinião respaldada pelos colegas deputados. Entre eles, o relator da comissão mista que analisa mudanças

na elaboração da lei orçamentária, Ricardo Barros (PP-PR). Barros já adiantou que tentará proteger as emendas individuais de bloqueios.

Outro objetivo da comissão é mudar a tramitação da lei orçamentária no Congresso. Hoje, o projeto elaborado pelo Executivo é votado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). A idéia é que a definição da utilização de recursos seja feita nas comissões temáticas, descentralizando e democratizando as decisões.

Outra proposta em estudo é adotar outra regra do modelo norte-americano segundo a qual as duas Casas deliberam, de forma separada, sobre o Orçamento, como já acontece com os demais projetos. Nesse modelo, não faria sentido manter a CMO, cuja extinção é defendida, inclusive, por Mercadante.

Objetivo é evitar que emendas possam ser bloqueadas pelo Planalto

PSDB tacha PT de “ineficiente”

Tucanos usarão discurso da má gestão em 2006

UNA, BA – Governadores tucanos potenciais candidatos à sucessão presidencial em 2006 tentarão lucrar politicamente com a discussão sobre contratações de servidores e aumento de gastos públicos. O objetivo é colar no PT o carimbo da “ineficiência administrativa”.

Enquanto o governo Lula se esforça para responder aos ataques de inchaço da máquina, os tucanos criticam o que chamam de má gestão das verbas.

– O debate será construído em torno da eficiência. Se queremos construir uma alternativa sucessória viável, é preciso mostrarmos que temos melhor capacidade de gestão do que quem está no poder. Esse vai ser o centro do debate – afirmou o governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB).

O mineiro participou ontem, ao lado dos governadores tucanos de São Paulo, Geraldo Alckmin, e Goiás, Marconi Perillo, do Fórum Empresarial de 2005, realizado na ilha de Comandantia, na Bahia.

– O que nos preocupa é o fato de que os gastos correntes no

governo federal estão crescendo: Previdência, pessoal e custeio. E os investimentos (estão) baixos. Diminuir gastos correntes para investir mais: esse é o grande debate na medida em que as questões macroeconômicas não são iguais (entre PT e PSDB), mas as diferenças diminuíram – afirmou Alckmin.

Perillo também disse que um dos principais parâmetros do debate de 2006 “será, não só a ética, mas a eficiência”.

Excluindo os juros, os gastos da União passaram de R\$ 259 bilhões, em 2003, para R\$ 306 bilhões em 2004. As despesas com pessoal aumentaram

12,4%.

– Minas tem feito enorme esforço na direção de enxugamento da máquina, mas seria necessário que no plano federal houvesse maior rigor do controle dos gastos públicos. Estamos assistindo ao crescimento do custeio da máquina, cargos novos sendo criados numa linha inversa do que estamos fazendo nos estados – criticou Aécio.

Junto aos tucanos, os governadores da Bahia, Paulo Souto (PFL), Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS), e Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB), pediram ao Planalto a descentralização da arrecadação.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “A marcha dos 13 mil”, publicada na revista **Época** em sua edição do dia 1º de maio de 2005.

Segundo o mais conhecido líder do MST, 12.722 trabalhadores rurais sem terra seguirão para Brasília nesta semana, como forma de descontentamento com a política de Reforma Agrária executada pelo Presidente Lula. Diz o líder: “Queremos o cumprimento de algumas leis e acordos fechados e não realizados pelo governo, tais como, o assentamento de 400 mil famílias até o final do mandato”, esclarecendo, depois que essa meta foi fixada pelo próprio Presidente em 2003 no Plano Nacional de reforma agrária.

Quando a reportagem perguntou ao líder se o MST controla sua militância, respondeu que “Não de

forma centralizada. Temos unidade em torno dos nossos objetivos e doutrina”. Como exemplo citou as propriedades dos Ministros Luis Fernando Furlan e Roberto Rodrigues dizendo “Podem dormir tranquilos, temos, ainda, muita terra para ter a desapropriação forçada por nossas ocupações”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A marcha dos 13 mil

O líder mais famoso do MST diz que a reforma agrária não sai por causa dos ministros Roberto Rodrigues e Furlan

JOSÉ ROBERTO DE ALENCAR

“Marcharemos até Brasília para ver se o governo levanta o traseiro e começa, finalmente, a trabalhar pelo povo, pelos pobres.” João Pedro Stedile, o mais conhecido dos 23 coordenadores nacionais do MST, define sem rodeios o objetivo dos 12.722 trabalhadores rurais sem terra que sairão de Goiânia na manhã deste domingo, 1º de maio, e se concentrarão na Esplanada dos Ministérios no dia 16, para a passeata da manhã seguinte. Eles querem o cumprimento de algumas leis e de alguns acordos fechados com o governo Lula. Coisas como o assentamento de 400 mil famílias até o final do mandato, previsto no Plano Nacional de Reforma Agrária. Querem as agroindústrias e o crédito empacados no Programa Nacional de Agricultura Familiar. Querem a defesa da Amazônia e da biodiversidade, “ameaçadas pelo interesse de empresas transnacionais”, e a da água, “ameaçada pela privatização”. E ainda a “punição exemplar” dos assassinos de trabalhadores rurais e a federalização dos julgamentos.

Para não ficar só no campo específico – deles –, exigem também a aplicação dos R\$ 60 bilhões anuais do superávit fiscal, “dinheiro do povo recolhido em impostos”, em moradia, saúde e “educação gratuita para todos os jovens”. Defendem a redução da taxa de juros a níveis civilizados e a recuperação do controle do Banco Central pelo governo. Sem esquecer da duplicação do salário mínimo e das aposentadorias, uma das mais badaladas promessas da campanha eleitoral de Lula.

O MST abrange 350 mil famílias assentadas e 120 mil acampadas, assistidas por 12 mil militantes. Além dele, há o Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem Terra (MLST, da tendência Brasil Socialista do PT), o Movimento dos Trabalhadores Livres (do P-SOL), a Contag, a confederação dos 4 mil sindicatos dos trabalhadores na agricultura, e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fe-traf), ligada à CUT.

ÉPOCA – Vocês estão com um peplino: se acirram as ocupações, arriscam-se a perder o ministro Miguel Rosseto, seu aliado. Se amolecem, perdem militantes...

João Pedro Stedile – O MST é um movimento para ajudar os pobres na luta pela reforma agrária. A forma adequada é organizá-los para a luta em defesa de seus direitos. Organizá-los para ocupar, fazer passeata e manifestações, como a marcha a Brasília. Embora consideremos o atual governo amigável, temos total autonomia. E moral para pressioná-lo a cumprir compromissos, como o de assentar as 400 mil famílias. Foi o governo que em novembro de 2003 colocou essa meta, modesta, no Plano Nacional de reforma agrária. Se ele não consegue honrar seu compromisso, isso é problema dele. Não usamos força justa para pressionar e responsabilizar o governo.

ÉPOCA – Mesmo o mais amigável dos governos?

Stedile – Para você não me chamar de sectário, informo que temos plena consciência de que a reforma agrá-

ria está parada não por vontade política do presidente ou do ministro Rosseto. Pessoalmente, eles têm vontade de fazê-la. Mas a conjuntura do governo e a correlação de forças na sociedade impedem.

ÉPOCA – Que conjuntura? Que correlação?

Stedile – A natureza do Estado brasileiro não funciona para pobre. Só sabe garantir os privilégios dos ricos. Qualquer programa para beneficiar pobre anda devagar e, por falta de dinheiro, acaba parando. E dentro do próprio governo estão os ministros Luiz Fernando Furlan e Roberto Rodrigues, representantes do agronegócio, da fazenda moderna dedicada à exportação.

ÉPOCA – Não dá para a pequena propriedade familiar e para a agricultura de subsistência conviverem com o agronegócio?

Stedile – Claro que dá. Não queremos briga com o agronegócio. Eles, sim, querem briga, pois interpretam que, se o governo desapropria latifúndios improdutivos, breca seu avanço. Então, brecam a reforma agrária. São ajudados pela política econômica, herdada de Fernando Henrique Cardoso, uma política neoliberal, baseada em altas taxas de juros, no estímulo às exportações e no superávit primário.

ÉPOCA – Essa política é incompatível com a reforma agrária?

Stedile – Óbvio. Reforma agrária é distribuição de renda, de emprego, de cidadania, de dignidade. É o oposto do modelo exportador e concentrador.

ÉPOCA – Por que o MST não ocupa fazendas de gente do governo, como fez com a do ex-presidente Fernando Henrique?

Stedile – Quero esclarecer: atribuímos a ocupação da fazenda de FHC ao desespero de nossas bases, vizinhas da fazenda, e a uma infiltração da polícia para desmoralizar o MST. Não faz parte de nossos métodos esse tipo de provocação. Portanto, ministros como os senhores Furlan e Rodrigues podem dormir tranquilos – desde que suas fazendas sejam produtivas. Temos muita terra improdutiva para ter a desapropriação forçada por nossas ocupações.

ÉPOCA – Virou moda esse negócio de abril vermelho?

“ Não queremos briga com o agronegócio. Eles, sim, querem briga, pois interpretam que, se o governo desapropriar latifúndios improdutivos, breca seu avanço ”

Stedile – Cometi um exagero numa plenária de militantes sociais, no ano passado, onde prometi um abril vermelho. A Globo, que registrava a plenária sem pedir licença, filmou e, felizmente, espalhou a expressão pelo Brasil. Agradeço pelo estímulo a nossos militantes no Brasil inteiro. Isso nos ajudou a difundir a idéia.

ÉPOCA – Mas por que abril?

Stedile – Primeiro, porque coincide com o ciclo agrícola do Sul. Fim da colheita, época de as famílias pensarem onde vão trabalhar. Segundo, porque 17 de abril, após o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1995, foi declarado Dia Internacional da Luta Camponesa pela Via Campesina. E, num de seus últimos atos, o presidente Fernando Henrique referendou projeto de Marina Silva e decretou o 17

de abril Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Então não fazemos nada além de cumprir a lei assinada por Fernando Henrique.

ÉPOCA – O MST controla sua militância?

Stedile – Não de forma centralizada. A militância, jovens do meio rural, tem consciência social e política. Mais do que controle, temos unidade em torno dos objetivos, da doutrina e das formas de luta por terra, por educação e por dignidade.

ÉPOCA – O governo pediu ao professor Plínio de Arruda Sampaio um programa de reforma agrária. O escanteio desse plano não chateou o MST?

Stedile – Para transformar a vontade política num plano de governo, obedecer ao Estatuto da Terra e dar bases para o planejamento dos recursos necessários, Lula pediu a Plínio e a mais 50 técnicos do Ipea, de universidades, do ministério e do Incra o programa que conseguiram montar e lhe entregar no dia 4 de outubro. Prevvia o assentamento de 1 milhão de famílias em quatro anos. Ficou engavetado até que fizemos a marcha de Goiânia a Brasília com a *Contag* e outros movimentos.

ÉPOCA – Estava engavetado por ser generoso demais, irrealista ou o quê?

Stedile – Não. Por causa da ala já citada do governo. Lula acabou reduzindo a meta a 400 mil famílias em três anos. Nós concordamos.

ÉPOCA – E está andando?

Stedile – Já se passou quase um ano e meio e o governo diz ter assentado 81 mil famílias. Muito longe da meta. E você pode ver aqui nesse site do próprio governo que, das tais 81 mil famílias, quase 9 mil já estavam assentadas em 1994. Em 2003 e 2004 só foram assentadas 33.344.

ÉPOCA – Nesse cenário, como o MST entrará nas cabines eleitorais em 2006?

Stedile – O movimento não é partidário nem eleitoral. Não estamos preocupados com eleição ou reeleição. Nossa preocupação é fazer este governo cumprir seus compromissos na política social. Por enquanto ele só honrou com os bancos e o FMI.

ÉPOCA – A propósito de FMI, dona Maria de Oliveira, chefe do Incra em Pernambuco, foi procurada pelo cônsul e por outro funcionário americano interessados nas relações do MST com as Farc colombianas. Como o senhor viu esse episódio?

Stedile – É uma prepotência muito grande a desses agentes da CIA mascarados de diplomatas. A prepotência de espionar funcionários públicos, funcionários do povo brasileiro...

ÉPOCA – Mas e o fato de o governo ter ficado quieto? O que o senhor achou disso?

Stedile – Isso também nos deixou estarecidos. O governo tinha de ter dado um pontapé na bunda desses agentes. Nós já sabíamos que eles têm escritório no consulado aqui em São Paulo. Já sabíamos das denúncias feitas pelo ex-diretor do FBI sobre a ingerência do FBI na Polícia Federal brasileira. Agora, tamanha desfaçatez, de eles mesmos se darem ao luxo de aplicar questionários em funcionários brasileiros, isso já é demais. Esperamos que o governo brasileiro tome uma atitude e exija que os Estados Unidos respeitem nossa soberania, pelo menos.

ÉPOCA – A reforma agrária é uma compensação social?

Stedile – Reforma agrária é programa para distribuir renda, trabalho, democracia e cidadania. Mas há ministros que continuam, como no governo anterior, vendo nela só a compensação social. Reforma agrária só se viabiliza quando é sinônimo de democratização da propriedade da terra, como parte de um projeto de desenvolvimento nacional. O Brasil não tem, lamentavelmente, projeto algum de desenvolvimento nacional. Nem o governo Lula, nem as elites, nem a imprensa. Por isso, é missão do MST empurrar a sociedade brasileira para o debate de um projeto democrático de desenvolvimento.

ÉPOCA – Por falar nisso, o senhor acredita em democracia?

Stedile – Votar a cada dois anos não é democracia. É hipocrisia. A verdadeira democracia é aquela que garante a todos os cidadãos o direito ao trabalho, à renda, à moradia, à escola, à religião e à cultura. A sociedade

de brasileira não é democrática. É fantoche, é hipócrita. Projeto do professor Fábio Konder Comparato, defendido pela OAB, quer dar o direito de plebiscito ao povo brasileiro. Como diz Comparato, a democracia brasileira se limita a dar ao povo o direito de escolher hoje quem o vai trair amanhã.

Os senhores Furlan e Roberto Rodrigues podem dormir tranquilos – desde que suas fazendas sejam produtivas. Temos muita terra improdutiva para ter a desapropriação forçada pelas nossas ocupações

ÉPOCA – Aprovado no Congresso o plantio transgênico, haverá soja transgênica nos assentamentos do MST?

Stedile – De jeito nenhum. No ano passado entraram no mercado brasi-

leiro 6 milhões de toneladas de soja transgênica. A lei manda que produtos que contêm insumos transgênicos avisem no rótulo. Você não acha nenhum produto com esse aviso no supermercado. Se soja transgênica fosse coisa boa, por que os fabricantes descumprem a lei e escondem? Outro problema da soja transgênica é que ela acaba com a vegetação vizinha. A entrada dela na Amazônia será uma tragédia para a biodiversidade do Brasil e do planeta. Ela acabará com tudo.

ÉPOCA – Por falar em Amazônia, por que ninguém tenta resolver a questão fundiária lá? Nem depois de assassinatos de repercussão mundial, como os de Chico Mendes e da irmã Dorothy?

Stedile – Por causa dos interesses de poderosos grupos econômicos. Não só as madeiras. Grupos econômicos brasileiros usam a Amazônia como reserva de patrimônio. Por que outra razão o senhor Cecílio do Rego Almeida comprou – com papel passado no cartório de Marabá – 4 milhões de hectares? Para que uma construtora de Curitiba quer 4 milhões de hectares de mata? Além disso, a Amazônia é objeto de cobiça dos Estados Unidos. É reserva de água e da biodiversidade do século XXI. Lá está a matéria-prima dos medicamentos do século XXI. É a reserva de água doce.

ÉPOCA – Por que o MST precisa ter as próprias escolas?

Stedile – Não tem. As escolas são das prefeituras. Nós só entramos com nossos professores.

ÉPOCA – Mas há denúncias de desvio do dinheiro das escolas e de cooperativas para financiar ocupações.

Stedile – Não faz sentido porque ocupação não custa nada. É coisa de pobre muito pobre. Quanto aos recursos, todo financiamento oficial que recebemos tem seus demonstrativos aprovados pelos ministérios ou órgãos competentes. Os latifundiários botam na imprensa números tirados sei lá de onde. Os R\$ 4 milhões recebidos no ano passado para nossa área de educação formaram 25 mil crianças. Por que os jornais não perguntam quantas crianças foram beneficiadas pelos R\$ 25 milhões repassados pelo governo para a fundação da ex-primeira dama Ruth Cardoso?

ÉPOCA – Por que o MST não se registra como ONG, cooperativa, qualquer coisa?

Stedile – A elite é muito preconceituosa, não é? Movimentos importantes do século passado, como a campanha O Petróleo É Nosso ou a do impeachment do Collor foram registrados como alguma coisa em algum cartório ou junta comercial? ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer um comentário sobre o texto publicado na seção Opinião do jornal **Correio Braziliense** do último dia 28 de abril sob o título “O nhenhênham dos juro”.

O texto trata da declaração do Presidente Lula sobre a questão dos juro no país. O presidente, ao afirmar que o brasileiro é incapaz de levantar o traseiro para correr atrás de juro mais baixos, foi extremamente deslegante e injusto com a sociedade.

Sr. Presidente, requeiro que o texto acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

VISÃO DO CORREIO

O nhenhêném dos juros

Na propaganda oficial, o brasileiro é um batalhador — aquele que “não desiste nunca”; na fala presidencial, um acomodado “incapaz de levantar o traseiro” para correr atrás de juros mais baixos. A parte o paradoxal nhenhêném — mais um selinho de identidade entre o atual governo e o antecessor, de Fernando Henrique Cardoso —, a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva chocou pelo total distanciamento da realidade.

O titular do Poder Executivo não pode desconhecer que o crédito é caro no país em consequência da política monetária determinada pelo Banco Central, sob seu comando, e pelos altos encargos tributários incidentes nas operações de empréstimo. Tampouco pode ignorar que as taxas cobradas pelo mercado refletem a ausência de concorrência no sistema financeiro nacional, não proporcionando ao cidadão a mínima chance de escolha.

O destemper foi, ainda, deselegante e injusto. Sacrificada pelos mais altos juros do mundo, a sociedade tem, sim, feito o que está ao seu alcance em busca de algum alívio, ou seja, reclamado; em alto e bom som, o que — ao menos até as próximas eleições — é tudo que lhe cabe fazer. O problema é que, infelizmente, não tem sido ouvido. Ao contrário. Pelo oitavo mês consecutivo, o Comitê de Política Monetária voltou a aumentar a Selic, elevada de 16% em setembro do ano passado para 19,5%.

Pior: o presidente cometeu o disparate de acrescentar que “as pessoas reclamam, mas, na verdade, o mer-

cado interno e o varejo continuam a crescer e os supermercados estão vendendo muito”. Ignora que este país tem potencial para mais, que avança além do que poderia e deveria. Afinal, o arrocho monetário impõe preocupante desaceleração econômica: o PIB cresceu 5,2% em 2004, enquanto para este ano a previsão é de 3,5% — ou menor que 3%, segundo prognósticos menos otimistas. A consequência do imobilismo, não do traseiro dos brasileiros de classe média, mas da ação governamental, é, pois, menos emprego e renda.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu, portanto, boa oportunidade de ficar calado. Em passado recente, Fernando Collor de Mello, de fóclóricas bravatas, pediu à população que vestisse verde-e-amarelo. Queria uma demonstração de apoio contra o processo de impeachment que enfrentava então. O povo foi às ruas de preto, e ele terminou apeado do poder. Longe desejar resposta tão drástica para a situação de agora, incomparavelmente menos grave. Mas não seria nada mau ver as praças cheias de gente cobrando soluções para o precário sistema público de saúde, a deficiente rede pública de ensino, as estradas esburacadas, a burocracia inoperante, a sufocante carga tributária, as reformas emperradas no Congresso, e por aí fora.

Quanto aos juros, sem dúvida é imperativo baixá-los. Mas não se pode transferir essa responsabilidade, que cabe ao governo — lembre-se, a propósito, que o Banco Central ainda não é independente — para o cidadão. Esse, tanto quanto a União quando precisa rolar a dívida pública, não tem para onde correr.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Quem manda na economia?”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 28 de abril de 2005.

As besteiras que o Presidente Lula anda falando apenas provam o seu total desconhecimento em relação à economia e mostra que na verdade quem governa é o Ministro Antonio Palocci. Porém, mesmo entendendo um pouco mais de economia que o Presidente o Ministro não chega nem perto de ganhar um Prêmio Nobel de Economia, já que não implanta nenhuma idéia nova para salvar o país apenas copia

as usadas por outros governos. Assim, é natural que todos no governo e no PT prefiram se calar quando o Presidente fala algum absurdo, pois, é melhor preservar a “boquinha” do que abrir a boca.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Quem manda na economia?

SÃO PAULO - As sucessivas declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre juro revelam tão desumano desconhecimento do bê-á-bá da economia que obrigam a perguntar: quem é que comanda a política econômica se o presidente revela estar completamente desconectado da vida real, pelo menos no que diz respeito a juros?

Já há uma disseminada suspeita por aí de que Lula faz as vezes de rainha da Inglaterra. Viaja, representa o país (há controvérsias sobre se o faz bem ou mal), discursa, tira fotos com os mais diferentes grupos, trajes e bonés, mas quem governa de fato seria o ministro Antonio Palocci.

Talvez. Mas convenhamos que, por muito aplicado que seja — e é —, Palocci também não tem exatamente pinta de futuro ganhador de um Prêmio Nobel de Economia. É mestre em reproduzir o bê-á-bá econômico (pelo menos o faz corretamente), mas desafio o leitor a encontrar uma só idéia original do ministro a respeito dos desafios da economia em países

em desenvolvimento.

Aliás, o desafio vale para a grande maioria dos outros ocupantes da Esplanada dos Ministérios. O PT tinha meia dúzia ou uma dúzia de diagnósticos quando era oposição.

Ao chegar ao poder, Lula descartou-os como “bravatas”. Pena que nem ele nem os outros caciques do partido tenham sido capazes de elaborar alguma coisa diferente que faça sentido e que não seja o “non sense” total e absurdo sobre os juros.

Os adeptos das teorias conspiratórias dirão que quem comanda a economia é Henrique de Campos Meirelles, o presidente do Banco Central. O melhor que se pode dizer dele, no entanto, é que foi um bom dirigente de banco; jamais um ideólogo.

Nesse deserto, é natural que todos, no PT e no governo, prefiram o silêncio quando o presidente diz os absurdos que disse. É melhor preservar a “boquinha” do que abrir a boca.

@ → crossi@uol.com.br

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para registrar a matéria intitulada “Dirceu vai à Venezuela para falar sobre Cuba com Chávez”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 26 de abril do corrente.

A matéria retrata o clima tenso entre a Venezuela e os EUA, e segue relacionando os dois principais motivos do conflito: “a estreita ligação de Hugo Chávez com o ditador cubano Fidel Castro e a suspeita do apoio venezuelano às FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia)”.

No momento da visita da secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice ao Brasil, o ministro-chefe da

Casa Civil fez uma viagem ao presidente da Venezuela com agenda não divulgada. Até o Itamaraty, Ministério responsável pelos assuntos internacionais, especulava que o assunto a ser tratado seria Cuba.

Pela oportunidade, requeiro que o artigo seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
FOLHA DE S. PAULO	26	Abril/05	Brasil	A	5A

DIPLOMACIA *Ministro falará com o presidente venezuelano, que apóia Fidel Castro*

Dirceu vai à Venezuela para falar sobre Cuba com Chávez

ELIANE CANTANHÊDE
COLUNISTA DA FOLHA

EDUARDO SCOLESE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Na véspera da chegada a Brasília da secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, viajou ontem à tarde a Caracas para se encontrar com o presidente venezuelano, Hugo Chávez, justamente o maior adversário de Washington na América do Sul.

A agenda de Dirceu com Chávez não foi divulgada, mas o Itamaraty especulava ontem que um dos assuntos tratados deveria ser Cuba, uma das especialidades de Dirceu. Durante o regime militar (1964-1985) ele foi acolhido pela ilha de Fidel Castro.

De acordo com a Casa Civil, a idéia do ministro era conversar ainda na noite de ontem com Chávez, na sede do governo local, para retornar logo em seguida a Brasília num voo da FAB (Força Aérea Brasileira), a tempo de acompanhar uma parte da visita de Rice, com quem se encontrou no início do mês passado, em Washington (EUA).

Na ocasião, Dirceu e a secretária de Estado divulgaram que falam de Mercosul, América Latina

e Alca (Área de Livre Comércio das Américas), tema que, na semana passada, foi tratado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como "fora da agenda". Como Dirceu havia saído de uma viagem a Havana, o assunto da conversa pode ter sido uma flexibilização nas relações EUA-Cuba.

A iniciativa da viagem de Dirceu à Venezuela surgiu justamente logo após seu encontro com Rice. Na mesma época, Lula esteve com Chávez, que defendeu a necessidade de Brasil e Venezuela intensificarem os contatos.

Chávez queria ouvir Dirceu sobre seus contatos com a Casa Branca, nos quais o ministro brasileiro enfatizou que não há nenhum movimento anti-americano nem por parte do Brasil nem dos seus vizinhos sul-americanos.

EUA e Venezuela vivem relações conflitantes. Dois dos motivos são a estreita ligação de Chávez com o ditador cubano, inimigo declarado de Washington, e a suspeita de apoio venezuelano às Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Os EUA são o principal aliado do governo da Colômbia contra a guerrilha.

Enquanto os americanos armam a Colômbia, a Venezuela se arma. Chávez acaba de acertar a

compra de US\$ 1 bilhão em armamento da Espanha e de se deixar fotografar com uma milícia de 30 mil soldados. Até o Brasil vê essa postura com desconfiança.

No último domingo, Chávez fez mais um lance contra Washington, ao romper o tradicional acordo militar entre os dois países.

Apesar de todo o contencioso, tem havido nos últimos meses uma tímida sinalização de aproximação, tanto por parte da Venezuela como dos EUA. Os protagonistas foram justamente Rice, que afirmou não querer a Venezuela como "inimiga", e Chávez, que rotulou de "interessante" a posição da secretária de Estado.

O clima em geral continua tenso, mas nenhum dos dois países tem interesse em confronto, até porque a Venezuela é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, e os EUA, um dos maiores compradores.

Auto-investido da função de mediador de conflitos nas Américas, o Brasil tenta intermediar negociações entre os dois governos, inclusive para tentar pavimentar um futuro sem traumas para Cuba depois de Fidel. Além da hierarquia diplomática, Dirceu tem tido papel nisso por sua tradicional ligação com Havana.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista do Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, Sílvio Pereira, concedida à revista **Época** em sua edição de 18 de abril de 2005 e publicada sob o título "Não podemos mais vender sonhos".

Na entrevista, o segundo homem na hierarquia do PT admite que os petistas chegaram à Presidência da República sem ter um projeto de governo. Nas

palavras de Sílvio Pereira, a legenda ganhou a eleição de 2002 "vendendo sonhos".

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



ENTREVISTA

SILVIO PEREIRA

■ **Dados pessoais**

Sociólogo, 44 anos, é casado e tem uma filha

■ **Trajetória**

Está no PT desde a fundação do partido, em 1980. Foi duas vezes secretário de organização e hoje é secretário-geral

“Não podemos mais vender sonhos”

Dirigente diz que o PT assumiu o governo sem projeto, mas agora terá de mostrar resultados para reeleger Lula

DAVID FRIEDLANDER E
RICARDO MENDONÇA

Os petistas ficam injuriados quando ouvem alguém dizer que chegaram à Presidência da República sem ter um projeto claro de governo. Mas, na semana passada, o secretário-geral do partido, Silvio Pereira, segundo homem na hierarquia do PT, afirmou em entrevista à *ÉPOCA* que foi isso mesmo o que aconteceu. A manifestação é uma surpresa. A oposição já faz essa crítica há algum tempo, mas esta é a primeira vez que um cartão do PT admite a situação. Segundo Pereira, a legenda ganhou a eleição de 2002 “vendendo sonhos”. Descobriram que governar é diferente do que imaginavam e, agora, com base em mais de dois anos de experiência, querem construir um novo projeto.

O primeiro grande movimento nessa direção ocorreu nos últimos dias 9 e 10, quando as maiores lideranças do PT se reuniram no Rio de Janeiro. Nesse encontro, representantes de 60% do partido começaram a discutir a incorporação da política econômica conservadora do governo Lula aos estatutos da legenda. Agora, os petistas

parecem ter concluído que é mais fácil fazer o PT ficar igual ao governo do que deixar o governo com a cara

Ninguém no PT pode dizer em sua consciência que no primeiro dia do governo Lula tinha um programa para ser implementado

do PT. Essas mudanças servirão de alicerce para as alianças políticas desejadas para a campanha do ano que vem. A seguir, os principais trechos da entrevista.

ÉPOCA – O PT está virando um partido de dentro?

Silvio Pereira – Se você for analisar o governo Lula, verá que não é um governo de esquerda. É de centro-esquerda. Está aliado com siglas que vão do PP ao PCdoB. Já o PT é um partido de esquerda. Não estamos abdicando da nossa história de 25 anos. O PT sempre foi um partido de mudança. Seu programa foi atualizado e renovado em cada período histórico.

ÉPOCA – Mas até 2002 o partido defendia a “ruptura necessária” com a política econômica conservadora. Agora quer incorporar essa política...

Pereira – Pode ser uma novidade para o país o partido assumir agora esse discurso em sua totalidade. Mas antes de termos a Presidência da República não tínhamos essa possibilidade de poder testar nossas ideias. Até então, a gente só havia governado municípios e Estados. Hoje podemos afirmar com muita tranquilidade que o equilíbrio fiscal realizado nestes dois anos foi bom. O equilíbrio fiscal deve ser uma peça permanente de uma economia saudável, com crescimento duradouro, que permita a diminuição das desigualdades.

ÉPOCA – Durante anos, o PT vendeu a ideia de que queria conquistar o poder para mudar o rumo do governo. Mas parece que é o governo que está mudando o partido.

Pereira – Veja só, existe um longo aprendizado no PT. Quando nós entramos, havia alguns eixos bem claros do que seria o governo Lula, mas o partido ainda não estava com sua elaboração à altura desse desafio. O PT tinha uma formulação que dava conta para chegar à Presidência da República. A partir daí, ao mesmo tempo em que passou a governar, o partido passou de um ideal para os fatos – o governo. A partir disso tudo estabeleceu-se a prática política que está em curso. Então, sim, o PT pode dizer em sua consciência que no primeiro dia do governo Lula tinha um programa para ser implementado. Até porque o PT vem compreendendo que a formulação de um projeto pa-

ra o país não será obra dele, exclusiva. Ocorre que o PT assumiu o governo sem ter essas diretrizes. E ainda recebeu muitos problemas

ÉPOCA – Que problemas?

Pereira – Não é fato que o governo FHC tinha uma economia saudável. O endividamento no Brasil cresceu e cresceu muito. Nossa inflação cresceu. O investimento público diminuía, investimentos externos diminuíam. Foi um governo que se resmungou em controlar a inflação. Isso é importante, mas a diferença é que o Fernando Henrique parou aí. Nós não paramos aí. Implantamos um conjunto de microcrédito na área de agricultura familiar, hoje há 4 milhões de pobres com conta bancária, quase R\$ 2 bilhões de empréstimos foram feitos aos aposentados, o Brasil passa a ter uma atuação internacional soberana.

ÉPOCA – O PT nunca admitiu ter assumido o governo sem um projeto para o país. Pelo que o senhor está dizendo, não tinha mesmo.

Pereira – Mas eu comecei dizendo que o projeto do PT permitiu ao partido chegar até a Presidência. Porque entre as ideias que nós tínhamos e o fato concreto, que é governar, está sendo moldada uma nova identidade para o PT – sem abandonar a identidade anterior. O PT, em seus primeiros programas municipais, falava em estatização do transporte coletivo. Aí nós tivemos uma experiência de intervenção em Santos. Pergunto: há algum projeto hoje que defende a estatização do transporte coletivo? Não.

ÉPOCA – No ano que vem haverá eleição. Dá tempo de discutir a nova postura com a militância?

Pereira – Continuaremos na defesa intransigente do governo Lula e ao mesmo tempo vamos fazer uma interlocução nos movimentos sociais, dos quais o partido se distanciou. Reconhecemos também que houve um distanciamento de nossa base, filiados, parlamentares, por exemplo. O PT está falho em sua comunicação. Não podemos ter um discurso dubio.

ÉPOCA – Vai ser fácil reeleger Lula?

Pereira – Em hipótese alguma, ninguém pode dizer isso. Pelo governo que está fazendo, Lula tem condições reais de buscar a reeleição. Mas a disputa eleitoral não está na pauta agora. O partido entende que a melhor maneira de hoje. É legítimo que os partidos coligados depois venham também a exercer o poder, ter ministros, ter cargos de confiança, dirigir a política.

ÉPOCA – Num segundo mandato, como seria a composição ideal do governo?

ra de ganhar a eleição de 2006 é, em primeiro lugar, governar bem agora, em 2005. Desta vez não podemos mais vender sonhos. Não, hoje nós somos

Vamos começar a ter um diálogo com os partidos, para evitar que se precipitem em suas decisões (de lançar candidatos)

governo. Antes nós vendíamos sonhos. Sonhos, mais sonhos e mais sonhos, o que criou uma expectativa muito além da realidade da nossa capacidade. O partido, antes da experiência de poder, realmente vendeu um sonho muito maior do que a capacidade do Estado de atender. Mas quando é que a gente vai ter uma noção real disso? É no exercício do poder concreto.

ÉPOCA – Quem vai estar com vocês na campanha?

Pereira – De um lado, você tem PSDB e PFL na oposição. Esses são nossos adversários políticos nacionais. São partidos que disputam a direita ideológica do país, aqueles que confrontam nossos projetos. Fora PSDB e PFL, então, todos os outros estão no arco de aliança possível do PT.

ÉPOCA – Uma aliança assim depende de acordos regionais. Os petistas toparam abrir mão de candidaturas nos Estados?

Pereira – Não podemos esquecer que

reção nacional vai tentar convencer nossa militância de que o objetivo maior, a reeleição de Lula, deverá ter a supremacia sobre os interesses locais, por mais

legítimos que sejam. Nesse sentido, uma aliança nacional com o PMDB é estratégica e fundamental. O PT tem de mudar também. Em geral, o PT faz um programa, escolhe seu candidato e vai pedir apoio. Ninguém mais está a fim disso e nem é correto, pois não estabelece compromisso depois para governar.

ÉPOCA – Como os outros partidos estão recebendo essa proposta?

Pereira – Não está em negociação, do ponto de vista objetivo e concreto, a eleição de 2006. Mas é evidente que as ações de hoje influenciarão as alianças de 2006. Vamos começar a ter um diálogo com os partidos, para evitar que se precipitem em suas decisões. Isso vale para o PT e vale para os aliados. Se o PT começa a lançar candidato aqui e acolá, e os aliados também, depois fica difícil soldar.

ÉPOCA – Coalizão pressupõe dividir o governo com os aliados e isso tem sido um tema problemático no PT. Como vocês vão resolver isso?

O PT não pode, não deve, como já fez algumas vezes, tratar aliados como apêndices. Do partido menor ao maior, todos devem estar integrados

isso não será fácil. Vamos fazer, em primeiro lugar, que as alianças estaduais estejam orientadas a partir de um projeto nacional de reeleição do governo Lula. Esse é o interesse, o desejo. O PT, em quase todos os Estados, é a primeira ou a segunda força, é legítimo que os dirigentes locais procurem lançar suas candidaturas, mas isso agora atrapalha. Vamos defender a tese nacional, pedir para que os Estados não definam candidaturas agora, e travar um diálogo com o PT dos Estados. O PT não pode e não terá candidato em todos os Estados.

ÉPOCA – Em quantos haverá?

Pereira – Não quero quantificar. Essa será uma questão tensa, mas a di-

Pereira – No governo Fernando Henrique Cardoso vários partidos compuseram o governo, mas quem dava a linha, quem dava a condição era o PSDB, que sempre cuidou dos setores estratégicos. Nós queremos ampliar isso. Queremos colocar os

Pereira – Isso é uma coisa que o PT vem aprendendo. O PT nasce de uma cultura exclusivista e vai aumentando seu leque de compreensão de que sozinho não dá para ganhar eleição – e mesmo ganhando não dá para governar. É preferível já ter uma frente, uma coligação, que se torne majoritária no processo eleitoral do que tentar construir essa maioria de sustentação do governo depois da eleição. Os custos também são mais complicados, são mais complexos. O PT não pode, não deve, como já fez algumas vezes, tratar aliados como apêndices. Do partido menor ao maior, todos devem estar integrados num projeto eleitoral. É isso que o PT defende: aliados no centro de decisão do governo. Com eles (os aliados) no centro de decisão do governo e no centro de decisões do parlamento, torna-se muito mais fácil o cumprimento do exercício do poder.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje, com o objetivo de homenagear a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, que acaba de completar 32 anos, fazendo aqui, para conhecimento do Brasil inteiro, a leitura do discurso que foi efetuado pelo seu Presidente, Pesquisador, Dr. Sílvia Crestana, onde estavam presentes o Presidente da República, o Ministro da Agricultura e Abastecimento e demais autoridades.

Permitam-me não fazer aqui, uma prestação de contas, em defesa do que a Embrapa realizou nesse ano. Socorrem-me nesse propósito dois bons motivos. O primeiro é que todo esse evento é uma prestação de contas, é a renovação do nosso compromisso com a sociedade brasileira.

O segundo é simples e definitivo: não há melhores e maiores defensores da Embrapa que o presidente Lula e o ministro Roberto Rodrigues. Com eles, se alinham os representantes do Legislativo, da sociedade civil, da comunidade internacional e dos ministérios da área científica, social e econômica. Eu lhes agradeço pela honra de suas presenças.

Nossa Embrapa e o nosso colega Rodolfo Rumpff foram agraciados hoje com a Ordem Nacional do Mérito Científico por seu trabalho, o que nos emociona e envaidece. O que a Embrapa produz é fruto de sua parceria com agricultores, suas cooperativas, jornalistas, cientistas, a indústria, e o governo em todos os níveis. É uma grande ação cooperativa, como sempre nos ensinou o ministro Roberto Rodrigues, essa “Cooperativa do Bem”, que é o agronegócio, cuja sinergia permite que a Embrapa possa se superar, e seguir adiante.

Nessa data, homenageamos alguns desses parceiros. A eles hipoteco o meu respeito e admiração. Acima de todas as razões, eles estão sendo premiados porque reverenciaram a grandeza do seu ofício e perceberam o sagrado de suas missões. Eles se iluminaram, transcenderam e tornaram a aventura humana mais digna, mais nobre, maior.

Isaac Newton explicava sua enorme contribuição à ciência dizendo se apoiava em “ombros de gigantes”. Penso que a Embrapa pode alegar o mesmo. Estão conosco aqui hoje Luiz Fernando Cirne Lima, Alysson Paulinelli, José Irineu Cabral, Eliseu Roberto de Andrade Alves, Luiz Carlos Guedes, quem sabe Roberto Meirelles e Almiro Blumenschein e, certamente, a lembrança de Edmundo da Fontoura Gastal. Ou seja, os ministros da agricultura e dirigentes dos primeiros dias da Embrapa.

São alguns dos nossos gigantes. Eles também transcenderam, tiveram a visão desse Brasil e dessa agricultura tropical de que nos orgulhamos, e criaram a Embrapa para realizar essa visão. E sempre houve

gigantes no DNPEA, no IAC, no IPA, no Emílio Goeldi, nas universidades, enfim em todos os centros de pesquisa agrícola que ajudaram a Embrapa.

O Dr. Irineu Cabral lança nessa noite o livro “Sol da Manhã”, mais um ato de resgate da memória da Embrapa. Essa memória há de dizer que a Embrapa foi moldada por esses gigantes para ajudar a criar a moderna agricultura tropical, com o propósito – como ainda nos alerta o Presidente Lula – de nutrir e elevar a nossa dignidade e auto-estima, de fazer a redenção da família brasileira, sobretudo a do interior, então transformada em ave de arribação, então vivendo a sina da Asa Branca.

A agricultura tropical está cumprindo esses propósitos. O país está abastecido, sem crises. A gente do interior está crescendo, com renda, empregos, educação, saúde, mais infância, sem precisar sair da sua terra.

Os alimentos estão mais baratos, o salário vale mais na feira, estamos mais competitivos e a cada dia exportamos mais. Estamos mais independentes e soberanos e melhorando a distribuição de renda. Cuidamos melhor do meio ambiente. A natureza, agradecida, nos dá safras crescentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tudo isso aconteceu a partir de três idéias encadeadas: criar competência própria, ou seja, capital humano de qualidade, estimulado e equipado para trafegar na fronteira do conhecimento; para conhecer bem os recursos naturais e agregar mais conhecimento; para então poder crescer via produtividade.

Essa, é a maneira da Embrapa criar soluções e resolver conflitos. Que não é só nossa, mas de todas as universidades, dos institutos do Ministério da Ciência e Tecnologia e, cada vez mais, a maneira das empresas criarem progresso e riquezas.

Essa, Sr. Ministro, é a única defesa que faço nessa data. É a defesa da ciência & tecnologia, essa ferramenta política essencial para gerência dos conflitos do crescimento, que antevê problemas e antecipa investimentos, pavimentando o caminho da paz e prosperidade. Precisamos dela.

Sim, porque a moderna agricultura tropical ainda não realizou todo o bem a que está destinada. Ainda há fome, pois falta renda para cerca de um milhão de brasileiros à margem da produção. Há ainda muitos municípios que não conheceram o progresso da moderna agricultura.

E ela precisa ser ainda mais eficiente, pois a reação de competitividade da agricultura temperada certamente virá, em busca de recuperar mercados. Precisamos melhorar a tecnologia de defesa ambiental, para que seja investimento que dá lucro e faça de cada empreendedor um defensor da natureza.

O próprio crescimento da agricultura apresenta desafios. Já se desenha um novo corredor de progresso, que passa pelo Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Piauí, espaço que se oferece à eclosão dos empreendimentos de agroenergia, porque rico em terras e infra-estrutura para exportação. É empreitada que demandará novo esforço tecnológico.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas o maior desafio é o de participar do resgate da nossa dívida com os países africanos, para o qual o Presidente Lula nos convocou, de sorte a ajudar no desenvolvimento de sua agricultura. A liderança do processo de expansão da moderna agricultura tropical, com profundo impacto sobre a fome mundial, é missão à qual o Brasil não pode se recusar.

Mas a África é um resgate histórico e emotivo que precisamos fazer. O desenvolvimento inicial das Américas se fez à custa de um investimento compulsório imposto às nações africanas pela escravatura, que lhes sequestrou o seu melhor capital humano. Parece-me simplesmente justo e humanitário que lhes devolvamos em conhecimento e tecnologia o que um dia recebemos em sangue, suor, cultura e alma.

Assim, gerir a Embrapa encerra dois grandes desafios. De um lado, precisamos manter sólida e competente essa Embrapa já histórica que cuida da agricultura tropical no Brasil. De outro, precisamos criar uma nova Embrapa, mais ágil e flexível para tráfegar com eficiência, e em associação com as empresas brasileiras, nesse espaço de inovação e de negócios no mundo tropical.

Precisaremos – quem sabe? – criar laboratórios, os nossos Labex, na África e na Ásia. Precisaremos certamente investir mais na manutenção e renovação desse capital humano de qualidade, que move a Embrapa. Estamos certos de que a Lei de Inovação, promulgada pelo Presidente Lula, vai nos ajudar a buscar esses objetivos.

Vamos dar mais um passo firme e decidido na direção de nosso destino histórico. Liderados pelo nosso Presidente e pelo nosso Ministro, vamos construir juntos essa nova Embrapa. Por isso, mais do que nunca, ministro Roberto Rodrigues, Senadores, Deputados, a Embrapa confia no seu apoio para continuar construindo sonhos e alimentando as esperanças de todos os brasileiros.

Muito obrigado!

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero comentar, hoje, um problema que há muito se arrasta, sem perspectivas concretas de solução, e que me foi trazido pelo Senhor Valtir Ferreira de Macedo, suboficial reformado da Aeronáutica, residente em Florianópolis.

O problema é o nível de remuneração dos membros das nossas Forças Armadas. Embora o militar que

me oficiou seja, ele mesmo, da reserva remunerada, as disfunções atingem, da mesma forma, os oficiais, suboficiais, sargentos e cabos da ativa, no Exército, na Marinha e na Aeronáutica.

Para fundamentar minha posição sobre o assunto, tomo, como elemento de comparação, a remuneração inicial do policial rodoviário federal, que alcança mais de 4 mil e 300 reais, conforme consta do Boletim Estatístico de Pessoal, publicado pela Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ressalto que se trata do nível inicial de remuneração, no início da carreira.

Comparativamente, o salário do policial rodoviário federal é superior até mesmo aos proventos recebidos por um capitão do Exército, ou seja, por um oficial intermediário que já conta, na época de designação para o posto, com vários anos de dedicação e de serviços prestados, sejam os despendidos nas academias militares, na condição de aspirante, sejam aqueles em que serviu como primeiro e segundo tenente. A comparação vale, é claro, para as patentes correlatas nas demais Forças.

A comparação, Sr. Presidente, de modo algum, visa menosprezar ou diminuir a importância do cargo de policial rodoviário federal. Nem estou pugnando pela equivalência ou, mesmo, hierarquizando as funções exercidas pelos militares e pelos policiais rodoviários.

Apenas registro que, se é possível encontrar semelhanças entre essas carreiras, quaisquer sejam elas, e – evidentemente – muitas haverá, é pouco razoável atribuir-se tão baixa remuneração a um capitão após 10 anos de serviços prestados! E esse problema se repete, em igual proporção, nos demais postos da carreira militar.

O fato, por si só, demonstra a pouca racionalidade e a pouca razoabilidade com que se estrutura, nos dias atuais, a remuneração dos militares, ou – deveria dizer – a baixa remuneração oferecida a esse valoroso segmento de profissionais do Estado.

Como podem verificar os colegas Senadores e Senadoras, há muita coisa errada na maneira como o Governo vem encaminhando a questão salarial do seu corpo de servidores. Vimos, em fevereiro deste ano, o escárnio materializado na Mensagem 107/2005, em apreciação na Câmara dos Deputados, onde propõe o Executivo um aviltante reajuste de 0,1% – de um milésimo, portanto – para os servidores públicos.

Até quando, Sr. Presidente, veremos as políticas públicas – sejam as referentes à Educação e à Saúde, sejam as referentes à Reforma Agrária, sejam, como no presente caso, as referentes à valorização do servidor público, tão enaltecidas nos discursos presidenciais – serem tratadas como peça vulgar de comunicação social, como pacote publicitário para realizações in-existent, como veículo vazio do auto-elogio?

Até quando, enfim, políticas públicas de relevo deixarão de constituir um amontoado retórico de intenções desconectadas da vontade de produzir resultados? Sem nada mais, em si mesmas, que o vento marqueteiro que sopra, sem controle, do Palácio do Planalto?

Ao caro Valtir Macedo, a minha solidariedade e o meu compromisso de luta por sua justa causa, solidariedade e compromisso que estendo ao restante da honrada classe militar brasileira, tão espezinhada e tão injustiçada.

Ao Planalto, Sr. Presidente, o pedido cívico de um pouco mais de ação, um pouco mais de coerência, um pouco mais de trabalho verdadeiramente transformador. O País não pode aguardar, indefinidamente, que a palavra vazia do Poder Executivo se transforme em atos, em obras, em realizações. O Brasil não suporta esperar, tanto tempo, por tão pouco.

É o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão de segunda-feira, 09 de maio de 2005, anunciando que a mesma começou às 14 horas e se encerra às 19 horas e 15 minutos, tendo sido coordenada pelo nosso Secretário Executivo, Raimundo Carreiro Silva.

Lembro ainda às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se quarta-feira, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 231, de 2004)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 231, de 2004), que *cria na Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona; institui a Gratificação de Incentivo à Prestação de Assistência Integral à Saúde – GI – PAS; altera o § 1º do art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993; revoga o art. 17 da Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, e dá outras providências.*

Relator revisor:

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 236, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 236, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de dois bilhões, oitocentos e noventa milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 2004

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2004 (nº 2.710/92, na Casa de origem), de iniciativa popular, que *dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e o seu Conselho Gestor.*

(Pendente de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.)

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 73, DE 1999

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal* (participação da população ou de entidades civis legalmente

constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer, sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PMDB	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 158 PÁGINAS